

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE DE DOUTORADO

**FORMAR TRABALHADORES, TRANSFORMAR A SOCIEDADE:
o ensino industrial em três tempos
(Caxias do Sul, 1901-1964)**

RAMON VICTOR TISOTT

**PORTO ALEGRE
2017**

RAMON VICTOR TISOTT

**FORMAR TRABALHADORES, TRANSFORMAR A SOCIEDADE:
o ensino industrial em três tempos
(Caxias do Sul, 1901-1964)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Benito Bisso Schmidt

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Tisott, Ramon Victor

Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964) / Ramon Victor Tisott. -- 2017.
224 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. ensino técnico. 2. aprendizagem industrial. 3. trabalho infantil. 4. infância. I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

RAMON VICTOR TISOTT

FORMAR TRABALHADORES, TRANSFORMAR A SOCIEDADE:

o ensino industrial em três tempos

(Caxias do Sul, 1901-1964)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – UFRGS
Orientador

Prof^a. Dr^a. Barbara Weinstein – NYU
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Isabel Aparecida Bilhão – Unisinos
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Katani Maria Monteiro Ruffato – UCS
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Regina Weber – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao Benito Schmidt, meu querido orientador, pelo rigor, dedicação e, mais que tudo, compreensão que fizeram essa experiência ser altamente formativa e transformadora.

À Barbara Weinstein, pela calorosa acolhida no fim do inverno e pelas inspiradoras conversas da primavera durante o meu estágio sanduíche na New York University.

Aos colegas da UCS, pelo estímulo, apoio e carinho indispensáveis para que eu conseguisse dar conta de concluir este trabalho.

Às avaliadoras da banca de qualificação, Isabel Bilhão e Regina Weber, pelos comentários e conselhos que contribuíram para melhorar significativamente a tese.

Ao Gustavo Perini e à Máisa Camelo, pela valiosa ajuda a vasculhar os acervos e organizar os dados, e também pela companhia e risadas nessas atividades que costumam ser tão solitárias.

Ao Robin Siteneski e à Patricia Matzenbacher, pelas mil ajudas e companhia em Nova York.

À equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, especialmente à Elenira Prux, Neisi Zorzi e Anelise Cavagnolli, que são exemplos de servidoras conscientes de seu papel na garantia do direito à cultura.

Ao Eduardo Reis, do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, pela presteza, competência e bom humor, e à Rosa Schuaab, responsável pelo Arquivo da Cúria Diocesana de Caxias do Sul, pelo esforço em me ajudar.

A Camila Cornutti e Marco de Menezes, amigos-irmãos com quem compartilho o melhor da vida.

Aos amados amigos Márlon Calza, Nana Corte, Marina Polidoro, Augusto Neftali, Marcelo Torelly e Clarissa Daneluz, pelo estímulo na busca pelo conhecimento.

Aos meus pais, Alaine e Tomé, e irmãos, Ramiro, Aline, Rafael e Ana Carolina, por tudo.

*“Pobre entre pobres, assim como eles
me apego a esperanças humilhantes,
e como eles para viver combato*

*todo dia. Mas nesta condição
desesperadora de deserdado
eu possuo, possuo a mais exaltante*

*das possessões burguesas, o estado
mais absoluto. Mas, se possuo a história,
ela me possui, e dela me ilumino:*

mas de que serve a luz?”

Pier Paolo Pasolini
(trecho do poema *As cinzas de Gramsci*)

RESUMO

Esta tese analisa o ensino industrial em Caxias do Sul, entre 1901 e 1964, por meio de três experiências distintas e sucessivas: a contratação de aprendizes via contrato particular pela oficina de Abramo Eberle, a Escola Industrial Elementar e as primeiras décadas do SENAI Nilo Peçanha. Procura-se mostrar as visões de infância que nortearam os projetos, a relação entre público e privado e aspectos da formação da classe trabalhadora, atentando para a ação dos indivíduos e para as condições e circunstâncias, a partir da história social do trabalho e da infância. Para isso, pesquisou-se a história das instituições de ensino, empresas e projetos governamentais em questão, assim como as trajetórias dos meninos envolvidos, em fontes documentais públicas e particulares. Os resultados apresentados apontam para a transformação do ensino técnico, passando do contexto de desregulamentação das relações à institucionalização e controle patronal da aprendizagem.

Palavras-chave: ensino técnico, aprendizagem industrial, trabalho infantil, infância.

ABSTRACT

This thesis' main objective is to investigate the industrial education in Caxias do Sul, between 1901 and 1964, through three distinct experiences and successive: the hiring of apprentices via private agreement by the Abramo Eberle workshop, the Elementary Industrial School and the first decades of SENAI Nilo Peçanha. It aims to show and examine the visions of childhood that guided the projects, the public/private relationship and aspects related to the making of the working class, paying attention to the action of individuals and to the conditions and circumstances – with a foundation in the social history of work and childhood. In this direction, the history of the educational institutions, companies and governmental projects were searched, as well as the trajectories of the boys involved (in documentary sources public and private). The results indicate a transformation of technical education, moving from the context of deregulation of the relations to the institutionalization and patron control of apprenticeship.

Keywords: technical education, industrial apprenticeship, child labor, childhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Operários e brunidoras da oficina de Abramo Eberle, 1907.....	52
Figura 2 - Grupo de homens e grupo musical “Banda União”, na festa de São Mateus, na Igreja de Santa Catarina, 1935.....	57
Figura 3 - Diretoria do Clube Juvenil, em 19 de junho de 1915.....	63
Figura 4 - Vista da fachada e do grupo de operários da Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia. Caxias, 1907.....	66
Figura 5 - Lista de aprendizes por setor da Eberle, 1907(?).	67
Figura 6 - Edifício provisório da Escola Industrial Elementar de Caxias do Sul, 1918..	103
Figura 7 - Alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias em aula externa de exercícios físicos, 1922.....	115
Figura 8 - Vista do edifício de administração, aulas e oficinas da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1921.....	120
Figura 9 - Vista do edifício da Escola Industrial Elementar de Caxias quase concluído, 1919.....	121
Figura 10 - Vista do edifício e dos alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1920.....	122
Figura 11 - Família Pasetti em frente a sua fábrica de massas e confeitaria na Av. Julio de Castilhos, em Caxias, 1917.....	139
Figura 12 - Henrique Maggi em homenagem aos 35 anos de trabalho na Eberle, 1959.....	143
Figura 13 - Anúncio da Escola de Aprendizagem Industrial Nilo Peçanha, 1946.....	167
Figura 14 - Convite para a formatura da primeira turma do SENAI Nilo Peçanha, em 11 de outubro de 1945.....	171
Figura 15 - Alunos dos cursos preliminares do SENAI Nilo Peçanha em sala de aula, 1946.....	182
Figura 16 - Aula de educação física no SENAI Nilo Peçanha, 1946.....	183
Figura 17 - Aula de educação física no SENAI Nilo Peçanha, 1946.....	185
Figura 18 - Alunos do SENAI em desfile na Avenida Júlio de Castilhos, cerca de 1950.	186
Figura 19 - Grupo de alunos do SENAI no quartel do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Caxias do Sul.....	187

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos por turma da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923. ...	132
Gráfico 2 - Alunos por curso da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.....	133
Gráfico 3 - Matrículas no 1º ano Curso Técnico Industrial na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.	134
Gráfico 4 - Matrículas no Curso Técnico Industrial por turma/período letivo na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.....	134
Gráfico 5 - Matrículas no Curso Elementar de Trabalhos Rurais por turma/período letivo na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.	136
Gráfico 6 - Ingressantes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964.	169
Gráfico 7 - Concluintes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964.	170
Gráfico 8 - Ingressantes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964 - cursos selecionados.....	172
Gráfico 9 - Concluintes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964 - cursos selecionados.....	172
Gráfico 10 - Estudantes eliminados do SENAI Nilo Peçanha por ano, 1948-1966.	190
Gráfico 11 - Estudantes eliminados do SENAI Nilo Peçanha por categoria, 1948-1966.	191
Gráfico 12 - Matrículas anuais e eliminações de estudantes do SENAI Nilo Peçanha, 1948-1964.....	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Duração dos contratos dos aprendizes da Eberle e respectivas ocupações, 1901-1915.....	65
Quadro 2 - Quantidade de contratos de aprendizes da Eberle por ano e ocorrência de salário, 1901-1912.	74
Quadro 3 - Relação entre idade e salário dos aprendizes da Eberle, 1901-1912.....	75
Quadro 4 - Idade dos aprendizes da Eberle na contratação, 1901-1912.	80
Quadro 5 - Divisão etária da vida humana	81
Quadro 6 - Organização curricular semanal do Curso de Adaptação da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918.....	108
Quadro 7 - Organização curricular semanal do 1º Ano do Curso Técnico da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1919.....	109
Quadro 8 - Organização curricular semanal do 2º Ano do Curso Técnico da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1919.....	109
Quadro 9 - Dias de festas nacionais estabelecidas pelo Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil no Decreto 155b, de 1890.....	118
Quadro 10 - Horários do patronato da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1920. .	128
Quadro 11 - Permanência dos alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.	135
Quadro 12 - Percentuais da permanência dos alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.....	135
Quadro 13 - Idades dos estudantes no ingresso na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.....	137
Quadro 14 - Idade dos estudantes da Escola Industrial Elementar de Caxias por curso, 1918-1923.....	138
Quadro 15 - Relação das principais indústrias de Caxias, 1943.	155
Quadro 16 - Quadro Econômico da Produção Industrial de Caxias do Sul, 1945.	157
Quadro 17 - Matrículas e eliminações anuais de estudantes do SENAI Nilo Peçanha, 1948-1964.....	193

SIGLAS

AHMJSA: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul

CA: Curso de Aperfeiçoamento

CAO: Curso de Aprendizizes de Ofício

CLD: Curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CTM: Curso de Trabalhadores Menores

CUT: Central Única dos Trabalhadores

EEPA: Escola de Engenharia de Porto Alegre

FIERGS: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

MAE: Metalúrgica Abramo Eberle

MAESA: Metalúrgica Abramo Eberle S.A.

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI: Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NOS LIMITES DO PRIVADO	39
1.1 OS APRENDIZES NA HISTÓRIA.....	39
1.2 OS APRENDIZES DA EBERLE	47
1.1.1 Origens, condições sociais e “futuros” dos aprendizes.....	51
1.1.2 As idades dos aprendizes	79
1.1.3 A quantidade de aprendizes e os últimos contratados	83
2 ESTADO E INDUSTRIAIS PELO ENSINO TÉCNICO.....	88
2.1 A ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE	90
2.2 A ESCOLA INDUSTRIAL ELEMENTAR DE CAXIAS.....	100
2.2.1 O ensino técnico	101
2.2.3 O patronato	123
2.2.3 O fim da escola.....	129
2.3 OS ESTUDANTES DA ESCOLA INDUSTRIAL ELEMENTAR DE CAXIAS.....	131
2.3.1 As idades e naturalidade dos estudantes da Escola Industrial	137
3 A UNIÃO ENTRA EM CENA: A IMPLANTAÇÃO DO SENAI NILO PEÇANHA.....	146
3.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NO SENAI.....	146
3.1.1 SENAI em Caxias: governo federal, Município e empresários em	
articulação	153
3.1.2 O funcionamento inicial do SENAI Nilo Peçanha	162
3.2 O PERFIL DOS ESTUDANTES	168
3.2.1 A idade, a escolha dos cursos e as origens	168
3.2.2 Uma escola de rapazes	175
3.2.3 Para onde foram.....	177
3.3 POSIÇÃO DE SENTIDO: A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA NO COTIDIANO DE APRENDIZAGEM	180
3.3.1 Educação física e atividades cívicas	183
3.3.3 Estudantes eliminados.....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
FONTES.....	204
REFERÊNCIAS	209
ANEXOS	219

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento trata do ensino industrial no Brasil, com foco no município de Caxias do Sul, de 1901 a 1964. A perspectiva adotada é a da história social do trabalho, visão que privilegia as interações entre os sujeitos sociais no mundo do trabalho e a dinâmica da formação das classes a partir de experiências e interesses compartilhados e/ou em conflito. Serão focalizadas a visão de infância e do papel do trabalho para os agentes envolvidos, e a relação entre poder público e iniciativa privada em diferentes projetos de formação de mão de obra fabril.

A escolha por estudar Caxias do Sul tem duas motivações principais. Primeiro, a cidade é na atualidade um importante polo industrial em nível nacional, com destaque para o setor metalomecânico. A indústria da transformação emprega mais de 80 mil pessoas na cidade, respondendo por quase a metade dos empregos (BOLETIM..., 2014). Esta dimensão contemporânea desperta o interesse para a história do trabalho, especialmente para a classe trabalhadora que é tão relevante na composição social do município. Outra razão é a pouca produção historiográfica a respeito do assunto, o que deixa grandes dúvidas a serem respondidas sobre a história dos trabalhadores da cidade. Acrescento, ainda, desde um ponto de vista mais pessoal, a minha ligação com a cidade, já que foi em Caxias que nasci, cresci, resido e trabalho.

O ensino industrial é o foco da pesquisa em função de ser ele um ponto de interseção entre os sujeitos trabalhadores, os empresários e os agentes do Estado. Tal combinação permite perceber como esses três setores atuaram na configuração das classes sociais na cidade. Escolas também produzem numerosos registros, o que possibilita ao historiador um conjunto de informações a partir das quais é possível a identificação de perfis, trajetórias, interesses, percepções e projetos. As ideias de futuro presentes nos estabelecimentos escolares também são um fator de interesse. A maneira como o Estado, em conjunto com os empresários, os organiza é reveladora de intenções a respeito da forma da sociedade futura em prol da qual os governantes atuam.

Outro argumento para a escolha do ensino industrial como tema deste estudo é a possibilidade de investigar os meandros do que alguns grupos sociais consideram como processo de modernização. No caso da cidade escolhida, ficam claros três tempos distintos quando analisadas as estratégias de formação de mão de obra para a indústria. O primeiro diz respeito à estratégia da contratação de aprendizes diretamente pelas empresas, especialmente pela oficina de Abramo Eberle, nas duas primeiras décadas do século XX. Essa prática de promover a aprendizagem sem a mediação do Estado por meio da presença de crianças e jovens no ambiente das oficinas, observando e desenvolvendo trabalhos junto a um mestre, remonta a tempos pré-industriais. O segundo momento refere-se ao período marcado pela institucionalização da formação de trabalhadores por iniciativas mantidas pelo Estado em parceria com os industriais. No caso do município em tela, tal processo acompanhou a história do estado como um todo por meio da instalação da Escola Elementar Industrial de Caxias, criada no governo de Borges de Medeiros em 1917 e mantida até 1924. A Escola foi instituída em conjunto com a Intendência e com auxílio de empresários locais. O terceiro momento se dá com a instalação da escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na cidade, inaugurada em 1944, também iniciativa do Estado, dessa vez a União, em parceria com o empresariado industrial local e a administração municipal. Essa última fase se estabeleceu como um padrão para a história futura da formação de mão de obra especializada, em função da força da aliança entre o Estado e as organizações empresariais. Foi com base nestes diferentes tempos que estruturei os capítulos desta tese.

Além da investigação sobre as instituições de ensino, as empresas e os projetos governamentais em relatórios oficiais, correspondências e documentos privados, foi realizada uma ampla pesquisa nominal¹, de inspiração prosopográfica, a respeito dos três tempos, a partir da relação de aprendizes e estudantes, buscando identificar origens sociais e traçar as trajetórias posteriores à experiência de ensino profissional. Tal pesquisa teve como objetivo verificar os possíveis padrões nas condições sociais desse grupo antes e após a formação voltada à indústria, a fim de perceber como a diferenciação social se constituiu ao longo do processo de industrialização local.²

Como fontes para a pesquisa nominal encontram-se conjuntos documentais de natureza diversa disponíveis em diferentes instituições. A principal delas é o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), de Caxias do Sul, que possui amplo acervo documental composto por fundos públicos e privados, entrevistas, periódicos, material fotográfico e bibliográfico, o qual já se mostrou fonte de informações muito úteis ao tema proposto. Além do Arquivo Histórico, a pesquisa foi realizada nos acervos mantidos pela Câmara de Vereadores da cidade, pela Mitra Diocesana e pelo SENAI, e também nos periódicos disponibilizados para consulta online pela Biblioteca Nacional.

¹ Segundo Carlo Ginzburg, “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174). A investigação nominativa, que tem o *nome* como ponto de partida e o busca nos documentos históricos, permite localizar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais, o que é adequado à presente pesquisa já que permite verificar os percursos dos indivíduos, o que está contemplado nos objetivos propostos. Para um debate metodológico a respeito das práticas nominativas e o método onomástico, ver: CAMILO, Nathan. “**É preferível bom nome a muitas riquezas**”: dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – PPG História, Unisinos, São Leopoldo, 2016.

² O trabalho de busca de informações a respeito dos aprendizes e estudantes a partir dos nomes teve como inspiração a prosopografia, que foi definida por Lawrence Stone como “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”. Segue o autor explicando que “o método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (STONE, 2011, p. 115). A aplicação integral de tal procedimento não seria possível com os dados encontrados na presente pesquisa, principalmente em função da falta da uniformidade de informações necessária para a identificação de variáveis passíveis de revelar as características comuns, bem como a dinâmica social da população em análise. Por outro lado, a prosopografia é um meio de elaborar “perfis sociais de determinados grupos” (HEINZ, 2006, p. 9), o que é um dos objetivos desta tese e a aproxima do método prosopográfico. Por esta razão, optou-se pela designação do método aplicado como de “inspiração prosopográfica”, já que não se trata de uma prosopografia conforme definida pelos autores de referência.

Esta pesquisa se insere na interseção dos campos da história da infância, da história do trabalho e também da história da educação. Ambos têm tradição e percursos próprios na história acadêmica, e busquei me apropriar do que há de mais relevante em cada área para minha pesquisa e traçar um “estado da arte” que contemplasse esse ponto de encontro sem grandes lacunas.

A história da infância tem um ponto de partida reconhecido em Philippe Ariès, que será tratado mais adiante, e vem ampliando sua produção e leque temático nas últimas décadas. Muito do conhecimento produzido sobre as crianças na história se deve ao trabalho de historiadores da educação, que oferecem relevantes estudos como o esforço de síntese da história da infância desde a antiguidade até a contemporaneidade publicado por Buenaventura Delgado, em *Historia de la infancia*. Delgado, catedrático de História da Educação da Faculdade de Pedagogia de Barcelona, oferece um panorama da infância na história ocidental carregado de erudição, com certa ênfase na Espanha e especialmente Barcelona, passando pela mitologia, a filosofia e o direito dos povos antigos, o mundo monástico do medievo, a educação das cortes na Renascença, os escritos iluministas, a literatura do século XIX até a regulamentação da infância no século XX. Ao tema “trabalho” são dedicadas poucas linhas, restringindo-se à apresentação de certas curiosidades sobre a infância operária no século XIX (DELGADO, 2000, p. 186-187).

Esforço de síntese semelhante, mas com um viés mais analítico, é oferecido por Colin Heywood em seu *Uma história da infância* (HEYWOOD, 2004). O livro trata das transformações da infância desde a Idade Média à Modernidade, atualizando o debate inaugurado por Ariès ao utilizar para a sua narrativa contribuições de autores contemporâneos de diferentes países. Na divisão da obra, respeitando certa ordem cronológica, Heywood escolheu o trabalho infantil como tema para o penúltimo capítulo, revelando a importância da experiência do trabalho para a história das crianças no contexto da industrialização. O autor demonstra como o trabalho de crianças fazia parte da rotina das famílias no período moderno, chegou ao ápice da exploração massiva na Revolução Industrial e teve o início de seu declínio promovido pelo Estado em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX (HEYWOOD, 2004, 161-185).

No Brasil, cinco coletâneas da história da infância buscaram abarcar os principais temas e autores do país. Duas delas foram organizadas por Mary Del Priore e publicadas pela Editora Contexto. A primeira em 1991 e a segunda em 1999, curiosamente com títulos quase iguais: *História da criança no Brasil* e *História das crianças no Brasil*, respectivamente. Ambas as obras contêm textos referentes aos diferentes períodos históricos brasileiros e nas duas há contribuições de Esmeralda Blanco B. de Moura sobre crianças operárias, as quais serão examinadas posteriormente.

Outra obra de referência é a organizada por Irene Rizzini e Francisco Pilotti com o título *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1995. Com sucessivas novas edições revisadas e reimpressões, a obra reúne textos que tratam da assistência social destinada às crianças na história brasileira. A coletânea busca dar conta das principais iniciativas governamentais e privadas que tiveram a infância como objeto, desde o Brasil colonial até o contemporâneo, passando por marcos como o Código de Menores de 1927 até as instituições dos anos 1980 e 1990.

As outras duas coletâneas resultaram da ação do Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, da Universidade São Francisco. *História social da infância no Brasil*, de 1997, já está na sétima edição e se encontra esgotado na editora. Organizado por Marcos Cezar de Freitas, os textos tratam principalmente de temas ligados à educação e nenhum deles aborda centralmente o trabalho. A mesma ausência é sentida em *Os intelectuais na história da infância*, de 2002. Diferente dos três livros anteriores, este não se restringe a autores e temas brasileiros. Freitas o organizou ao lado de Moysés Kuhlmann Jr., e o livro é composto por textos que tratam da infância na produção intelectual desde a Renascença e reúne importantes capítulos da história das crianças no Brasil.

Um dos lançamentos mais recentes e digno de nota é *História das crianças no Brasil Meridional*, projeto encabeçado por José Carlos da Silva Cardozo que reúne contribuições de Ana Silvia Volpi Scott, Esmeralda Blanco B. de Moura, Silvia Arend e outros historiadores. Lançada em 2016, a obra traz balanços historiográficos e artigos sobre o mundo infantil do sul do país a partir de diferentes temas, como os guaranis das reduções, escravidão, imigração, ditadura etc.

Na historiografia sobre os temas abordados nesta pesquisa, destaca-se o trabalho de Barbara Weinstein, que analisou a invenção e instalação do SENAI e do Serviço Social da Indústria (SESI), duas importantes instituições de capacitação profissional e serviço social no Brasil, entre 1920 e 1964, por meio das relações entre Estado e empresários. Segundo a autora, um dos objetivos primordiais desses últimos era “garantir o número suficiente de operários especializados — suficiente não apenas para atender à crescente demanda de trabalhadores em determinados setores, mas também para forçar para baixo os níveis salariais e limitar o poder de barganha desses mesmos operários” (WEINSTEIN, 2000, p. 104-105). Temas como o papel da educação e da formação profissional no fomento à eficiência, à organização racional e ao caráter moral dos trabalhadores também eram mencionados pelos representantes dos industriais, mas de forma secundária. Por outra frente, os reformadores educacionais vinculados ao governo do presidente Getúlio Vargas “analisavam a carência de operários especializados e a perspectiva de educação profissional em termos muito mais amplos” (p. 105).

No primeiro governo de Vargas, o assunto foi transformado em ações a partir de 1937. Antes disso, havia sido formada uma comissão de especialistas no assunto para formular um “Plano de Formação Profissional”, mas foi com a Constituição de 1937 e o Decreto-lei 1238, de 1939, que as escolas de aprendizagem profissional ganharam impulso. O objetivo seria embasar o discurso oficial de que o Estado estava compelindo o capital a “cumprir suas obrigações para com o trabalho”, além de reduzir a dependência brasileira da mão de obra de estrangeiros e, é claro, resolver um grande problema da indústria nacional que era a escassez de trabalhadores especializados (WEINSTEIN, 2000, p. 106-107).

Para Rodolpho Fuchs, um técnico muito próximo a Gustavo Capanema, ministro da Educação de Vargas, que integrava o grupo que formulou as primeiras leis sobre educação profissional, a formação dos trabalhadores brasileiros era urgente e teria dois objetivos muito claros: evitar que os trabalhadores se aproximassem da alternativa do comunismo, por falta de atenção do Estado, e promover o civismo entre eles. No trabalho de Weinstein, fica claro que, para Fuchs, a educação profissional seria o melhor meio para mudar a “mentalidade” dos trabalhadores, pois não somente difundiria os conhecimentos técnicos, como também promoveria uma formação cívica e moral dos

futuros operários em sintonia com os interesses dos dirigentes (WEINSTEIN, 2000, p. 109).

Em nossa pesquisa também observamos esse projeto de formação nas iniciativas de ensino técnico institucionalizado, nas quais o Estado se fez presente. A formação técnica era complementada por práticas cívicas que indicam uma clara dimensão política do projeto de instrução industrial.

Este mesmo grupo de técnicos ligados ao governo demonstrava afinidade com a proposta de racionalização dos métodos de produção, que começou a ser defendida por importantes industriais brasileiros nos anos 1920. Tal sintonia, demonstrada por Weinstein, também é indicada no estudo que Daniela de Campos realizou sobre o ensino profissional e a criação do SENAI no Rio Grande do Sul (CAMPOS, 2004). A autora tratou da implantação desse sistema no estado, destacando as diferentes conexões e variantes do processo. Tal projeto foi interpretado por ela como resposta a uma necessidade da conjuntura econômica e social, assim como produto da ação de um grupo da elite do empresariado nacional, auxiliado pelo governo. Campos defende que a criação do SENAI derivou de experiências que ocorreram em décadas anteriores, e destaca a contribuição do Instituto Técnico Profissional Parobé à implementação daquela importante instituição nacional.

Segundo Campos, a Escola de Engenharia de Porto Alegre (EEPA), criada em 1897, à qual era ligado originalmente o Instituto Parobé, foi instituída nos moldes de uma universidade técnica, como aspiravam os positivistas, os quais tiveram papel fundamental na orientação do governo do Rio Grande do Sul na época. A instituição foi organizada por um grupo de engenheiros vinculados ao PRR (Partido Republicano Rio-grandense), sendo uma iniciativa particular que contou com o apoio dos governos estadual e municipal através de subvenções regulares, bem como do auxílio de industriais do estado. Na Escola de Engenharia, as concepções positivistas foram amplamente aplicadas (CAMPOS, 2004, p. 46).

O trabalho de Campos contribui para a ampliação do conhecimento histórico a respeito da formação de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Antes dela, o tema foi alvo da dissertação de Maria Stephanou, de 1990, que é um estudo de referência sobre o ensino técnico no estado durante a Primeira República. O objeto da pesquisa da autora foi o já referido Instituto Parobé, considerado a principal iniciativa do governo estadual

no sentido de formar a força de trabalho para a indústria. Segundo Stephanou, o período estudado, do final do século XIX a 1930, foi marcado pela “instauração da ordem urbano-industrial e [a] formação da classe operária”, já que significou o momento de consolidação da industrialização, caracterizado pela “generalização das atividades fabris, das relações assalariadas e da constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil” (STEPHANOU, 1990, p. 10). Analisando os relatórios produzidos pela instituição, e utilizando como referência obras de E. P Thompson, Paul Singer, Sandra Pesavento e Maria Alice Rosa Ribeiro, a autora concluiu que “a instrução profissional pretendia mais do que o aprendizado de um ‘ofício’. Objetivava imprimir nos trabalhadores comportamentos e atitudes determinados” (p. 11). De acordo com ela, a função da escola não se limitava ao ambiente fabril e à formação de operários: tratava-se “de educar e disciplinar o contingente trabalhador em potencial, transformando-o em **contingente operário**” (p. 14, grifo da autora).

Tais diretrizes também foram observadas nos casos examinados no presente estudo, demonstrando que os formuladores e implementadores das políticas analisadas nesta tese consideravam a relação entre o interior e o exterior das fábricas nos projetos de ensino industrial, ou seja, buscavam formar mão de obra para a indústria e cidadãos disciplinados para aceitarem a ordem social desejada pelo Estado e pelas elites.

Um dos estudos utilizados por Campos e Stephanou aborda o processo de formação da mão de obra no estado de São Paulo, constituindo-se em importante referência ao estudo histórico do ensino industrial no Brasil: trata-se da publicação coordenada por Maria Alice Rosa Ribeiro, intitulada *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*, de 1986. Esta pesquisa merece destaque não só pela repercussão que teve e tem no meio acadêmico que se dedica ao tema, mas também pelo fato de sua abordagem se aproximar em muitos aspectos da proposta ora apresentada. O livro se divide em três partes, cada uma correspondendo a um estudo monográfico de uma autora diferente, todos sobre a formação de mão de obra no estado de São Paulo. O recorte temporal abrangido coincide quase integralmente com a presente pesquisa, concentrando-se na primeira metade do século XX: a parte inicial compreende o período entre 1873 e 1934; a segunda, de 1911 a 1942; e a última de 1920 a 1945.

O primeiro estudo é de autoria de Maria Lucia Caira Gitahy, que investigou o sistema “oficina-escola” promovido pelo programa “escola da sociedade” guiado pelo

positivismo e destinado às “classes menos favorecidas” (GITAHY, 1986, p. 21). A iniciativa enfocada por Gitahy começou como uma escola para classes populares destinada ao ensino primário, contemplando o letramento e a aritmética. A partir de sua segunda década de existência, mais precisamente em 1882, passou a enfatizar o ensino profissional e adotou o nome “Liceu de Artes e Ofícios”. Com o tempo, o estabelecimento passou a abrigar oficinas onde os aprendizes prestavam serviços e forneciam produtos às indústrias da construção civil, do mobiliário e ferroviária. Segundo a autora, o “produto do trabalho das oficinas foi sendo responsável por uma parcela cada vez maior da manutenção da escola” (p. 25). A independência econômica do Liceu é enfatizada por Gitahy como uma das suas marcas, mas o Estado não ficou completamente alheio ao empreendimento. Ao lado dos recursos investidos pela iniciativa privada e dos ingressos provenientes do trabalho dos aprendizes, o governo estadual também contribuiu com a doação do terreno onde o Liceu instalou importantes ampliações (p. 25).

Já o capítulo a cargo de Maria Alice Rosa Ribeiro trata das pioneiras escolas públicas direcionadas à formação de trabalhadores em São Paulo. As duas primeiras foram fundadas em 1911, no bairro do Brás, caracterizado pela concentração de operários imigrantes: uma destinada aos filhos e outra às filhas de operários. Um dos objetivos que Ribeiro encontrou nos relatórios oficiais sobre as escolas industriais era a nacionalização da mão de obra, no sentido de “depuração do elemento estrangeiro”, visto pelos governantes, muitas vezes, como promotor de desordens. Por meio da educação cívica aliada à instrução profissional, o Estado criaria esse “contingente de ‘cidadãos-operários’ irmanados pelo espírito patriótico, disciplinados ao regime de trabalho fabril e portadores de conhecimento sobre seu ofício” (RIBEIRO, 1986, p. 125).

A terceira parte do livro se dedica especificamente às instituições de ensino controladas pelas empresas ferroviárias, públicas ou particulares. O texto de Coraly Gará Caetano mostra como as direções das ferrovias preocupavam-se em promover a formação profissional dos seus futuros operários fornecendo uma qualificação formal e sistematizada. Esta formação se dava em escolas que conciliavam a instrução técnica com o estabelecimento de padrões comportamentais considerados adequados ao trabalho ferroviário (CAETANO, 1986, p. 299-300).

De outra ordem, abordando o assunto desde uma perspectiva nacional, a trilogia resultante dos estudos de Luiz Antônio Cunha também deve ser contemplada na

avaliação da historiografia sobre o ensino profissional no Brasil. O segundo e terceiro volumes que tratam do ensino de ofícios nos primórdios da industrialização e na irradiação do industrialismo interessam especialmente à presente pesquisa, já que os recortes temporal e temático coincidem com os aqui definidos. Segundo Cunha, ao longo das primeiras décadas da República, o legado imperial do ensino profissional foi bastante ampliado e transformado. Essa expansão e mudança se explicam, entre outros fatores, pelo fato do regime federativo possibilitar ações dos governos estaduais que, “ao lado das iniciativas federais, desenharam um novo mapa para o ensino profissional no Brasil” (CUNHA, 2005b, p. 194). Ao longo de suas investigações, Cunha descreve o funcionamento de muitas escolas de formação profissional, apresentando dados obtidos por uma extensa pesquisa, principalmente em publicações sobre história da educação e em fontes públicas. Tais descrições são articuladas com a história mais ampla da educação no Brasil, fornecendo um panorama da realidade educacional no país desde o período do trabalho escravo até a difusão do industrialismo em tempos recentes.

Outros estudos que influíram decisivamente na configuração do objeto de análise aqui desenvolvida não tratam do ensino industrial, mas sim da inserção de menores no trabalho fabril. Este é o caso das investigações de Esmeralda Blanco B. de Moura. Em *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, e em outros textos publicados posteriormente, a autora realiza uma extensa pesquisa documental usando como fontes principalmente jornais e relatórios oficiais referentes à cidade de São Paulo. Moura não interpreta a presença dos menores no ambiente industrial apenas como uma estratégia de formação de mão de obra, mas principalmente como uma força de trabalho incorporada à massa trabalhadora. Em *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*, a historiadora trata do cotidiano de crianças operárias, da sua submissão ao poder dos patrões e superiores, da insalubridade no ambiente de trabalho das fábricas, de crianças operárias em outros ramos econômicos, como a construção civil e prestação de pequenos serviços, das condições de moradia da classe trabalhadora e do papel das crianças no embate entre capital e trabalho. Neste artigo, Moura rompe com o anonimato dos pequenos operários e menciona experiências individuais para a exemplificação das condições sociais da infância trabalhadora (MOURA, 1999).

A utilização da mão de obra infantil na indústria gaúcha foi analisada por Sandra Pesavento em artigo no qual a historiadora demonstra a “distância” entre as práticas das indústrias do Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas e o discurso positivista, considerado uma vertente da ideologia burguesa do período. Pesavento aponta para a “assimetria de posição” que “matizava o endosso seletivo do ideário positivista na sua aplicação prática” pela elite dirigente (PESAVENTO, 1995, p. 193). Estudando o catecismo positivista de Augusto Comte, a autora identifica que, nessa doutrina, o feminino é considerado o sexo afetivo, responsável pela manutenção da ordem e dos laços familiares, e pela formação das crianças por meio da educação doméstica. Já as crianças seriam os “homens novos do amanhã”, que deveriam permanecer protegidos pela mãe. Porém, tanto mulheres quanto crianças enfileiravam-se na exaustiva produção das fábricas gaúchas. Segundo a historiadora, tal contradição entre o discurso e a prática era legitimada pela incerta noção de “ordem natural das coisas” presente na interpretação gaúcha do positivismo e pelas desigualdades da estrutura social defendida por essa doutrina (p. 192-193).

Por outro lado, Pesavento indicou que o mesmo desenvolvimento industrial que propiciava emprego em larga escala à mão de obra dos “operários em miniatura, desde cedo submetidos à dura lei da fábrica”, na condição de trabalhadores menos especializados, exigia um tipo especial de operário, mais preparado para a operação do maquinário. Foi então que surgiu a estratégia de promoção de instrução industrial, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, para algumas das crianças proletárias, através da criação de um instituto técnico profissional para oferecer cursos de diversos ofícios voltados a crianças pobres. Como conclusão, Pesavento escreveu: “Adulto em miniatura, futuro cidadão, trabalhador do futuro: a sociedade que se aburguesava e se queria progressista investia na criança pobre como a melhor estratégia de assegurar a permanência de uma ordem dada” (PESAVENTO, 1995, p. 200).

Na historiografia sobre os trabalhadores de Caxias, a presença das crianças no ambiente industrial é apontada por praticamente todos os estudos sobre o tema. O primeiro trabalho realizado sobre a mão de obra da indústria caxiense é o de Valentim Lazzarotto, intitulado *Pobres construtores de riqueza*, publicado em 1981. O autor teve como objetivo principal “analisar a evolução do capital industrial, comparando-o com as características da mão de obra economicamente excedente” (LAZZAROTTO, 1981, p. 23).

Lazzarotto analisou a riqueza e o crescimento do capital da Metalúrgica Abramo Eberle, entre os anos de 1905 e 1970, relacionando-os com a formação do operariado da empresa. Como o título já indica, ele buscou demonstrar que o progresso produtivo do estabelecimento se deu em detrimento do padrão social dos operários (operários pobres construtores da riqueza da empresa). Para isso, utilizou como fontes principais as fichas de empregados encontradas no arquivo da Eberle, a partir das quais analisou os níveis salariais utilizados como demonstração da pobreza desses trabalhadores.

O cruzamento dos dados organizados por Lazzarotto com os obtidos na pesquisa que integra esta tese resultou em um dos principais apontamentos apresentados no primeiro capítulo. Trata-se da importância que o emprego de aprendizes representou para a valorização do capital necessária para a transformação da pequena oficina de Abramo Eberle em uma fábrica, que anos depois veio a ser uma das maiores do país.

Os trabalhadores também estiveram no foco de um dos principais estudos a respeito da industrialização da região colonial italiana: a pesquisa de doutoramento de Vania Herédia, de 1992. Seu estudo abarca a força de trabalho e as relações dessa com o capital, destacando as condições de trabalho, a procedência da mão de obra, o seu valor e os mecanismos de sua retenção, além do processo de aprendizagem do operariado. “As transformações ocorridas no mercado de trabalho, desde o início do século XX, da não interferência do Estado à institucionalização do conjunto de leis que regeram as políticas sociais estaduais e nacionais” foram pontuadas no estudo de Herédia por meio da análise da política da fábrica Lanifício São Pedro (HERÉDIA, 1997, p. 157). Na pesquisa, a historiadora constatou que se tratava de prática comum a aprendizagem dos ofícios industriais começar ainda quando os trabalhadores eram crianças. Citando entrevistas com moradores da localidade formada em torno do lanifício, Herédia escreve que “quando os meninos completavam nove a 10 anos, seus pais [os] ofereciam à fábrica para aprender o ofício ou para ajudar nas secções” (p. 162). Afirma também que “o uso de mão de obra de menores na produção fabril era visto como forma de aprendizado do processo fabril e pequeno aumento da renda familiar” (p. 162). O trabalho do menor foi utilizado por muitos anos no Lanifício São Pedro, sendo que crianças e jovens recebiam praticamente a metade do salário pago ao trabalhador adulto masculino. Mesmo que se limitassem à função de “ajudantes”, as crianças “vivenciavam desde cedo a disciplina da

fábrica e começavam a se sujeitar às relações estabelecidas” e, com o tempo, passavam a ter uma função produtiva na indústria (p. 194).

No início da colonização com europeus da região, os imigrantes que foram instalados eram, em grande parte, provenientes da península itálica. A partir de 1911, a cidade passou a receber considerável número de imigrantes portugueses, de famílias operárias (KLEIN, 1984 p. 58). Esses imigrantes lusos ocuparam-se da tanoaria e passaram a abastecer a indústria vinícola com os barris que armazenavam o principal produto da região. Os tanoeiros lusos formaram o chamado “bairro Lusitano”, próximo ao atual centro da cidade, que se constituiu em uma comunidade com certa coesão cultural (p. 84). Tal grupo aparece na historiografia como protagonista dos primeiros movimentos dos trabalhadores em busca de uma organização que embasasse a ação classista voltada à melhoria das condições de trabalho (p. 58). Os tanoeiros lusos foram os personagens estudados por Cleci Favaro Klein, que tratou das condições de desenvolvimento da indústria vinícola, da prática da atividade tanoeira e da formação da mão de obra que se ocuparia da construção dos barris, além de lançar um olhar sobre a localização espacial desse grupo na cidade, sua identidade, relação com padrões e comunidade em que se inseriam, seu movimento associativo e, por fim, sua desagregação. Destaca-se na referida pesquisa a análise sobre a organização operária e o componente étnico dos tanoeiros, o que releva a importância desse estudo, um dos poucos que tratam da organização operária e da diversidade étnica na cidade.

No caso dos tanoeiros portugueses, as crianças também estiveram presentes no processo de produção. Klein afirmou que a profissionalização desses trabalhadores passava por algumas etapas: se iniciava com a aprendizagem, que se dava a partir dos 12 ou 13 anos, com a realização das tarefas consideradas menos importantes; passados de dois a três anos, “o jovem aprendiz era colocado junto a um profissional para adquirir os conhecimentos técnicos próprios do ofício” (KLEIN, 1984, p. 77); finalmente, quando o aspirante a oficial-tanoeiro era considerado capaz de fabricar um barril, desde o preparo da madeira até o acabamento, era feita a festa da “molhadura”, um ritual de iniciação tradicional que “conferia ao profissional o direito ao uso prioritário dos instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, a liderança operária no interior da unidade de produção” (p. 78).

Sobre as mulheres na história operária local há o trabalho de Maria Abel Machado, publicado em 1998 com o título *Mulheres sem rosto*, o qual tem como objetivo central analisar as condições do trabalho feminino na primeira metade do século XX (MACHADO, 1998, p. 17). A autora apresentou uma investigação pioneira sobre o processo desencadeado pela presença de mulheres nas unidades fabris da região de colonização italiana do estado, conferindo especial atenção às relações estabelecidas no interior desses espaços. Para tanto, utilizou como fontes principais relatos orais de 50 trabalhadoras. Sobre a presença das crianças nas fábricas locais, Machado menciona os contratos de aprendizes estabelecidos pela Eberle e a inserção desses menores no mercado de trabalho como estratégia para complementar os baixos salários dos pais operários (p. 119).

Analisando a bibliografia acima apresentada, encontramos muitas menções à presença de crianças e jovens no contexto industrial, evidenciando a importante participação desses segmentos etários na história da classe trabalhadora urbana. Também é fácil constatar que a aprendizagem industrial é considerada pelos autores um tema relevante para o conhecimento da história da educação popular, do trabalho e da formação da sociedade capitalista, que aparece como questão de fundo nas investigações analisadas. Senti falta, porém, de pesquisas que verificassem a ocorrência desses fenômenos sociais no nível da vida concreta dos sujeitos que participaram dos processos estudados. Na revisão bibliográfica realizada, não constam trabalhos que busquem casos individuais ou coletivos, examinando as repercussões das experiências de aprendizagem profissional em trajetórias de vida específicas. Um estudo que se diferencia deste padrão é o referido texto de Esmeralda Moura que nomina algumas crianças operárias para exemplificar fenômenos identificados a partir de fontes que revelam processos em maior escala. Mesmo os trabalhos que utilizaram relatos de vida como fonte, o fizeram para obter informações a respeito do fenômeno social analisado, não atentando para percursos individuais, os quais podem auxiliar na compreensão do alcance, dos limites e das dissonâncias dos projetos do Estado e das elites para a infância.

No que diz respeito às visões de infância, as abordagens tangem esse tema, mas poucos trabalhos o problematizam ou lhe conferem centralidade. O mesmo ocorre com a relação entre o público e o privado, que emerge em algumas das descrições, não sendo, entretanto, tratada com profundidade. Considero que o entendimento das noções de

infância (especialmente do menor trabalhador) vigentes nos diferentes períodos e do papel, articulado ou não, dos agentes públicos e privados contribuirá para a compreensão do fenômeno, já que são dimensões evidenciadas em pesquisas sobre o ensino profissional e fazem parte do campo de possibilidades no qual se deram as ações dos sujeitos aqui examinados.

O presente trabalho se propõe a abordar o ensino industrial atentando para as variações entre projetos e práticas sociais, a fim de verificar o quanto as premissas e intenções expressas em planos e relatórios oficiais, reveladores dos objetivos dos empresários e governantes, se concretizaram na vida dos sujeitos aos quais se direcionavam. Embora seja necessário conhecer os projetos elaborados e praticados pelos empresários ou pelo Estado em conjunto com os industriais, nesta tese, priorizarei as crianças e jovens que participaram das ações que visavam formar mão de obra para a indústria, verificando como suas vidas foram marcadas pela experiência de aprendizagem profissional.

Uma das questões que procurei responder é se os aprendizes/estudantes que vivenciaram a formação profissional eram efetivamente “filhos de operários” ou “crianças pobres”, como aparece nos relatórios oficiais e na historiografia consultada. Outra pergunta é se eles, no seu futuro, seguiram como operários especializados ou percorreram outros caminhos profissionais. As respostas a tais questões forneceram condições para traçar um perfil social dos participantes das políticas formativas empresariais e/ou públicas, e verificar as circunstâncias em que se deram os casos de ascensão social de elementos dos grupos estudados. Isso permitiu o conhecimento de parte da complexidade do fenômeno da formação das classes sociais no contexto estudado, percebendo como a situação de aprendiz, estudante técnico, filho de trabalhadores ou de agricultores condicionou o futuro dos sujeitos e como eles lidaram com as possibilidades encontradas ao longo das suas vidas.

A busca pelas respostas a estas questões foi realizada por meio de uma ampla investigação nominal dos aprendizes e estudantes dos estabelecimentos enfocados. Uma parte dessa pesquisa, especificamente aquela relativa aos aprendizes da Eberle, foi empreendida para a minha dissertação de mestrado (TISOTT, 2008). Ela foi ampliada e apresentada com recorte diferente aqui, com outros dados referentes a esses meninos, procedendo-se também a inclusão na lista de pesquisados dos estudantes da Escola

Industrial Elementar e dos primeiros anos do SENAI. Investigou-se a origem social e as trajetórias futuras de tais indivíduos. Como fontes para a pesquisa nominal, utilizamos registros de entradas de imigrantes, registros paroquiais de batismo e casamento, livros de pagamento de impostos, documentos públicos e de empresas, de entidades e de famílias, processos judiciais, bancos de memória com relatos de vida e entrevistas temáticas, perfis publicados em jornais e outros documentos que revelam pistas sobre, ao menos parte, das crianças e jovens que integram o estudo. Como informado antes, outra base de dados consultada foi a de periódicos da Biblioteca Nacional. Disponível online, a busca nominal por meio de ferramenta de pesquisa na internet algumas vezes revelou informações que não haviam sido localizadas na pesquisa nos outros acervos e, em outras, confirmou dados já encontrados.³

As questões acima também foram respondidas a partir do estudo da ação dos agentes históricos participantes das iniciativas de formação de mão de obra industrial em Caxias do Sul na primeira metade do século XX. Conforme foi dito no início desta introdução, na presente pesquisa foram delimitados três tempos distintos no que se refere às estratégias de formação de trabalhadores para a indústria local. A divisão da tese corresponderá a essa tripartição.

O primeiro capítulo focaliza a estratégia de contratação de aprendizes diretamente pelos empresários, especificamente pela oficina de Abramo Eberle nas duas primeiras décadas do século XX. Tal mecanismo se caracteriza pelo cunho privado do contrato de aprendizagem, estabelecido entre a família do aprendiz e o dono da empresa. Geralmente, os aprendizes dormiam e se alimentavam na oficina, onde aprendiam funilaria e/ou ourivesaria, e deviam obedecer ao chefe como se fosse seu pai, conforme estabeleciam os contratos. Além de explorar essa ausência do poder público na relação de trabalho/aprendizagem, foi analisada a noção de infância que tal relação pode revelar e o papel que o trabalho teria nos primeiros anos da vida dos indivíduos envolvidos. A contratação de crianças pela Eberle foi analisada de forma

³ Um das inspirações para o presente trabalho foi o método indiciário, que propõe construir o conhecimento histórico a partir da leitura de indícios, com o saber indireto orientando a pesquisa. Resíduos informacionais e dados marginais, isto é, detalhes que poderiam ser negligenciados por pesquisadores que trabalhassem com fontes seriadas e fartas, muitas vezes foram imprescindíveis para que fosse possível construir algumas das trajetórias estudadas para a elaboração desta tese. Sobre o paradigma indiciário, ver: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

contextualizada, como uma prática relativamente comum em diferentes lugares do mundo. As fontes iniciais dessa parte são 35 contratos particulares de aprendizes da referida oficina, firmados entre 1901 e 1912. Também foram utilizados documentos do acervo do AHMJSA, especialmente os relacionados ao operariado da metalúrgica e de outras empresas locais. Encontraram-se pistas desses indivíduos em cadernetas de registro de ponto, livros de registro dos salários dos operários, cadernetas de controle de multas aos trabalhadores, cadernetas de registro da produtividade, regulamentos, correspondência, entre outros documentos. As fotografias dos primeiros anos da oficina também servem como fonte, já que mostram o conjunto de funcionários, sendo nelas possível perceber informações ausentes na documentação escrita, como a quantidade de crianças e a presença de mulheres. Sobre esse conjunto de documentos foi aplicado o método nominativo para traçar as trajetórias dos indivíduos enquanto aprendizes e trabalhadores da Eberle, nos casos em que permaneceram na empresa⁴.

Assim como o primeiro capítulo, o segundo e o terceiro também contaram com uma procura nominal em diferentes arquivos e fontes, buscando identificar elementos das trajetórias dos estudantes envolvidos que possibilitam uma interpretação mais complexa do fenômeno estudado. A intensão foi mostrar os personagens e examinar como e em que nível a experiência de aprendizagem repercutiu na vida futura de cada um deles.

O segundo capítulo compreende a institucionalização da aprendizagem industrial a partir 1917, com a inauguração da Escola Industrial Elementar de Caxias pelo governo estadual, em conjunto com o município e com apoio de empresários locais (inclusive Abramo Eberle), até 1924, quando o estabelecimento foi fechado. Diferente do contexto anterior, a marca desse período é a participação do Estado na formação da mão de obra. A sintonia política entre os poderes estadual e municipal com esse objetivo foi alvo de análise, assim como uma contextualização mais ampla, observando-se de maneira comparativa outras experiências e os casos dos Estados Unidos e da Alemanha, apontados nas fontes como referência para o modelo aqui desenvolvido.

⁴ Como afirmo na página anterior, parte destas fontes já foram utilizadas na minha dissertação de mestrado (TISOTT, 2008). Os dados analisados na dissertação foram incorporados à tese, mas examinados a partir de um novo problema de pesquisa.

Apesar do protagonismo público, a relação com o mundo privado ocorreu de forma evidente, com a cedência de equipamentos e instrutores pelas empresas, e a intenção do Estado em adaptar a proposta às necessidades dos agentes econômicos locais. Essas relações entre os agentes públicos e a iniciativa privada foram igualmente examinadas, levando-se em conta a orientação política que balizava o governo do estado nesse período. A noção de infância foi buscada a partir do ideário revelado por fontes oficiais, como discursos e textos que compõem relatórios governamentais, com destaque para a associação entre infância e trabalho. Esse último, especialmente, ganhou lugar de destaque no programa que orientava as ações do governo republicano gaúcho, e tal pensamento é perceptível no projeto da Escola Industrial Elementar.

Como fontes principais deste capítulo, foram utilizados os relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre, instituição à qual estava ligada a escola aberta em Caxias. Tais relatórios trazem as listas de estudantes do estabelecimento, as quais foram usadas como base para a referida pesquisa nominativa que busca traçar as trajetórias desses indivíduos antes, durante e após a experiência do ensino industrial. Aos dados sobre os estudantes extraídos dos relatórios foram adicionados outros encontrados em documentação diversa mantida pelos acervos históricos da cidade. No Arquivo Histórico João Spadari Adami, por exemplo, foram encontrados relatos orais que mencionam nomes de estudantes ou de seus pais, fazendo referência a sua atuação profissional, condição social, local de moradia etc.; documentação sindical e empresarial que indica pertencimento a determinada categoria; boletins informativos da Metalúrgica Abramo Eberle com resumos das biografias de funcionários homenageados por antiguidade; registros públicos de imóveis que indicam propriedade de oficinas; guias comerciais onde constam informações de ex-estudantes que passaram a ser proprietários de estabelecimentos de comércio e vários outros. Também existem documentos da Intendência que se referem à Escola e várias menções a ela em jornais locais do período, como em *A Federação* e *O Brazil*, encontrados no acervo da Biblioteca Nacional.

A terceira parte analisará a instalação da unidade do SENAI em Caxias, no ano de 1944, para a qual atuaram lideranças empresariais e o poder público municipal, até a consolidação dos primeiros cursos. Novamente, a ação tinha como objetivo a formação de mão de obra industrial e se deu como fruto de um trabalho conjunto entre Estado e iniciativa privada, dessa vez tendo o governo federal e as entidades patronais como

protagonistas. O município também participou por meio da doação de terreno e de outras ações de cunho político. Tais atos são expressos em documentos da prefeitura disponíveis no AHMJS, como correspondências trocadas com o Departamento Regional do SENAI, em Porto Alegre, envolvendo tratativas para a instalação da escola. Entre essas correspondências encontram-se relatórios elaborados pelo município visando fornecer ao SENAI informações sobre a realidade industrial da cidade e por esse último com os contatos e sondagens realizados em Caxias para definir a dimensão da escola, os cursos necessários, entre outros aspectos. Em tais documentos fica explícita a participação de empresários locais na instalação da unidade caxiense desse serviço nacional. As ideias que orientaram a criação dessa entidade em nível nacional estão amplamente descritas e analisadas na obra de Weinstein (2000), a qual serviu de referência para o meu estudo, possibilitando o estabelecimento de comparações com a realidade local. A participação da empresa de Abramo Eberle e do próprio na instalação do SENAI, foi um dos itens analisados visando à compreensão da relação entre o público e o privado no desenvolvimento dessa iniciativa. Assim como nos capítulos precedentes, os estudantes foram listados a partir dos documentos referentes aos primeiros anos de funcionamento da unidade de ensino técnico, e os dados coletados servirão para traçar os perfis desses indivíduos e identificar os padrões sociais de suas origens e trajetórias.

Atravessando os capítulos, foram utilizados também depoimentos orais coletados por outros pesquisadores, os quais nos auxiliaram a identificar percepções retrospectivas sobre os estabelecimentos estudados, especialmente o SENAI, e seus alunos.

A articulação desses objetivos, fontes e metodologias se deu a partir de determinados conceitos, que formam o instrumental teórico interpretativo com o qual busquei conferir coerência às três partes indicadas acima. São eles:

- Na perspectiva da história social do trabalho, um conceito chave que permeará a tese é o de **formação de classe**, do qual trataremos com base nas reflexões de E. P. Thompson;

- Já para a interpretação das trajetórias de vida, duas noções se revelam eficientes: **projeto** e **campo de possibilidades**, tais como discutidas pelo antropólogo Gilberto Velho;

- Os personagens principais desta tese impõem a discussão de outros conceitos para seu entendimento: o de **infância** e a relação entre **infância** e **trabalho**. Um estudo que tem aprendizes e estudantes, crianças e jovens em seu foco não pode dispensar um olhar sobre a produção de Philippe Ariès e de historiadores posteriores a ele, os quais reafirmaram e revisaram suas considerações;

- No que diz respeito ao contexto estudado, também se mostrou necessário discutir algumas questões referentes à colonização, urbanização e industrialização identificadas ao longo da pesquisa, como a **relação campo-cidade** e as condições de colono, de operário e de **colono-operário**. Para isso, trabalhos de Giralda Seyferth foram somados ao referencial.

A questão de fundo do presente trabalho é a formação da classe trabalhadora industrial em Caxias do Sul. Os períodos escolhidos para serem analisados permitem identificar um processo de transformação social que conduz a vila sede de uma colônia agrícola a se tornar uma cidade industrializada, o qual corresponde à transformação de uma sociedade majoritariamente formada por colonos agricultores submetidos a um projeto de Estado, encabeçado pela elite luso-brasileira, para uma sociedade de classes forjada no processo de industrialização. Os três tempos sequenciais da pesquisa indicam diferentes configurações da classe no seu processo ativo de formação, o qual será analisado considerando tanto a ação humana dos sujeitos quanto os condicionamentos estruturais, conforme ensina Thompson já nos primeiros parágrafos de *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 2004, v.1, p. 10).

Como já foi dito muitas vezes nos estudos recentes sobre história do trabalho, a formação da classe é um “fenômeno histórico”, o qual, segundo Thompson, “unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 2004, v.1, p. 09). O autor ressalta que, como acontecimento histórico, a formação da classe ocorre efetivamente nas relações humanas, compreendendo que essas precisam estar sempre encarnadas em pessoas e contextos reais (p. 10). A necessidade de atentar para os indivíduos e para as condições e circunstâncias na análise da formação da classe se dá em função de, primeiro, a classe ser “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (p. 12) e, segundo, pelo fato de a classe operária poder, ao mesmo tempo, formar-se a si própria e ser formada como objeto da ação de agentes alheios à classe trabalhadora

(THOMPSON, 2002b, v.2, p. 18). No caso do objeto do presente estudo, busca-se acessar, por meio da investigação sobre o ensino industrial, a experiência de integrantes trabalhadores e as relações desses com empresários e agentes do Estado nos primeiros tempos da formação da classe, considerando as transformações constatadas nos três momentos enfocados.

Ao observar a ação dos indivíduos participantes das iniciativas de formação de mão da obra industrial em Caxias do Sul, outro problema teórico se coloca, dessa vez associado à reconstituição de trajetórias. Em Gilberto Velho, encontramos os conceitos de *projeto* e *campo de possibilidades*, que servirão, no caso da presente pesquisa, para mostrar que empresários, governos, pais e crianças/jovens tinham projetos ora comuns, ora divergentes, ora conflitantes, que se realizavam, modificavam ou eram abandonados de acordo com os campos de possibilidades em que se davam.

Interpretando Alfred Schütz (1979), Velho define *projeto* como “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2003, p. 40). A noção de projeto está atrelada à ideia de “indivíduo-sujeito”, ou, invertendo a colocação, “é indivíduo-sujeito aquele que faz *projetos*” (p. 101). No nível individual, o projeto “lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. Tais definições seriam “resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée*” (VELHO, 2003, p. 28).

Já o *campo de possibilidades* “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (VELHO, 2003, p. 28). O *campo* seria a “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos” (p. 40), ou, desdobrando o conceito, “família, trabalho, religião, lazer, opções políticas, entre outros, configuram um campo de possibilidades em que os atores individuais se movem, mais ou menos impelidos e pressionados, mas com uma gama básica de alternativas e opções” (p. 79).

Tais conceitos auxiliam na análise das trajetórias por evitarem tanto uma supervalorização das possibilidades da ação individual quanto um determinismo sociocultural inflexível. Em Velho, a conjugação de *projeto* com *campo de possibilidades* na análise das trajetórias permite que essas sejam percebidas “enquanto a expressão de

um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 2003, p. 40).

Uma das condições compartilhadas por boa parte dos sujeitos presentes neste estudo é a de serem crianças e jovens. Analisando a produção historiográfica a respeito da infância e da juventude encontramos um conjunto de autores de referência com certa unidade conceitual que nos servirá de ponto de partida da discussão ora apresentada. Desde Ariès, e também de Foucault, os estudos históricos sobre as crianças tendem a apresentá-las como uma “construção social”, partindo do pressuposto da oposição entre natureza e cultura e buscando a “desnaturalização” da infância.

Ariès, ao buscar a origem do sentimento da infância na sociedade do Antigo Regime francês, conclui que essa correspondia ao período mais frágil do início da vida humana, “enquanto o filhote do homem ainda não podia bastar-se” (ARIÈS, 1981, p. IX). Assim que adquirisse algum “desembaraço físico”, a criança seria “logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos” (p. IX). As crianças no estudo de Ariès logo eram afastadas dos pais, em função de um hábito comum de passarem a habitar em outra casa que não a da família, e viviam sua socialização distante daqueles com os quais tinham laços de consanguinidade. Segundo o autor, “pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las” (p. IX). Ainda de acordo com Ariès, a fronteira entre a infância e o mundo adulto se situava entre os 5 ou 7 anos, a partir dos quais “a criança se fundia sem transição com os adultos” (ARIÈS, 1981, p. 123). Foi a difusão da instituição escolar que promoveu um “alongamento” da infância. Isso ocorreu porque a escola afastava as crianças do mundo do trabalho durante sua formação, uma diferença importantíssima em relação à realidade anterior.

Em outra dimensão do humano, o autor indica que houve uma mudança cultural com o surgimento do “sentimento da infância”. Com o processo de modernização, a família passou a organizar-se em torno da criança, a qual ascendeu em importância social e passou a ser objeto de fortes sentimentos e investimentos por parte dos pais. Estudando o século XIX, Ariès percebeu como consequência dessa valorização do núcleo familiar a polarização da vida social entre a família e a profissão. A socialização da

criança passou a ser mediada pela família e não mais pela experiência de aprendizagem no auxílio de adultos não familiares.

Essa tendência de desnaturalização da infância é dominante nos estudos sobre o tema, embora esboços de novas direções que superem a dicotomia entre o primado do biológico e o primado do social tenham ganhado força na última década. A historiadora da educação Mirian Jorge Warde, em um balanço sobre os estudos de história da infância, aponta *The future of childhood*, de Alan Prout, publicado em 2005, como uma competente e corajosa crítica às perspectivas que excluem a dimensão biológica dos estudos da infância, além de ser um sinal importante para a incorporação de outras áreas da ciência nos esforços para a compreensão do fenômeno a partir das ciências sociais (WARDE, 2007). Segundo Prout, para avançarmos nos estudos sociais da infância, é imprescindível entendermos que essa “[...] é construída por elementos heterogêneos da natureza e da cultura, os quais em qualquer caso não podem mesmo ser facilmente separados” (PROUT, 2005, p. 44 apud WARDE, 2007, p. 30).

No interior da história da infância, a relação entre crianças e o trabalho é um tema relativamente pouco explorado no Brasil, principalmente quando comparado aos temas do abandono e das políticas públicas, com destaque à educação e à assistência social⁵. Como já mencionado acima, uma autora de referência é Esmeralda Blanco B. de Moura, que publicou textos sobre crianças trabalhadores nas principais coletâneas sobre a história das crianças no país. Moura aborda a infância trabalhadora como uma experiência violenta e perigosa. Os riscos apresentados pelo ambiente fabril do início do século XX ganham destaque na sua obra, que mostra como as crianças eram feridas cotidianamente, com sequelas físicas graves, e como a morte prematura era um fantasma que assombrava a infância operária (MOURA, 2004).

O caráter problemático do trabalho de crianças é abordado na historiografia internacional também. Um exemplo claro é *Child labor: an American history*, de Hugh D. Hindman, publicado em 2002, no qual o trabalho infantil como um problema social e econômico é a tônica do estudo. Hindman percorre a história do desenvolvimento da economia estadunidense demonstrando como se deu a exploração da mão de obra

⁵ A respeito do abandono de crianças na história brasileira ver MARCÍLIO, 2006, VENANCIO, 2010 e AREND, 2011. Sobre políticas públicas voltadas à infância no Brasil ver RIZZINI, PILOTTI, 2011 e RIZZINI 2011.

infantil nos diferentes setores e como muitas indústrias tornaram-se dependentes do emprego de crianças. Ao longo da obra, o autor relata as lutas para o reconhecimento social do problema do trabalho infantil e a ação política pública de proteção da infância afastando-a do trabalho (HINDMAN, 2002). É semelhante a interpretação de Boris B. Gorshkov a respeito das crianças trabalhadoras na Rússia imperial, embora o problema social e econômico não seja exposto de maneira tão incisiva quanto o fez Hindman. O número considerável de crianças russas trabalhadoras passava despercebido pelos historiadores, e a participação das crianças na força de trabalho da industrialização era menosprezada. Assim como nos Estados Unidos da América, o debate público e a ação legislativa pela restrição ao trabalho infantil marcaram o final do século XIX na Rússia, e as políticas de proteção à infância resultaram em uma mudança significativa em direção à substituição do ambiente de trabalho pela escola para as crianças (GORSHKOV, 2009). No caso brasileiro, estudado neste trabalho, o quase inexistente debate público e a ausência de legislação nacional a respeito da proteção à infância nas primeiras duas décadas do século XX formam o contexto do primeiro capítulo, enquanto é perceptível uma crescente atenção ao assunto ao longo das décadas seguintes, recorte cronológico dos capítulos 2 e 3.

Analisando os campos de possibilidades dos personagens pesquisados, percebemos a condição de *colono* como uma característica predominante da população regional, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Em estudos que tem como principal contexto a região de colonização alemã de Santa Catarina, Giralda Seyferth identificou que tal condição aparece como construção de uma identidade genérica, coletiva, elaborada “em oposição a uma identidade de assalariado (ou operário) que, paradoxalmente, também marca um grande número de pessoas classificadas como colonos” (SEYFERTH, 1992). Genericamente, os colonos são pequenos proprietários rurais, praticantes da policultura produzida com cuidadosa divisão do trabalho entre todos os membros da família, e se identificam com valores específicos entre os quais a autora destaca “a dedicação ao trabalho, a natureza da produção e o passado comum de colonizadores da região” (SEYFERTH, 1992). Ao contrário dos assalariados, os colonos são “patrões de si mesmos”, logo, teriam liberdade de escolha e não trabalhariam em horário definido por outro. Ao mesmo tempo, assim como os operários, exercem um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento etc. (SEYFERTH, 1992).

A condição de colono é dividida por Seyferth em algumas categorias, a partir de determinados critérios identificados em seu trabalho de campo no âmbito da comunidade rural do médio Itajaí-Mirim (Santa Catarina). As duas principais são os “colonos-fortes” e os “colonos-fracos”. Os “colonos-fortes” seriam aqueles que têm condições de manter a família com ingressos da produção agrícola, o que está relacionado à quantidade de terras possuída, enquanto os “colonos-fracos” precisariam recorrer ao trabalho assalariado em função de suas propriedades não renderem o suficiente para a subsistência da família (SEYFERTH, 1992).

Da categoria de “colonos-fracos” fazem parte os “colonos-operários”, que são trabalhadores urbanos que se deslocam diariamente para trabalhar na indústria, mantendo uma pequena propriedade onde desenvolvem agricultura de subsistência e, eventualmente, também para o comércio, ou são membros de famílias colonas que buscam no trabalho assalariado renda complementar (SEYFERTH, 1992). Porém, a autora lembra que o trabalho assalariado não se restringe aos colonos-fracos, entre os colonos-fortes há casos de filhos que, não podendo ser contemplados com parte da colônia para evitar o desmembramento da propriedade familiar e a conseqüente perda da força econômica, são direcionados ao trabalho na fábrica ainda solteiros e seu salário é adicionado à renda familiar (SEYFERTH, 1992).

Essas conexões entre rural e urbano analisadas por Seyferth também se fizeram presentes nesta pesquisa. Como demonstra a autora, “a polarização campo-cidade, antes de ocorrer na prática, está contida no próprio planejamento do núcleo colonial” (SEYFERTH, 2012, p. 89). A sede colonial era destinada aos que não tinham interesse no trabalho agrícola enquanto que os colonos deviam construir sua moradia no próprio lote rural destinado à agricultura, “pois a eles estava interdito o acesso a um lote ‘urbano’” (p. 89). Como conseqüência, a aldeia – espaço de socialização típica do campesinato europeu – desaparece na realidade colonial do Sul do Brasil que tem como característica o povoamento disperso. A diferenciação entre a comunidade urbana e a rural se dá pela presença de comerciantes nas vilas, os quais monopolizaram os transportes e o comércio da produção excedente dos colonos, o que acarretou na situação de dependência (p. 89).

Com o passar das décadas, a mobilidade no sentido rural-urbano se intensificou, impulsionada pelo desenvolvimento industrial e pela fragmentação das propriedades

rurais, fortalecendo “uma espécie de contínuo entre a colônia e a cidade que vem desde o passado pioneiro” (SEYFERTH, 2012, p. 99-100). Afirma a autora que,

conforme um dito local, hoje todas as famílias de colonos têm pelo menos um operário, ou filho/a em outra profissão, inclusive os ‘colonos-fortes’ (...). Na realidade, ocorreu um processo de fragmentação das propriedades originais, permitindo a conciliação de atividades assalariadas (em unidades fabris instaladas no meio rural e nas cidades) com um cultivo de subsistência destinado principalmente ao consumo familiar (p. 100).

Um processo da mesma natureza ocorreu no espaço que é palco dos acontecimentos da presente pesquisa, e será tangenciado no texto que segue. A análise das trajetórias dos aprendizes e estudantes mostra que a origem de muitos foi o meio rural e a agricultura, enquanto que a cidade e a indústria eram apresentadas como o seu futuro, tanto em projetos familiares quando estatais.

A partir das questões expostas nesta introdução e destes referenciais teóricos, desenvolvemos a seguir os três capítulos já sumariados.

1 APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NOS LIMITES DO PRIVADO

Neste capítulo, abordaremos o primeiro período em estudo, que compreende basicamente a primeira década do século XX. Os personagens são meninos que foram contratados como aprendizes por Abramo Eberle, comerciante e proprietário de uma oficina de funilaria instalada próxima à praça central de Caxias, então uma pequena vila que fora sede de uma colônia até 1884⁶. Neste contexto de incipiente industrialização, examinaremos como se dava a aprendizagem industrial no âmbito privado de tal estabelecimento, pois não havia políticas oficiais que atendessem a demanda de formação técnica de trabalhadores.

1.1 OS APRENDIZES NA HISTÓRIA

A busca por uma explicação para a prática registrada nos contratos de aprendizes analisados ao longo deste capítulo nos remete à história da infância em tempos mais remotos. Algo parecido ocorria na Europa pré-industrial e foi estudado por alguns

⁶ A Colônia Caxias foi criada pelo governo imperial brasileiro em 1875 com o nome inicial de Colônia Fundos de Nova Palmira e rebatizada dois anos depois. A sua administração era responsabilidade da Comissão de Terras e Colonização da Inspeção-Geral de Terras do Império. Em 1884 passou a ser um distrito do município de São Sebastião do Caí. Sua emancipação se deu em 1890 e em 1910 foi elevada à categoria de cidade pelo governo do Rio Grande do Sul. Ver MACHADO, 2001.

autores. Ariès, por exemplo, ao definir a infância da “velha sociedade tradicional” como o “período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se”, informa que a criança, como já foi dito na Introdução deste trabalho, era logo misturada aos adultos nos seus trabalhos e jogos como uma forma de instrução (ARIÈS, 1981, p. IX). Assim como os aprendizes da Eberle, esse aprendizado dos tempos anteriores ao desenvolvimento da indústria na Europa não se dava necessariamente no âmbito familiar. Segundo o historiador antes citado, logo depois que a criança passava a não depender mais dos cuidados intensos dos primeiros tempos da infância, “era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família” (p. X). Em seus estudos, ele concluiu que a aprendizagem em casas de estranhos foi provavelmente comum no ocidente medieval e difundido em todas as condições sociais. Nesse tempo, “toda a educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que o que ela adquiriu mais tarde” (ARIÈS, 1981, p 157). Após mencionar o caso de um cavaleiro que, no século XII, confiou seus dois filhos menores ao seu irmão mais velho, Ariès afirma que, “mais tarde, numerosos contratos de aprendizagem que confiavam crianças a mestres provam como o hábito de entregar as crianças a famílias estranhas era difundido” (p. 155). Nos contratos de aprendizagem medievais, em geral, consta que as crianças confiadas a um mestre deviam “servi-lo bem e devidamente” (p. 155). Essa seria a principal obrigação do aprendiz. Alguns dos contratos traziam obrigações aos mestres, que deviam ensinar às crianças o seu ofício ou obrigá-las a frequentar a escola (p. 155).

Colin Heywood, que critica e revisa a produção de Ariès, reforça a tese de que durante os tempos medieval e moderno, “pelo menos na região norte-ocidental da Europa, uma proporção significativa de famílias enviava regularmente seus filhos a uma escola interna ou para outra família” (HEYWOOD, 2004, p. 153). Afirma o autor que, antes de sair de casa e casar, era comum que os jovens passassem um período como empregados em fazendas ou em oficinas de artesãos: “Por exemplo, um censo realizado com a população da Dinamarca rural no final do século XVIII revelou que bem mais de 50% dos adolescentes e jovens adultos estavam trabalhando” (p. 153-154).

No livro de Ariès, chama a atenção um relato encontrado em um texto italiano do século XV sobre um costume dos ingleses: as crianças ficariam na casa da sua família até os sete ou nove anos, quando eram transferidas para as casas de outras pessoas onde

faziam “o serviço pesado” e de lá só saíam quando já tivessem entre 14 e 18 anos. Essas crianças eram chamadas durante esse tempo de “aprendizes”, e o objetivo de tal prática seria que aprendessem “boas maneiras”. Pelo relato, quase todos os ingleses, independentemente da fortuna, enviavam suas crianças para lares de outros e recebiam em suas casas filhos de estranhos. O escritor italiano insinuou que os ingleses recorriam a crianças estranhas por pensarem ser melhor servidos do que por seus filhos. O autor do século XV, segundo Ariès, “achava esse costume cruel”, o que o fez supor que entre os italianos essa prática fosse desconhecida ou tivesse sido esquecida (ARIÈS, 1981, p. 154).

Comentando essa passagem da obra do historiador francês, Heywood pondera que “algumas crianças com certeza saíam de casa para servir a outra família, em torno dos 7 anos, mas devem ser vistas como uma minoria de má sorte, oriunda em muito dos pequenos camponeses ou trabalhadores agrícolas” (HEYWOOD, 2004, p. 154). Em seus estudos, o autor concluiu que “a maioria dos jovens esperava até depois dos 13 anos, e mesmo até os 20, antes de se tornar aprendizes ou empregados” (p. 154). Tal afirmação é sustentada com alguns dados de censos de localidades europeias que apontam, por exemplo, que na cidade francesa de Reims, em 1422, as crianças começavam a trabalhar aos 12 anos, e na Inglaterra moderna, o mais comum para o ingresso ao serviço agrícola e pecuário seria entre 13 e 14 anos (p. 154). Crianças com menos de 10 anos poderiam estar longe de casa, mas essa não era a regra. Sair de casa seria, então, um processo mais demorado, “sem que houvesse êxodos em massa em determinada idade” (p. 154).

Refletindo sobre o sentido da “aprendizagem” medieval, Ariès alerta que essa não pode ser confundida com a noção contemporânea de aprendizagem. Para ele, “o homem da Idade Média via aí apenas variações de uma noção essencial, a noção de serviço” (ARIÈS, 1981, p. 155). Na mentalidade medieval, segundo o autor, o serviço do tipo doméstico (único que se podia conceber durante muito tempo), “não implicava nenhuma degradação e não despertava nenhuma repugnância” (p. 155). Aprendizagem e serviço doméstico se confundiam e eram uma “forma muito comum de educação”:

A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia

aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não a seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (ARIÈS, 1981, p. 156).

A partir do século XV, o lento aumento da importância da educação escolar promoveu uma grande mudança na realidade anterior. A aprendizagem por meio da convivência com os adultos passou a dar lugar à escola: “A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto” (ARIÈS, 1981, p. 159). Claro que uma grande parcela das crianças continuou a ser educada da maneira antiga, via aprendizagem, principalmente as meninas, que começaram a ter sua educação escolar difundida apenas entre os séculos XVIII e XIX na Europa. Os meninos das camadas sociais médias foram os primeiros a terem acesso à escolarização em escala significativa, enquanto a aprendizagem dos nobres se manteve com os tradicionais pajens. A instrução dos filhos dos artesãos também demorou a passar por transformação, persistindo a estratégia da antiga relação de aprendizagem. Ariès destaca que, “no mundo artesanal e operário, a aprendizagem subsistia até os nossos dias” (p. 160). Sobre a transformação e a permanência mencionadas, o historiador conclui:

As sobrevivências da antiga aprendizagem nas duas extremidades da escala social não impediram seu declínio: a escola venceu, através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral. Nossa civilização moderna, de base escolar, foi então definitivamente estabelecida. O tempo se consolidaria, prolongando e estendendo a escolaridade (ARIÈS, 1981, p. 160).

Heywood relativiza a vitória da escola sobre o trabalho, pelo menos durante o período moderno. Segundo ele, nesse tempo ainda foi uma rotina a busca das famílias por trabalho para seus filhos: “Na verdade, as autoridades estavam mais preocupadas com os pecados da ‘indolência e do ócio’ entre os jovens do que com o trabalho em excesso” (HEYWOOD, 2004, p. 161). Foi apenas no século XIX e início do XX que essa realidade se transformou profundamente na Europa e nos EUA, por meio de legislação restritiva ao trabalho infantil e da educação compulsória, a ponto de representar um marco na presença do trabalho na infância. Até então, não há evidências de uma transição perceptível da infância para “o mundo adulto do trabalho” (p. 163). Citando a

socióloga Viviana A. Zelizer, autora de *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*, Heywood localiza no final do século XIX a “perda do valor econômico” das crianças trabalhadoras, exatamente o mesmo período em que o seu valor sentimental passou a ser “inestimável” (ZELIZER, 1985, p. 3, apud HEYWOOD, p. 161).

Uma divisão relevante no trabalho de crianças na história é entre as atividades rurais e urbanas. O trabalho na terra é muito associado às rotinas laborais familiares, que vão desde a “ajuda” dada por crianças de ambos os sexos em atividades pouco complexas, passam por tarefas auxiliares no trabalho sazonal nas colheitas, mas compreendem também longas jornadas de trabalho solitário e em condições adversas nos campos. Quando o trabalho não era diretamente supervisionado, há relatos de que “as próprias crianças costumavam dar um jeito de aliviar seus fardos, combinando trabalho e as brincadeiras, fosse por conta própria, fosse com os outros no campo” (HEYWOOD, 2004, p. 164)⁷. Mas o trabalho das crianças também se dava em grandes fazendas, nas quais meninas e meninos integravam equipes de trabalho organizadas, com longas e penosas jornadas, sob o controle dos supervisores, muitas vezes dormindo em celeiros e sendo obrigados a faltar a escolas várias semanas seguidas (p. 164-165).

Era nas cidades que o emprego de aprendizes caracterizava o trabalho infantil e onde o trabalho das crianças nas fábricas tornou-se massivo. Durante os séculos XVIII e XIX, a pressão sobre as crianças trabalhadoras nos ateliês aumentou na medida em que “as guildas e as regulamentações sobre as relações de aprendizado desabavam em face dos mercados livres” (HEYWOOD, 2004, p. 171). A ascensão do trabalho assalariado fabril, em longas jornadas e processos mecanizados, forjou o contexto de elevação da concorrência entre mão de obra especializada e não-especializada e de trabalhadores das fábricas e manufaturas com trabalhadores externos.

Nesse contexto de intensificação do trabalho, as crianças estavam em todas as frentes: nos ateliês remanescentes, nas fábricas crescentes e entre os trabalhadores que produziam em casa. A figura do aprendiz, que aparece na Europa medieval

⁷ Essa abordagem de Heywood se aproxima do que E. P. Thompson apresentou sobre a participação das crianças no trabalho na agricultura em comparação com o sistema fabril, em seu estudo clássico *A formação da classe operária inglesa*. Thompson escreveu que “em síntese, podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras. Acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob o cuidado dos pais” (THOMPSON, 2002b, v2, p. 205).

principalmente no serviço doméstico e permanece até a industrialização nos ateliês dos artesãos no continente europeu e americano, passa a integrar o contingente de trabalhadores das fábricas dos países centrais do capitalismo. Para se ter uma ideia da dimensão que essa mão de obra representava, em uma tecelagem de algodão da Escócia, em 1799, estima-se que estavam empregados 500 aprendizes, sendo que nessa mesma fábrica as crianças com menos de 13 anos representavam 40% da força de trabalho. Outros exemplos: um levantamento industrial feito na França entre 1839 e 1843 concluiu que 12,1% da força de trabalho era composta de crianças com menos de 16 anos; em 1843, na Bélgica, o trabalho infantil correspondia a 19,5% do total de trabalhadores; em 1890, um censo nos EUA concluiu que 18% das crianças entre 10 e 14 anos tinha emprego remunerado (HEYWOOD, 2004, p. 172-174 e 181).

Nas fábricas, as crianças geralmente continuavam a desempenhar o papel de assistentes dos adultos. Aos 7 ou 8 anos, elas já começavam a trabalhar nas manufaturas. A maioria, provavelmente, iniciava com 10 ou 12 anos e o maior contingente de pequenos trabalhadores costumava se encontrar entre os 12 e 15 anos (HEYWOOD, 2004, p. 172-173). Como nas realidades produtivas anteriores à industrialização, os pequenos assumiam “tarefas secundárias simples e, ao mesmo tempo, aprendendo as habilidades e a cultura geral de seu ofício”, porém, num contexto de inovações nas tecnologias de produção que levavam a uma divisão de trabalho mais elaborada no interior das empresas, num ambiente de trabalho mais disciplinado e numa escala de operação crescente (p. 172).

Como já afirmamos, o declínio do trabalho infantil esteve ligado à ação do Estado, via legislação e educação compulsória, e tal ação foi impulsionada pela abordagem sentimental da infância surgida no final do século XVIII e pelos novos ideais para essa etapa da vida que ascendiam ao longo do século XIX. A primeira frente foi a legal, aberta pelos britânicos em 1802, “com uma lei que se limitava a proteger os aprendizes nas tecelagens de algodão, avançando para uma legislação mais ampla, mas ainda ineficaz, em 1819” (HEYWOOD, 2004, p. 182). A primeira iniciativa que realmente funcionou foi o *Althorp's Act*, de 1833, que criou o primeiro sistema de inspeção efetivo (p. 182). A ele seguiram várias outras iniciativas legais ao longo do século XIX, as quais buscavam limitar a jornada de trabalho das crianças ou impedir o emprego de crianças muito

novas em atividades penosas. Na década de 1840, a Prússia, a França e estados do Nordeste dos EUA passaram a instituir leis no mesmo sentido (p. 182).

Heywood chama a atenção que, em vez de abolir, toda essa legislação pretendia regulamentar o trabalho infantil. A princípio, estabeleceu idades mínimas, como 8 ou 9 anos, para o ingresso no mundo do trabalho, o que, segundo o autor, “pouca diferença fazia para os empregadores” (HEYWOOD, 2004, p. 183). Essas leis classificavam as jornadas segundo a idade, baniam o trabalho noturno, instituía medidas sanitárias nas oficinas e obrigavam determinada quantidade de estudo para as crianças. Apesar da manutenção das práticas proibidas de forma clandestina, o autor destaca que essas medidas “impediram alguns dos piores abusos das crianças nas oficinas, e estimularam sua transferência para os bancos escolares” (p. 183).

A nova concepção de infância que se fortaleceu no final do século XIX enfatizava os aspectos da incompletude das crianças, associando-as à vulnerabilidade e sua decorrente necessidade de proteção. “Tal construção da infância ia contra a essência das experiências anteriores de camponeses e trabalhadores, embora complementasse as demandas do movimento trabalhista por uma ‘renda familiar’” (HEYWOOD, 2004, p. 183). Os trabalhadores organizados defendiam que os operários tivessem “um ganho suficiente para permitir que um homem responsável por sustentar sua esposa e filhos cumprisse sua obrigação sem que estes tivessem que trabalhar” (p. 183-184). Além dessa demanda material, o interesse na educação formal entre os trabalhadores era crescente, o que também coincidia com a concepção de infância que protegia as crianças do trabalho (p. 184).

Na história brasileira, as crianças tiveram papéis relativamente diferentes das crianças europeias ou estadunidenses. Sobre as crianças escravizadas, um texto de Kátia Mattoso a respeito da história dos filhos das escravas nos ajuda a traçar brevemente um quadro da sua realidade. Em regra, eles passavam a prestar serviços regulares por volta dos 7 ou 8 anos aos seus senhores. Isso se dava para a criança escrava “fazer jus às despesas que ocasiona a seu senhor, ou até mesmo à própria mãe, se esta trabalha de ganho e reside fora da casa de seu dono” (MATTOSO, 1998, p. 90). Dessa forma, “a lavadeira será ajudada a transportar sua trouxa de roupa; a ganhadeira, o tripé em que repousa seu tabuleiro ou utensílios que usa para a sua cozinha. O senhor utiliza o pequeno escravo como mensageiro, como carregador de encomendas, como pajem, etc.”

(p. 90). Em uma pesquisa em inventários entre 1860 e 1879, a autora encontrou 29 meninos e 29 meninas filhos de escravas, entre 7 e 12 anos. Desses meninos, apenas 7 tinham um “trabalho qualificado”: um era aprendiz de barbeiro, dois aprendizes de ferreiro e quatro de serviço doméstico. Das meninas, cinco eram domésticas e duas aprendizes de costureiras. As demais crianças não tiveram sua ocupação especificada, embora provavelmente todas também tivessem atividades regulares para executar. Mattoso chama a atenção para a “pequena quantidade de crianças que seus donos preparavam para a vida de adultos (...). Na nossa amostra há somente três aprendizes do sexo masculino e duas do sexo feminino” (p. 91).

A respeito da “preparação para a vida adulta” das crianças escravas no Brasil, José Roberto Góes e Manolo Florentino destacam o que chamam de “adestramentos” aos quais elas eram submetidas. O “adestramento que as tornava adultos” se tratava de um processo de iniciação compulsória ao trabalho, baseado na progressiva ocupação do tempo das crianças com atividades laborais, sempre carregadas de violência. O adestramento começava aos quatro e era concluído por volta dos 12 anos, quando os meninos e as meninas já começavam a trazer a profissão no sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama (GÓES, FLORENTINO, 2004, p. 184). Segundo os autores, o aprendizado da criança escrava incidia no preço que ela alcançava no mercado: “Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia” (p. 184-185). Por meio dessa “pedagogia senhorial”, que tinha como campo privilegiado o trabalho, a criança aprendia um ofício e, ao mesmo tempo, “aprendia a ser escravo” (p. 185).

A mão de obra escrava era formalmente proibida nos empreendimentos coloniais que caracterizaram a instalação de europeus no Sul do Brasil, no último quartel do século XIX. Aproximando o foco da realidade pesquisada no presente trabalho, encontramos na historiografia da região colonial italiana do Rio Grande do Sul algumas referências sobre a participação das crianças na força de trabalho. Em uma passagem de Valentim Lazzarotto em obra citada na Introdução sobre os trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle, ele afirma que “na região colonial, a criança faz parte da força de trabalho, [...], desde os seus primeiros anos, onde muitas vezes brinquedos e

trabalho não são separáveis” (LAZZAROTTO, 1981, p. 125). Na análise das fichas dos empregados do estabelecimento, chamou a atenção de Lazzarotto a presença de crianças no ambiente industrial. Na sua interpretação, era de interesse das famílias a incorporação dessa mão de obra no mercado de trabalho, pois representava aumento de ingressos no orçamento doméstico. O autor avalia esse tema da seguinte forma:

O trabalho [no meio rural da zona colonial italiana do Rio Grande do Sul] não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e filhos. Já nos centros onde há um princípio de industrialização, colocar um menino, mesmo que seja um aprendiz, significa romper com suas estruturas, introduzindo-o num mundo diferente. (...) [Na indústria] existe o transplante do mundo infantil para o mundo adulto (p. 125-126).

Foi buscando compreender a presença de crianças e jovens entre os trabalhadores da indústria de Caxias do Sul que empreendi esta pesquisa, abordando a mesma empresa que Lazzarotto estudou. Porém, diferentemente desse historiador — que utilizou basicamente as fichas dos empregados do arquivo da empresa —, busquei investigar outros aspectos da vida dos pequenos trabalhadores para ampliar o quadro e identificar o contexto em que viviam essas famílias que ofereciam seus filhos às oficinas de Eberle. Tendo como referência a tradição da história social, especialmente a história social do trabalho e da infância e juventude⁸, me detive ao momento inicial da formação da classe trabalhadora em Caxias, analisando registros das experiências de indivíduos e grupos.

1.2 OS APRENDIZES DA EBERLE

As fontes iniciais deste capítulo foram os documentos que registram a prática de contratação particular de aprendizes antes da implantação da legislação trabalhista

⁸ Entende-se por história social da infância e da juventude a produção historiográfica que tem como objeto as crianças e os jovens, numa perspectiva de interpretação das relações sociais nas quais se inserem.

sobre o tema em nível nacional⁹, quando cada fábrica estabelecia suas próprias regras, as quais eram firmadas em contratos de trabalho. Era costume o contrato ser por tempo e salário determinados. Isso é o que ocorria com mais frequência no caso do empreendimento de Abramo Eberle na primeira década do seu funcionamento.

Abramo Eberle foi um importante empresário durante a primeira metade do século XX. Ele veio para o Brasil aos quatro anos de idade com sua família, que migrou de Schio, na Itália, para Caxias em 1884. Dois anos depois, Giuseppe Eberle, pai de Abramo, comprou um terreno com uma funilaria ao lado da praça central da sede da colônia. Durante dez anos, sua esposa, Luiza, foi a responsável pelos trabalhos na funilaria, enquanto Giuseppe cuidava de outros negócios da família. Em 1896, Abramo teria comprado a oficina de funilaria do pai, na qual eram produzidos artesanalmente objetos de cobre e folha de flandres, como lamparinas, canecos, baldes, uma caneca de um litro muito usada para medir o vinho e outros produtos que tinham como principal mercado os colonos da região. Em 1898, incrementou o negócio com a compra de três máquinas de corte reto e redondo e de fazer borda (remanchar) e cilindros, que permitiram aumentar a produção. Ele também prestava serviços de troca e colocação de vidros, calhas, chaminés e mantinha uma loja de utilidades domésticas. Mas talvez a atividade mais importante de Abramo nesse período inicial da vida de empresário tenha sido o comércio intermunicipal e interestadual. Ele viajava a Porto Alegre a fim de comprar matéria-prima para a oficina e materiais para revender na loja, e também para fornecer produtos coloniais ao comércio da capital e de outros locais do estado, e viajou a São Paulo em 1901 e 1902 com o objetivo de vender produtos regionais nos mercados do centro econômico do país. Segundo a historiografia, teria sido esse comércio a atividade que lhe rendeu o capital que foi investido na expansão de seus negócios a partir de então:

Ao que tudo indica, com a exportação desses produtos, Abramo consegue bons lucros. O capital acumulado é investido na pequena

⁹ O principal marco sobre esse tema é o Código de Menores de 1927, instituído pelo Decreto 17.343-A do presidente Washington Luiz, que estabeleceu em nível nacional a proibição do trabalho de menores de 12 anos e determinava regras para os trabalhadores entre 12 e 18 anos. Antes dele, o que a historiografia registra como legislação sobre o trabalho infantil é o Decreto 13.113, de 1891, que limitava sua vigência ao território da Capital Federal. Este decreto proibia o trabalho de crianças até 12 anos nas fábricas, excetuando-se aquele realizado a título de aprendizado especificamente nas fábricas de tecidos, o que poderia ocorrer a partir de oito anos. Ver PASSETTI, 1998.

funilaria e na loja que vende louças, ferragens e vidraçarias. Instala o primeiro forno para metais não ferrosos, o que proporciona o início da fabricação de artigos para montaria. Nos anos subsequentes, intensifica a fabricação desses artigos. (...) O empresário, que neste primeiro período lucra com a venda de produtos coloniais, nas décadas posteriores não abandona o comércio, seja na loja de ferragens ou participando de companhia de colonização onde se acredita que teve uma considerável lucratividade (BERGAMASCHI, 2005, p. 55).¹⁰

Segundo o ensaio biográfico de Álvaro Franco sobre Abramo Eberle, os primeiros funcionários da oficina foram dois aprendizes, identificados como Rombaldi e Ricardo Boff. Os dois “moços já feitos” eram mais velhos que Abramo e trabalhavam na oficina ainda quando era administrada pela mãe de Abramo (FRANCO, 1943, p. 92-94). O autor afirma que os dois funcionários que ficaram “sob suas ordens” eram amigos de Abramo e que os três rapazes “ficaram todos residindo na casinha da funilaria onde se revezavam nos serviços domésticos” (p. 100).

Em janeiro de 1901, Abramo casou-se com Elisa Venzon, a qual passou a fazer parte da equipe, permitindo a ampliação dos negócios, e outros funcionários também foram contratados (FRANCO, 1943, p. 110). Esse era o quadro quando, em maio do mesmo ano, os dois primeiros aprendizes dos quais foram localizados contratos inauguraram uma política de contratação de meninos para atuarem junto às oficinas que marcou as décadas iniciais da empresa de Abramo.

Foram analisados os 35 contratos de aprendizagem existentes¹¹, datados de 1901 a 1912, estabelecidos entre os pais, responsáveis pelos aprendizes ou pelos próprios aprendizes e a empresa de Abramo. Neles são relacionados os deveres das partes e as condições em que foram firmados. A partir dos nomes contidos nestes documentos,

¹⁰ Sobre as atividades econômicas da família Eberle, além da obra de Bergamaschi, ver: FRANCO, 1943 e 1946, LAZZAROTTO, 1981, e TISOTT, 2008.

¹¹ Os contratos particulares de aprendizes da Metalúrgica Abramo Eberle integram o acervo particular da família Eberle. Eles foram guardados por Júlio João Eberle, filho e sucessor de Abramo à frente dos negócios da família. Júlio morreu em 1987 e a documentação sob sua guarda, composta por livros e documentos, foi catalogada no início dos anos 1990 em um projeto de pesquisa das historiadoras Heloisa Delia Eberle Bergamaschi, filha de Júlio, e Loraine Slomp Giron, as quais localizaram os referidos contratos (GIRON; BERGAMASCHI, 1993). Durante minha pesquisa de mestrado, as cópias dos contratos foram cedidas por Bergamaschi a mim e recentemente os originais foram repassados ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Não se tem notícia da existência de outros contratos além destes. Também não foi localizado nenhum outro contrato na documentação que ainda se encontra em poder da empresa, tampouco houve doação de documento semelhante ao AHMJS. Nos livros do cartório da cidade, que já funcionava na época estudada, também não existe nada similar, nem na documentação cartorial referente a Caxias que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

procurei estabelecer as trajetórias de alguns aprendizes e de suas famílias, tendo como inspiração o método da prosopografia, para a investigação das características comuns ou divergentes dos indivíduos pesquisados, de modo a delinear parte do “campo de possibilidades” em que viviam e formulavam seus projetos.

O principal acervo de informações para este capítulo foi o já referido Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Lá se encontram matrículas dos imigrantes que se instalaram nos lotes coloniais, um amplo conjunto de arquivos particulares doados ao Poder Público, a documentação da municipalidade, entrevistas que formam o banco de memória da instituição, entre outros conjuntos documentais. Procurei dados sobre os aprendizes e suas famílias em todos os fundos que estavam inseridos no catálogo informatizado do Arquivo e, mesmo assim, pouco foi encontrado.

Já na Mitra Diocesana de Caxias do Sul o acesso aos arquivos paroquiais é restrito, em função do sistema de busca adotado — para localizar um registro de batismo, por exemplo, além do nome da pessoa batizada, é preciso ter o nome completo de um dos pais, preferencialmente da mãe. Na pesquisa realizada, do universo de 35 contratados foram localizados os registros de batismo de 24 aprendizes, dos quais foram calculadas as idades.

Também é lacunar a parte da documentação da empresa Eberle disponível para consulta no AHMJS. O que está na instituição é a parcela da documentação referente às primeiras décadas da empresa que não se perdeu. Além de boa parte não ter resistido ao tempo, estar dispersa e/ou não ter sido localizada, os registros sobre os operários serviam ao controle da própria empresa. Isso os torna de difícil compreensão ao observador externo. Não há séries longas de dados uniformes a serem analisados, mas informações fragmentadas, as quais foram cruzadas a fim de organizar conjuntos que fizessem sentido. Assim, como afirmo na dissertação, para acessar o interior da empresa, onde se davam as relações que eu buscava interpretar, precisei montar um quebra-cabeça que não foi feito para ser montado, e do qual a maior parte das peças faltava (TISOTT, 2008, p. 81).

Com o intuito de construir esta história coletiva, depois de identificado o universo de indivíduos a serem pesquisados, elaborei algumas questões cujas respostas foram buscadas neste conjunto documental diversificado (os contratos mencionados, registros que a indústria fazia da vida funcional dos operários, registros que o governo realizava

dos imigrantes e colonos, e até cartão de lembrança de velório!). Tal processo inicial de levantamento de dados integrou minha dissertação de mestrado, que será referida quando mencionadas as informações nela constantes, mas durante a pesquisa do doutorado foram encontradas várias outras informações as quais passaram a integrar o banco de dados.

Nesta parte da tese, como referi antes, realizo um exercício de inspiração prosopográfica, em que são organizadas as informações encontradas sobre os aprendizes e suas famílias, com a finalidade de construir uma narrativa das suas trajetórias. A partir do exame dessas, identificamos as variáveis mais significativas a serem analisadas para a investigação proposta.

O objetivo da escolha deste método no presente trabalho, notabilizado pela sua contribuição ao estudo das elites, é conhecer a composição social do grupo de aprendizes e perceber as coincidências e divergências nas suas histórias de vida anteriores e posteriores à experiência que compartilharam como trabalhadores em formação. Seguindo a proposta de Flávio Heinz, a ideia é elaborar o perfil social deste grupo ou, como veremos nos resultados finais, os perfis sociais (HEINZ, 2006, p. 9). Tal intento talvez faça mais sentido quando inserido no objetivo de perceber a relação entre a prática da aprendizagem industrial e a formação da classe trabalhadora em Caxias do Sul. Algumas questões esclarecem melhor tal proposta: os aprendizes aqui enfocados permaneceram como operários nas indústrias quando seus contratos encerraram? Por conseguinte, utilizaram o conhecimento adquirido quando adultos em suas vidas profissionais? Dito de outra maneira: a experiência de aprendizagem condicionou estes indivíduos a permanecerem como trabalhadores ou se tratou de uma prática passageira?

1.1.1 Origens, condições sociais e “futuros” dos aprendizes

Assim como o trecho da obra de Lazzarotto transcrito anteriormente, a fotografia abaixo apresentada (Figura 1) também é um elemento motivador da investigação. A imagem parece ser o registro de uma cena no interior do terreno da oficina de Abramo Eberle, mais especificamente no seu pátio interno:

Figura 1 - Operários e brunidoras¹² da oficina de Abramo Eberle. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1907.



Fonte: Coleção Eberle S.A. – Acervo do AHMJSA.

O fotógrafo não foi identificado e a legenda sugerida na sua ficha de catalogação diz tratar-se de operários da oficina do mencionado empresário. Cerca de 60 pessoas participaram do momento retratado, sendo, pelo menos, 15 delas crianças. Na observação da imagem, algumas questões surgiram: quem seriam esses meninos que representam cerca de um quarto dos operários fotografados? O que eles faziam na oficina? De onde vieram e para onde foram depois dessa experiência? Buscando responder tais indagações, voltei-me aos documentos da empresa.

Alguns anos antes deste registro fotográfico, Abramo Eberle contratou o primeiro aprendiz que consta nos registros do seu estabelecimento. Ernesto Barbisan tinha 12 anos em 9 de maio de 1901, dia em que seu contrato de aprendiz foi assinado. Em nome do menino, assinou seu pai, Vincenzo, e pela parte da oficina, Abramo e seu pai,

¹² A informação de que as mulheres que aparecem nesta imagem são “brunidoras” consta nos registros do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami que acompanham a fotografia. Pelo contexto e pelo que aparece, as brunidoras executavam o polimento de peças metálicas produzidas pela oficina de Abramo Eberle. O termo “brunir” é sinônimo de polir, de tornar brilhante.

Giuseppe Eberle — proprietário da funilaria antes de Abramo tomar a frente desse negócio familiar. Transcrevo a seguir um trecho do referido documento:

Nós, Eberle Giuseppe e Abramo, declaramos que aceitamos na nossa oficina de funileiro o filho de Barbisan Vincenzo, Ernesto Barbisan, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de funileiro com a condição que este aprendiz more por três anos, sendo nós obrigados a fornecer ao aprendiz, de mais do ensino da arte, também a comida e a posada. O aprendiz tem a obrigação de cuidar as ordens dos patrões e prestar toda a obediência como a seus pais durante todo o tempo que morará na casa nossa. Si durante o tempo de aprendizagens o aprendiz não tivesse de ser sujeito às ordens de nos patrões e que nos tivéssemos de despachá-lo da oficina o pai dele não terá direitos de pretender alguma indenização alguma e demais pagar nós alguma indenização pelo tempo perdido e alimentação fornecida. E eu Barbisan Vincenzo declaro que aceito este contrato obrigando-me por meu filho ao comprimento das mesmas. (In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 1, p. 156-157).¹³

Analisando o contrato, fica claro que os Eberle “aceitam” a presença de Ernesto Barbisan na oficina e estipulam três compromissos a si mesmos: 1) ensinar a arte de funileiro; 2) fornecer a alimentação do aprendiz; e 3) abriga-lo em sua casa. Em troca, o pai de Ernesto deve: 1) garantir que seu filho fique durante três anos na condição de aprendiz dos Eberle; 2) garantir que Ernesto obedeça aos Eberle como se eles fossem seus pais; e 3) em caso de descumprimento do primeiro, ressarcir o que for gasto com alimentação e indenizar o tempo dispendido.

Quando assinou o contrato, Vincenzo Barbisan, o pai do aprendiz, estava em Caxias há 21 anos e tinha 50 anos de idade. Vincenzo veio de Treviso, na Itália, e chegou a Caxias em 10 de fevereiro de 1880, aos 39 anos. Ele chegou acompanhado de sua esposa, Maria, de 29, e suas filhas, Amaria, com 9 anos, e Virginia com 7. No livro de Gardelin e Costa, que reúne a transcrição de documentos sobre os povoadores da Colônia Caxias, há o registro do nascimento, neste local, dos seus filhos Giovanni, sem data informada, e Matilde, em 21 de maio de 1881. Nesse mesmo registro Vincenzo aparece qualificado como “agricultor”. Todos eram analfabetos e adquiriram ¼ do lote

¹³ Foi mantida a redação original dos contratos transcritos. O fac-símile do contrato de Ernesto Barbisan se encontra no Anexo I desta tese, de forma a ilustrar o conjunto documental que ele integra. Os fac-símiles deste e dos demais se encontram nos anexos da minha dissertação (TISOTT, 2008) e os documentos originais estão em fase de catalogação no AHMJSA.

17 do Travessão Aliança, na IX Léguas, o que equivalia a uma área de 123.250 m² (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 336).

Ernesto nasceu oito anos depois da chegada de sua família, em agosto de 1888, e, quando tinha 12 anos, essa, proprietária de apenas ¼ de lote colonial, decidiu que o mais novo passaria três anos fora de casa, desobrigando-se da necessidade de alimentá-lo e abrigá-lo. A partir de então, o pequeno Ernesto não mais viveria e participaria das refeições com sua família e deveria obediência a seus patrões como se fossem eles os seus pais. As vontades expressamente conjugadas no contrato eram a de seu pai e a dos Eberle, que ensinariam o ofício de funileiro em troca da presença do menino na oficina até maio de 1904, quando Ernesto teria 15 anos.

Dos 12 aos 15, Ernesto enfrentaria os desafios da vida profissional que incluem o convívio com pessoas com as quais não tinha vínculos sanguíneos, nem necessariamente de afeto, regulamentados apenas por um contrato particular, registrado em cartório, que não foi ele quem firmou (e nem poderia fazê-lo, posto que era menor de idade). Ernesto não ganharia nenhuma recompensa financeira em troca do que produzisse com a aplicação do conhecimento adquirido pelas instruções recebidas e sua força física, e tampouco pelo tempo dedicado. O único valor auferido seria o conhecimento da arte da funilaria, que poderia aplicar depois da experiência como aprendiz.

O treinamento recebido por Ernesto parece ter sido aproveitado por ele ao longo da vida. Nas edições de 1913, 1914 e 1915 do *Almanak Laemmert*, um anuário com informações estatísticas de municípios de todo o Brasil, editado no Rio de Janeiro desde 1844, Ernesto Barbisan consta como proprietário de uma das duas funilarias existentes no município de Passo Fundo. Em três edições bem posteriores do mesmo anuário, de 1937, 1938 e 1940, ele aparece como proprietário de uma das seis funilarias da mesma localidade¹⁴.

¹⁴ ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 69, volume 2, Fevereiro de 1913, p. 1520. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/52298>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 70, volume 2, Janeiro de 1914, p. 1577. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1914. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/57210>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 71, volume 2, Janeiro de 1915, p. 1558. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil

Quatro dias depois do primeiro contrato, em 13 de maio de 1901, foi a vez de Eugenio Lucchese passar a integrar os quadros da Eberle. O aprendiz tinha 13 anos e era órfão de pai. Foi sua mãe, Sérgia Lucchese, que se comprometeu a deixar o filho recebendo o ensino da “arte do funileiro” durante três anos, dormindo e se alimentando por conta da oficina de Abramo, a quem teria que respeitar como se fosse seu falecido pai, durante todo o tempo de aprendizagem (TISOTT, 2008, p. 76).

As cláusulas são praticamente as mesmas do primeiro contrato. A expressão “respeitar como se fosse seu pai” atesta o caráter privado da relação patrão e aprendiz, já que aplica a um contrato entre indivíduos sem relação consanguínea ou de afinidade um preceito da vida familiar de muito relevo. Segundo o estabelecido no documento, o respeito devido ao pai seria reproduzido na oficina.

As semelhanças entre a relação contratual com o patrão dos dois primeiros aprendizes são evidentes, eles eram inclusive vizinhos, mas parece haver diferenças marcantes entre as suas condições sociais. Eugênio era filho de Giácomo Luchesi, que veio para Caxias com seu pai, Giuseppe Lucchese, sua mãe, Bartolomea Favretto, e seu irmão, Francesco Guisepe, em 15 de dezembro de 1879 (MIRANTE, 2003, p. 16). Ao chegar, a família adquiriu metade de um lote rural no Travessão Aliança e metade de outro lote no Travessão Thompson Flores. Os dois travessões localizavam-se na IX Léguas, onde a família Lucchesi construiu uma casa de pedras, de dois pisos, provavelmente na penúltima década do século XIX (p. 16-17). Nessa casa, os Lucchesi abriram um estabelecimento comercial no térreo, um armazém, e a mãe de Eugênio mantinha um botequim de bebidas (p. 20-21). Seu pai morreu aos 30 anos, deixando a esposa e três filhos. Foi então que o menino passou a morar na oficina de Abramo.

No traslado de escritura¹⁵ do ½ lote rural do travessão Thompson Flores, Sérgia e seu filho Eugênio aparecem como proprietários do imóvel, junto com sua esposa, Marina Luchesi, e dois irmãos. Enquanto a família de Ernesto Barbisan tinha ¼ de lote rural, os

para 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/61564>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 93, 1937, p. 1460. Guia geral do Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/119707>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 94, 1938, p. 769. Guia geral do Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/121048>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAKE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 96, 1940, p. 742. Guia geral do Brasil. <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/122045>> Acesso em: 12/12/2016

¹⁵ Escritura de compra e venda, Sérgia Luchesi e outros, Jacob Brunetta. Caxias 30/04/1913. (Fundo Vasco Balen, maço 02). Acervo do AHMJSA.

Lucchesi eram proprietários de dois meios lotes, um estabelecimento comercial, um armazém e um botequim de bebidas, ficando claro que o patrimônio familiar era muito superior e a renda familiar provinha de diferentes ingressos.

Depois da passagem pela Eberle, pouco se sabe sobre Eugenio. Na década de 30, Sérgia, sua mãe, escrevia cartas ao seu neto que morava no seminário provincial de São Leopoldo, contando sobre sua saúde debilitada, falecendo em 1933 (MIRANTE, 2003, p. 21). Em uma matéria de 1910, o nome Eugênio Lucchesi aparece no jornal *O Brazil* em uma lista de convidados para a inauguração da filial do Banco da Província em Caxias. O jornal enaltece o acontecimento, registrando que, até então, “tudo quanto aí existe, no domínio da indústria, representa o resultado da economia do colono, é o saldo acumulado através de três decênios de parcimônia, de labor, de iniciativas fecundantes”. O banco viria a “inaugurar” uma nova etapa da economia na qual o crédito possibilitaria a abertura de novas empresas, a ampliação das existentes e a facilitação de relações comerciais. O marco inaugural foi acompanhado pelo intendente, por conselheiros municipais, juiz, delegado de polícia, advogados, médicos, capitalistas “e outras pessoas gradas”, segundo o jornal. Os convidados, entre eles Eugênio, logo após a solenidade de inauguração foram “conduzidos para uma sala especial, onde lhes foi servido profuso copo de cerveja e licores e charutos”.¹⁶

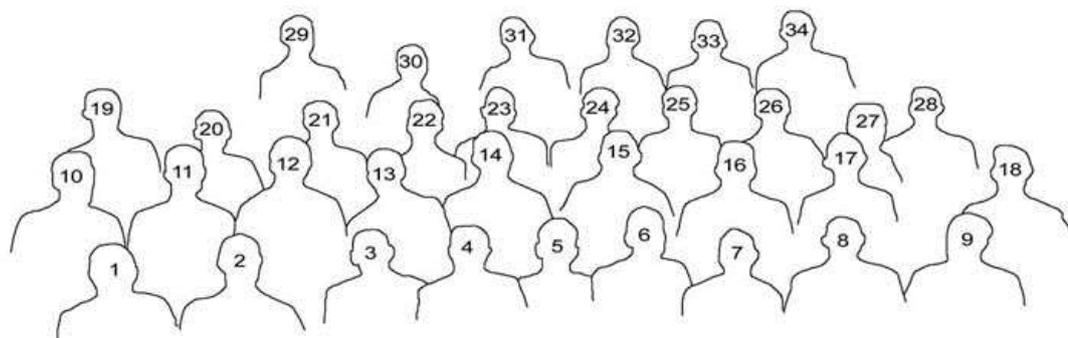
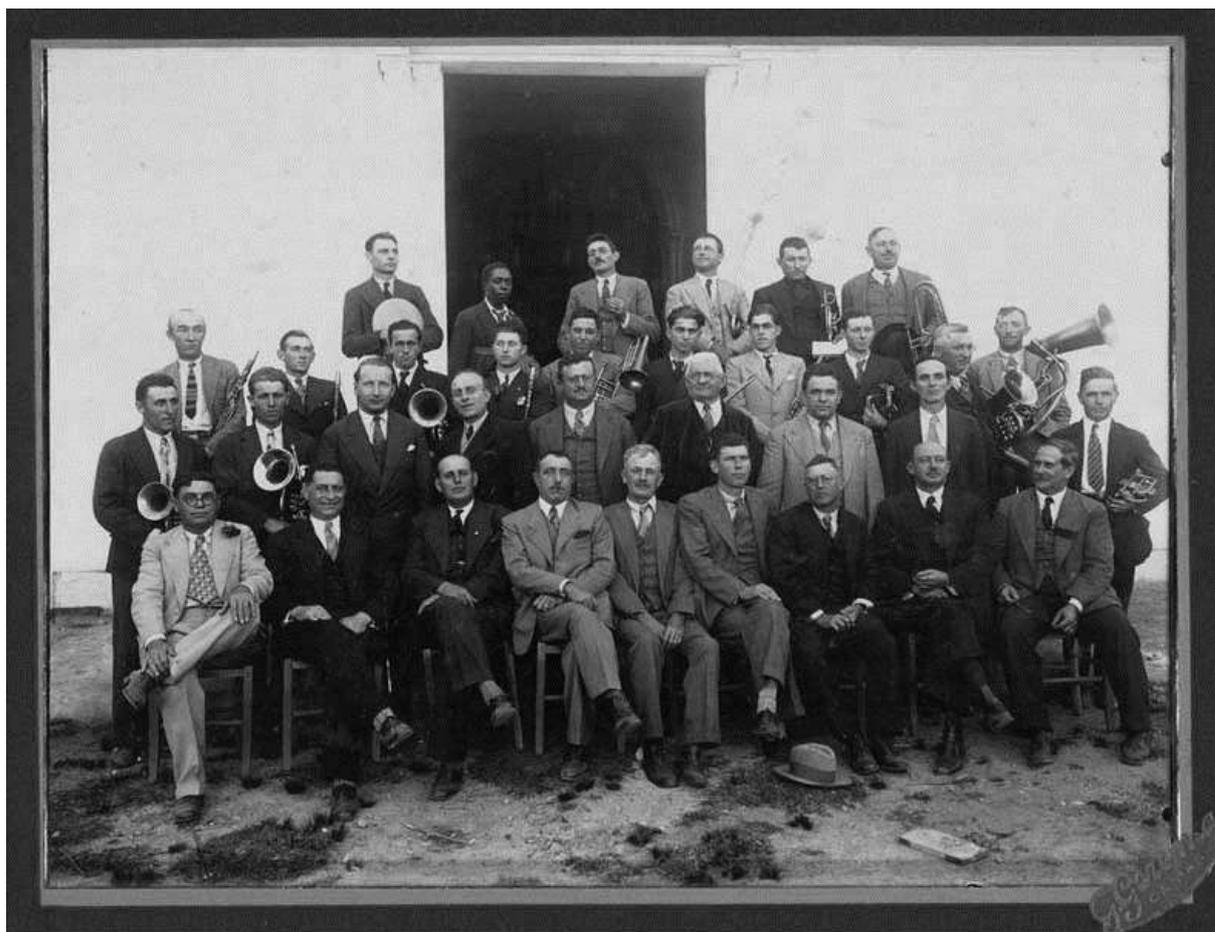
Uma imagem de dois anos depois da morte de Sérgia fornece mais indícios sobre a trajetória de Eugênio. Trata-se de uma fotografia da Banda União juntamente com um grupo de homens, em frente à igreja de Santa Catarina, que se localiza a poucos metros de sua casa. Nos registros do AHMJSA, consta a informação de que a fotografia foi feita durante a festa de São Mateus, que costuma ser celebrada pela Igreja Católica em 21 de setembro. Eugênio é o primeiro sentado, de terno claro, no extremo esquerdo da imagem, indicado pelo número 1 do espelho. O terceiro homem sentado, da esquerda para a direita, é Silvio Toigo, um construtor italiano muito conhecido na cidade, que assinou como “secretário” do Partido Fascista Italiano carteirinhas de filiados locais¹⁷. No lado direito de Toigo, aparece sentado Matteo Gianella, proprietário da indústria têxtil que funcionava em um pavilhão ao lado da igreja. Em pé, segurando o que parece

¹⁶ Jornal O BRAZIL, de 10 de Setembro de 1910 (número 75), página 2 (Acervo da Biblioteca Nacional)

¹⁷ Sobre o movimento fascista em Caxias ver GIRON, 1994.

ser um bombardino¹⁸, indicado pelo número 27 do espelho, está Evaristo de Antoni, proprietário de uma indústria metalúrgica que funcionava a poucos quarteirões da igreja.

Figura 2 - Grupo de homens e grupo musical “Banda União”, na festa de São Mateus, na Igreja de Santa Catarina. Caxias do Sul/RS. Fotografia não identificada. 1935.



Fonte: Coleção Família De Antoni. Acervo do AHMJSA.

¹⁸ Instrumento musical de sopro pertencente à família dos metais, de registro tenor ou barítono.

Analisando o convite e a imagem, há indícios de que Eugênio Lucchesi integrava a elite da cidade onde residia, dando força à hipótese de que se tratava de uma família de destacada posição social. Sendo ele o único Lucchesi que aparece na fotografia, é possível que tenha ficado à frente dos negócios da família após a morte de sua mãe.

Na mesma IX Léngua de onde vieram Ernesto e Eugênio, nasceu Ângelo Corsetti. Ele e Eugênio, inclusive, foram batizados pelo mesmo padre, o que indica que ambas as famílias faziam parte da mesma capela¹⁹. Ângelo se juntou à equipe de aprendizes no dia 1º de agosto de 1902, quando Antonio Corsetti comprometeu-se que seu filho, com 15 anos na época, frequentaria “assiduamente” a oficina de Abramo durante um ano e meio, para aprender funilaria (TISOTT, 2008, p. 76). Além da duração estipulada ser a metade da estabelecida nos contratos de Ernesto e Eugênio, que iniciaram na aprendizagem um ano e três meses antes, outra diferença do contrato de Ângelo é que ele estabelece que o aprendiz dormiria e se alimentaria “na casa de seus pais”. Esta opção de o aprendiz não dormir nem fazer as refeições na oficina provavelmente se deva ao fato da residência da família se localizar próxima à oficina, o que tornaria viável o deslocamento para a alimentação e para passar a noite.

O contrato de Ângelo também difere dos outros dois no que diz respeito ao patrão não exigir para si a reprodução da obediência que o aprendiz devia aos pais. Em vez disso, consta no documento o seguinte: “O aprendiz é obrigado a fazer o que o patrão manda, obedecer-lhe em tudo, e quando ele não está, obedecerá a quem o patrão designar” (In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 3, p. 160-161).

É provável que essa diferença se dê pelo fato de o aprendiz não passar a residir na propriedade de Abramo. Dessa forma, a autoridade paterna continuaria sendo exercida por seu pai, com quem ele continuaria convivendo diariamente durante o período da aprendizagem. O papel de Abramo e dos outros na oficina se limitaria a ensinar a Ângelo o ofício de funileiro, e não o de educar para as “boas maneiras”, como a aprendizagem medieval descrita por Ariès. Talvez a exigência de obediência “como a seus pais” constante nos outros dois contratos indique que, para eles, a aprendizagem corresponderia a outras dimensões da vida que não apenas a do ofício.

¹⁹ Registros de batismo na Paróquia Santa Teresa D’Ávila, livro 2, folha 16, número 339 e folha 22, número 460, da Diocese de Caxias do Sul. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Caxias do Sul.

Ângelo nasceu em Caxias, em 4 de abril de 1887, filho, como vimos, de Antônio Corsetti e de Antonia Parenza. Seus pais emigraram de Seren del Grappa, em Belluno, na Itália, e chegaram à IX Léguas em fevereiro de 1878. Ele com 36 e ela 33, trazendo suas filhas Ângela, com 4 anos, e Maria, com um ano. Também acompanharam o casal o pai de Antônio, que levava o nome que seu neto veio a receber, Ângelo, e o irmão de Antonia, chamado Giuseppe, que tinha 12 anos (GARDELIN, COSTA, 2002, p. 588). Depois de a família se instalar na IX Léguas, o casal teve mais três filhos: Luiz, em dezembro de 1880, João, em julho de 1883, e Ângelo, quatro anos depois. Em 1885, já estava funcionando o moinho da família, chamado Moinho Santa Catarina. Antonio teria trazido da Itália o conhecimento de moagem necessário ao trabalho. Mais tarde, a família já produzia óleo de linhaça e beneficiava arroz, cevada, centeio e outros cereais. Assim como Ângelo, que foi ser aprendiz de Abramo, todos os filhos começaram desde cedo a trabalhar em outras localidades. Todos igualmente se casaram, menos a filha mulher mais nova (TISOTT, 2008, p. 79).

No caso de Ângelo, seu contrato com o Eberle vigoraria até fevereiro de 1904, quando teria 17 anos. Ele e seus irmãos retornaram dessa experiência de formação quando seu pai já estava com mais de 60 anos e continuava à frente do moinho da família. Em 1910, o moinho passou ao controle dos filhos (TISOTT, 2008, p. 79). Em 1912, depois de já ter vendido sua parte da empresa familiar e trabalhado no moinho do sogro, Aristides Germani, Ângelo fundou o Moinho Progresso. O empreendimento, instalado na Rua Coronel Flores, a dois quarteirões da estação férrea, foi equipado em 1914 com máquinas importadas da Itália e passou a figurar com destaque na imprensa local.²⁰

O ex-aprendiz Ângelo e Angelina Germani tiveram seis filhos. Ele morreu em 1936, aos 47 anos, três dias depois de sua sobrinha de 8 anos. A imprensa da época não informou as causas, apenas indicou que ambos estavam hospitalizados e passaram por intervenções cirúrgicas. Na nota de falecimento do jornal *O Momento*, Ângelo Corsetti foi qualificado como “ativo industrialista e chefe de distinta família, de assinalado realce em

²⁰ Jornal O BRAZIL, de 6 de Maio de 1914 (número 171), página 2 (Acervo da Biblioteca Nacional); Jornal O BRAZIL, de 11 de Março de 1916 (número 257), página 1 (Acervo da Biblioteca Nacional); Jornal O MOMENTO, de 14 de Agosto de 1933 (número 26), página 1 (Acervo da Biblioteca Nacional); Viuva Angelo Corsetti & Filhos. In: LIMA, Illeul Souza de; PAZ FILHO, Francisco Boaventura da (Orgs.). *Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939*. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1939. p. 223.

nosso meio social”. O redator da nota segue destacando que a morte de Ângelo “não podia deixar de produzir sensível abalo na sociedade caxiense”, pois “o finado desfrutava excelente conceito, já por suas qualidades de caráter, já por seu inimitável amor ao trabalho, ao qual dedicava perseverantemente toda sua energia e inteligência”.²¹

Encontrei trajetórias de vida mais completas já reconstituídas de apenas esses dois últimos aprendizes mencionados: Eugênio Luchesi e Ângelo Corsetti, ambos integrantes da elite caxiense. Já sobre Ernesto Barbisan, que se mudou de cidade e manteve a profissão de funileiro, foi preciso muita pesquisa para encontrar informações a respeito de sua vida posterior à experiência de aprendiz. Sobre Eugênio Lucchesi localizamos textos porque sua família foi estudada em função da reconstrução histórica do uso da casa de pedra que lhe pertenceu. Essa residência, a partir de 1975, passou a abrigar um museu municipal, o Museu de Ambiência Casa de Pedra, tombado pelo Poder Público. A pesquisa sobre a família Lucchesi usada como base para a redação desta tese foi realizada pela equipe da divisão de patrimônio da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, para justificar o tombamento e para dar suporte ao trabalho museológico necessário à constituição do espaço de memória. O segundo aprendiz contratado, Ângelo Corsetti, do qual também foram localizados textos publicados que reconstituíam sua trajetória, pertencia a uma família de empresários, que ganhou grande destaque econômico na cidade nas primeiras décadas do século XX e casou-se com a filha de outro grande industrial caxiense. Além disso, era pai de Higino Corsetti, político caxiense que assumiu o cargo de Ministro das Comunicações durante a presidência do ditador Emílio Médici, na década de 1970. A biografia de Ângelo Corsetti foi publicada em dois momentos em jornais da cidade, como sendo um dos “caxienses pioneiros” (TISOTT, 2008, p. 79-80).

A análise desses casos evidencia diferenças de condições econômicas entre os aprendizes. Os vestígios sobre Ernesto Barbisan, o primeiro aprendiz contratado, indicam que sua condição econômica familiar não era equivalente às dos outros dois personagens mencionados. Embora todos compartilhassem da condição original de colonos, com suas famílias sendo proprietárias de pequenos lotes rurais em um contexto caracterizado pela produção agrícola familiar, as famílias Corsetti e Lucchesi apresentam uma variedade de investimentos na manufatura e no comércio que se

²¹ Jornal O MOMENTO, de 2 de Março de 1936 (número 159), página 1 (Acervo da Biblioteca Nacional).

destacam do que se estabeleceu como padrão entre os colonos, que foi a agricultura familiar, especialmente a viticultura²². É significativo que, dentre os três, apenas Ernesto Barbisan tenha seguido o ofício aprendido durante sua passagem pela oficina dos Eberle. O primeiro contratado foi quem seguiu a carreira aberta como uma possibilidade pela experiência de aprendiz; aos demais, as referências de alternativas econômicas familiares apresentaram outros caminhos a seguir, e ambos continuaram nas atividades que suas famílias já desenvolviam.

Após as três primeiras contratações, duas em maio de 1901 e uma em agosto de 1902, a próxima ocorreu apenas em abril de 1904, um mês antes do fim da vigência dos dois primeiros e dois meses depois de encerrar o de Ângelo Corsetti, que vigorava por 18 meses. Vincenzo Ferrari foi contratado exatamente nos mesmos moldes dos primeiros dois contratos: Abramo se comprometeu a ensinar a arte de funileiro e a “dar de comer e dormir ao dito aprendiz” e, em troca, o pai de Vincenzo deveria garantir que seu filho ficasse durante três anos na oficina obedecendo “as ordens do patrão” e respeitando-o “como se fosse seu pai”. Da mesma forma que os contratos anteriores, o contrato estabelece que: “se antes de terminar o tempo do contrato o aprendiz não trabalhar direito, isto é, por motivo grave tivesse de ser despedido da oficina, não poderá seu pai reclamar indenização alguma, e sim será obrigado a pagar-me a despesa da comida (...) e mais despesas que tiver feito com ele” (In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 4, p. 162-163). Sobre Vincenzo Ferrari e seu pai, nada foi encontrado além do contrato.

Ao contrário de Vincenzo, encontramos diversas menções a Constantino Manfro, o aprendiz número cinco. Ele foi contratado com as mesmas cláusulas para a funilaria em dezembro de 1904, aos 14 anos²³, mas pelo prazo de 18 meses. Sua família chegou a Caxias em novembro de 1879, quando seus avós, Giovanni e Verônica, tinham 45 anos e desembarcaram no Brasil com cinco filhos. Eles adquiriram um lote urbano e dois de seus filhos, Angelo e Antonio, compraram ½ lote rural (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 112

²² Sobre o desenvolvimento econômico regional e a importância da agricultura familiar e da viticultura, ver HERÉDIA, 1997, p. 54-56.

²³ Lembrança de falecimento de Constantino Manfro, nascido em 08/07/1890 e falecido em 06/09/1961 (SHA 054, Fundo Roccaro - Maço 03) Acervo do AHMJSA.

e 276). Em março de 1886, a família também adquiriu outro lote do núcleo urbano da vila de Caxias, onde Giovanni e Antonio estabeleceram uma olaria²⁴.

Uma nota de falecimento²⁵ de Antonio Manfro, em 1912, nos fornece informações para identificar as condições sociais da família. Ele foi identificado como “antigo comerciante desta praça” que morreu, repentinamente, aos 45 anos. Diz a nota que “o finado era irmão do abastado industrialista sr. Angelo Manfro e tio dos nossos prezados amigos e correligionários Orestes e Constantino Manfro”. O jornal *O Brazil*, ligado ao Partido Republicano Rio-grandense, nos ajudou a descobrir o envolvimento político do ex-aprendiz Constantino e revela que seu pai, Angelo, era considerado um “abastado industrialista” em 1912. Constantino também aparece no jornal sendo designado como “industrialista” em uma lista de nomeados pelo juiz da comarca de Caxias para participar de júri em 1919²⁶.

Na década de 1910, Constantino teve ativa participação na vida social da cidade, principalmente junto ao Clube Juvenil, do qual foi diretor (ver Figura 3) e onde atuou como organizador de festas e participou de um grupo de teatro amador²⁷. Ele se casou em 1923, aos 33 anos, com Jonna Mattioda²⁸ e, na década de 1930, seu nome foi mencionado em notas sociais do jornal *O Momento* como presença ilustre em jantares e solenidades²⁹.

²⁴ Ofício de Henrique Pereira de Lucena do Palácio do Governo, 5^a. Seção, para Manoel Barata Goes, engenheiro chefe da Comissão de Medição de lotes em Caxias. (Fundo Comissão de Terras). Acervo do AHMJSA.

²⁵ Jornal O BRAZIL, de 28 de Agosto de 1912 (número 100), página 2 (Acervo da Biblioteca Nacional)

²⁶ Jornal O BRAZIL, de 13 de Dezembro de 1919 (número 46), página 3 (Acervo da Biblioteca Nacional).

²⁷ Jornal O BRAZIL, de 22 de Janeiro de 1913 (número 115); Jornal O BRAZIL, de 10 de Janeiro de 1914 (número 157); Jornal O BRAZIL, de 13 de Junho de 1914 (número 174); Jornal O BRAZIL, de 12 de Setembro de 1914 (número 185); Jornal O BRAZIL, de 14 de Outubro de 1914 (número 194); Jornal O BRAZIL, de 10 de Junho de 1916 (número 269) (Acervo da Biblioteca Nacional).

²⁸ Jornal O BRAZIL, de 22 de Dezembro de 1923 (número 50), página 3 (Acervo da Biblioteca Nacional).

²⁹ Jornal O MOMENTO, de 26 de Setembro de 1935 (número 159), página 2; Jornal O MOMENTO, de 28 de Dezembro de 1936 (número 202), página 6 (Acervo da Biblioteca Nacional).

Figura 3 - Diretoria do Clube Juvenil. Caxias do Sul/RS. Studio Geremia. 19 de junho de 1915.



Fonte: Coleção Geremia. Acervo do AHMJSA. Constantino Manfro está em pé, no segundo plano, no centro da imagem.

Fazendo um balanço até aqui dos cinco primeiros aprendizes contratados por Abramo Eberle, constatamos que: sobre um não foram localizados dados para traçar sua trajetória posterior à vivência na oficina; dois se tornaram “industrialistas”, como o mestre-patrão Abramo; um provavelmente seguiu à frente do comércio da família e frequentava espaços típicos da elite local; e apenas um, o primeiro contratado, tornou-se funileiro.

Levando em consideração essas informações, podemos concluir que, se o projeto de Abramo Eberle ao contratar os aprendizes foi formar artesãos para recrutar empregados para a sua oficina, tal objetivo esteve longe de ser atingido, pelo menos inicialmente. Isso porque apenas um se manteve na profissão e não na oficina de Abramo, mas sim em negócio próprio, aberto em outra cidade. Todos os outros dos quais identificamos trajetórias tornaram-se proprietários de negócios de vulto, mantendo a posição social de sua família de origem como empresários. A experiência como aprendizes não determinou seu futuro como artesãos ou operários, o que indica que as possibilidades profissionais desses indivíduos estavam mais ligadas à origem familiar do que ao conhecimento adquirido como aprendizes de funileiro.

Enquanto contratava os primeiros aprendizes, Abramo Eberle ampliava seus negócios. Na mesma época da contratação do aprendiz e futuro industrial Constantino Manfro, houve uma importante mudança na oficina. Tanto que as duas contratações seguintes não foram para a funilaria, mas sim para um novo espaço: a ourivesaria.

Em 1904, o empresário abriu uma ourivesaria ao lado da funilaria fundada por seu pai. Álvaro Franco, seu biógrafo, contou que os equipamentos pertenciam a Edmundo Müller, antigo ourives de Caxias que em 1900 já oferecera suas ferramentas à venda ao empresário. Depois de algumas viagens para comercializar produtos coloniais em São Paulo, mencionadas anteriormente, Abramo teria decidido fechar negócio com Müller, mas descobriu que ele havia se transferido para Cruz Alta, levando consigo as ferramentas. Porém, soube que as máquinas maiores, como o “cilindro de laminação, rolo para laminar chapas e fios, tráfila e embutideira” foram adquiridas por alguém em Caxias (FRANCO, 1943, p. 139). Mais tarde, Abramo foi procurado por Luís Gasparetto e Pedro Mocelin, antigos empregados da oficina de metalurgia de Amadeo Rossi, que funcionava em Caxias antes de se transferir ao município de São Leopoldo. Eles informaram ao empresário terem comprado as máquinas de Müller, juntamente com Erico Raabe, que fora aprendiz do ourives Müller. Os dois propuseram, então, parceria para a abertura de uma fábrica de artefatos de metal junto aos negócios de Abramo. Raabe, inicialmente, permaneceu trabalhando com Rossi e depois assumiu cargo de direção na fábrica Eberle. Ao final da negociação, Gasparetto e Abramo se tornaram sócios na ourivesaria entrando com quotas idênticas de capital, enquanto “a Mocelin lhe foi dado o lugar de técnico na nova fábrica” (FRANCO, 1943, p. 141-142).

A partir desse momento, conforme podemos perceber no Quadro 1, dos 29 aprendizes contratados apenas quatro foram direcionados à funilaria. Os 25 outros trabalhariam na ourivesaria, sendo que dois contratos mencionam o ensino da “ourivesaria e fundição” e o último aprendiz, contratado em 1912, trabalharia na oficina de ourivesaria, mas receberia especificamente o ensino para o ofício de fundidor. Percebe-se nesse período a transição de uma oficina de funilaria, que produzia artefatos com folhas metálicas, principalmente de flandres e cobre, para uma oficina de metalurgia, passando a produzir metais a partir do uso de técnicas de fundição e laminação.

Quadro 1 - Duração dos contratos dos aprendizes da Eberle e respectivas ocupações, 1901-1915.

		1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915
1	Ernesto Barbisan	09/05			09/05											
2	Eugenio Lucchesi	13/05			13/05											
3	Angelo Corsetti		01/08		01/02											
4	Vicenzo Ferrari				01/04			01/04								
5	Constantino Manfro				01/12		01/06									
6	Ernesto Tomasi					01/05			01/05							
7	José Torresini					01/11		01/11								
8	João (?) Debastiani					01/12			01/12							
9	Cesare Longhi						10/05	10/05								
10	Donato Rossi						01/06			01/06						
11	Francisco Zatti						15/06			15/06						
12	Antonio Gallio						24/12			24/12						
13	Luigi Rech							01/03			01/03					
14	Iseo (Iséo) Bottini							26/03			26/03					
15	Lino Zani							01/06			01/06					
16	Felice Longhi							01/08		01/08						
17	Pietro Balen							01/11		01/11						
18	Giuseppe Rossi								07/04		07/04					
19	Luiz Dotti								30/04			30/04				
20	Antonio Fedrizzi								01/05			01/05				
21	Abramo Pedron								04/05			04/05				
22	Constante Menegotto/atto								12/06			12/06				
23	Valentin Duso								01/07			01/07				
24	Alberto Mengatto								21/09			21/09				
25	Antonio Rigon								10/10		10/04					
26	Giovanni Pissolato								12/11			12/11				
27	Luciano Martini(Martin)								20/11		20/05					
28	Bernardino Arioli									24/03			24/03			
29	Fausto Ioppi									09/05			09/05			
30	Francisco Perini									18/08		18/02				
31	Vergílio (Virgílio) Peretti									19/09		19/03				
32	Frederico Perottoni										01/03		01/09			
33	Fortunato Fadanelli											02/01		02/01		
34	Alfredo Adami											03/07			03/07	
35	Paride Mortari												02/05			02/05

Funilaria
 Ourivesaria e fundição
 Ourivesaria
 Fundidor na oficina de ourivesaria

Fonte: Contratos de aprendizagem da empresa Abramo Eberle (1901-1912).

Essa guinada pode ser visualmente percebida em dois documentos. O primeiro é uma fotografia datada de 1907 (ou 1906, conforme consta a lápis na própria foto), que mostra a fachada da empresa. O nome do estabelecimento passou a iniciar com a palavra “ourivesaria” e depois do nome de Abramo consta a expressão “e Cia.”, indicando a existência de outros proprietários além do nomeado.

Figura 4 - Vista da fachada e do grupo de operários da Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia. Caxias do Sul/RS. Domingos Mancuso. 1907.³⁰



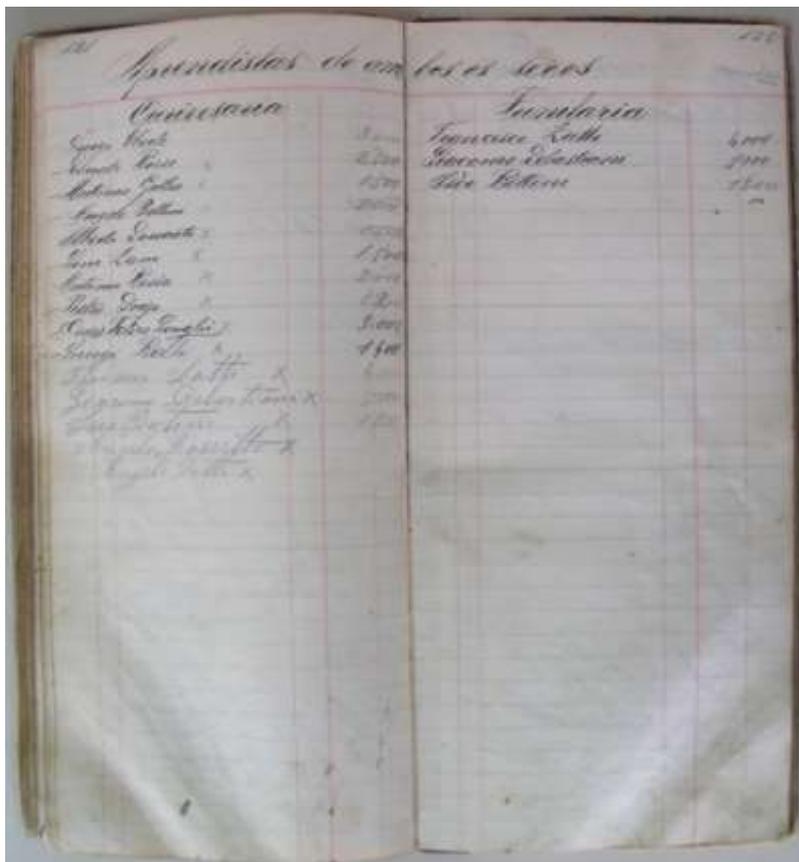
Fonte: Fotógrafo Domingos Mancuso. Coleção Eberle S.A. Acervo do AHMJSA.

Também é possível perceber essa mudança de enfoque na quantidade de aprendizes destinada para cada setor, informação que consta nas páginas 121 e 122 do primeiro livro de anotações sobre os operários da Eberle. São 18 nomes, sendo 15 na

³⁰ Nos registros da fotografia no AHMJSA, consta a inscrição “1906” a lápis. Pela quantidade de crianças que aparecem na imagem, é possível inferir que ela data do segundo semestre de 1906, quando vigoraram os contratos de aprendizes de: Vincenzo Ferrari, Ernesto Tomasi, José Torresini, João Debastiani, Cesare Longhi, Donato Rossi, Francisco Zatti e Antonio Gallio.

coluna referente à ourivesaria e três na funilaria, e, com exceção de dois, são acompanhados por uma inscrição numérica que provavelmente se refira a salários atribuídos a eles.

Figura 5 - Lista de aprendizes por setor da Eberle, 1907(?).



Aprendistas (sic) de ambos os sexos (sic)

Ourivesaria		Funilaria	
Luigi Eberle	3000	Francisco Zatti	4000
Donato Rossi	2500	Giacomo Debastiani	5000
Antonio Gallio	1500	Iséo Bottini	1200
Angelo Bellini	2000		
Alberto Doncato	1500		
Lino Zani	1500		
Antonio Rasia	2000		
Pietro Drago	1200		
Felice Longhi	3000		
Luigi Rech	1400		
Francesco Zatti	4000		
Giacomo Debastiani	5000		
Iseo Botini	1200		
Angelo Rossetto			
Angelo Dotti			

Fonte: Caderno Salário dos Operários 1906 – 1908 (MAE 062L). Acervo do AHM/JSA.

A altura do livro em que a lista se localiza leva a crer que tenha sido elaborada em 1907, e complementada posteriormente, já que os cinco últimos nomes da primeira coluna estão a lápis, assim como os salários de todos.

A época da fotografia da Figura 4 e do livro de registro da Figura 5 foi marcada pela expansão no número de meninos contratados pela empresa de Abramo Eberle. De maio a novembro de 1904, apenas o contrato de Vincenzo Ferrari estava em vigor. A partir de 1º de dezembro deste ano, ele dividiu a oficina de funilaria somente com Constantino Manfro até a entrada de João Debastiani, em 1º de dezembro de 1905, quando passou a haver um trio no setor. Em 15 de junho de 1906, pouco depois do vencimento do contrato de Constantino, foi contratado o décimo primeiro aprendiz, chamado Francisco Zatti, provavelmente para substituí-lo na oficina de funilaria. Antes de Francisco, João Debastiani já havia sido contratado para a oficina de funilaria, como vimos, e José (ou Giuseppe) Torresini, Cesare Longhi e Donato Rossi para a de ourivesaria.

Analisando o Quadro 1, identificamos que entre novembro de 1905 e junho de 1906 foram contratados esses quatro aprendizes que não parecem substituir os anteriores, uma vez que nenhum contrato estava por vencer nesse período. Configuraram-se, então, novos postos de aprendizagem que estavam sendo criados. A partir de então, houve uma evidente expansão nos contratos, que durou até 1910.

O aprendiz solitário Vincenzo Ferrari, que ficou sozinho durante boa parte do ano de 1904, passou a conviver com outros quatro aprendizes no final de 1905. Em maio do ano seguinte, sete contratos estavam em vigor. Em março de 1907, chegou a haver 13 contratos vigendo concomitantemente. No próximo ano, o ápice foi de 19 aprendizes em novembro e, no mês de março de 1909, chegou-se a ter 22 aprendizes contratados para a oficina de Abramo Eberle.

Voltando aos contratos dos aprendizes, verificamos que o primeiro para a ourivesaria é o de Ernesto Tomasi, em maio de 1905. A única diferença do padrão dos contratos, além do setor de trabalho e do ofício aprendido, é que no de Ernesto Tomasi sua mãe, Ângela Tomasi, foi quem se comprometeu junto a Abramo. Antes dele, apenas Eugênio Lucchesi, órfão de pai, teve seu contrato assinado por sua mãe, Sérgia. Quem assinou o documento “a rogo” da mãe do aprendiz Ernesto Tomasi foi Ettore Pezzi, um

comerciante local. Sobre o aprendiz, a única informação localizada foi que ele continuou na empresa, como operário, a partir de 1907 (TISOTT, 2008, p. 88).

Além de registros sobre Ernesto, encontramos anotações na documentação da Eberle referentes aos empregados sobre outros três aprendizes que permaneceram na empresa como operários: José Torresini, Cesare Longhi e Donato Rossi (TISOTT, 2008, p. 92).

Um desses quatro, José Torresini, foi o primeiro aprendiz cujo contrato estabelecia o pagamento de salário e, diferente de todos seus antecessores, seu contrato não previa nem pouso nem alimentação por conta da oficina. Nos dois anos em que o documento vigeria, receberia 15\$000 por mês no primeiro ano e 25\$000, também mensalmente, no segundo. O contrato foi firmado por seu pai, em 1º de novembro de 1905, quando Giuseppe já tinha 16 anos, e estabelecia que ele trabalharia na ourivesaria e na fundição, tendo que “trabalhar na oficina todos os dias de semana menos nos domingos e dias santos”. Seu pai, Albano Torresini, embarcou no navio Perseo no porto de Genova em 1º de maio de 1885, e aportou no Rio de Janeiro em 20 de maio do mesmo ano. Depois de cerca de vinte dias, chegou a Caxias, onde adquiriu um lote urbano com Girolamo Torresini, em 31 de julho de 1893 (TISOTT, 2008, p. 82); diferentemente da família de João Debastiani, o contratado seguinte, do qual só sabemos que sua família se instalou na área rural, em um lote na 2ª Léguas em 1882 (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 210). Os irmãos Albano e Girolamo Torresini aparecem em uma lista de artistas plásticos nas anotações do antropólogo Thales de Azevedo, que esteve em visitas de estudos em Caxias em meados do século XX. Ao lado do nome de ambos há a inscrição “escultura” (AZEVEDO, 1994, p. 427). Sobre a vida futura do aprendiz José Torresini, há algumas fotografias dele no AHMJSa, acompanhado da esposa e dos filhos, e uma nota de seu falecimento, de abril de 1943, na qual há a informação de que teria sido “antigo e conceituado empregado da Usina Elétrica desta cidade”³¹.

Sobre o aprendiz Donato Rossi, o décimo aprendiz contratado, sabemos que seu pai, Felice, casou-se com Teresa Paternoster, possivelmente mãe de Donato. Teresa era filha de Giacomo e Orsola, todos tendo chegado do Tirol em dezembro de 1876. Seu irmão, Giovanni Battista Paternoster, que veio para a Colônia com 18 anos, “foi expulso do núcleo da Colônia Caxias, onde estavam estabelecidos, em 5/8/1880, pelo prazo de

³¹ Jornal O MOMENTO, de 3 de Abril de 1943 (número 524), página 1 (Acervo da Biblioteca Nacional).

um ano, por vagabundo e por falta com a ordem e a moralidade pública” (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 658).

Como mencionado antes, depois do fim do contrato, em junho de 1909, Donato Rossi continuou a aparecer nos registros da empresa como operário, mas não permaneceu nessa condição durante toda a vida. Seu nome aparece em depoimentos como sendo um dos primeiros habitantes da comunidade de Nossa Senhora da Saúde, na porção Norte de Caxias. Lá ele mantinha um armazém e uma casa de negócio, em frente à igreja da localidade, onde colonos vindos de diferentes regiões compravam comida, roupas e outros produtos³². Em 1913, seu nome consta na lista dos fundadores do Sport Club Juventude³³, e, em 1915 casou-se com Ermelinda Costamilan³⁴. Nos anos 1930, o ex-aprendiz abriu também um armazém de secos e molhados no centro da cidade, onde comercializava produtos coloniais³⁵. Nessa mesma década, Donato aparece como comprador de um lote rural no Travessão Aliança da IX Léguas³⁶ e há várias menções ao seu nome na imprensa como sendo um “capitalista” local, integrante de seletos grupo que ofereceu um banquete ao prefeito e como proprietário de um “palacete” alugado para atividades públicas³⁷.

³² Depoimento Jesuína Piccoli Vanset. Banco de Memória do AHMJSA.

³³ MICHELIN, 1997, p. 125.

³⁴ Na seção “Horário das Missas”, *O Momento* noticia a missa de bodas de prata de Donato Rossi e Ermelinda Costamilan no dia 15 de maio de 1940. (O MOMENTO, 13 de maio de 1940, nº 374 ano VIII, p. 6)

³⁵ Depoimento de Aldino Casagrande. Banco de Memória do AHMJSA.

³⁶ Escritura de compra e venda com pacto ad-retro – Transmitentes (Vendedores): Marino Cassol e esposa Genofa (Genovefa) Cassol – Adquirente (Comprador): Donato Rossi / Imóvel: Terreno do lote rural nº 45 do Travessão Aliança, 9ª Léguas – 1ª Léguas, com casa e benfeitorias – Caxias – 26/09/1933 (ROS 002). Acervo do AHMJSA.

³⁷ Na 4ª edição da Festa da Uva, recebeu diploma de terceiro prêmio na categoria de uvas tintas e brancas para vinho. (O MOMENTO, 8 de março de 1934, nº 55, ano II, p. 2)

“As classes conservadoras do município e numerosos outros elementos representativos de todas as atividades oferecerão hoje um grande banquete ao prefeito sr. Dante Marcucci por motivo do 1º aniversário do seu governo.” O nome de Donato Rossi aparece na lista de “pessoas que aderiram ao banquete”. (O MOMENTO, 28 de dezembro de 1936, nº 202, ano IV, p. 6)

O Jornal *O Momento* de 4 de julho de 1938 noticia o casamento de Nadir Rossi, “filha do capitalista desta praça sr. Donato Rossi” com Iginio Andrezza. (O MOMENTO, 4 de julho de 1938, nº 278, ano VI, p. 1)

“Seguiu para Porto Alegre o sr. Donato Rossi, capitalista local e proprietário do palacete moderno que acaba de ser construído nesta cidade.” (O MOMENTO, 24 de outubro de 1938, nº 294, ano VI, p. 4)

“O sr. Emanuel da Costa e Silva, ilustre Delegado Regional, na louvável intenção de instalar convenientemente o serviço policial sob sua direta orientação, conseguiu, finalmente, ver seus desejos coroados de êxitos, deixando, assim, esse importante aparelhamento policial, de continuar funcionando nas acanhadas salas do velho prédio da prefeitura local para instar-se, condignamente, no amplo edifício Donato Rossi, sito à rua cel. Flores, esquina Sinimbú.” (O MOMENTO, 13 de março de 1939, nº 314, ano VII, p. 1)

Em 1950, Donato Rossi abriu um grande cinema, chamado Cine Real, no bairro de São Pelegrino, contíguo ao centro da cidade. A sala tinha 1.500 lugares, era equipada com modernos equipamentos e foi inaugurada durante a Festa da Uva³⁸, como um grande evento da tradicional festividade. O empreendimento encerrou suas atividades em 1982 (POZENATO; GIRON, 2007, p. 139-141). Donato, o décimo contratado, é o quarto aprendiz sobre o qual as fontes encontradas indicam que ascendeu socialmente após a experiência na oficina.

Quando aprendiz, Donato Rossi foi o segundo a receber salário. No tempo de sua contratação parece haver uma mudança na dimensão da Eberle. A partir de José Torresini, contratado no final de 1905, a maior parte dos contratos de aprendizes passou a prever o pagamento de salário. Os dois próximos contratos seguiram o estabelecido nos anteriores ao seu, entretanto, depois de Donato Rossi e Francisco Zatti, engajados em junho de 1906, o padrão foi alterado, pois o alojamento durante a noite foi substituído por um salário de 40 mil-réis anuais. Quando esses dois aprendizes foram contratados, cinco contratos que previam pernoite por conta da oficina estavam em vigor. Esse foi o maior número de pernoites concomitantes encontrado em todo o período ao longo do qual os contratos vigoraram.

“No andar superior (do ed. Donato Rossi), sob a administração do ilustre magistrado a que nos referimos (juiz de direito Eduardo Ruiz Caravantes), está sendo adaptado o fôro local...” (O MOMENTO, 3 de abril de 1939, nº 314 ano VII, p. 1)

³⁸Desde 1881 há registros de exposições de produtos da Colônia Caxias promovidas pelas autoridades públicas locais. Esses eventos tinham por finalidade “expor o produto do trabalho, expor os frutos colhidos da terra: primeiro, para a sua comunidade, depois para o mercado e para as autoridades estaduais, objetivando demonstrar sua qualidade numa dimensão econômica, visando à comercialização” (MACHADO, 2001, p. 228). Nos anos 1930, a integração entre a economia local e a nacional possibilitou o crescimento mais célere da cidade e as ações de parceria entre poder público e o empresariado organizado para promover desenvolvimento econômico ganharam corpo. Essa ação conjunta ganhou um símbolo em 1931, com a edição inaugural da Festa da Uva, que se tornou um evento tradicional na cidade e é promovido periodicamente até a atualidade. “Pela primeira vez, uma exposição de produtos agrícolas foi elevada à categoria de festa (...). Tinha como objetivo expor a uva como principal produto da economia local, passando a centralizar as atenções e os interesses dos organizadores” (p. 239). Os resultados da primeira festa entusiasmaram os diretores da Associação dos Comerciantes, que decidiram ampliar o evento no ano seguinte. A partir de 1932, a festa passou a ser promovida pela organização empresarial com o patrocínio da prefeitura. Segundo Machado, “começava, assim, o maior evento promocional de Caxias do Sul, que se transformou na vitrina de produtos oriundos dos diversos setores produtivos do município” (p. 240). Durante a Segunda Guerra Mundial a promoção das Festas da Uva foi interrompida e retomada em 1950, juntamente com a comemoração dos 75 anos da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul. A edição de reinício, durante a qual foi inaugurado o Cine Real, de Donato Rossi, foi marcante na história local, pois a festa ampliou sua abrangência, incorporando os municípios da região de colonização italiana, e deixou de ter um caráter estritamente econômico, direcionando seus eventos para “áreas socioculturais” (p. 249-250). A partir de 1950, a Festa da Uva passou a ser realizada quadrienalmente, até 1975 – ano do centenário da imigração italiana –, quando passou a ser bienal (p. 251).

Como vimos antes, esse momento também foi marcado pela considerável ampliação das vagas de aprendizes. Quando analisamos o que Lazzarotto levantou sobre o fluxo de operários e investimentos da Eberle, verificamos uma relação entre o aumento do número de aprendizes demonstrado neste capítulo com os elevados investimentos em maquinário apontados pelo autor. Lazzarotto não conseguiu dados anteriores a 1905, mas identificou que a relação entre investimentos e os primeiros faturamentos no período compreendido entre 1907 e 1911 revela uma “tendência à valorização da tecnologia” (LAZZAROTTO, 1981, p. 47). Nestes anos, as linhas de produção foram ampliadas e, em 1907, 36,5% do faturamento foi investido em maquinaria, enquanto apenas 4,4% foi gasto com mão de obra. Não há dados sobre o ano seguinte e, em 1909, somente pouco mais de 1% do faturamento da empresa foi destinado ao pagamento de funcionários (p. 47).

Cruzando os dados obtidos na presente pesquisa com os organizados por Lazzarotto, podemos concluir que o período durante o qual houve grande aumento do emprego de aprendizes, passando de um único contratado em 1904 para 22 meninos em 1909, foi o tempo em que a Eberle menos gastou com mão de obra, pelo menos nas suas primeiras décadas de funcionamento, e quando o maior percentual do faturamento foi empregado em capital na forma de maquinário. O investimento em máquinas de 1907 só seria superado percentualmente em 1947³⁹, época da abertura da segunda fábrica da Eberle, fato que será mencionado no terceiro capítulo desta tese.

Essa maquinaria comprada durante a massiva contratação de aprendizes passou a ser operada por cada vez mais funcionários. Se na fotografia de 1907 aparecem cerca de 60 trabalhadores, três anos depois, a empresa passou a contar com 80 funcionários e em 1915 já eram 152 (LAZZAROTTO, 1981, p. 47-48).

Entre os aprendizes que ingressaram na Eberle no período de expansão estava Antônio Fedrizzi, o vigésimo contratado. Ele era órfão de pai, por isso, seu irmão Rafaelle assinou como responsável por ele. Era filho de Celeste Fedrizzi e Raymonda, que nasceram no Império Austro-Húngaro e chegaram à Colônia Caxias em maio de 1878, com 43 e 22 anos respectivamente — alfabetizados e acompanhados de muitos parentes. Além de seus filhos, Rafaelle, com 2 anos, e Giuseppe, com apenas 3 meses,

³⁹ Ver as tabelas IV a IX com os balanços anuais do fluxo de trabalhadores e investimentos da Metalúrgica Abramo Eberle em LAZZAROTTO, 1981, p. 47-57.

também fizeram a viagem: Giuseppe, seu irmão, com 47 anos, solteiro; outro irmão chamado Antonio, com 38 anos, casado com Celeste, de 34 anos, também alfabetizados; e os sobrinhos Carlos, Giovanni e Melania, todos com menos de 4 anos. Todas as crianças nasceram no Brasil. Eles adquiriram ½ lote rural no Travessão Santa Teresa, na 5ª Léguas (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233).

Parte do mesmo lote comprado pelos Fedrizzi foi adquirida pela família de Giovanni e Maria Pedron, pais de Abramo Pedron. Eles obtiveram ¼ do lote e também já eram alfabetizados quando chegaram do Império Austro-Húngaro em maio de 1878, com dois filhos menores de 4 anos. Uma das filhas do casal foi batizada por Celestina Fedrizzi (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233). No caso dessas duas famílias, possivelmente a decisão de emigrar foi tomada em conjunto, assim como a de empregar seus filhos como aprendizes de Eberle.

Antônio Fedrizzi e Abramo Pedron começaram a carreira juntos, um na funilaria e outro na ourivesaria, mas apenas Antônio permaneceu no ramo. No Arquivo Histórico Municipal, há vários projetos arquitetônicos das décadas de 1940 e 1950 assinados por Antonio Fedrizzi, nos quais ele consta como “construtor”, mas antes disso há diversos registros de que ele permaneceu na Eberle, assumindo função de chefia. Nas páginas iniciais da primeira edição da biografia de Abramo Eberle, de 1943, intitulada *Abramo Já Tocou...*, há uma lista de funcionários da empresa que estariam subscrevendo um texto elogioso ao patrão. Tal lista está dividida por setores, e na página XV o nome de Antonio Fedrizzi aparece como chefe do setor “Cotação”. Já Abramo Pedron aparece em documentos do fundo Luminato Pedron, seu irmão, que era proprietário de uma vinícola. Ele assinou várias cartas datadas de 1916 até 1920, enviadas de Porto Alegre para a vinícola em Caxias. Possivelmente tenha sido representante da empresa de Luminato na capital do estado (TISOTT, 2008, p. 94).

Outro aprendiz do qual foram encontradas informações sobre os pais é Pietro Balen. Ele foi contratado em 1º de novembro de 1907. O nome de seu pai consta na obra *Povoadores da Colônia Caxias*, de Gardelin e Costa, como “o antigo comerciante Francisco Balém” (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 587). Francisco faleceu aos 73 anos, em 1930⁴⁰, e sua esposa Maria Ângela, mãe de Pietro, morreu em junho de 1944. No registro da morte

⁴⁰ Lembrança de falecimento de Francisco Balén, falecido em 19/12/1930 (LLM 0048, maço 02). Acervo do AHMJSA.

dessa última, há uma lista de 11 filhos seus e as respectivas ocupações à época. Pietro aparece como “comerciante em Lagoa Vermelha” (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 587). Além de comerciante, Francisco Balen também aparece como proprietário do Cinema Colyseu em uma escritura de traslado em que o cinema, incluindo móveis e utensílios, era arrendado para João Leonardelli, em 1917.⁴¹

O contrato de Pietro Balen foi um dos que previa o pagamento de salário. Entre 1901 e 1904, nenhum aprendiz recebia salário. Em 1905, apenas um dos três contratados naquele ano passou a receber. A partir da contratação de José Torresini, no final de 1905, o recebimento de salário passou a ser frequente: dos 27 contratados a partir de 1906, apenas 5 não receberiam remuneração.

Quadro 2 - Quantidade de contratos de aprendizes da Eberle por ano e ocorrência de salário, 1901-1912.

Ano	Com salário	Sem salário	Total
1901	-	2	2
1902	-	1	1
1903	-	-	-
1904	-	2	2
1905	1	2	3
1906	3	1	4
1907	4	1	5
1908	8	2	10
1909	4	-	4
1910	1	-	1
1911	1	1	2
1912	1		1
Totais:	23	12	35

Fonte: Contratos de aprendizagem da empresa de Abramo Eberle. 1901-1912. Acervo particular de Heloísa Eberle Bergamaschi.

Quando analisamos as idades dos aprendizes e cruzamos com o fato de receber ou não salário, não parece haver relação direta entre as duas variáveis. Há aprendizes bem jovens com salário assim como há aprendizes mais velhos sem salário. Veja-se o quadro abaixo:

⁴¹ Escritura (traslado) de arrendamento do Cinema Coliseu (Colyseu), Francisco Balen (proprietário), João Leonardelli (locatário). Caxias, 15/09/1917 (BER 067, maço 04). Acervo do AHMJS.A.

Quadro 3- Relação entre idade e salário dos aprendizes da Eberle, 1901-1912.

Idade	Com salário	Sem salário	Total
11	1	-	1
12	1	1	2
13	3	1	4
14	1	1	2
15	5	2	7
16	4	-	4
17	-	2	2
18	1	-	1
19	-	1	1
21	-	1	1

Fonte: Contratos de aprendizagem da empresa Abramo Eberle S.A. 1901-1912. Acervo particular de Heloísa Eberle Bergamaschi. Livro de registros de batismo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila. Diocese de Caxias do Sul. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Caxias do Sul.

Durante o período de vigência destes 35 contratos, houve momentos em que cinco aprendizes residiam na propriedade dos Eberle. Nenhum relato conhecido fornece qualquer informação sobre onde esses meninos moravam, se ficavam alojados na casa de Abramo, junto com sua família, ou em local separado, ou nos edifícios das oficinas. Em muitos contratos está escrito que a Abramo Eberle & Cia. comprometia-se a fornecer ao aprendiz “a comida e a posada em a nossa casa”. No contrato de Cesare Longhi, por exemplo, consta que o aprendiz moraria “na nossa officina”, em contrapartida, a empresa lhe forneceria “comida e pousada em nossa casa”, e depois voltava a usar a palavra oficina: “O aprendiz tem a obrigação de obedecer às ordens dos patrões, e fazer o que elles mandarem, durante todo o tempo que morar na officina” (TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 9, p. 172-173).

Voltando às diferenças entre as trajetórias posteriores à experiência de aprendizagem profissional, destaca-se que cinco aprendizes mencionados nesta tese permaneceram na condição de operários na própria empresa, enquanto quatro seguiram seus percursos em outra condição, a de empresários. Isso indica que a possibilidade de ascensão social desses meninos talvez não fosse uma rara exceção à regra da manutenção do status de trabalhador. Além disso, o fato indica a possibilidade de a condição de trabalhador industrial ser provisória. Temos ciência que a nossa amostra é pequena para possibilitar a formulação de conclusões taxativas. Contudo, os

percursos examinados podem ajudar a levantar hipóteses sobre o campo de possibilidades onde esses indivíduos elaboravam seus projetos.

Um dado que nos permite relativizar o potencial de ascensão social da aprendizagem profissional é o fato de que, daqueles aprendizes que aparecem no futuro como comerciantes e industrialistas, todos tinham na sua família um patrimônio de armazéns, moinhos, olarias etc. Apenas sobre Donato Rossi, o “capitalista” proprietário do Cine Real, não temos dados econômicos a respeito dos familiares. O mesmo não parece se repetir com os que se mantiveram na condição de operários ou autônomos, cujos pais sabemos terem sido pequenos proprietários de lotes rurais ou artesãos. A partir dessas informações, podemos concluir que as possibilidades para os filhos de famílias empresariais costumavam ser mais propícias à superação da condição de operários do que as dos filhos de pequenos agricultores, mesmo se tratando de uma sociedade em transição na qual as alternativas estariam menos definidas.

Alguns estudos sobre trabalhadores do Rio Grande do Sul registram casos de ascensão social. Ao refletir sobre a identidade operária entre os trabalhadores porto-alegrenses das primeiras décadas do século XX, Isabel Bilhão concluiu que muitos artífices especializados tinham dificuldade de convivência e de identificação com os novos operários não qualificados por “se identificarem muito mais com seu grupo de trabalho – marceneiros, pedreiros, tipógrafos, etc. – do que com os operários” e também porque nutriam esperanças, “ainda realizáveis, (...) de virem a se tornar donos de suas próprias oficinas e, portanto, patrões” (BILHÃO, 2008, p. 44-45). Para a historiadora, na virada do século XIX para o XX e nas primeiras décadas dessa última centúria, “ainda era, de fato, possível para alguns deles ascenderem na escala social” (p. 45).

Bilhão aponta dois importantes estudos sobre a história social do Rio Grande do Sul que corroboram sua conclusão. Um deles é o de Joan Bak, sobre a grande greve de 1906 em Porto Alegre. Esse movimento teria sido uma resposta dos trabalhadores a mudanças estruturais que transformavam a sua vida. Uma delas foi a introdução de novas modalidades de produção que desestruturavam os hábitos familiares de trabalho artesanal. Bak afirma que, na transição da produção artesanal para a industrial, os trabalhadores que tiveram de trocar a oficina pela fábrica viram em risco suas “esperanças de uma ascensão social”, além de sua autonomia e independência, o controle sobre seu trabalho e as relações sociais habituais (BAK, 2003, p. 193). Para a

historiadora, a transição do padrão de produção artesanal para o industrial limitou as possibilidades de ascensão social dos trabalhadores. Na Porto Alegre de 1906, muitos desses indivíduos atuavam em pequenas oficinas de artesãos, “em escalas humanas, com possibilidade de serem promovidos de operário a mestre e frequentemente com relações sociais paternalistas”, enquanto que alguns deles passavam a trabalhar em fábricas, onde as relações sociais eram mais “hierárquicas e disciplinadas” (p. 185). Diz Bak:

Muitos artesãos aspiravam tornar-se donos de seus próprios estabelecimentos, e alguns conseguiam. Mas no início dos anos 1900, os sonhos de mobilidade social começaram a diminuir, quando algumas oficinas se expandiram além das relações pessoais tradicionais e começaram a surgir grandes fábricas (BAK, 2003, p. 186).

A greve de 1906 foi iniciada na marmoraria de Jacob Aloys Friedrichs, personagem de um estudo biográfico da historiadora Haike Roselane Kleber da Silva. Esse trabalho foi o segundo estudo citado por Bilhão para sustentar que os trabalhadores tinham esperança de ascenderem socialmente no início da transição da economia manufatureira caracterizada pelas oficinas para a baseada na produção industrial.

Jacob Aloys Friederichs foi iniciado como aprendiz quando tinha 16 anos, na oficina de cantaria de seu irmão Miguel Friederichs, desde 1884 instalado em Porto Alegre. Ele recebeu ensinamentos teóricos em desenhos geométricos e práticos, cálculos e outras instruções na Escola Profissional do engenheiro João Pünder, e os conhecimentos práticos do ofício de canteiro na própria oficina, por seu irmão e pelo mestre Franz Schubert. A aprendizagem se dava através de exercícios de cópia de obras dos mestres e Friederichs mencionou que seu primeiro trabalho foi uma lápide feita sem qualquer remuneração (SILVA, 2006, p. 77-78). Diz a autora que, “com 19 anos, o jovem Aloys já era oficial e aos 22 tornava-se mestre. Em fevereiro de 1891, foi encorajado a assumir, como proprietário, o empreendimento”, através da compra da empresa do irmão por uma quantia a qual não se tem informação da forma que foi conseguida (p. 78). Miguel Friederichs seguiu à frente de outros empreendimentos seus, em sociedade com grandes empresários da capital gaúcha (p. 79), e o ex-aprendiz Jacob Aloys fez da oficina uma referência no ramo, “recebendo prêmios em exposições ou trabalhando para

as famílias mais abastadas da capital” (p. 80). Friederichs é um caso de ascensão bem sucedido, mas não se pode desprezar, na explicação desse fato, a sua origem familiar empresarial e a rara oportunidade de suceder o irmão no negócio já estabelecido. O exemplo de ascensão social do personagem não pode ser generalizado, já que poucos trabalhadores teriam as condições que ele teve de se tornar empresário.

Para um período posterior, as décadas de 1930 e 1940, a ascensão social de operários ou, pelo menos, a melhoria das suas condições de trabalho, também foi registrada em um importante estudo. Regina Weber demonstra, em pesquisa sobre trabalhadores industriais da antiga colônia estadual de Ijuí, que muitos dos operários não permaneceram na condição de trabalhadores fabris e experimentaram transformações econômicas em suas trajetórias. A constatação de que vários deles passaram à condição de patrões, autônomos ou assalariados em setores da economia mais prestigiados e com melhores condições de trabalho, contrariou a ideia presente na historiografia de que esses trabalhadores estariam presos à posição de operários (WEBER, 2002, p. 76-77). Diversos profissionais se estabeleceram como técnicos atuando em oficinas próprias, ajudados por algum auxiliar ou também constituindo pequenas empresas. De acordo com a autora, “As fundições e fábricas de máquinas formavam torneiros-mecânicos e moldadores-fundidores, que poderiam prestar serviços de torno e solda ou produzir ferragens para máquinas” (p. 78).

Weber entrevistou ex-operários e pôde identificar que um indicador que demonstra que “estava aberta a possibilidade de sair da ‘condição operária’, senão a curto, pelo menos a longo prazo, é a situação dos filhos” (WEBER, 2002, p. 78-79). Poucos dos ouvidos pela pesquisadora tiveram filhos que os sucederam nos mesmos postos fabris que eles. Alguns influenciaram seus filhos a se inserirem em ramo que permitisse o trabalho autônomo e um ambiente de trabalho com melhores condições (por exemplo, um entrevistado citado trabalhava em um frigorífico e seus filhos trabalharam em marcenarias, onde seria “muito melhor” o trabalho porque “é seco” e também pelo ofício de marceneiro poder ser desenvolvido de forma autônoma após a experiência na fábrica) (p. 79). A pesquisa de Weber destacou a educação como um importante fator que possibilitava aos filhos de operários não permanecerem na mesma condição dos pais, sendo uma forma de inserção em outros segmentos sociais. O estudo aparece em falas colhidas pela historiadora como um valor que possibilitava aos filhos

oportunidades diferentes e melhores das que as que os progenitores tiveram, possibilitando que os primeiros pudessem “progredir”, ir “mais pra frente” (WEBER, 2002, p. 79-80).

Nos casos de ascensão mencionados, é possível perceber que os locais onde ocorreram viviam um processo de formação da economia industrial, nos quais a diferenciação das classes sociais se iniciava. Tratava-se de economias e sociedades em transição, o que deixava abertas alternativas socioeconômicas diferentes das experimentadas pelas gerações anteriores, cuja experiência de ingresso na vida adulta se deu em contextos prioritariamente pré-industriais.

Dos nove sobre os quais foram localizadas informações de aquisição de lote rural ou urbano pela família, tem-se conhecimento de que três adquiriam $\frac{1}{4}$ de lote, enquanto a família de um dos aprendizes era proprietária de dois lotes inteiros. Além da extensão da propriedade, também é evidente essa diversidade de condição econômica quando observamos que a família de um dos meninos era proprietária de um moinho, outra tinha casa de negócio e uma terceira possuía propriedades na zona rural e na vila. Essas distintas condições econômicas inserem elementos diferentes no campo de possibilidades de cada um desses personagens, mas mostram algo em comum: a valorização do aprendizado da profissão de funileiro, capaz de abrir caminhos na ordem industrial que se delineava.

Outra diferença era o meio em que os sujeitos cresceram. A maior concentração de residência dos aprendizes se dava na zona rural. Apenas três deles habitavam a vila antes de serem aprendizes. Tal situação, não obstante a diferença temporal, parece indicar que esses meninos provinham de famílias de colonos semelhantes às estudadas por Seyferth, conforme já apontado na introdução, ou seja, aquelas que ou não conseguiam manter seus filhos com os ingressos das atividades agrícolas (“colonos-fracos”) ou não desejavam dividir suas propriedades (“colonos-fortes”), apostando em ocupações urbanas, no caso em tela a metalurgia.

1.1.2 As idades dos aprendizes

Uma variável a ser observada é a idade dos aprendizes. Essa identificação etária foi feita por meio dos registros paroquiais disponíveis no arquivo da Mitra Diocesana, onde constam as informações de batismo dos personagens enfocados.

Quadro 4 - Idade dos aprendizes da Eberle na contratação, 1901-1912.

Idade	Quantidade
11	1
12	2
13	4
14	2
15	7
16	4
17	2
18	1
19	1
21	1
Média	15 anos

Fonte: Contratos de aprendizagem da empresa Abramo Eberle S.A. 1901-1912. Acervo particular de Heloísa Eberle Bergamaschi; Livro de registros de batismo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila. Diocese de Caxias do Sul. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Caxias do Sul.

Dos dez aprendizes dos quais não foi possível identificar a idade, cinco são referidos nos contratos com a palavra “menino”. Dos 25 dos quais se pôde fazer essa identificação, três já eram maiores de 18 anos e outro se tornaria um mês depois do contrato firmado. Dezesesseis aprendizes tinham 15 anos completos ou menos. A idade de maior concentração era 15 anos, que é considerada na bibliografia consultada como uma das idades limites da infância.

Na obra de Heywood, quando foram tratadas das idades dos aprendizes do período moderno, fica clara a variedade delas, assim como foi constatado no caso da Eberle. O autor informou que “os meninos ou, em alguns casos, as meninas não se tornavam aprendizes até que tivessem chegado ao início da adolescência, idade em que eram considerados fortes ou maduros o suficiente para dar conta das demandas da atividade” (HEYWOOD, 2004, p. 167). Por exemplo, a maioria dos contratos de aprendizes da região de Orléanais, na França, entre os séculos XIV e XV, era de meninos entre 15 e 19 anos, sendo que mais da metade já tinha mais de 16 e os mais novos tinham 7. Nesses mesmos contratos, a maioria das meninas estava abaixo dos 12. Na Inglaterra, os aprendizes começavam em algum momento entre 7 e 13 anos (p. 167).

É difícil definir o que seria uma *criança* no contexto examinado nesta tese. Os aprendizes estudados tinham, conforme foi dito antes, a idade considerada como limite da infância por historiadores que utilizaram o critério etário para tal definição. Nesse sentido, por exemplo, Heywood afirma que “as definições de ‘criança’ na força de trabalho variavam consideravelmente nos diferentes contextos nacionais: a maioria dos historiadores estabeleceu 14, 15 ou 16 anos como sendo o limite máximo” (HEYWOOD, 2004, p. 163).

A palavra *menino* foi usada para designar aprendizes de 11 a 16 anos; o termo *rapaz* para um de 16, e *jovem* para um de 17 anos. Dos 35 aprendizes contratados, 24 eram considerados *meninos*, um *jovem*, um *rapaz*, três maiores de idade e a seis não é atribuída nenhuma designação etária. Consultando-se um dicionário da época, encontrou-se “menino” como sinônimo de “infante”, “criança” e “pequeno”. Na definição apresentada, “**menino** ou **menina** é o macho ou a fêmea da espécie humana na sua **puerícia**, isto é, desde os sete anos até que aparecem os primeiros sinais da puberdade” (POMBO, 1914, p. 535, grifos do autor). Um dicionário médico publicado poucos anos depois informa que, “de ordinário”, o termo “infância” é usado para designar a idade humana do nascimento à puberdade, o que seria exagerado para a linguagem científica, que limita esse vocábulo a, “quando muito”, a idade de 7 anos (BARBOSA, 1917, p. 298-299). A delimitação inicial da puerícia do primeiro dicionário é corroborada por essa publicação técnica, que traz inclusive um quadro com a seguinte organização:

Quadro 5 - Divisão etária da vida humana

Primeira infância	0 a 2 anos
Segunda infância	2 a 7 anos
Puerícia	7 a 12 anos
Adolescência	12 a 16 anos
Juventude ou juvenilidade	16 a 25 anos
Virilidade	25 a 50 anos
Velhice	50 anos em diante

Fonte: BARBOSA, 1917, p. 299.

Pode-se afirmar, então, que a maioria dos aprendizes da Eberle vivia na infância, como o termo era definido à época, uma vez que *menino* designaria uma fase anterior à de homens já formados, física e socialmente.

O caso dos aprendizes da Eberle não se enquadra exatamente no modelo de Ariès. Embora o autor demarque no século XIX o fim da antiga sociabilidade, ele abre brecha para “raras exceções” (ARIÈS, 1981 p. XI) de permanência de socialização das crianças mediadas por pessoas alheias à família. Nesta perspectiva, o caso dos aprendizes da Eberle se configuraria como uma das “exceções” mencionadas pelo autor. Entre as ressalvas apontadas pelo historiador francês à prática da “infância longa”, ele identifica a persistência nas “classes populares” da transição precoce para o mundo dos adultos. A “obsessão pela educação” não teve a mesma penetração na “burguesia” e no “povo”. Segundo Ariès, “os antigos gêneros de vida sobreviveram quase até nossos dias nas classes populares, submetidas por menos tempo à ação da escola” (p. 129). Ele chega a botar em questão a possibilidade de “regressão” do sentimento de infância na primeira metade do século XIX, “sob a influência da demanda de mão de obra infantil na indústria têxtil”, já que a “criança do povo” passava para a idade adulta precocemente (p. 129).

Conclui-se que, na visão de Ariès, a noção de infância poderia variar em função das condições materiais das famílias e que as crianças das classes populares estariam “em outro tempo” em relação às da burguesia. Uma visão mais complexa poderia indicar se, para as crianças pobres, as práticas tidas como infantis concorreriam com o trabalho, enquanto o mesmo não sucederia de igual forma com as crianças mais abastadas. No caso dos aprendizes, é difícil distingui-los entre ricos e pobres, mas percebemos que existia uma variedade de condições econômicas entre eles. Porém, neste período, todos compartilharam da mesma condição de encurtamento da infância, pelo menos no que diz respeito à inclusão do trabalho na sua rotina.

Como a escola exerceu papel relevante no processo de alongamento da duração da infância, como demonstrou Ariès, é pertinente verificarmos as condições educacionais em Caxias durante esse período, no sentido de identificarmos as possibilidades de escolarização como alternativa ao trabalho. A quantidade de crianças trabalhando nas primeiras décadas do século XX, como veremos a seguir, pode indicar que a escola não era uma alternativa que ameaçasse esvaziar as oficinas de mão de obra.

Analisando os dados referentes à educação em Caxias no início do século XX, percebemos que a abertura de escolas era uma demanda frequente da população junto ao Poder Público no final do século XIX e início do XX e que houve uma considerável expansão nas primeiras décadas.

No livro *História de Caxias do Sul (Educação)*, de João Spadari Adami, encontram-se transcritas correspondências endereçadas à Intendência de Caxias do Sul e à administração estadual por parte da população. Entre essas cartas estão oito abaixo-assinados solicitando a abertura de “aulas” municipais ou estaduais em diversas regiões do município entre os anos de 1891 e 1902 (ADAMI, 1981, p. 41-42, 60, 72, 82, 85, 88-89).

Em 1900, apenas 144 crianças estudavam nas escolas da Intendência, passando para 600 em 1910, 1.855 cinco anos depois e chegando a 2.868 em 1920. Quando são tratados os dados sobre alfabetização, constata-se que, em 1910, dos 23.956 habitantes da cidade, 10.332 eram alfabetizados, o que corresponde a 43,1% da população. Já em 1930, quando o número de habitantes passou a ser de 32.622, 18.325 adultos eram alfabetizados, o que equivalia a 56,2% do total de habitantes (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1997, p. 28, 60 e 92).

1.1.3 A quantidade de aprendizes e os últimos contratados

Em um livro de registro de operários iniciado em 1906, consta uma lista de aprendizes com informações que vão de fevereiro desse ano a maio de 1908. Nas páginas com dados referentes a 1906, encontram-se anotações referentes a 14 operários, sendo que cinco deles foram contratados no decorrer do referido ano. Somados todos os indícios escritos, as anotações e os contratos se referem a 21 trabalhadores da Eberle, sendo que mais de um terço deles eram aprendizes. Tal proporção se confirma quando se observa as imagens da empresa registradas nesse período — como a fotografia reproduzida anteriormente no início deste capítulo. Naquela imagem, como foi dito, aparecem cerca de 60 pessoas e, pelo menos, 15 parecem ser crianças, todos meninos. Esses últimos representam, portanto, 25% dos operários fotografados.

Voltando aos números, em outro livro de registros de operários, com dados de 1906 a 1908, constam 43 nomes de trabalhadores e aprendizes, sendo que esses últimos somam mais de 30%. Já no livro de registros seguinte, que compreende o período entre 1908 e 1909, são 76 trabalhadores, sendo 33 aprendizes. Nesse documento, portanto, mais de 43% dos registrados pertencem à última categoria. Somando apenas os dados

sobre 1909 desse livro a outros registros relativos ao mesmo ano, constam 85 nomes diferentes de trabalhadores, sendo 35 aprendizes, o que representa uma média superior a 41% desses trabalhadores em formação atuando junto a outras categorias de operários (TISOTT, 2008, p. 90-91).

O “Livro ponto 1909-1910” é aberto com um “Índice dos Nomes” na primeira página, onde há indicações de 15 pessoas. A lista continua na segunda página, mas recebe o subtítulo “Apprendizes”, na qual são relacionados 25 nomes. Novamente, a quantidade de aprendizes surpreende. No decorrer do livro, encontram-se registros de 68 trabalhadores, sendo que 28 eram aprendizes. Novamente, mais de 41% dos trabalhadores pertenciam a essa categoria, o que parece indicar que o crescimento da empresa se sustentava, entre outros fatores, no trabalho de um contingente de crianças e jovens sem qualquer remuneração ou, no mínimo, com uma remuneração menor do que os operários formalmente contratados, sujeitos ainda a vínculos mais pessoais de subordinação.

Essas informações corroboram com o que apontamos acima no que diz respeito à relação entre o uso massivo da mão de obra dos aprendizes nessa fase de expansão da oficina de Abramo Eberle. Quase metade da força de trabalho, progressivamente mais numerosa, era formada por aprendizes.

O penúltimo contratado foi Alfredo Adami, que receberia 20 mil réis como salário, mas só no segundo e último anos, porque no primeiro não ganharia nada (nem comida e hospedagem). Alfredo foi o mais jovem dos aprendizes contratados dos quais consegui identificar a idade: tinha apenas 11 anos em 31 de julho de 1911, quando seu pai, Francisco Adami, e Abramo Eberle assinaram o contrato (TISOTT, 2008, p. 95).

A partir da análise do último contrato, é possível perceber uma permanência e uma modificação em relação ao padrão vigente até então. O documento foi firmado em maio de 1912 e tinha como aprendiz Paride Mortari, de Vacaria. O que permaneceu foi a prática de contratação de aprendizes que, como pode ser verificado na transcrição do contrato (abaixo), se mostra muito parecida com a do primeiro. Tanto o contratado mais remoto, Ernesto Barbisan, em 1901, quanto Paride Mortari, engajado em 1912, passaram a aprender um ofício, trabalhar e morar na oficina de Abramo Eberle. Os compromissos das partes contratadas são quase os mesmos no primeiro e no último desses casos. A diferença que ganha destaque é a cidade de procedência da família

Mortari. De todos os registros de batismos de aprendizes localizados, somente dois não eram da paróquia de Caxias, mas de municípios próximos e também de origem colonial italiana. Luigi Dotti foi batizado em Antônio Prado e Bernardino Arioli em Bento Gonçalves. Já a família de Paride era do município localizado nos Campos de Cima da Serra e sua migração parece antecipar uma tendência que marcou a história da população de Caxias e de sua classe trabalhadora, que foi a intensa atração de famílias das cidades da região de Vacaria que vieram a abastecer de mão de obra a indústria caxiense (TISOTT, 2008, p. 96). Abaixo está a transcrição do contrato:

Entre nós abaixo assignados, por uma parte Abramo Eberle & Cia. e por outra Mortari Luciano, de Vacaria, temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se declara:

Nós abaixo assignados, Abramo Eberle & Cia., declaramos que acceitamos na nossa officina de ourivesaria o menino Mortari Paride, filho do Sr. Mortari Luciano, obrigando-nos a ensinar-lhe o officio de fundidor, com as condições que o mesmo menino fique na nossa officina, como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo-nos obrigados a fornecer-lhe a comida e cama em nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens de seus patrões e prestar-lhes toda a obediência como se fosse a seus pais, durante todo o tempo que se conservar na officina.

Si durante o tempo de aprendizagem, o aprendiz não quizesse sujeitar-se às ordens dos patrões e que por desobediencia ou outro qualquer motivo grave, tivesse de ser despachado da officina, será obrigado o pai do aprendiz a indenizar à parte, Abramo Eberle & Cia, das despesas e do ensino que tivermos feito com o sobredito aprendiz.

Eu Mortari Luciano declaro que aceito o presente contrato particular, obrigando-me por meu filho ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior clareza e firmeza, nós partes contractantes, mandamos passar o presente contracto particular que acceitamos e assignamos na presença das testemunhas abaixo assignnadas, assignando a rogo de Luciano Mortari, por não saber escrever, Cesar Longhi.

Caxias, 2 de Maio de 1912.

(In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 35, p. 222).

Apesar do exercício prosopográfico ter sido prejudicado pela carência de informações, a partir dele é possível identificar algumas características da história da classe trabalhadora caxiense. A primeira é a origem familiar imigrante e rural de quase todos os aprendizes pesquisados. A transição entre o meio rural e urbano talvez

explique a manutenção do uso da mão de obra de crianças, presente frequentemente na agricultura familiar⁴², nas indústrias que se formavam na cidade, mais uma vez lembrando as interpretações de Seyferth (1992) referentes ao Vale do Itajaí.

Outra característica é a condição provisória de trabalhador industrial. Os casos de ascensão social identificados provavelmente eram adicionados às referências compartilhadas pelos trabalhadores, ou seja, a transformação de trabalhador em empresário se apresentava, pelo exemplo dos casos estudados, como uma possibilidade concreta aos trabalhadores. Na época compreendida por este estudo, muitos dos trabalhadores urbanos eram filhos de pequenos proprietários rurais, que tinham sua renda gerada pelo trabalho dos integrantes da família. Não eram exatamente trabalhadores alienados dos meios de produção e do produto de seu trabalho, mas tampouco eram capitalistas compradores de mão de obra que não experienciavam o trabalho. Tal condição, de simultaneidade das condições de trabalhador e proprietário, nos conduz a uma interpretação diferente das tradicionais categorias de estudo das classes sociais da sociedade capitalista urbana, pelo menos nesse período inicial do processo de industrialização de Caxias do Sul.

Há indícios de que a possibilidade de ascensão social fosse um fator presente nas trajetórias de vida dos trabalhadores de Caxias, que condicionava seus projetos individuais e trazia consequências ao fazer-se coletivo da classe trabalhadora local, interferindo na construção de uma autoimagem de classe.

No exame inicial das fontes dos capítulos seguintes, também aparecem trajetórias ascendentes entre os indivíduos que foram alunos da Escola Industrial Elementar e do SENAI. Logo, a questão da ascensão social não se esgotará neste primeiro capítulo, pois também se apresentará nos demais, como veremos a seguir.

Retomando as questões norteadoras da pesquisa, é possível, a partir da experiência dos “aprendizes da Eberle”, apontar algumas conclusões preliminares. Em relação à formação da classe operária caxiense, pode-se dizer que, neste contexto inicial

⁴² A presença de crianças no trabalho rural na região colonial italiana do RS é mencionada na citação de Lazzarotto que abre este capítulo (LAZZAROTTO, 1981, p 125). Também é referida em vários relatos de moradores da região que viveram sua infância nas primeiras décadas do século XX analisados em minha dissertação de mestrado (TISOTT, 2008, p. 102-127). Em nível internacional, nos anos 1990, o estudo de Martin Monestier a respeito da exploração do trabalho infantil indica que a agricultura, tanto familiar quanto comercial, chegou a empregar entre 70% e 80% da população infantil rural em países em desenvolvimento (MONASTIER, 1998, p. 52).

de industrialização da cidade, essa, assim como as demais classes sociais, estava vivendo um momento incipiente do seu fazer-se, no qual muitas possibilidades se colocavam. Enquanto atuavam como aprendizes, as crianças e jovens aqui enfocados contribuíram decisivamente para a valorização do capital da empresa, em função de sua baixa remuneração e de sua estreita subordinação ao patrão. Posteriormente à fase de aprendizado, alguns prosseguiram como operários, mas outros se tornaram patrões, evidenciando a relativa fluidez das fronteiras sociais à qual nos referimos. No que tange à relação público e privado, a experiência de aprendizagem esteve restrita ao segundo âmbito, sem interferência das instâncias governamentais. Finalmente, em se tratando da visão de infância que inspirou este projeto, pode-se dizer que ela concebia as crianças como estando em formação para a vida adulta, encarada sobretudo como associada ao trabalho. Por isso, os “pequenos operários” deveriam desenvolver especialmente a disciplina, a obediência, o conhecimento e a dedicação a um ofício, ainda de caráter artesanal.

2 ESTADO E INDUSTRIAIS PELO ENSINO TÉCNICO

Diferentemente do capítulo anterior, neste será mais evidenciada a relação entre os âmbitos público e privado, que é um dos pontos centrais de interesse da pesquisa. No primeiro “tempo” estudado, as relações se davam basicamente entre indivíduos com projetos particulares, já no caso que será agora analisado, o público e o privado se aproximam e se articulam. Isto se concretizou na Escola Industrial Elementar, inaugurada na cidade de Caxias do Sul em 1917, na qual também se observa a aproximação entre a infância e o trabalho. A partir desse estabelecimento, procurei caracterizar as relações dos governos do estado e do município com o empresariado local, buscando identificar os pontos em comum dos seus projetos de sociedade; refletir sobre a noção de infância e de trabalho que as ações e os discursos desses agentes revelam e examinar as relações dessa experiência de ensino industrial com a formação da classe operária caxiense.

A institucionalização do ensino industrial em Caxias do Sul se deu em um período no qual o Rio Grande do Sul vivia sob a égide do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Isso é relevante porque a orientação do “positivismo castilhista” – por referência ao líder máximo do Partido, Júlio de Castilhos (1860-1903) – da referida agremiação se expressava nas políticas educacionais que o estado implementou. A Escola Industrial Elementar de Caxias foi parte de uma das iniciativas mais relevantes nesse sentido: a criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1896, ainda durante o governo de

Castilhos (1891-1898). Duas décadas depois de sua fundação, essa escola instalou uma unidade em Caxias, destinada ao ensino elementar industrial.

Para o entendimento destas iniciativas governamentais, é preciso examinar, mesmo que em traços bastante gerais, que lugar *educação, infância e trabalho* ocupavam no projeto e na ação política dos governantes e demais agentes sociais envolvidos na criação das instituições de ensino industrial no Rio Grande do Sul. Com essa finalidade, busquei na literatura acadêmica referente ao período e aos temas pertinentes traços do perfil das políticas públicas e do pensamento da época, articulando-os com o objeto específico da presente tese.

Sobre educação, por exemplo, é possível verificar que o projeto positivista do PRR (aliás, como boa parte dos projetos modernizadores da época) veiculava a ideia de modernização social a um esforço educacional e pedagógico. De acordo com Berenice Corsetti, a partir da instalação do Partido na presidência do Estado, a educação passou a ser compreendida como instrumento de controle social e habilitação ideológica para a formação da mão de obra necessária ao atendimento das necessidades produtivas (CORSETTI, 2004, p. 49). A educação, portanto, estava situada em lugar destacado do projeto do PRR, na medida em que esse lhe confiava a possibilidade de formar técnica e moralmente a força de trabalho direcionada à modernização e, evidentemente, suplantar as restrições dos indivíduos ao emprego racionalizado voltado às demandas da produção capitalista e os conflitos advindos das relações de subordinação de classe.

A questão operária teve importância programática semelhante na orientação política dos republicanos gaúchos da virada do século XIX para o XX. Nelson Boeira defende que a máxima da incorporação do proletariado à sociedade moderna foi “o único postulado comtiano importante do programa castilhista” que resistiu às mudanças que a ideologia positivista sofreu em função das circunstâncias históricas das primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul (BOEIRA, 1980, p. 36). No mesmo sentido, César Queirós afirma que esta questão esteve permanentemente no discurso do PRR, mas foram as ações de governo que revelaram a maneira como tal item programático era colocado em prática. Nesse sentido, o autor expõe os limites da incorporação dos operários defendida discursivamente, já que essa deveria ocorrer respeitando-se determinados pressupostos positivistas de caráter segregador. Um deles era o respeito à “lei natural” da concentração da riqueza e do poder, que necessitava ser defendida com o

uso da força estatal (QUEIRÓS, 2006, p. 36). Como uma síntese dos procedimentos característicos da relação do PRR com os trabalhadores, Queirós apresenta os seguintes itens: privatismo nas relações entre capital e trabalho; paternalismo no relacionamento com os trabalhadores; repressão à “desordem social”, como eram entendidas as manifestações de trabalhadores; e busca por generalizar uma ideia de harmonia social que obscurecesse os conflitos sociais (QUEIRÓS, 2006, 37). O programa republicano rio-grandense em relação às bandeiras dos trabalhadores por participação na riqueza e igualdade de direitos era expressamente conservador, pois visava a manter a “ordem social” legitimando a desigualdade. De outro lado, a política do PRR em relação ao desenvolvimento econômico, ao buscar promover a diversificação da produção local, o fortalecimento do mercado interno e a ampliação e qualificação da rede de transportes, era francamente progressista.

Neste pensamento progressista é que se insere a criação da EEPA, inaugurada em 1º de janeiro de 1897. Segundo Boeira, “a organização e a administração da Escola de Engenharia seguiu com fidelidade o figurino positivista” (BOEIRA, 1980, p. 52). Isso significa que a iniciativa era a concretização em solo gaúcho da proposta de Comte da “universidade técnica”. Baseadas no positivismo, as teses sociais do PRR propunham o ensino técnico-profissional como “instrumento de desenvolvimento e progresso”, enquanto contribuísse para “suplantar as formas de trabalho rotineiras e para acelerar o processo de incorporação do proletariado à sociedade moderna” (STEPHANOU, 1990, p. 124).

É deste importante estabelecimento de ensino que tratarei a seguir, pois, em certa medida, a Escola Industrial Elementar de Caxias era a representação local dos objetivos que o estado buscava alcançar com a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

2.1 A ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE

A EEPA era composta por diversos institutos, que promoviam desde o ensino superior até o abrigo a “menores desvalidos”. A escola de Caxias, foco do presente

estudo, era uma filial de um desses institutos, criado para oferecer ensino industrial voltado a crianças pobres, filhos de operários e órfãos.

O estabelecimento de Porto Alegre era uma instituição diferente do padrão do ensino superior brasileiro da época, quando dominavam as faculdades voltadas ao eruditismo e profissionalização inspiradas no modelo francês-napoleônico (MOROSINI, FRANCO, 2006, p. 40). Tratava-se de uma instituição universitária caracterizada pela “interligação entre os diferentes graus de ensino, pela descentralização de suas atividades no Estado e pela produção e divulgação do conhecimento produzido”, seguindo inicialmente o modelo universitário alemão e posteriormente o americano (p. 40). A Escola desempenhava uma relevante função na estratégia de modernização forçada que ocupava o centro da concepção positivista que governava o estado, no sentido de promover o consenso social (e, dessa forma, evitar conflitos de classe) e como mecanismo de intervenção na sociedade para a construção do capitalismo.

Morosini e Franco afirmam que a Escola de Engenharia “pode ser considerada a obra mais grandiosa do espírito positivista no RS” (MOROSINI, FRANCO, 2006, p. 41). O governo estadual e a Escola mantinham “íntima e estreita relação” por compartilharem princípios positivistas (presentes no discurso governamental e em diversos documentos do educandário), pelo reconhecimento da importância do Estado, pela concessão de auxílios financeiros oficiais ao estabelecimento e, também, pela combinação do desempenho de funções políticas e acadêmicas na Escola (p. 41).

É possível dividir a história da Escola de Engenharia de Porto Alegre nas primeiras décadas em quatro fases: a primeira, entre 1896 e 1906, seria a fase “primordial e de consolidação”, quando foram implantados os cursos de agrimensura, engenharia de estradas e engenharia civil; de 1906 a 1911, a Escola viveu sua fase de “expansão”, com a criação dos institutos Técnico Profissional (denominado depois de Parobé), Astronômico, Eletrotécnico e Agrônomo e Veterinário; uma nova fase de consolidação foi vivida entre 1911 a 1917; a quarta fase, de 1917 a 1921, foi a de “extensão” do ensino técnico profissional elementar e médio, industrial e agrícola (MOROSINI, FRANCO, 2006, p. 42-43). Durante essa última fase foram fundadas três

escolas industriais elementares no interior do estado (dotadas de patronatos⁴³), quatro estações de agricultura e pecuária (cada uma delas também com patronato em conjunto), 3 estações de zootecnia (cada uma com um patronato) e 39 de meteorologia. Em 1920, foram criados o Departamento de Saúde, o Curso de Química Industrial, o Departamento Comercial, Industrial e Financeiro (CIF) e o Ensino Ambulante (p. 43).

A respeito das finanças da EEPA, Morosini e Franco destacam que aos auxílios financeiros do governo estadual eram somadas contribuições de empresas e intendências e, a partir de 1911, do governo federal também (MOROSINI, FRANCO, 2006, p. 41), o que evidencia, por um lado, as íntimas relações entre as instâncias públicas e privadas, e por outro, o delineamento de projetos voltados à formação profissional condizentes com os campos de possibilidades então vigentes. Porém, a insuficiência de recursos para o financiamento do educandário parece ser um problema constante nas décadas estudadas. No primeiro relatório apresentado por Álvaro Nunes Pereira, diretor da Escola, o Conselho Escolar foi informado sobre a dificuldade quanto “aos meios econômicos” para a manutenção do estabelecimento⁴⁴. Como alternativa para obtenção de recursos, as municipalidades foram chamadas a participar com envios de verbas. Neste sentido, um ofício de 02 de julho de 1898, quando a Escola de Engenharia contava com 50 alunos, foi encaminhado à intendência do município de Caxias anunciando que o Sr. João José Pereira Parobé assumira a direção do educandário. Passados dez dias, o diretor Parobé enviou nova carta ao intendente solicitando que fosse incluído no orçamento municipal de 1899 um auxílio voltado à construção do prédio da escola. O repasse demandado foi apresentado ao Conselho, devidamente aprovado e confirmado pelo ofício n° 4, de 04 de fevereiro de 1899, que noticiou o envio de 500 mil-réis ao estabelecimento. No mesmo ano, no mês de agosto, novo pedido de recursos chegou à Intendência do município serrano e também foi atendido com igual quantia, enviada em junho de 1900. O edifício da Escola já estava pronto em 08 de outubro de 1901, quando a última solicitação de recursos foi feita a

⁴³ Maria Luiza Marcílio encontrou na legislação federal a criação dos patronatos agrícolas, pelo Ministério da Agricultura, em 1918. Tratava-se de uma “nova forma de amparo e de educação para menores desvalidos”, nos postos de zootecnia, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e em outros estabelecimentos do governo para a educação. Nos patronatos, além da “instrução primária e cívica”, os menores atendidos receberiam noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária (MARÍLIO, 2006, p. 219).

⁴⁴ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1897-1901. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1901 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Caxias para ajudar a saldar dívidas, mostrando a íntima relação entre diversas instâncias do Poder Público na realização do projeto de educação profissional.⁴⁵

Em 3 de maio de 1906, mesmo ano em que foram inauguradas quatro escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro pelo então presidente do estado Nilo Peçanha (CUNHA, 2005b, p. 18), foi aberta a Escola Benjamin Constant, ligada ao Instituto Técnico e Profissional da Escola de Engenharia e mantida pela Intendência de Porto Alegre. Essa oferecia um curso profissional gratuito para “filhos de operários e aos meninos pobres”, com o objetivo de habilitá-los a se tornarem chefes de oficinas. Segundo o relatório de 1907, tal projeto era uma antiga aspiração da municipalidade da capital, que, em 1899, celebrou com a Escola de Engenharia o contrato para a construção de um edifício com o fim de abrigar a própria Escola de Engenharia e sua escola técnica. A meta explicitada era capacitar brasileiros a dirigirem fábricas e oficinas, dispensando o concurso de mestres e oficiais estrangeiros para essas tarefas, promovendo a educação popular e o aperfeiçoamento da indústria. O modelo eram educandários congêneres existentes nos Estados Unidos da América e na Alemanha.⁴⁶

A referência aos modelos dos Estados Unidos e da Alemanha de formação de mão de obra para a indústria aparece em outros documentos sobre o debate a respeito da implementação do ensino industrial no Brasil. Em um relatório de 1892, Fernando Lobo, último titular do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – criado em 1890 tendo como primeiro titular Benjamin Constant e extinto no final de 1892 – defendeu que o país lançasse as bases do ensino profissional, pois, desse modo, a exemplo da Alemanha e dos Estados Unidos, além da França e da Inglaterra, formaria uma força de trabalho qualificada como meio de “manutenção da ordem e prevenção da desordem” e de promover a produção industrial (CUNHA, 2005b, p. 30). No pensamento de Lobo, o “aprendiz de hoje” seria o “mestre de amanhã”, e a indústria passaria a ser nosso “principal elemento de prosperidade” (p. 30). Dizia ainda o Ministro: “Se tal não

⁴⁵ Correspondência recebida da EEPA pela Intendência, 1898-1930 (Acervo do AHMJSA). Não é possível confirmar se o pedido de 1901 foi atendido, pois não consta o recebimento da verba em nenhuma correspondência trocada entre a EEPA e a Intendência. Foram verificados os relatórios da Intendência para confirmar se o repasse está registrado como despesa, mas não há nos acervos em Caxias do Sul o relatório referente a 1901, justamente o ano em questão. Os relatórios guardados pelo AHMJSA e disponíveis na base de dados da Câmara de Vereadores se referem aos anos de 1894, 1897 e, anualmente, a partir de 1902.

⁴⁶ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1902-1907. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1907 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

ocorresse, por essa mesma via se deveria pensar, ao menos, no ‘cidadão útil à pátria’” (p. 30).

Na obra *História da educação em artes manuais e industriais: 1870 a 1917*, lançada nos Estados Unidos em 1937, Charles Alpheus Bennett buscou dar conta dos fatos mais significativos do desenvolvimento dessa educação no referido período (BENNETT, 2015). Nela, o autor destacou o pioneirismo da Alemanha na formação em artes manuais, que teria surgido da pedagogia alemã, embora tenha recebido seu primeiro impulso na Dinamarca e na Suécia (p. 177). O ensino industrial alemão, de acordo com Bennet, tinha como princípios ser metódico, bem organizado e ministrado por professores com formação técnica capacitados para a aplicação de um método racional de ensino. Esse modelo combinava a instrução coletiva em sala de aula com a instrução individual na oficina, estando o ensino técnico integrado à educação elementar geral. Apesar dessa institucionalização do ensino, as raízes do modelo remetem à aprendizagem no sistema doméstico, que ainda era viva na Alemanha pelo fato dela não ter sofrido um colapso na produção artesanal provocado pela Revolução Industrial de forma tão rápida como na Inglaterra e na França (p. 177-227). Segundo o autor, o ensino técnico foi empreendido pelo Estado a partir da tradição do trabalho manual familiar doméstico, mas com um objetivo público bem definido. Em suas palavras,

Sob orientação de Bismark, primeiro chanceler do Império Alemão, foi introduzida uma política abrangente de desenvolvimento industrial e comercial. Seu objetivo era nada menos do que transformar a Alemanha na maior nação industrializada, com o mundo inteiro como seu mercado. Foi observado que tal expansão deveria envolver um vasto desenvolvimento da educação técnica (BENNETT, 2015, p. 199).

O ensino técnico, então, foi implementado nacionalmente na Alemanha no final do século XIX como uma estratégia política de direcionamento do desenvolvimento econômico rumo à industrialização.

Ainda conforme a interpretação de Bennet, no caso dos Estados Unidos da América, o esforço por uma política pública de difusão da educação elementar para as massas no final do século XIX não era necessário, visto que, “desde o início dos tempos coloniais, o princípio da educação elementar para todos e ensino gratuito para os pobres

estava bem estabelecido” (BENNETT, 2015, p. 319). Com a educação elementar geral sendo fornecida pelo Estado, principalmente, “os problemas educacionais deixados para os esforços individuais, filantrópicos e de associações foram os do ensino secundário, profissional e industrial” (p. 319). Uma das primeiras instituições a promover o ensino técnico complementar ao ensino elementar foi inaugurada em 1868, em Worcester, Massachusetts. Tratava-se de uma oficina mecânica vinculada a um instituto politécnico, que era operada como uma oficina comercial, produzindo artigos para venda, e onde os próprios estudantes faziam os trabalhos (p. 320). O modelo estadunidense de escola técnica do final do século XIX era caracterizado pela instrução de trabalho com ferramentas em ambiente de oficina, combinando, como no caso da Alemanha, ensino teórico em sala de aula e trabalho prático em oficina, com o objetivo de promover o ingresso dos concluintes prontamente no mercado de trabalho e evitar a necessidade de estágio de aprendizagem nas empresas (p. 319-349).

Nos dois casos, o desenvolvimento industrial esteve vinculado à qualificação da mão de obra industrial por meio do ensino técnico sistemático e institucional. No que diz respeito aos Estados Unidos, a relação entre a instrução técnica e a iniciativa privada era mais próxima, embora o ensino não estivesse a cargo diretamente das empresas. Já na Alemanha, o poder público foi claramente o condutor do projeto de desenvolvimento industrial, e a opção governamental pela valorização do ensino técnico foi marcante.

No Rio Grande do Sul, a importância do ensino industrial para o crescimento do setor era mencionada nos discursos e iniciativas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que são exemplares da intenção de o Estado comandar o desenvolvimento do capitalismo regional. O ensino técnico sul-rio-grandense durante as primeiras décadas do século XX, assim como nos modelos internacionais acima mencionados, estava integrado ao projeto de expansão da indústria. O caso gaúcho se aproximava da experiência alemã quanto ao papel do Estado, mas o método do ensino industrial aplicado aqui, como a análise do programa de ensino da Escola Industrial Elementar de Caxias vai demonstrar, era similar ao desenvolvido nos Estados Unidos da América.

A política de educação profissional industrial do Rio Grande do Sul intentava capacitar, em território sul-rio-grandense, crianças, provavelmente nascidas no Brasil, para dirigirem as fábricas e oficinas. Na época, os postos de comando das unidades de produção eram ocupados, em muitos casos, por mestres e oficiais estrangeiros. O projeto

do governo do PRR expressava o objetivo de o próprio Rio Grande do Sul formar os responsáveis por operar a indústria estadual, em escolas dirigidas pelo Estado. É possível que os governantes almejassem que o protagonismo do desenvolvimento industrial fosse ocupado por elementos nacionais com sua formação promovida por órgãos governamentais, evitando, assim, a dependência da ação de estrangeiros educados nos seus países de origem. Dessa forma, o nexo entre a formação de mão de obra para a indústria e a construção da cidadania, defendido por governantes republicanos gaúchos, expressaria um desejo de controle sobre o operariado em formação.

Além dessa possível justificativa, é provável que a dificuldade de atração de mão de obra estrangeira qualificada para determinadas funções também sustentasse a vontade governamental de formar brasileiros para ocupar postos de chefia nas oficinas e fábricas. Embora a imigração tenha sido um fenômeno demográfico considerável e marcante na história brasileira no período em estudo, estava longe de ser fácil o recrutamento de imigrantes com formação técnica, experiência e disposição para ocupar determinados cargos nas condições oferecidas⁴⁷.

Outra inferência possível ao entendimento da estratégia da substituição dos trabalhadores estrangeiros por brasileiros é a necessidade de abundância de mão de obra qualificada para o favorecimento dos empresários nas disputas entre patrões e empregados. Na greve de 1906 em Porto Alegre, por exemplo, os trabalhadores imigrantes altamente qualificados que aderiram ao grande movimento tinham consciência que sua substituição seria difícil para os empregadores, já que o mercado de trabalho local era limitado. Bak aponta essa consciência como um dos principais fatores para a manutenção da greve por 21 dias, e também demonstra que empregadores admitiam a dificuldade de substituição de grevistas que só seria possível com a busca de trabalhadores qualificados em outros países, principalmente na Europa, Estados Unidos

⁴⁷ Tal inferência tem base em afirmações feitas durante a greve geral de 1906, ocorrida em Porto Alegre, encontradas no texto de Bak. O proprietário de uma fábrica de banha, por exemplo, “lamentava” só poder substituir os operários grevistas por trabalhadores vindos da Europa ou dos Estados Unidos. A historiadora também evidenciou que a imprensa destacou que os trabalhadores qualificados tinham consciência “do quanto valiam” e de que só poderiam ser substituídos por outros trazidos de fora do país. Segundo a autora, “a grande participação de trabalhadores qualificados que sabiam que não poderiam ser substituídos facilmente no limitado mercado local é uma das explicações mais importantes de sua determinação em manter a greve” (BAK, 2003, p. 193).

da América e Argentina (BAK, 2003, p. 190 e 193). Os empresários, o governo e a imprensa responsabilizaram os estrangeiros pela greve, indicando que a ação dos grevistas imigrantes ou descendentes de imigrantes era uma deslealdade com o país que os acolhera (p. 207-208). A atribuição da greve à falta de fidelidade ao Brasil dá força à tese de que a intenção de formar trabalhadores brasileiros em substituição aos estrangeiros tinha raízes tanto em uma perspectiva nacionalista quanto em necessidades concretas do empresariado local.

Algumas características do modelo de desenvolvimento guiado pelo Estado gaúcho podem ser verificadas no estudo do ensino técnico aplicado inicialmente na capital e, na terceira fase da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em Caxias também.

A escola técnica Benjamin Constant era composta pelas seguintes seções de instrução profissional e prática: eletricidade (eletrotécnica), galvanoplastia, máquinas e motores, carpintaria, marcenaria, modelagem, mecânica, serralheria, forja, fundição e curso de *chauffeurs*. No relatório de 1910, esse último não aparece e, além das anteriores, constam as oficinas de escultura e modelagem, litografia, fototécnica, tipografia e impressão, estereotipia e encadernação.⁴⁸

Foi em 1907 que a Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul votou pela criação da “taxa adicional” de 2% sobre alguns tributos. Essa se destinaria especialmente a tal modalidade de ensino e foi chamada de “taxa profissional” (art. 1º § 8 da Lei 38, de 22 de novembro de 1907). Na exposição de motivos para a criação do tributo, o diretor da Escola de Engenharia menciona um antecedente de setenta anos. Trata-se de uma lei promulgada pela Assembleia Provincial em 19 de dezembro de 1837, que previa a criação de um “Colégio de Artes Mecânicas” voltado ao ensino de “órfãos pobres expostos” e filhos de indigentes, que estivessem pelo menos 10 anos “sem seguirem alguma ocupação útil”, remetidos pelos juízes de Órfãos e de Paz, ou “quaisquer moços, excetuados os escravos”, cujos pais ou benfeitores pagassem as despesas de subsistência e ensino. Esta escola teria no máximo 100 aprendizes, que aprenderiam ofícios mecânicos de acordo com sua “inclinação”, e abrigaria oficinas que

⁴⁸ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1910. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

atendessem às necessidades da Província.⁴⁹ A tentativa era convencer os legisladores mostrando que essas preocupações vinham de longa data. Isto revela também que havia preocupação com questões econômicas e morais há muito tempo colocadas, mesmo antes da industrialização.

Pouco tempo depois da aprovação da nova taxa, o governo encaminhou outra proposta, duplicando o percentual descontado. A Lei 93, de 27 de novembro de 1909, elevou a 4% a taxa profissional, a fim de ser concedido um auxílio ao Instituto de Agronomia e Veterinária criado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Metade do valor arrecadado por meio desse tributo continuaria sendo destinada ao Instituto Técnico Profissional.⁵⁰

A expansão da Escola de Engenharia continuou no início da década de 1910. O relatório referente a 1913, já na sua introdução, deixa claro o objetivo de ampliar os institutos do estabelecimento em Porto Alegre. A meta era aumentar para 1.800 a frequência de alunos, que foi de 1.019 em 1913, não determinando prazo para cumprimento desta; completar seções existentes e instalar novos setores. A fim de viabilizar a construção de novos prédios e sua equipagem, a escola recorreu novamente à Assembleia e obteve os recursos extraordinários necessários, o que evidencia, mais uma vez, que tal instituição era realmente um eixo central do projeto do PRR. Neste ano, o Instituto Técnico Profissional contava com mais de 500 alunos, dispo de 16 oficinas para o ensino prático.⁵¹

Nos documentos analisados, a relação entre a Escola de Engenharia e o governo estadual parece ter sido de muita afinidade. Os recursos solicitados pela primeira eram repassados, assim como as ampliações de serviços demandadas pelos governantes eram executadas. O mesmo parece ter ocorrido no contato entre o educandário estadual e a municipalidade de Caxias. A comunicação entre elas verificada na virada do século XIX para o XX voltou a se dar na primeira década da nova centúria. Em 03 de novembro de 1910, a Escola enviou novamente uma carta a Caxias com uma solicitação de auxílio

⁴⁹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1902-1907. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1907 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁵⁰ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1909. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁵¹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1913. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

financeiro de 500\$000, mas, dessa vez, com a justificativa da instalação de uma estação meteorológica permanente no município serrano. Em 1915, outra carta, assinada por Celeste Gobbato⁵², cobrava 200\$000 por 50 exemplares do “Manual Prático de Viticultura”, de sua autoria, enviados em agosto do ano anterior.

Uma evidente diferença nesta nova fase da relação da Escola de Engenharia com a municipalidade de Caxias é o maior benefício obtido pelo município em troca dos repasses financeiros. Neste contexto, situa-se um episódio que é o primeiro ato da história que introduzi até aqui. Em 1913, por decisão expressa em um decreto do presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, sucessor e herdeiro político de Castilhos, a Escola de Engenharia recebeu a incumbência de criar três unidades filiais em cidades do interior do estado: uma foi justamente instalada em Caxias do Sul e iniciou suas atividades no ano de 1917. A localização das escolas e o plano de ensino foram determinados por um decreto de Borges, que também as incumbiu da elaboração da “estatística industrial das regiões onde estiverem localizadas e da formação de seu museu industrial”.⁵³

Ocorreu, então, uma nova ação no sentido do incentivo à indústria, visando o “desenvolvimento econômico” e o “progresso social” do estado, dessa vez tendo como palco uma cidade que dava sinais de seu potencial industrial.

É difícil dimensionar o potencial industrial da cidade nesse tempo, em função da carência de estatísticas confiáveis. Alguns números podem contribuir para dimensionarmos a indústria e o desenvolvimento do município nas primeiras décadas do século XX. Dados sobre a população de Caxias do Sul indicam que essa passou de quase 24 mil pessoas em 1910 para 33.773 em 1920, aumentando, pois, em quase 10 mil habitantes. No mesmo período, a população urbana praticamente dobrou, atingindo uma estimativa de 3.500 pessoas no final da segunda década do século XX (MACHADO, 2001, p. 211). Um censo municipal realizado em 1910 acusou a existência de 632 edificações na cidade, de um total de 9 mil em todo o município (p. 120). No início da década de

⁵² Celeste Gobbato foi um enólogo e viticultor italiano que chegou ao Brasil em 1912 para ser professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Posteriormente, veio a se transformar em importante figura política do estado, exercendo os cargos de intendente de Caxias entre 1924 e 1928 e deputado estadual na década de 1940. Ver: MONTEIRO, 2011.

⁵³ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1914. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

1910, havia em Caxias 160 casas comerciais (sendo 45 na cidade), 74 moinhos de trigo, 48 fábricas (entre alimentícias, químicas, de utilidades domésticas, tecelagem etc.), 39 ferrarias, 38 serrarias, 14 funilarias, 12 marcenarias, 10 curtumes, 10 cervejarias, 6 ourivesarias, 4 oficinas de fundição, 3 oficinas de artefatos de metal, 3 vinícolas, 2 oficinas de esculturas etc. (p. 118). Nessa época, o principal produto manufaturado da cidade era o vinho, fabricado em cantinas domésticas e, cada vez mais, em grandes estabelecimentos vinícolas pertencentes a “comerciantes-fabricantes” (PESAVENTO, 1983, p. 33). A produção doméstico-artesanal da bebida foi sendo substituída pela produção modernizada e em larga escala das “fábricas” já nos últimos anos do século XIX. Com isso, nos primeiros momentos da década seguinte, muitos dos pequenos proprietários passaram de produtores de vinho a fornecedores de matéria prima aos grandes estabelecimentos. Portanto, Caxias se mostrava como um campo de possibilidades promissor para o desenvolvimento do projeto de ensino industrial configurado pelo governo do estado por meio da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

2.2 A ESCOLA INDUSTRIAL ELEMENTAR DE CAXIAS

As filiais da Escola de Engenharia no interior deveriam ser instaladas em Cachoeira (posteriormente substituída por Santa Maria), Rio Grande e Caxias. Não localizei fontes que expressassem claramente os motivos da escolha dessas cidades, mas pode-se levantar como hipótese que, entre os critérios para a definição do governo estadual, estavam: a) a localização destes três polos em regiões distintas do RS; b) a existência de terminais ferroviários em todos esses municípios e do porto marítimo, no caso de Rio Grande; c) o desenvolvimento industrial que todas as localidades apresentavam na década de 1910; e d) a importância política que essas cidades em crescimento poderiam representar. A lei aprovada pela Assembleia dos Representantes não determinava os locais onde ficariam as escolas, e tampouco os anais do legislativo

registram qualquer debate a respeito dessa decisão quando o projeto de lei entrou em discussão e votação.⁵⁴

A relação entre a Intendência de Caxias e a Escola de Engenharia se consolidou em meados de 1917, mais especificamente em 08 de julho, quando foi inaugurada a Escola Industrial Elementar de Caxias. A iniciativa, como dissemos, foi da Escola de Engenharia de Porto Alegre e do governo do estado, que manteria o novo educandário de ensino técnico de nível elementar com auxílio do município.

2.2.1 O ensino técnico

Na inauguração, quem representou as autoridades responsáveis pelo feito foi João Lüderitz, então diretor do Instituto Parobé. No seu discurso, reproduzido em parte pelo jornal *O Brazil*⁵⁵, ele atribuiu a ideia da criação das escolas filiais no interior do estado ao diretor da Escola de Engenharia, João José Parobé, em conjunto com João Simplício Alves de Carvalho, também diretor. A proposta recebeu amparo de Borges de Medeiros, que providenciou o apoio institucional necessário a fim de que o “projeto do ensino profissional estendido ao Estado todo” tomasse corpo e se concretizasse. Dois objetivos da escola podem ser identificados no referido discurso: oferecer aprendizado técnico aos filhos dos industriais e, com muito mais ênfase, promover a formação de operários para a indústria. Ou seja, mais do que oferecer formações distintas para diferentes classes sociais, o educandário buscava oferecer um ensino técnico comum que pudesse habilitar os filhos de proprietários e empregados a desempenharem com eficiência suas funções. Em certo momento, afirmou: “Sim! Faltava ao industrialista de Caxias a casa onde pudesse com confiança mandar seu filho aprender o ofício com o qual este soubesse aperfeiçoar a obra encetada”. E, logo em seguida, o orador mencionou o diretor da Escola de Engenharia Barreto Vianna e, novamente, João Simplício, como tendo sido responsabilizados por Borges de Medeiros de organizar detalhadamente as escolas filiais e “dotar [a] Escola Industrial Elementar de Caxias de um programa que

⁵⁴ Anais da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 1913. 22ª Sessão Ordinária (Acervo da Assembleia Legislativa do RS).

⁵⁵ Jornal O BRAZIL, de 13 de Julho de 1917 (número 318), páginas 1 e 2 (Acervo da Biblioteca Nacional).

correspondesse inteiramente aos fins colimados: preparar o operariado com capacidade técnica moderna”. Pouco antes de encerrar a fala, Lüderitz voltou a enfatizar a missão de formar trabalhadores:

Precisamos de operários e muitos operários competentes capazes de despertar as energias latentes de uma raça inteligente e vigorosa que se desenvolve a passos agigantados, num solo abençoado, rico e fecundo em que as matérias primas só esperam o braço inteligente para se transformarem em abundante riqueza, base sólida de uma raça vigorosa e capaz de manter sua individualidade de nação.⁵⁶

As novas possibilidades abertas na região colonial italiana, da qual Caxias já despontava como polo, estavam em sintonia com o projeto de modernização conservadora do estado pretendido pelo PRR. O modelo econômico da pequena propriedade e da mão de obra familiar favoreceu o surgimento, inicialmente, de uma agroindústria e de oficinas voltadas a atender o mercado interno com artefatos utilizados na lida rural. O objetivo idealizado pelos republicanos rio-grandenses que governavam o RS era a formação de uma sociedade moderna — quer dizer, no seu entendimento, “racional” —, o que passava pela organização igualmente “racional” do trabalho e pelo fomento à expansão das iniciativas fabris capitalistas, em contraponto à anterior prioridade ao setor agropastoril (PESAVENTO, 1983, p. 29-31; CORSETTI, 2004, p. 49-50).

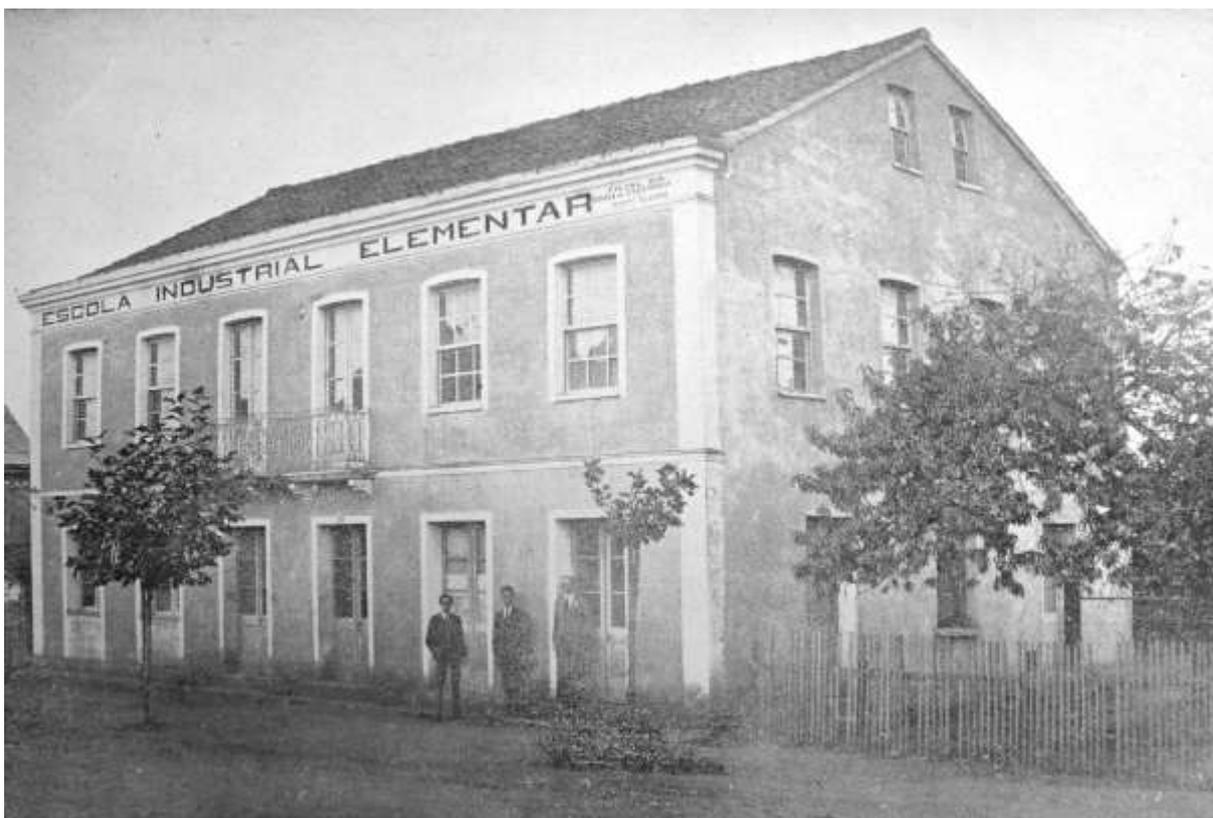
No nível local, o Coronel José Penna de Moraes, um dos mais importantes representantes do PRR em Caxias, foi eleito em 1912 para a Intendência, depois de haver sido intendente interino. Seu primeiro mandato teve fim em 1916, mas Penna de Moraes foi reeleito mais duas vezes e ficou no cargo até 1924, com breves interrupções. Segundo Herédia e Machado, o seu governo “caracterizou-se como o primeiro momento de entrosamento das classes produtoras com o poder público municipal, porque a maior preocupação do Intendente esteve sempre centrada no desenvolvimento da economia local, através do apoio às atividades produtivas e o estímulo à diversificação de culturas junto aos produtores rurais” (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 32). Penna de Moraes foi um personagem importante para a instalação da Escola Industrial Elementar. A iniciativa foi um exemplo de ação de governo que buscou colocar em prática o referido

⁵⁶ Idem *ibidem*.

projeto modernizador, indicando igualmente o entrosamento entre o governo do estado e a Intendência, e desses com empresários locais, e uma nova visão de ensino profissional.

Inicialmente, a escola funcionou em um prédio alugado pela Intendência (Figura 6), cuja localização não foi identificada. Embora aparentemente agradecida ao município pelo custeio do aluguel, a direção deixou clara sua insatisfação com a permanência no edifício, pois ele não apresentava as instalações consideradas suficientes às atividades escolares. No relatório da instituição de 1918, o prédio provisório é descrito pelo diretor do educandário como estando em péssimas condições, necessitando de renovação de parte do teto e do assoalho.⁵⁷

Figura 6 - Edifício provisório da Escola Industrial Elementar de Caxias do Sul, 1918.



Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1918. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1918 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁵⁷ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1918. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1918 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Um contrato foi firmado em 15 de maio de 1918 entre a Intendência e o educandário para formalizar a situação. Nesse documento, a última comprometia-se a manter e dirigir na cidade serrana a Escola Industrial Elementar, “para a propagação do ensino profissional gratuitamente”. O município, por sua vez, obrigava-se a subvencionar anualmente o novo estabelecimento de ensino com o valor mínimo de seis contos de réis, podendo chegar até dez contos nos anos subsequentes, se novos cursos fossem oferecidos e o número de alunos aumentado. Apenas em 1922 a intendência descontinuou o repasse de verbas, devido a “imperiosas necessidades do Município, acrescidas da despesa com a aquisição de terrenos para a construção dos quartéis da força federal”. No entanto, segundo o relatório da Escola de Engenharia, a municipalidade não deixou de “cooperar com manifesta simpatia” com a escola.⁵⁸

Além disso, o município comprometeu-se a doar um terreno para a construção das instalações necessárias ao educandário e a isentá-lo de impostos. De acordo com o contrato, o estabelecimento prestaria contas sobre a aplicação dos recursos, mas a intendência não poderia fiscalizar sua direção nem nela se imiscuir.⁵⁹ O município abriu mão de uma praça em área central da cidade para ceder a área à Escola. A gleba disponibilizada fazia parte do espaço reservado à Praça 20 de Setembro, limitada pelas ruas Andrade Neves, 20 de Setembro, Guia Lopes e Bento Gonçalves.

Estado e município (âmbito público), portanto, demonstravam sintonia neste projeto, cujo principal objetivo era, claramente, a formação de mão de obra para a indústria (setor privado). No relatório da Intendência referente aos anos de 1918 e 1919, Penna de Moraes afirmou que “os resultados já colhidos mostram tratar-se de um estabelecimento de grande proveito, principalmente para o filho do industrial [e] o do operário”. A ideia era qualificar quem já estava de alguma forma, sobretudo por laços familiares, ligado à produção industrial.⁶⁰ O diretor da Escola Industrial Elementar de Caxias a partir de 1920, Henrique Ther, também explicitou esse almejado caráter transgeracional da condição de operário e também da de industrial. Sobre as famílias de trabalhadores, ele afirma que o educandário estava “interessando, vivamente, a classe

⁵⁸ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁵⁹ Contrato entre o Município de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, de 15/03/1918 (Livro de Contratos da Intendência). Acervo do AHMJSA.

⁶⁰ PENNA DE MORAES, Cel. José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1920. Acervo do AHMJSA.

operária desta região, que vê, neste estabelecimento, um meio valioso de iniciar a educação técnica de seus filhos”.⁶¹

A visão de infância que podemos identificar em tais discursos associa esse período da vida ao projeto futuro de vivência no trabalho. Os dirigentes do estado e da escola pareciam querer já traçar o futuro tanto dos filhos dos industriais quanto dos operários, e esse estava ligado à atividade econômica da indústria, também pretendida como um porvir do próprio Rio Grande do Sul. Pode-se inferir que, na visão dessas lideranças, o destino dos filhos estaria condicionado pelas atividades dos pais, sem possibilidades de “desvios”.

De modo mais amplo, é possível encontrar em discursos formulados na Primeira República brasileira a criança sendo identificada como se estivesse deslocada no tempo, como um elemento do futuro no presente. É o que revelou Esmeralda Blanco B. de Moura, em estudo que teve como foco a cidade de São Paulo, mas que também contemplou documentos em nível nacional. A autora encontrou uma construção discursiva da identidade da criança e do adolescente “a partir de elementos que incorporam o idílico e a relação com o sagrado”, à qual são associadas características como “temeridade, imprudência, fraqueza e fragilidade, bem como a partir da ideia de futuro da pátria em gestação” (MOURA, 1999b).

A principal visão sobre as crianças na virada do século “era na qualidade de adultos em formação e, portanto, numa projeção futura” (MOURA, 1999b). Como sementes do amanhã, as crianças e os adolescentes não deveriam ficar expostos às influências do meio nocivo das ruas. Assim, era considerada obrigação dos adultos proteger, resgatar da marginalidade, recuperar e transformar as crianças em elementos socialmente sadios, isto é, produtivos. Mas, argumentavam os contemporâneos, não bastaria retirar das ruas, era preciso “corrigir, disciplinar, educar”. O trabalho, então, emergia como caminho que redimiria todos os males. Mais do que afastar a criança e o adolescente do contato com “o vício”, o trabalho teria a propriedade de sará-lo (MOURA, 1999b). Essa perspectiva parecia orientar também o projeto da Escola Industrial Elementar de Caxias.

⁶¹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Além da visão de infância como momento de preparação para um futuro produtivo, uma determinada ideia de classe também fica marcada nos documentos produzidos pela Escola Industrial Elementar. No primeiro relatório do estabelecimento sob o comando de Henrique Ther, o público alvo e o objetivo de formar uma classe são visíveis. Em suas considerações iniciais, o diretor utiliza termos como “população proletária” e “classe operária”, buscando indicar quais seriam as suas “aspirações”. Escreveu ele:

Procurei, pois, manter o grau de prosperidade e aceitação em que é tida a nossa Escola, indo ao encontro das aspirações da população proletária, que, hoje, já vai compreendendo bem a nossa obra, vendo a necessidade e as vantagens de um estabelecimento como o nosso, que se propõe ministrar o ensino técnico profissional.

Grande concurso prestaríamos à laboriosa classe operária de Caxias se pudéssemos inaugurar, no ano próximo [1921], as aulas noturnas para operários. À nossa escola, localizada numa zona essencialmente operária, cabe o papel de organizadora desses cursos, cujo funcionamento viria a preencher uma lacuna que, aqui, há muito se faz sentir. Faço essas considerações com fundamento, pois vários operários nos têm procurado nesse sentido.⁶²

A classe operária aparece no discurso de Ther como algo dado, pré-existente, e que necessitava do Estado para a capacitação dos seus filhos e qualificação dos trabalhadores que já estavam empregados. Ao governo caberia oferecer essas oportunidades de formação, tornando “a classe” um grupo capaz de exercer com eficiência seu papel na sociedade capitalista.

Aos olhos de Penna de Moraes, a educação para a atuação na indústria se revelava como um vetor rumo à modernidade: “Ao lado desse ensino prático ministra-se o ensino teórico indispensável, consoante o programa que conheceis e destinado a preparar profissionais com a soma de conhecimentos teórico-práticos para que possam sê-lo ao nível da técnica moderna”.⁶³ O objetivo da escola expresso no relatório de 1922 seria “implantar nos municípios o Ensino Técnico Profissional”, contribuindo “de modo eficaz” para a existência desse ensino no interior do estado. De alguma forma, parece-me, tal expansão demonstra a intenção de levar a “modernidade” que se considerava viver na

⁶² Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1920. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁶³ PENNA DE MORAES, Cel. José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1920. Acervo do AHMJSa.

capital a lugares mais “arcaicos”, mas que apresentariam potencial de progresso aos olhos dos dirigentes estaduais e municipais.

A fim de que essa formação na “técnica moderna” fosse efetiva, tornava-se necessário um programa de ensino que conciliasse as diferentes dimensões do “indivíduo moderno”. No caso da Escola Industrial Elementar de Caxias, tal formação buscava contemplar o desenvolvimento cívico, intelectual e físico. O ensino dos futuros operários era dividido em basicamente duas fases: um curso de adaptação e o curso técnico propriamente dito. Nos anos de adaptação, eram desenvolvidos trabalhos manuais de modelagem em barro, gesso e plastelina, e atividades em torno de oleiro. Ao entrar no curso, verificava-se a habilitação de cada aluno com o objetivo de aferir se tinha as capacidades mínimas requeridas e em qual nível poderia ser inserido. No final do ano, realizava-se um exame com os alunos, o qual os classificaria para o ano seguinte, determinando se continuariam na adaptação ou se seguiriam nas aulas mais avançadas de processos industriais.

Seguindo tais diretrizes, a escola criada em Caxias para formar esses operários ofereceu inicialmente um “curso de adaptação” e um curso técnico. No primeiro, durante o ano de 1918, a grade semanal era composta pelas disciplinas de português, caligrafia, geografia, história, deveres cívicos, aritmética, geometria, desenho geométrico, desenho ambidestro, desenho ornamental, trabalhos manuais, música, canto, secção elementar, ginástica, higiene e exercícios militares. Essas eram distribuídas em sete períodos diários de uma hora, de segunda-feira a sábado. As aulas iniciavam às 9h da manhã e encerravam às 17h, com um intervalo entre 12h e 13h30.

De modo mais específico, a grade semanal era composta por 5 aulas de desenho geométrico, 3 aulas das disciplinas de português, caligrafia, geografia, história, aritmética, geometria, secção elementar e desenho ambidestro, uma única aula semanal de deveres cívicos, desenho ornamental, música, canto, higiene, ginástica e exercícios militares, e, todos os dias, no penúltimo período, das 15h às 16h, os estudantes desenvolviam trabalhos manuais:

Quadro 6 - Organização curricular semanal do Curso de Adaptação da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918.

	Segundas	Terças	Quartas	Quintas	Sextas	Sábados
9h-10h	Português	Aritmética	Português	Aritmética	Português	Aritmética
10h-11h	Geografia	Geometria	Geografia	Geometria	Geografia	Geometria
11h-12h	História	Secção Element.	História	Secção Element.	História	Secção Element.
Intervalo						
13h30-14h	Desenho Geométrico	Música	Desenho Geométrico	Higiene	Desenho Geométrico	Ginástica
14h-15h	Desenho Geométrico	Canto	Desenho Geométrico	Deveres cívicos	Ornamental	Ex. Militares
15h-16h	Trab. Manuais	Trab. manuais	Trab. manuais	Trab. manuais	Trab. manuais	Trab. Manuais
16h-17h	Caligrafia	Ambidextro	Caligrafia	Ambidextro	Caligrafia	Ambidextro

Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1918. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1918 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

O quadro acima vigorou até o final de setembro, quando foi substituído por outro formado por períodos de 45 minutos e cuja jornada diária encerrava às 16h. As matérias foram em geral mantidas, sendo suprimidas apenas algumas aulas de desenho e caligrafia, e a aula de canto foi trocada por um horário de faxina. A mudança na organização das disciplinas ocorreu em função da inclusão de novas atividades na oficina de modelagem, que passou a ocupar 3 aulas semanais.

O curso técnico, a partir de 1919, foi dividido em 1º e 2º anos. No primeiro, a maior parte da carga horária era ocupada por aulas de desenho industrial (8 no total) e atividades na oficina de fundição (4 horários). Os estudantes também tinham 3 aulas de português, geometria, física, aritmética, tecnologia e oficina de tecelagem, e uma de canto, higiene, deveres cívicos, ginástica e exercícios militares, além de um horário semanal na biblioteca.

Quadro 7 - Organização curricular semanal do 1º Ano do Curso Técnico da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1919.

	Segundas	Terças	Quartas	Quintas	Sextas	Sábados
8h15-9h	Aritmética	Português	Aritmética	Português	Aritmética	Português
9h15-10h	Tecnologia	Geometria	Tecnologia	Geometria	Tecnologia	Geometria
10h15-11h	Of. Tecelagem	Física	Of. Tecelagem	Física	Of. Tecelagem	Física
11h15-12h	Biblioteca	Higiene	Dev. Cívicos	Ginástica	Canto	Exercícios mil.
Intervalo						
13h30-15h	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.	Des. indust.	Des. indust.
15h15-16h	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.	Des. indust.	Des. indust.

Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

No segundo ano do curso técnico, a distribuição da carga horária das disciplinas sofria poucas alterações. A principal era a inclusão do ensino de álgebra e química no lugar das aulas de deveres cívicos e canto. Também se observa que tanto as atividades na oficina de fundição quanto as aulas de desenho industrial passaram a ocupar 6 horários por semana, e não mais 4 e 8 como no primeiro ano do curso.

Quadro 8 - Organização curricular semanal do 2º Ano do Curso Técnico da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1919.

	Segundas	Terças	Quartas	Quintas	Sextas	Sábados
8h15-9h	Aritmética	Tecnologia	Aritmética	Tecnologia	Álgebra	Tecnologia
9h15-10h	Geometria	Português	Geometria	Português	Geometria	Português
10h15-11h	Of. Tecelagem	Biblioteca	Of. Tecelagem	Biblioteca	Of. Tecelagem	Biblioteca
11h15-12h	Física	Higiene	Física	Ginástica	Química	Exercícios mil.
Intervalo						
13h30-15h	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.
15h15-16h	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.	Of. Fundição	Des. indust.

Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

As primeiras oficinas foram instaladas em 1918, de moldes para fundição, fundição e eletrotécnica. No ano seguinte, iniciaria a oficina de tecelagem com teares doados por Hércules Galló, importante industrial de Caxias; contudo, essas máquinas não chegaram a entrar em funcionamento por falta de espaço. A parceria com

empresários também se dava na formação de fundidores. Os primeiros moldes para a prática de fundição foram cedidos ainda em 1918 por Abramo Eberle, que aparece como apoiador de destaque do estabelecimento. Ele teria ofertado “o melhor de seus fundidores”⁶⁴ que ensinava os alunos durante 9h semanais. Nos primeiros anos, nas aulas de fundição, a prática era ensinada em um forno provisório, com a utilização do antimônio para simular os processos industriais.

Como o leitor já deve ter percebido, Abramo Eberle é personagem importante da história da formação da mão de obra industrial em Caxias. Se anteriormente sua estratégia era a contratação de aprendizes em relação direta com as famílias, nesse segundo momento, o industrial passou a ter como parceiro o Estado. A escola técnica tornou-se, de certa forma, uma mediadora na relação entre a indústria e a sua potencial força de trabalho. Ou seja, o que antes se restringia ao espaço privado e aos interesses particulares dos sujeitos que firmavam os contratos, agora passou a estar no rol dos interesses representados pelo poder público, que, a partir de então, trouxe a si parte da responsabilidade pela capacitação de indivíduos direcionados a aplicar sua energia para produzir valor na indústria. O nome de Eberle voltará a aparecer no “terceiro tempo” estudado nesta tese, evidenciando como, em função de distintos campos de possibilidades, o mesmo indivíduo pode delinear projetos variados.

Esta relação da Escola com os empresários locais não se dava apenas com o recebimento de auxílios por parte dos últimos. Os equipamentos das oficinas eram utilizados para desenvolver utensílios voltados ao próprio educandário, mas igualmente para prestar serviços às empresas da cidade. Em 1918, a escola realizou oito trabalhos voltados a diferentes empresas, todos esses serviços foram remunerados pelos clientes. Nesse ano, foram feitas composturas em dois motores de indução de 2,6 hp para a empresa Zanelatto, Bortone & Cia., nos valores de 187\$250 e 155\$000, em um gerador de corrente contínua e em um motor de indução de 4 hp para Amadeo Rossi & Filhos, que custaram 120\$000 e 220\$000, em uma bobina de Ruhmkorff e em um ventilador “Foen” de ar aquecido para o Dr. Ribeiro, pelos quais foram pagos 5\$000 e 40\$000, e em um aparelho de telefone para C. Balém, no valor de 10\$000⁶⁵.

⁶⁴ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁶⁵ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1918. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1918 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Em 1919, quatro trabalhos se destinaram a clientes externos: dois motores de indução foram consertados, um do Cinema Coliseu e outro de Attilio Zeni; realizou-se ainda o enrolamento de um motor de indução da Eberle e quatorze medidores da Usina Elétrica foram aferidos. Essa usina emprestava equipamentos para aferição de medidores a fim de que os alunos pudessem praticar tal técnica⁶⁶.

Em 1920, 1921 e 1923 não há registro de fornecimento de serviços a empresas ou particulares. A última menção a trabalhos técnicos nas oficinas, embora não fique claro que tenham sido realizados para terceiros, ocorre no relatório do ano de 1922. Segundo o documento, “na oficina de carpintaria, sob a direção do mestre diarista, Augusto Brigido, executaram os alunos do curso técnico diversos trabalhos”⁶⁷.

Além do desenvolvimento de capacidades técnicas direcionadas à indústria, as atividades físicas e cívicas também se destacam nos relatórios. A educação física se dava ao ar livre, com a prática de “exercícios pedestres” e de natação. A ginástica seguia os sistemas sueco e alemão, utilizando alteres, trampolim, barra e paralelas. Os alunos também recebiam as primeiras noções de exercícios militares, que não eram completos em função da falta de espaço disponível. Algumas atividades eram realizadas nos arredores da cidade.

Os métodos alemão e sueco de ginástica estavam presentes no Exército brasileiro e em algumas escolas do país naquele contexto. O primeiro a aparecer foi o alemão, desenvolvido em alguns educandários militares, seguido do sueco, que é resultante do método alemão e foi implementado no país “a partir das proposições de Rui Barbosa”, personagem que teve “influência fundamental” ao desenvolvimento da educação física escolar no Brasil, chegando a ser reconhecido como o “pai da Educação Física Brasileira” (FONSECA, 2010, p. 170-172).

O método sueco foi desenvolvido por Pier Henrik Ling (1776-1839), professor de esgrima na Universidade de Lund a partir de 1805. Ele defendia que a prática da ginástica não devia restringir seu objetivo à saúde física, mas sim voltar-se à constituição de um sistema com um propósito de Estado, visando ser um meio para a formação do “bom cidadão”: obediente às regras e cuidadoso de sua moral e do seu

⁶⁶ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁶⁷ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

corpo (MORENO, 2015, p. 130). O sistema lingiano de ginástica aparece na literatura como método sueco, ginástica sueca, método racional, ginástica racional, ginástica respiratória, entre outros. Segundo Moreno, “as diferentes denominações, de algum modo, revelam não só a origem, mas os princípios do sistema criado por Ling que permitiram agrupar os movimentos ginásticos em lições, com um ou mais exercícios de cada grupo na ordem numerada” (p. 131). Tais lições foram reunidas nos seguintes grupos: 1) Introdutórios; 2) Arcoflexões; 3) Movimentos de braços; 4) Movimentos de balanço; 5) Movimentos de escápula; 6) Exercícios abdominais; 7) Movimentos laterais do tronco; 8) Movimentos lentos das pernas; 9) Pulos e saltos e 10) Exercícios respiratórios (p. 131). De outra maneira, a ginástica sueca pode ser sintetizada nos seguintes princípios: precisão de movimentos, forma/formalidade do exercício, seleção, progressão, lição de ginástica, disciplina e participação de todos. O método de Ling foi pormenorizado por seu filho após sua morte, e foi desse trabalho que surgiu a ginástica educativa, a qual passou a ser adotada em escolas europeias na segunda metade do século XIX (p. 131).

No Brasil do final do Império, Rui Barbosa escreveu sobre educação em jornais e traduziu obras a respeito do tema, mas foi o seu parecer a um projeto sobre a reforma da educação no Brasil, apresentado à Câmara dos Deputados em 1882, que marcou a história da educação física e associou seu nome à defesa dessa disciplina no ensino nacional a partir dos princípios lingianos. No parecer, Barbosa fez muitas referências à importância da educação física nas escolas, em função do seu papel na promoção da disciplina, no desenvolvimento físico e no exercício do corpo. Ele afirmava que a educação física deveria ser obrigatória, com horário de aula específico, integrado à grade curricular e não durante o recreio, o que acontecia na Escola Industrial Elementar de Caxias. Assim, o ensino e a prática da ginástica na escola contribuiriam ao desenvolvimento de um pensamento “são”, “regular” e “intenso”, pois para isso era necessário “sangue forte”, boa musculatura e um bem equilibrado sistema nervoso, conseguidos por meio da ginástica (FONSECA, 2010, p. 173-175). De acordo com Fonseca, “desta maneira, Rui Barbosa fundamentava a defesa da Educação Física como uma maneira de desenvolver o caráter e a saúde do indivíduo, formando cidadãos mais completos” (p. 174-175).

Pelas suas qualidades, Barbosa defendia que a prática da ginástica deveria ser obrigatória nas escolas primárias, secundárias e, inclusive, nos “cursos de formação técnica” (FONSECA, 2010, p. 176), como no caso aqui estudado. Para ele, a ginástica exerceria na escola a função pedagógica de possibilitar aos estudantes o desenvolvimento pleno de suas capacidades intelectuais, pois estabeleceria a “harmonia entre as várias funções do organismo” e preservaria a “liberdade de espírito” (p. 175). As aulas de ginástica obrigatórias a todos os estudantes, executadas em local aberto e arejado, e não mais no interior das salas de aula, como costumava ser na época da elaboração do parecer, eram defendidas pelo deputado com o argumento de que melhorariam a saúde dos estudantes, promoveriam a inteligência, a agilidade e a robustez nos alunos (p. 180). Ele advogava ainda que aos meninos seria necessário um trabalho “mais forte e vigoroso” do que às meninas. Enquanto essas deveriam combinar ritmo e canto na ginástica, “respeitando suas formas femininas e preparando-as para a maternidade futura”, aqueles praticariam “exercícios militares”, “para o desenvolvimento de uma raça mais forte e empreendedora” (p. 176-177). Ainda conforme Barbosa, a prática de exercícios militares estaria relacionada à formação de sentimentos nacionalistas e à preparação dos estudantes para possíveis conflitos com outras províncias ou nações.

A ginástica proporcionaria, na perspectiva do político, “uma presença firme, ereta e varonil, passo firme e regular, com precisão e rapidez dos movimentos, prontidão em obedecer, asseio na roupa e no corpo, relacionados da maneira mais íntima com o conforto pessoal e a felicidade da família” (BARBOSA, 1946, p. 99 apud FONSECA, 2010, p. 182).

Embora não cite passagens dos escritos de Barbosa que evidenciem a relação entre a prática da ginástica e o mundo do trabalho, Fonseca afirma que os resultados do desenvolvimento motor e da saúde resultantes da educação física, na defesa do deputado, seriam usados na prática em vários âmbitos, “como no trabalho, nas armas e nas tarefas domésticas” (FONSECA, 2010, p. 182). Segundo o autor, no Brasil do final do século XIX, quando se tornava obrigatória no ensino primário, a Educação Física deveria compensar “a falta de atividade” e “estimular a moral e a disciplina para a superação dos desafios do país”. Porém, o principal, segundo a sua análise dos escritos de Barbosa, seria “proporcionar à nação e seus cidadãos condições para enfrentar com ímpeto os

desafios que o Brasil precisava superar, principalmente em relação à força de trabalho” (p. 183, grifo nosso). Aparentemente essa perspectiva também animou os dirigentes no educandário existente em Caxias.

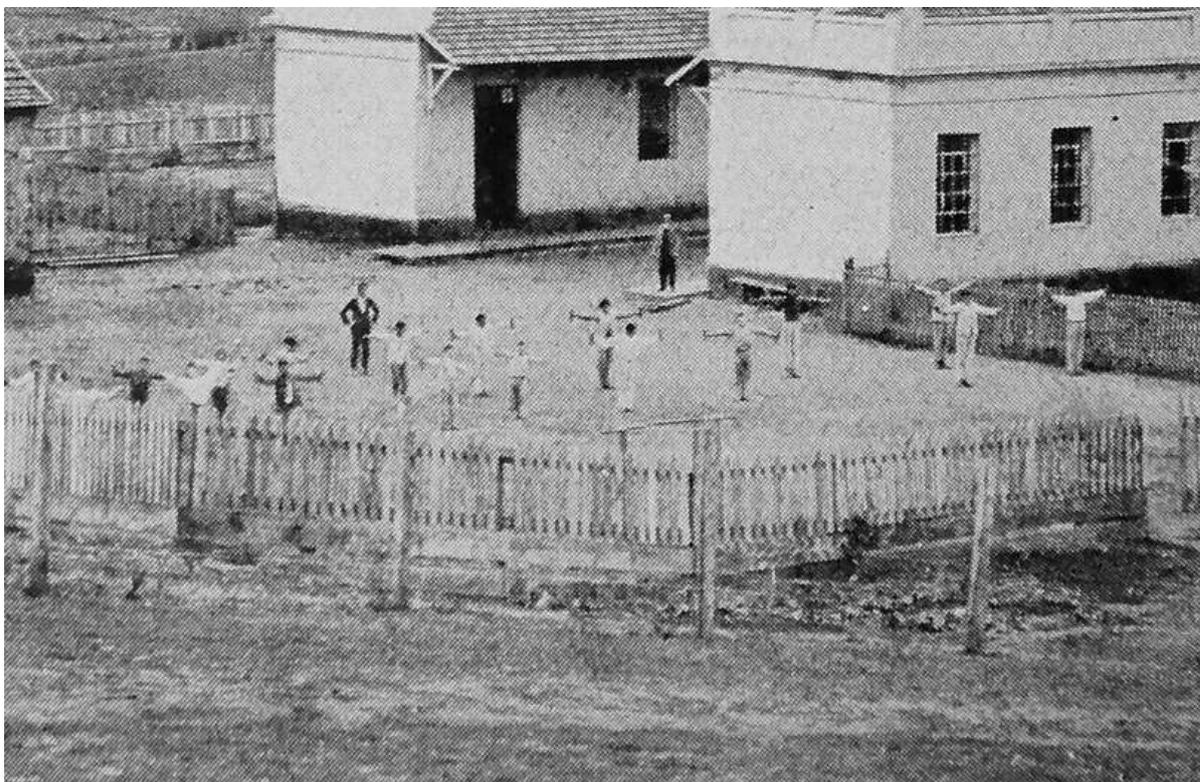
De modo mais geral, essa ligação entre os exercícios militares e o ensino técnico é apontada por Foucault, em *Vigiar e Punir*. O autor desenvolve a ideia de “corpos dóceis” para referir-se à possibilidade de submissão, utilização, transformação e aperfeiçoamento do corpo humano, que seria visto como um objeto sobre o qual o poder é exercido. Uma das expressões desse poder aplicado nos corpos é a disciplina, que pode ser entendida como o conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2000, p. 118-119). A disciplina teria como objetivos a fabricação de corpos submissos e exercitados, aumentando as forças do corpo “em termos econômicos de utilidade” e, ao mesmo tempo, diminuindo essas mesmas forças “em termos políticos de obediência” (p. 119). Em outras palavras, “se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (p. 119).

Ao historiar a aplicação da disciplina, Foucault explica que os processos disciplinares circularam muito rápido “entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus”, enquanto a “militarização insidiosa das grandes oficinas” se deu lenta e discretamente (FOUCAULT, 2000, p. 119). Na Escola Industrial Elementar de Caxias essa ligação entre o Exército e o disciplinamento dos corpos ocorreu realmente de forma explícita e direta, já que “os exercícios militares e ginástica eram dados pelo 1º Sargento Instrutor do Tiro nº 248 de Caxias”, o qual foi substituído pelo diretor da escola após sua saída, alguns meses depois de iniciar⁶⁸.

Na imagem abaixo (Figura 7), de 1922, é possível observar uma das aulas de exercícios físicos realizadas na área externa da Escola:

⁶⁸ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1918. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1918 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Figura 7 - Alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias em aula externa de exercícios físicos, 1922.



Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Apesar da baixa qualidade da imagem (aqui ampliada a partir da fotografia impressa no relatório), é possível identificar uma turma de 18 estudantes que estavam fazendo exercícios de braço, provavelmente de ginástica sueca, ao ar livre. A imagem expressa as ideias de ordem e disciplina defendidas pelo educandário, com todos os meninos dispostos em duas fileiras, executando a mesma posição, ao mesmo tempo, sendo observados por dois adultos – provavelmente o professor e talvez o diretor. A cena se coaduna com uma visão das crianças como futuro da nação, expressa em discursos de dirigentes envolvidos com o projeto e execução da Escola Industrial Elementar, pois registra um momento da educação física que objetiva o desenvolvimento de seres sadios, disciplinados, obedientes, patrióticos e adestrados para o trabalho.

Também no que tange ao incentivo ao civismo, encontramos referências em todos os relatórios. Os feriados nacionais eram comemorados com “especial cuidado” a fim de mostrar a “importância do dia festejado”. Nas aulas de música ministradas por

Luiz Arnaldo Trein, ele ensinou hinos e canções patrióticas como um complemento às aulas de deveres cívicos. Passeatas cívicas de 7 de setembro eram obrigatórias e, no centenário da Independência, os alunos da Escola de Caxias participaram de sessão comemorativa no Teatro Apollo. Na manhã de 29 de agosto de 1922, os estudantes assistiram ao hasteamento da bandeira nacional e cantaram o hino brasileiro em comemoração aos cem anos da emancipação política do Brasil. Nessa ocasião, prestaram o seguinte juramento: “prometo amar a Pátria e pugnar por seu engrandecimento com lealdade e perseverança”.⁶⁹

Levando-se em conta que a escola na qual incidia esse “patriotismo” estava inserida em uma antiga colônia onde foram instalados milhares de estrangeiros, cabe aqui uma ponderação a respeito dessa questão. Os presidentes do Rio Grande do Sul nesse período elogiavam publicamente a colonização no estado sob esse viés “patriótico”. Para Júlio de Castilhos, como aponta Luiza Horn Iotti em seu estudo sobre a imigração pelo ponto de vista de agentes públicos, o caso sul-rio-grandense era uma “exceção moralizadora” em comparação com o que ocorria no restante do Brasil. De acordo com ele, a colonização aqui resultava, no final do século XIX, em uma formação social que procurava se “nacionalizar”, pois se adaptava aos costumes, se familiarizava com a língua facilmente e respeitava as leis e autoridades nacionais, longe de representar um perigo à ordem desejada pelos governantes como estaria ocorrendo em outras partes do país (IOTTI, 2010, p. 190-191). Castilhos também enaltecia qualidades que via nos colonos, os quais estariam contribuindo, por meio de sua “laboriosidade”, com a produção da riqueza do Estado (p. 191).

Em 1914, Borges de Medeiros seguia a mesma linha de Castilhos quando o assunto era imigração e colonização. Depois de ressaltar os efeitos benéficos desses fenômenos para o desenvolvimento da economia agrícola, o governante afirmou que a instalação de colonos no Rio Grande do Sul era um meio de “implantar a ordem definitiva” desejada por ele no estado (IOTTI, 2010, p. 191). A partir dos excertos de falas dos governantes brasileiros que Iotti expôs em sua obra, é possível concluir que o governo positivista sul-rio-grandense via os imigrantes como meios de modernização do estado e que, ao olhar governamental, em seu comportamento os colonos

⁶⁹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

demonstravam a intenção de sua integração à nação brasileira. Ao que tudo indica, a realização de rituais cívicos na Escola Industrial Elementar se vinculava a este projeto integrativo.

Um fato elencado por Iotti parece contribuir para fortalecer essa tese dos governantes brasileiros de tendência à adesão dos colonos à nova nacionalidade. Trata-se da rejeição apresentada por imigrantes à realidade que viviam na península itálica e às representações a ela vinculadas, bem como a responsabilização dos “senhores” das terras italianas pelos males que teriam motivado a emigração. Havia, segundo Iotti, um “sentimento de revide social” contra os causadores da opressão sofrida por eles na Europa, a qual não teria deixado alternativas que não a emigração, que se expressava na rejeição a agentes consulares italianos atuantes na região colonial do Rio Grande do Sul (IOTTI, 2010, p. 99-101). De acordo com a historiadora,

os emigrantes partiam da Itália para se verem livres de seus patrões. Muitas vezes, essa decisão assumia um sentido quase revolucionário, expresso no grito de *Viva l'America, morte ai padroni!* (...) A lembrança da “pátria madrastra” parece ter permanecido viva, por muito tempo, na memória dos imigrantes. Depoimentos (...) traduzem o sentimento de indignação e revolta existente entre eles (p. 102-103).

Em reação a essa rejeição, agentes do governo italiano em território sul-rio-grandense alertavam para a necessidade de formular estratégias visando reaproximar os “italianos no exterior” e o Estado italiano, a fim de que esse se favorecesse explorando os potenciais oferecidos pelos emigrados. Eles consideravam preciso agir pela manutenção e ampliação dos vínculos entre as colônias e a pátria italiana, fortalecendo laços econômicos, culturais e políticos, objetivando que parte do produto dos imigrantes no exterior fosse apropriado pela Itália (IOTTI, 2010, p. 109-111). Para criar condições de atingir esse objetivo, a partir do final do século XIX “foi ampliada a rede consular, foram incentivadas as comemorações das datas cívicas e a criação de associações e escolas italianas no Exterior” (p. 111).

A comunidade regional estava, então, no meio dessa tensão entre a ação nacionalizadora do Estado brasileiro e sul-rio-grandense, que desde a então recente proclamação da República buscava a construção de determinada ordem, e as intenções e medidas do Estado italiano no sentido de construir uma “italianidade” entre os imigrantes e evitar a naturalização. A escola em tela se alinhava ao primeiro projeto.

Neste período, o Brasil vivia uma fase de afirmação da República, proclamada havia três décadas. A nação estava sendo recentemente inventada e, não diferente da fórmula usada em outros países, por aqui também foram utilizadas bandeiras e outros símbolos com vistas a personificá-la, fornecendo ao Estado nacional “o sentido de identidade e expressando sua soberania” (OLIVEIRA, 1989, p. 181). As festas oficiais que propõem a lembrança de atos heroicos favorecem a legitimação e coesão social dessa “comunidade imaginada”⁷⁰. Consciente disso, o governo brasileiro decretou, nos primeiros anos do novo regime, a comemoração das festas nacionais que constam no quadro abaixo.

Quadro 9 - Dias de festas nacionais estabelecidas pelo Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil no Decreto 155b, de 1890.

1º de janeiro	Comemoração da fraternidade universal
24 de fevereiro	Promulgação da Constituição da República
21 de abril	Comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes
3 de maio	Descoberta do Brasil
13 de maio	Fraternidade dos brasileiros
14 de julho	República, liberdade e independência dos povos americanos
7 de setembro	Independência do Brasil
12 de outubro	Descoberta da América
2 de novembro	Mortos
15 de novembro	Comemoração da pátria brasileira

Fonte: OLIVEIRA, 1989, p. 182.

Se estas comemorações, de modo geral, tinham como objetivo conferir coesão aos “brasileiros”, na Escola Industrial Elementar de Caxias talvez ganhassem ainda mais importância, em função da presença considerável de estudantes filhos de famílias de imigrantes estrangeiros. Não há menção nos relatórios da unidade de Caxias a respeito dessa preocupação por parte dos dirigentes da escola, mas, como exposto anteriormente, era objetivo da Escola Benjamin Constant, a unidade de ensino técnico elementar da Escola de Engenharia de Porto Alegre na capital gaúcha, capacitar

⁷⁰ Ver ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

brasileiros para substituir mestres e oficiais estrangeiros na direção de fábricas e oficinas, aperfeiçoando a indústria por meio da promoção da educação popular⁷¹.

As fontes usadas por Maria Alice Rosa Ribeiro, para o caso das escolas técnicas de São Paulo, também nas primeiras décadas do século XX, deixam claro que lá, assim como o caso que estudamos nesta tese, a criação das escolas levava em conta a estratégia de nacionalização do mercado de trabalho. Isso não significava a troca de trabalhadores estrangeiros, na maioria italianos, por brasileiros, mas sim a substituição de consciências alheias ao nacionalismo do país por “cidadãos irmanados pelo ‘espírito de brasilidade’” (RIBEIRO, 1986, p. 18). Pode-se supor que essa perspectiva também estivesse presente no projeto dos criadores e mantenedores da escola de Caxias.

A valorização do “nacional” frente ao “estrangeiro” no mundo do trabalho industrial, no Rio Grande do Sul das primeiras décadas do século XX, aparece na pesquisa de Isabel Bilhão a respeito do operariado porto-alegrense entre 1898 e 1920. Um artigo publicado no jornal *Correio do Povo* analisado pela autora tentava diferenciar os líderes da greve de 1906 na capital, que seriam alemães, dos trabalhadores nascidos no Brasil, mesmo que descendentes de imigrantes alemães. Os primeiros representavam para o autor do texto um “grande perigo”, por serem “leais ao Reich Alemão”, enquanto os últimos seriam pacíficos e ordeiros, podendo ser considerados leais ao Brasil (BILHÃO, 2008, p. 111).

Bilhão identificou uma transição no meio operário da capital gaúcha, inicialmente caracterizado pela existência de grupos étnicos bem definidos. Durante as duas primeiras décadas do século passado, a solidariedade étnica deu lugar a uma solidariedade de classe, ao mesmo tempo em que se impunha a convivência das identidades dos grupos imigrantes com o crescente contingente de operários vindos de regiões brasileiras nas quais o sentimento de pertencimento nacional já era consolidado (BILHÃO, 2008, p. 115-117).

Enquanto Porto Alegre recebia levas de operários migrantes “nacionais”, Caxias no mesmo período ainda era um município de base rural e formado principalmente por imigrantes europeus e descendentes. A difusão do sentimento nacional provavelmente ainda era um desafio quando o estado criou a Escola Industrial Elementar na cidade. Em

⁷¹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1902-1907. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1907 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

uma das imagens que ilustram os relatórios, aparece no jardim do estabelecimento formas que lembram a representação do brasão das Armas do Brasil, um dos símbolos nacionais oficiais, talvez outro recurso com vistas a reforçar a “brasilidade” dos estudantes:

Figura 8 - Vista do edifício de administração, aulas e oficinas da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1921.



Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1921. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1921 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

O tema da nacionalização da mão de obra será novamente abordado no terceiro capítulo, em função da política Varguista expressa no SENAI, já mencionada na introdução.

O edifício que aparece na imagem anterior é o prédio próprio construído para substituir as instalações provisórias ocupadas pela escola até 1920. Havia a expectativa de que, com essa edificação, o interesse pelo educandário aumentasse. Nesse sentido, lê-se no relatório de Penna de Moraes de 1918/1919: “Temos, portanto, plena certeza de que, após a construção do novo edifício e a instalação de todas as suas oficinas em acomodações amplas e confortáveis — a matrícula e a frequência aumentarão dentro em

pouco”⁷². A mesma aspiração foi exposta pelo diretor da Escola Industrial, o qual afirmou que, “apesar do apoio oficial e de alguns industrialistas, como Abramo Eberle e Coronel Hercules Gallo, a população desta cidade industrial, com poucas exceções, pouco se interessara por este instituto”. Na impressão do diretor, tal desprezo aos poucos seria dirimido, em parte pela construção do novo prédio.⁷³

Figura 9 - Vista do edifício da Escola Industrial Elementar de Caxias quase concluído, 1919.



Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

De acordo com o diretor, os empresários locais estavam mais interessados na escola do que a “população”: aqueles teriam aderido à proposta, que parecia se ajustar muito bem aos seus projetos, já a última não estaria engajada no empreendimento do qual, teoricamente, seria o principal “alvo”. O edifício, então, esperava-se, serviria à divulgação da escola e demonstração da força do projeto de formação da mão de obra,

⁷² PENNA DE MORAES, Cel. José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1920. Acervo do AHMJSa.

⁷³ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

atraindo a adesão dos indivíduos da classe trabalhadora à perspectiva governamental e empresarial.

Este desacordo entre a expectativa do governo e as aspirações daqueles que seriam os “interessados” pela escola revela que cada projeto sempre interage com outros dentro do campo de possibilidades no qual são formulados e implementados, o que pode ter implicações na sua relevância e pertinência, sempre definidas contextualmente. Como afirma Velho, a viabilidade da realização dos projetos “vai depender do jogo e interação com outros projetos” (VELHO, 2003, p. 47).

No relatório de 1919, Penna de Moraes previa que o prédio ficaria pronto em fevereiro do ano seguinte. Um pouco menos otimista, Henrique Ther estimou, também no final de 1919, que o edifício seria concluído em maio de 1920. A obra, encabeçada pelo engenheiro civil Ernesto Argenta, enfrentou problemas de falta de areia e cal, e foi finalizada somente no mês de novembro de 1920.

Figura 10 - Vista do edifício e dos alunos da Escola Industrial Elementar, 1920.



Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1920. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

A inauguração do novo edifício da escola parece, à primeira vista, ter alcançado o efeito desejado por empresários e governantes de divulgação da proposta educativa. Em 1918, o estabelecimento contava com 30 alunos e, em 1919, com 29. Em 1920, ano da inauguração da nova sede, a quantidade de estudantes passou para 48, e chegou a 72 em 1921, o primeiro ano em que as atividades letivas ocorreram já nas novas instalações. Porém, analisando com atenção os dados dos matriculados, percebemos que tal ampliação não se deu com mais estudantes filhos de operários ou de industriais, mas sim com a instalação de um patronato destinado ao amparo de “menores desvalidos” junto à Escola Industrial Elementar.

2.2.3 O patronato

A preocupação com a pouca procura pelas vagas do ensino industrial antecedeu uma mudança nos objetivos da escola. Criada inicialmente, sobretudo, para atender a meninos pobres filhos de operários, em 1920 o educandário passou a abrigar uma filial do Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul, que acolhia crianças em internato e promovia o ensino de técnicas agrícolas.

Em âmbito nacional, no ano de 1918 ocorreu a criação, pelo Ministério da Agricultura, de uma “nova forma de amparo e de educação para menores desvalidos”, a qual passou a ter lugar nos postos de zootecnia, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos governamentais voltados à educação desses “menores”, como os *patronatos agrícolas* (MARCÍLIO, 2006, p. 219). A legislação instituída nos anos de 1918 (Decreto 12.893, que autoriza a criação de patronatos pelo Ministério da Agricultura) e 1919 (Decreto 13.706, que regulamenta os patronatos agrícolas) determinava que, nesses locais, fosse ministrada a instrução primária, moral, cívica, física e profissional de práticas rurais exclusivamente a “menores desvalidos” das “classes pobres”.

Em consonância com a política federal, no início de abril de 1920, a direção da Escola de Engenharia de Porto Alegre encaminhou um ofício à Intendência de Caxias informando que “por esses dias” um patronato para vinte “menores desvalidos” seria inaugurado anexo à Escola Industrial Elementar do município. Tal estabelecimento

promoveria a educação primária agrícola e receberia, além dos menores internados, certo número de alunos externos. A fim de viabilizar a medida, a Escola solicitou a cedência pela Intendência do restante do terreno da praça onde estava sendo construído o seu edifício próprio, já que era necessário espaço para outro prédio e para as seções voltadas à aprendizagem agrícola. No mesmo ofício, foi demandada a cessão de uma “chácara com cinco lotes, das que possui [a Intendência] em terras próximas da Escola Industrial”, e antecipado que, “oportunamente”, seria enviado pedido de auxílio para a construção da edificação do internato.⁷⁴

Estes “desvalidos” eram, provavelmente, crianças que não estavam inseridas em unidades de produção colonial por serem órfãs, já que o uso da mão de obra familiar nos lotes rurais era o padrão da economia local. A historiografia sobre Caxias que se dedicou a esse tema abarcou períodos posteriores ao estudado nesta parte da tese, o que dificulta a caracterização da população que poderia ser considerada “desvalida” a ser atendida pelo patronato da Escola Industrial Elementar.⁷⁵

Em novembro de 1920, foi enviado à Intendência pedido de auxílio financeiro, quando a Escola de Engenharia solicitou que fosse incluída, no orçamento de 1921, a quantia de dez contos de réis para a nova obra, a qual abrigaria “os meninos pobres ali matriculados”. A fim de ajudar no convencimento da Intendência e do Conselho Municipal, a direção do educandário alegou que tudo havia encarecido, principalmente as construções, e que, diferentemente das antigas, as novas obras ficariam pertencendo ao município no caso de desaparecimento da Escola Industrial.⁷⁶

Nos primeiros seis meses, poucas atividades foram desenvolvidas no patronato agrícola em função da falta de terreno para os trabalhos rurais. O lote cedido à escola

⁷⁴ Ofício 31 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 05/04/1920. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJSA.

⁷⁵ Este autor, na dissertação de mestrado, demonstrou que em meados da década de 1920 os “menores desvalidos” também estavam na agenda do poder público com a criação de aulas de alfabetização voltadas a eles pela Intendência (TISOTT, 2008, p. 136-137). Com outro enfoque, Machado aborda a desigualdade social a partir de um dispositivo legal de 1927 que proibia a construção de edificações de madeira na área central da cidade, o que criou, a partir de então, uma divisão espacial entre a elite capaz de arcar com os custos de construções de alvenaria, que ocupava o centro, e grupos sociais com condições financeiras reduzidas restritos à periferia da cidade (MACHADO, 2001, p. 90). O tema foi melhor abordado por Franciele Becher em sua dissertação de mestrado em história intitulada *O “perigo moral” em tempos de segurança nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul - RS (1962-1992)*, que traz as crianças e jovens órfãos, desamparados, abandonados e/ou infratores ao centro de sua pesquisa, mas sobre um período bem posterior ao estudado neste capítulo (BECHER, 2012).

⁷⁶ Ofício 162 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 10/11/1920. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJSA.

pelo município era pequeno, mas o diretor registrou em relatório que esse problema seria sanado caso o restante da área da planejada praça fosse repassado ao estabelecimento. Em 1922, os trabalhos agrícolas foram realizados em uma área de 8 mil m² de terras argilosas aráveis, que deveriam ser adubadas.⁷⁷

Os alunos dedicavam-se a trabalhos de jardinocultura, pomicultura e horticultura: “Na horta, foram cultivados repolhos, couves, nabos, alfaces, rabanetes, tomates, alho e cebolas. Fizeram-se, também, pequenas lavouras de batatas inglesas, milho e feijão, lavrando-se 2.500 m² de terra bruta”. Além desses produtos, em uma descrição do que foi plantado mês a mês, encontram-se couve-flor, mostarda, cenoura, ervilha, beterraba, salsa, abóbora, plátanos, pepino, aipim, melancia, pimentão e chuchu⁷⁸. Além disso, o instrutor do Curso Elementar de Trabalhos Rurais da Escola realizou diversas saídas de campo com os alunos do patronato, ensinando lições básicas de botânica e agricultura.

No relatório de 1920, os estudantes do patronato se encontram relacionados em uma lista à parte, separada dos cursos elementar de trabalhos rurais e técnico industrial. A relação de nomes consta com o título “Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul - Seção em Caxias”, e os estudantes mencionados nela não aparecem entre os alunos dos referidos cursos regulares. Porém, em uma edição do jornal *O Brasil*⁷⁹ de dezembro de 1920, há uma nota com o resultado dos exames aplicados naquele ano aos discentes da Escola Industrial Elementar, e nessa alguns dos nomes de discentes do patronato constam como aprovados nos cursos oferecidos pela escola. Essa informação sinaliza que os estudantes internos no patronato estavam integrados à formação técnica, tanto rural quanto industrial.

Enquanto a escola funcionava no edifício provisório alugado pela Intendência, os alunos do internato dormiam em uma das salas do prédio. No final de dezembro de 1920, quando o educandário se mudou para o prédio próprio, foi alugada uma casa voltada à instalação do internato. No relatório de 1922, consta a informação de que os 20 internos dormiam em duas salas do edifício próprio. O refeitório, a despensa, a

⁷⁷ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁷⁸ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁷⁹ Jornal O BRASIL. Caxias, ano 13, n. 48, 18 de dezembro de 1920. p. 2.

cozinha e a rouparia estavam provisoriamente instaladas num pavilhão de madeira que media 12x15,5m. Os alunos faziam três refeições diárias e contavam com o serviço de uma lavadeira e de uma cozinheira.

Os internos foram organizados em três turmas. Para cada uma, foi escolhido um aluno dotado do que se considerava bom comportamento e aplicação aos estudos para ser o “chefe”, a fim de manter “certa disciplina”. Esses também auxiliavam em serviços de conservação do edifício e tarefas internas. As faltas eram punidas com privação de recreio e tarefas escritas. Aqui mais uma vez fica claro o papel disciplinador da instituição escolar, mais especificamente a *vigilância hierárquica* e a *sanção normalizadora* teorizadas por Foucault.

A instituição dos chefes de turma pode ser interpretada como um meio de coerção visível pelos outros alunos, sobre os quais a disciplina deveria ser aplicada, mas de forma discreta e próxima aos vigiados. Como mostrou Foucault, a impraticabilidade do “aparelho disciplinar perfeito”, no qual um único olhar veria tudo o tempo todo, gerou a necessidade de organizar a vigilância em escalas, decompondo suas instâncias para aumentar a eficácia (FOUCAULT, 2000, p. 146). O autor também explicou que, “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal” (p. 149). Este é beneficiado por uma espécie de “privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (p. 149).

Não são mencionadas nos relatórios quais seriam as ações consideradas como “faltas” cometidas pelos internos. No estudo de Foucault, são apontadas seis categorias de ações penalizáveis nas oficinas, escolas e exército: aquelas relativas ao tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas); à atividade (desatenção, negligência, falta de zelo); à maneira de ser (grosseria, desobediência); aos discursos (tagarelice, insolência); ao corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira); e à sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 2000, p. 149).

Analisando a educação cristã de La Salle⁸⁰, Foucault concluiu que, no sentido de reduzir os desvios, os castigos disciplinares na perspectiva estudada por ele deviam ser

⁸⁰ João Batista de La Salle (1651 - 1719) foi um pedagogo e teólogo francês, responsável pela criação da primeira escola de formação de professores primários (Escola Normal) e fundador da Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs, também chamados de Irmãos Lassalistas. Ver: TAGLIAVINI, João Virgílio;

essencialmente corretivos e privilegiar as punições da ordem do exercício — “aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido” (FOUCAULT, 2000, p. 150). Nas palavras de La Salle,

O castigo escrito é, de todas as penitências, a mais honesta para um mestre, a mais vantajosa e a que mais agrada aos pais; [permite] tirar dos próprios erros das crianças maneiras de avançar seus progressos corrigindo-lhes os defeitos; [àqueles, por exemplo], que não houverem escrito tudo o que deviam escrever, ou não se aplicarem para fazê-lo bem, se poderá dar algum dever para escrever ou para decorar (LA SALLE, 1828, p. 204-205 apud FOUCAULT, 2000, p. 150).

Não temos informações sobre como os castigos eram aplicados no dia a dia da Escola Industrial Elementar de Caxias, mas eles integravam o projeto de funcionamento do educandário de formação de trabalhadores bem formados tecnicamente e disciplinados no seu comportamento.

A saúde dos internos também merecia atenção por parte da direção da escola. Em 1921, o diretor apontou que diversos menores ficaram gripados no mês de outubro, mas, “com caráter benigno, nenhuma moléstia houve a registrar”.⁸¹ No relatório de 1922, foi mencionada a assistência médica gratuita que Félix Spinato prestava ao educandário. Ele confeccionava as carteiras de saúde e atendeu, naquele ano, a três casos: um de gripe, um de pequenas erupções na pele e um de moléstias zimóticas (um em maio e dois em junho). Um interno da seção do Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul em Bento Gonçalves, chamado Acléo Braga, foi levado a Caxias para consultar um oftalmologista de sobrenome Bornanccini, que diagnosticou uma forte miopia. Acléo consultou três vezes com o médico, o qual dispensou pagamento em função de tratar-se de um “menor do Patronato”⁸². Estes dados talvez revelem que a proposta da escola era aceita por parte da comunidade local, em especial por sua elite, que se propunha a

PIANTKOSKI, Marcelo Adriano. João Batista de La Salle (1651-1719): um silêncio eloquente em torno do educador católico que modelou a escola moderna. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 53, p. 16-40, outubro de 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640191/7750>> Acessado em: abril, 2017.

⁸¹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1921. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS). p. 6.

⁸² Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

colaborar para o seu bom funcionamento e se mostrava sensibilizada com a condição dos menores internos.

A Escola Industrial Elementar, criada originalmente para “preparar o operariado com capacidade técnica moderna”, incorporou aos seus fazeres o ensino agrícola e práticas de assistência social voltadas às crianças que não tinham garantidas condições de vida as quais lhes permitissem usufruir dos benefícios da modernidade.

Além deste caráter assistencial, ou melhor, em consonância com ele, é possível perceber o forte viés disciplinador que o internato buscava conferir às atividades rotineiras dos estudantes. Um exemplo disso é o quadro de horários que deveria ser seguido pelos alunos:

Quadro 10 - Horários do patronato da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1920.

6h	Despertar
7h15	Café
	Recreio
8h15 às 11h40	Aulas
12h	Almoço
	Descanso
13h30	Aulas práticas
16h	Recreio
16h30 às 17h15	Estudo
17h30	Jantar
	Descanso
19h a 20h30	Estudo
21h	Dormitório/Silêncio

Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1920. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

Esta tabela indica que o tempo dos internos era controlado pela instituição por meio de um acompanhamento cotidiano, objetivando organizar sua vida de modo coletivo. Para Foucault, a regulação de ciclos de repetição têm um caráter disciplinador que não se limita ao tempo externo ao ser: “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2000, p. 129). Tal viés disciplinador é um ponto de encontro entre o ensino técnico e o patronato.

Depois de 1921, quando o patronato já abarcava cerca de um terço dos 72 estudantes da escola, as matrículas tiveram uma grande redução. Em 1922, apenas 41 crianças e jovens aparecem nos registros, sendo 20 deles internos do patronato. A mesma quantidade de internos foi registrada em 1923, quando o total de matrículas foi de 35 estudantes. Este foi o último ano da escola, que encerrou suas atividades no início de 1924.

2.2.3 O fim da escola

Analisando os relatórios da Intendência de Caxias percebemos que, em 1922, houve significativo incremento do ensino público no município, o que não incluía a Escola Industrial, mas, no ano seguinte, o equilíbrio orçamentário teria sido “seriamente ameaçado em consequência da anormalidade da situação”, forçando uma mudança na “orientação econômica”. Penna de Moraes afirma no documento que as condições de 1923 o obrigaram “a dispensar alguns professores, dos que regiam aulas de menor frequência, bem como deixar de prover outras que no decorrer do ano se tornaram vagas”⁸³.

Em 1923, a Escola Elementar Industrial contava com 35 matrículas. Dessas, 20 eram de internos, “sustentados gratuitamente pelo ‘Patronato Agrícola Pinheiro Machado’, mantido pelo Governo Federal, sob a administração da Escola de Engenharia”. Dos 35 alunos, 31 frequentavam o curso elementar de trabalhos rurais e apenas quatro o curso técnico⁸⁴, número que estava muito aquém do almejado quando a escola foi criada. A inclusão do patronato às instalações do estabelecimento resultou no aumento do número de alunos e permitiu certo equilíbrio das matrículas. A partir de 1º de junho de 1920, quando esse foi aberto, cerca de metade dos alunos da escola passou a ser de internos. Tal realidade se alterou em 1921, com a inauguração do prédio, mas, no último ano do educandário, em 1923, quando esse abrigava 35 alunos, apenas 15 não eram internos do patronato.

⁸³ PENNA DE MORAES, Cel. José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária em 22 de Dezembro de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1924. Acervo do AHMJSA.

⁸⁴ PENNA DE MORAES, Cel. José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária em 22 de Dezembro de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1924. Acervo do AHMJSA. O Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1923 confirma esses dados.

O fim da escola foi determinado em março de 1924. No dia 21, um ofício endereçado ao intendente Penna de Moraes informava que o Conselho Universitário da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em reunião ocorrida no mesmo mês, havia resolvido suspender o funcionamento da Escola Industrial Elementar. O mesmo ofício continha a determinação da suspensão dos trabalhos do educandário de Caxias naquela data, sem mencionar justificativa ou motivação.⁸⁵ Nos relatórios da Escola de Engenharia encontramos mais detalhes sobre esse processo. Em fins de março de 1924, foram suspensos “temporariamente” os trabalhos dos patronatos que funcionavam no interior do estado, sendo tais serviços concentrados na unidade de Porto Alegre, a qual passou a ter 220 alunos. Isso é informado no relatório publicado em 1925, onde tal medida aparece justificada da seguinte forma: “Essa suspensão foi motivada pela perturbação da ordem pública do Estado e pelo atraso em que se encontram quase todas as municipalidades quanto ao pagamento de suas cotas de custeio dessas filiais”. E o relatório conclui: “Ora a Escola de Engenharia não podia arcar com a responsabilidade de tal situação, sob pena de ver afetada seriamente sua vida econômica, pelo que resolveu tomar a referida medida”.⁸⁶

O levante dos federalistas em janeiro de 1923 e o conflito entre esses e os republicanos durante os meses seguintes daquele ano não aparecem mencionados nas fontes referentes à Escola Industrial Elementar de Caxias, mas é evidente que era a isso que os documentos se referiam quando mencionavam a “situação anormal” ou a “perturbação da ordem pública”.

Para se compreender melhor o encerramento da escola, seria preciso estudar a Revolução de 1923, seus desdobramentos na região colonial italiana, especialmente em Caxias do Sul, e suas repercussões na administração do estado, sobretudo no que diz respeito à relação entre o orçamento e a manutenção ou não de determinadas políticas públicas, o que extrapola os objetivos desta tese. Porém, para além dos efeitos do conflito de 1923 — que é o centro do discurso oficial para justificar o fechamento das escolas — deve-se atentar a outros fatores capazes de explicar a escolha do governo estadual pelo encerramento das atividades das filiais da Escola de Engenharia em Caxias

⁸⁵ Ofício 35 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 23/04/1924. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJS.

⁸⁶ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1925. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1925. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

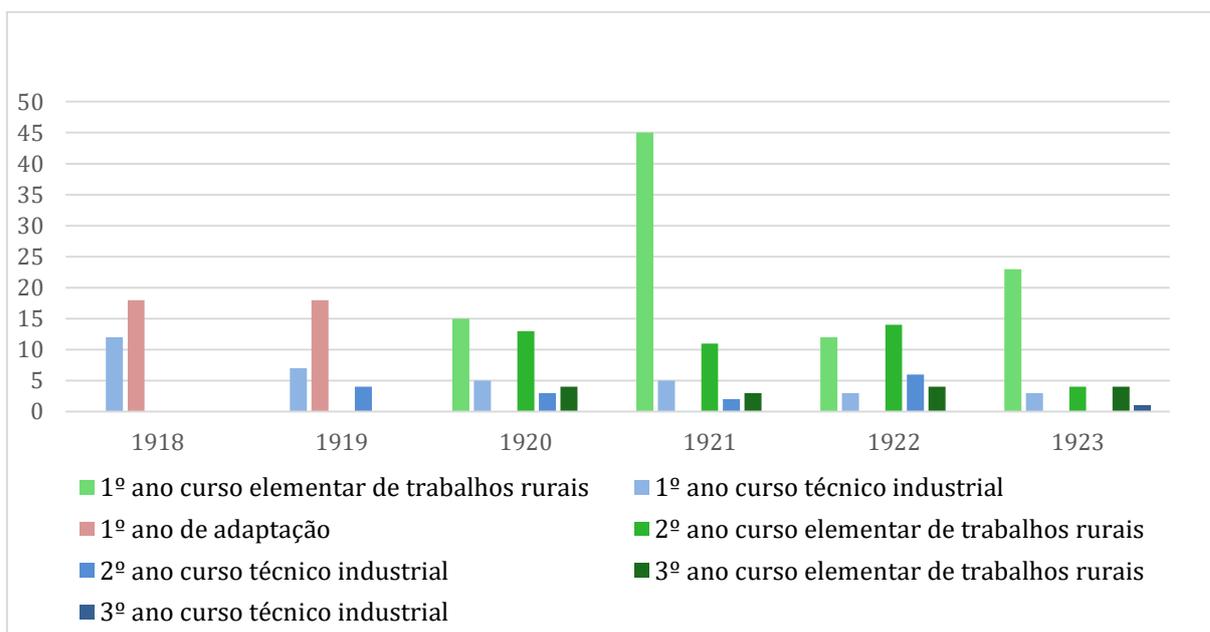
do Sul, Rio Grande e Santa Maria. Um desses foi o desinteresse pela formação técnica oferecida pelo educandário para a indústria demonstrada pela baixa procura registrada nos relatórios. Tal situação só foi revertida com a introdução de uma formação oferecida para a agricultura associada ao regime de internato, o qual garantia moradia, alimentação e atendimento médico gratuitos aos estudantes “desvalidos”. Isso mostra o quanto os projetos precisam ser alterados em função das variáveis presentes em cada campo de possibilidades.

Um entendimento mais complexo a respeito dos projetos individuais e coletivos das famílias, crianças e jovens e trabalhadores pode ser elaborado a partir do estudo do perfil dos estudantes da escola, o que auxiliará na compreensão do desinteresse pelo ensino técnico industrial.

2.3 OS ESTUDANTES DA ESCOLA INDUSTRIAL ELEMENTAR DE CAXIAS

A quantidade de estudantes da Escola Industrial Elementar de Caxias oscilou entre sua inauguração e seu fechamento. Como podemos verificar no gráfico abaixo, nos dois anos iniciais de seu funcionamento, 1918 e 1919, os cursos oferecidos foram o Curso Técnico Industrial propriamente dito e o Curso de Adaptação, ofertado aos alunos que precisariam de conhecimentos básicos antes de iniciarem os estudos específicos. Em 1920, iniciou o Curso Elementar de Trabalhos Rurais, que já na sua primeira turma superou a quantidade de inscritos em relação ao curso industrial e praticamente duplicou no ano seguinte.

Gráfico 1 - Alunos por turma da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

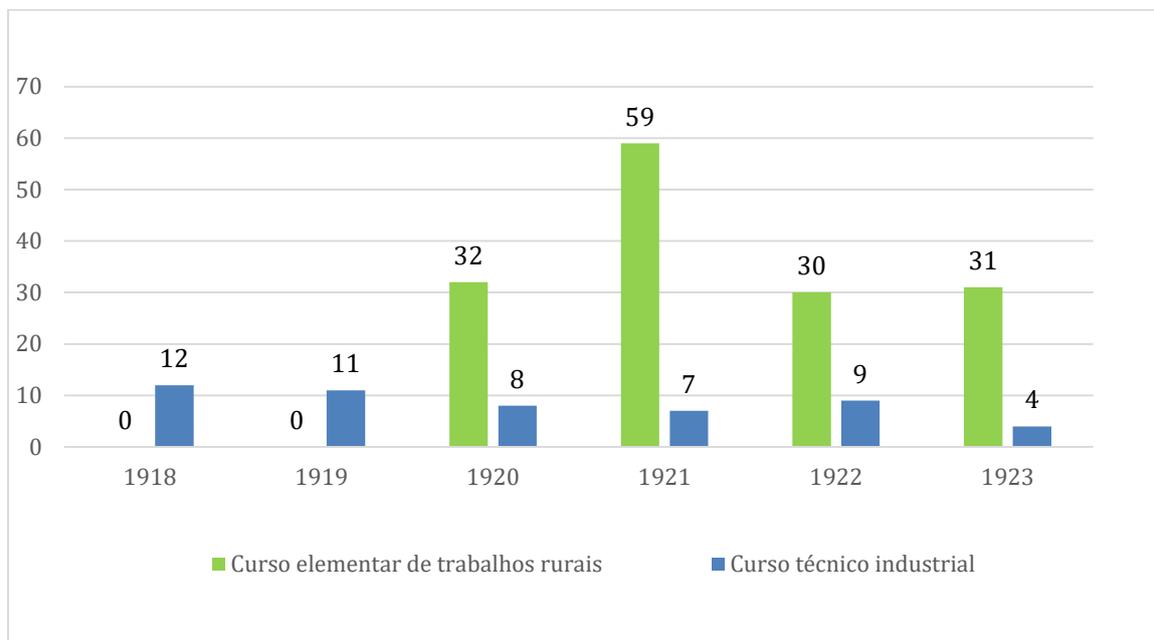


Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

Percebe-se que a coluna que representa a turma do primeiro ano do curso elementar de trabalhos rurais em 1921 destoa da escala que se estabelece como padrão nos anos de funcionamento da escola industrial, tanto no período anterior quanto posterior. Em 1923, último ano de funcionamento do educandário, quase todos os estudantes da escola eram do curso de trabalhos rurais e não do curso técnico que visava formar trabalhadores para a indústria, o que evidencia a mudança do projeto do estabelecimento em função da realidade local.

No gráfico seguinte, no qual as turmas dos diferentes anos de cada curso são agrupadas por curso, a comparação fica facilitada, assim como a visualização do padrão e da desproporção que ocorreu em 1921, quando o curso voltado a atividades rurais somou quase o dobro da média de estudantes dos outros anos.

Gráfico 2 - Alunos por curso da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

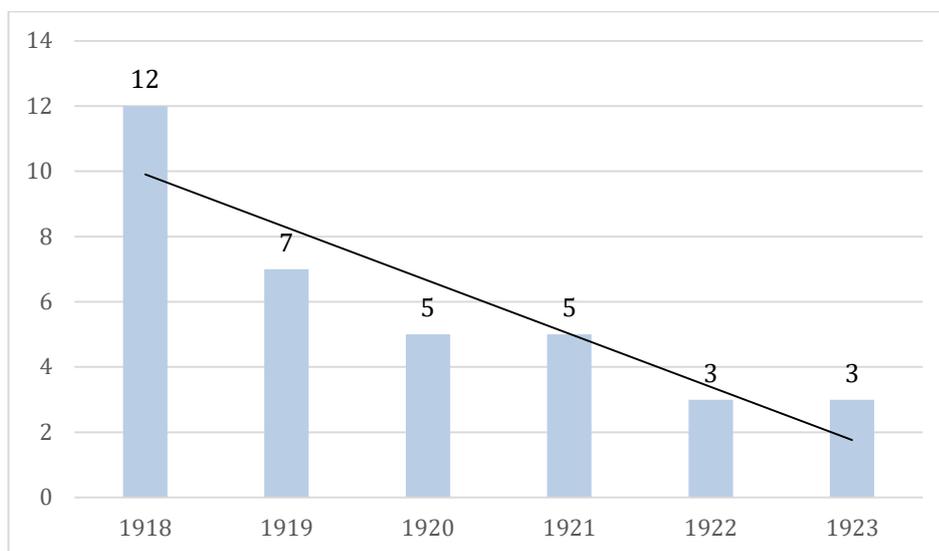


Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

No Gráfico 2 também fica clara a baixa oscilação do número de matrículas no curso técnico industrial ao longo dos anos, com exceção do último período de funcionamento do estabelecimento, quando o número de alunos caiu pela metade em relação a 1922 e representou apenas um terço do total do ano inicial da Escola Industrial Elementar. No último ano, enquanto houve essa queda na quantidade de estudantes do curso técnico, o de trabalhos rurais praticamente manteve o total do ano anterior.

Quando destacamos apenas a quantidade de matriculados no primeiro ano do curso técnico industrial, a tendência decrescente se evidencia:

Gráfico 3 - Matrículas no 1º ano Curso Técnico Industrial na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

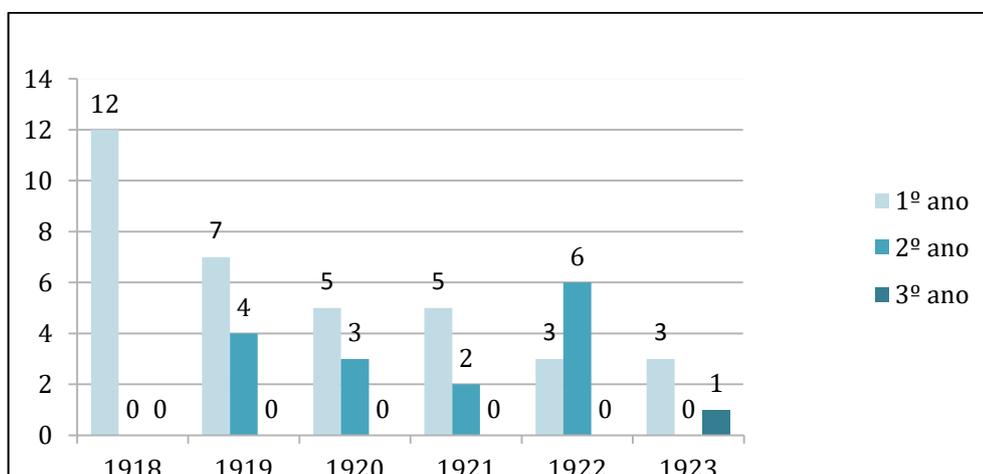


Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

Dos quatro matriculados em 1923 no curso industrial, três eram ingressantes e apenas um dos estudantes deu continuidade aos estudos.

Ainda atentando para esse fator, percebe-se no Gráfico 4 como boa parte dos estudantes não prosseguia seus estudos no estabelecimento, indicando que o projeto do governo estadual e das elites locais enfrentava fortes limites.

Gráfico 4 - Matrículas no Curso Técnico Industrial por turma/período letivo na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.



Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

As informações dos quadros 11 e 12 vão no mesmo sentido, chamando a atenção o impressionante número de desistências após o primeiro ano de estudos. Tal dado parece indicar as tensões entre os projetos familiares e individuais dos estudantes, e aqueles que animavam o educandário. O fechamento da escola em 1923 interrompeu a continuidade dos estudos de vários alunos, mas por si só não explica o alto percentual de desistências em todos os anos.

Quadro 11 - Permanência dos alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

Permanência	1918	1919	1920	1921	1922	1923	Total	%
5 anos	2	4					6	3,85%
4 anos	0	1	2				3	1,92%
3 anos	2	3	8	6			19	12,18%
2 anos	6	3	11	7	5		32	20,51%
1 ano	20	7	14	30	8	17	96	61,54%
							156	

Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) - Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS - Porto Alegre.

Quadro 12 - Percentuais da permanência dos alunos da Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

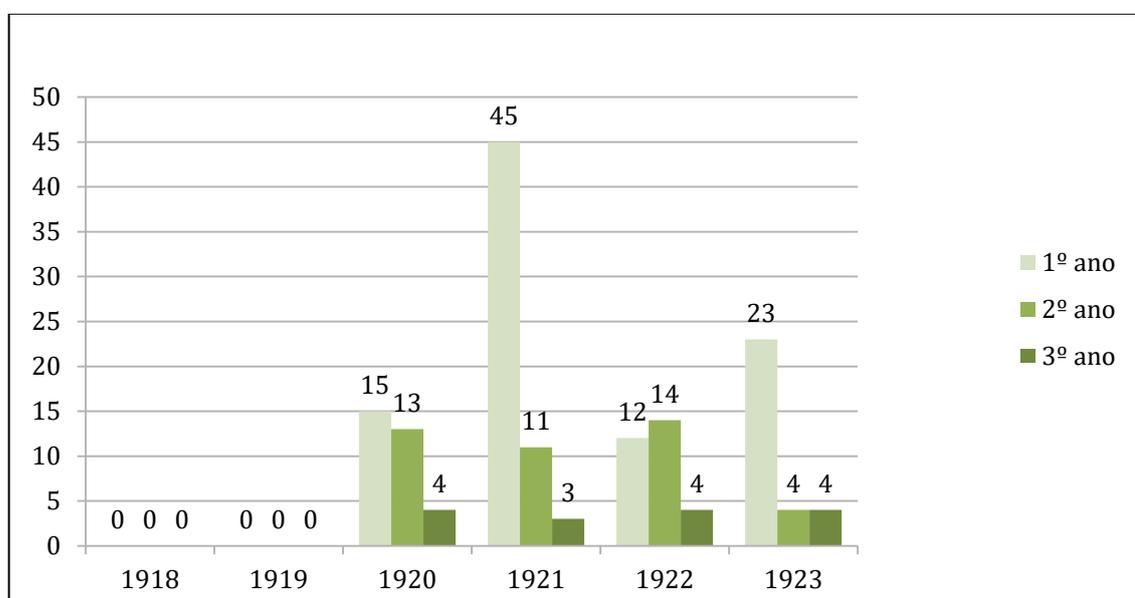
Permanência	1918	1919	1920	1921	1922	1923	Total
5 anos	6,67%	22,22%					6
4 anos	0,00%	5,56%	5,71%				3
3 anos	6,67%	16,67%	22,86%	13,95%			19
2 anos	20,00%	16,67%	31,43%	16,28%	38,46%		32
1 ano	66,67%	38,89%	40,00%	69,77%	61,54%	100%	96
							156

Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) - Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS - Porto Alegre.

O único aluno que finalizou sua formação no curso técnico industrial foi Victor Hermes Trein. Em 1919, seu pai, Luiz Arnaldo Trein, passou a dar aulas de canto como diarista na Escola Industrial Elementar. Nesse mesmo momento, quando tinha 11 anos de idade, Victor ingressou no curso de adaptação do educandário. No ano seguinte, o relatório registra a sua matrícula como interno do patronato agrícola aberto naquele mesmo ano junto à escola. Após essa experiência inicial, sua trajetória escolar apresenta

uma curiosidade: em 1921, ele aparece como matriculado no 1º ano do curso elementar de trabalhos rurais e nos anos seguintes mudou de curso, frequentando o 2º e 3º anos do curso técnico.⁸⁷ Antes de ingressar na Escola Industrial, Victor estudou no Colégio Elementar José Bonifácio, em Caxias, onde concluiu a primeira classe em dezembro de 1917⁸⁸. Sobre sua trajetória após a escola, nada foi encontrado. Também não temos como identificar a razão de um filho de professor da Escola Industrial ter passado um período no patronato agrícola, o qual, como vimos, era voltado sobretudo aos “desvalidos”.

Gráfico 5 - Matrículas no Curso Elementar de Trabalhos Rurais por turma/período letivo na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.



Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

O Gráfico 5 reafirma que o curso voltado ao trabalho rural teve mais sucesso que aquele destinado ao trabalho industrial, reforçando a ideia de uma significativa mudança no projeto do educandário em função do campo de possibilidades local.

⁸⁷ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1919. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1919; Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1920. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920; Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1921. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1921; Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1922. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922; Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1923. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1923 (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁸⁸ Jornal O BRAZIL, de 22 de Dezembro de 1917 (número 339), página 2. (Acervo da Biblioteca Nacional).

2.3.1 As idades e naturalidade dos estudantes da Escola Industrial

Constam nas listas de estudantes da Escola Industrial Elementar 156 nomes no total, entre 1918 e 1923. Conseguiu-se identificar a idade de 139 deles. Os mais novos entraram com 4 a 8 anos, sendo todos eles no curso de trabalhador rural, associado à criação do Patronato Agrícola junto ao estabelecimento, e os dois mais velhos tinham 18 anos.

Dos estudantes com a idade identificada, 57,5% tinha entre 11 e 14 anos. A média geral de idade de ingresso era 12,3 anos.

Quadro 13 - Idades dos estudantes no ingresso na Escola Industrial Elementar de Caxias, 1918-1923.

Idade no ano de ingresso	Quantidade
4*	01
5*	01
6*	02
7*	02
8*	03
9	11
10	09
11	24
12	20
13	20
14	16
15	14
16	11
17	03
18	02
?	17

Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

*Todos de 1º Ano Elementar de Trabalhos Rurais.

Entre os ingressantes no curso técnico industrial, as idades variavam entre 13 e 18 anos.

Quadro 14 - Idade dos estudantes da Escola Industrial Elementar de Caxias por curso, 1918-1923.

Curso	Idade (em anos)																Média
	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	?	
Adaptação	00	00	00	00	00	02	04	07	09	05	06	02	00	00	00	00	12,1
Curso técnico industrial	00	00	00	00	00	00	00	00	01	05	01	05	03	00	02	00	14,7
Curso elementar rural	01	01	02	02	03	09	05	15	08	10	08	06	07	03	00	17	11,8
Patronato (curso não especificado)	00	00	00	00	00	00	00	02	02	00	01	00	01	00	00	00	12,7
Não informado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	15,0
Média geral																	12,3

Fonte: Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1918-1923) – Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS – Porto Alegre.

O quadro acima revela que os estudantes que ingressaram diretamente no curso técnico industrial tinham uma média de idade superior aos demais. Enquanto nos cursos de adaptação e de trabalhos rurais essa ficava em torno de 12 anos, apenas um dos ingressantes no curso técnico tinha essa idade, enquanto cinco tinham 13 e outros cinco tinham 15 anos.

Os alunos mais novos registrados na Escola Industrial Elementar ingressaram no curso elementar de trabalhos rurais. Dos 20 estudantes que entraram na escola com menos de 10 anos, 18 se matricularam no curso rural, sendo que todos os menores de 9 anos eram desse curso.

O estudante mais novo da escola, que tinha 4 anos quando as aulas começaram, era Humberto Pasetti. Ele era irmão de Italo, de 5 anos, também estudante do educandário. Ambos foram matriculados no curso elementar de trabalhos rurais em 1921 pela mãe, Adelaide, viúva de Vitório Pasetti⁸⁹, o qual foi à Itália para tratar de um problema de saúde e acabou morrendo e sendo enterrado lá. Isso ocorreu “por volta de 1921”, segundo relato de um familiar ao jornalista Rodrigo Lopes, autor de uma matéria sobre a trajetória da família Pasetti na sua coluna Memória, publicada no jornal *Pioneiro*.⁹⁰

⁸⁹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1921. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1921. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

⁹⁰ LOPES, Rodrigo. Padaria e fábrica de massas de Vitorio Pasetti em 1917. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 24 out. 2015. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/10/24/10018/?topo=35>>. Acesso em: mar. 2017.

Os Pasetti eram proprietários de uma confeitaria e fábrica de massas, no centro de Caxias, fundada no final do século XIX. Em anúncio de 1914, o negócio se apresentava como “a conhecida fábrica de massas de Vitorio Pasetti”, onde se encontrava “ótima massa de boa qualidade”.⁹¹

Numa fotografia de 1917 que ilustra a coluna, o casal Adelaide e Vitório aparece acompanhado de seus dez filhos e mais um sobrinho. Humberto, cujo apelido era “Neni”, e Italo são identificados como o primeiro e terceiro, da direita para a esquerda, no primeiro plano da imagem.

Figura 11 - Família Pasetti em frente a sua fábrica de massas e confeitaria na Av. Julio de Castilhos, em Caxias, 1917.



Extraído de: LOPES, Rodrigo. Padaria e fábrica de massas de Vitorio Pasetti em 1917. Pioneiro, Caxias do Sul, 24 out. 2015. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/10/24/10018/?topo=35>>. Acesso em: mar. 2017.
Foto: A. Carraro, acervo de família.

⁹¹ LOPES, Rodrigo. Padaria e fábrica de massas de Vitorio Pasetti em 1917. Pioneiro, Caxias do Sul, 24 out. 2015. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/10/24/10018/?topo=35>>. Acesso em: mar. 2017.

A próxima informação que encontramos sobre Humberto Pasetti é que em fevereiro de 1939 ele começou a trabalhar como capataz na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e depois foi transferido para uma função de natureza burocrática⁹². Em uma matéria na capa do jornal *Diário do Nordeste* de 1954 noticiando a morte de sua mãe – qualificada como “venerada figura da sociedade local” – Humberto foi identificado como “funcionário público” e seu irmão Italo como “comerciante”⁹³. Em um parecer jurídico da procuradoria municipal de 1957, há referência também ao “tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, em tempo de guerra, ou seja, em campanha”⁹⁴, mas não há registros de que ele tenha participado da expedição na Itália na Segunda Guerra Mundial, o que indica que ele serviu em território nacional⁹⁵.

Humberto Pasetti teve sua vida ligada ao setor público não só como servidor, mas também na política eleitoral. Ele integrou a chapa de candidatos a vereador do Partido Social Democrático (PSD) em 1955, quando recebeu 313 votos do total de 3.111 recebidos pela legenda. Humberto foi o quarto mais votado do partido, ficando como segundo suplente de vereador⁹⁶. Ou seja, embora tenha havido uma crise familiar com a morte de seu pai, o que provavelmente motivou Adelaide a matriculá-lo junto ao irmão no curso agrícola, Humberto parece ter tido uma trajetória social ascendente. Essa, ao que tudo indica, não se deveu à formação específica oferecida pelo educandário em análise, já que ele se dedicou à carreira burocrática e não às lides rurais. Contudo, a escola pode ter lhe proporcionado visibilidade e talvez contatos que lhe permitiram o ingresso e a ascensão no setor público.

Os dois estudantes mais velhos da Escola Industrial Elementar de Caxias eram Tupan Francisco Salerno e Ambrosio P. Maggi, que ingressaram no educandário aos 18 anos. Tupan estudou dois anos no curso técnico industrial, entre 1918 e 1919, e

⁹² CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Parecer de consultor jurídico, sem identificação de autor, sem número, de 3 de janeiro de 1962. Acervo do AHMJSa.

⁹³ DIÁRIO DO NORDESTE. Caxias, ano 4, n. 72, 3 de setembro de 1954. p. 1. Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

⁹⁴ CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Parecer do consultor jurídico Antônio Cezar P. Viana, sem número, de 27 de agosto de 1957. Acervo do AHMJSa.

⁹⁵ FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Listagem da FEB. Sem local, sem data. Acervo do Museu da FEB de Caxias do Sul.

⁹⁶ PIONEIRO. Caxias do Sul, sem ano, n. 50, 8 de outubro de 1955. p. 12.

Nessa mesma página do jornal Pioneiro, uma nota indica que as eleições municipais de 1955 foram marcadas pela grande votação do Padre Eugênio Giordani, que fez 3.497 votos pelo Partido Democrata Cristão, e pela ascensão de cinco candidatos tachados pelo jornal como sendo “de notória tendência esquerdista e até comunista” do Partido Social Progressista. Juntos, Bruno Segalla, Renan Falcão de Azevedo, Darwin Corsetti, Pedro Machado da Silveira e Serafim Capeletti somaram 1.475 votos.

Ambrosio foi interno do patronato em 1920, ano em que cursou o primeiro ano do técnico. O pai de Tupan era cirurgião dentista e o de Ambrosio produtor de cereais⁹⁷.

Não foram encontradas informações sobre a trajetória de Ambrosio e tampouco dados sobre sua família ou algo que pudesse indicar as características familiares ou a experiência posterior à internação na escola. Já sobre Tupan há uma matéria a respeito de seu falecimento, em 21 de maio de 1951, publicada no semanário *O Momento*⁹⁸, na qual se encontram as informações a seguir. Quando morreu, ele morava em Porto Alegre, para onde fora transferido depois de viver décadas em Caxias. Era, então, enólogo no Laboratório de Análises em Caxias e exerceu o mesmo cargo na capital. Durante 1918, seu primeiro ano no curso técnico da Escola Industrial, Tupan teria exercido o cargo de Guarda Fiscal da Exatoria Estadual, antes de assumir o posto no laboratório. O corpo foi trazido de Porto Alegre e velado na casa da família Salerno em Caxias. Segundo o jornal, em texto elogioso típico de notas fúnebres, “era Tupan Salerno, além de funcionário exemplar e zeloso, um gênio afável e comunicativo, um católico praticante, um ótimo cidadão, um digno e modelar chefe de família”. Tupan era casado com Maria Galio e pai de duas filhas.

O Laboratório de Análises onde Tupan trabalhou foi inaugurado em abril de 1928, durante uma visita a Caxias de Getúlio Vargas, então presidente do Estado do Rio Grande do Sul. A criação do laboratório tinha como objetivo aprimorar e proteger a produção de vinho diante do problema da falsificação, que assolou durante décadas a economia vinícola caxiense (MONTEIRO, 2011, p. 117).

Esse caso possibilita duas inferências: primeiro, que as elites locais, ou, ao menos, os setores médios da cidade, também matriculavam os seus filhos na Escola Industrial Elementar; e também que a formação oferecida pelo educandário poderia favorecer a colocação no serviço público e a ascensão social.

⁹⁷ SALERNO, Francisco Nicolau. Recibo de Francisco Salerno (Cirurgião dentista) para Alfredo Germani pelo trabalho feito em Virgínia Rossi Germani. 9 de fevereiro de 1922. Acervo do AHMJS.

O BRAZIL. Caxias, ano 8, n. 257, 11 de março de 1916. p. 1. O pai de Ambrósio P. Maggi era Ambrósio Maggi, que recebeu a medalha de bronze na categoria “cereais diversos” em uma exposição agroindustrial realizada no Clube Juvenil em Caxias, em 1916.

⁹⁸ Jornal O MOMENTO. Caxias do Sul, ano 19, n. 945, 26 de maio de 1951. p. 4. (Acervo da Biblioteca Nacional).

O irmão de Ambrósio Maggi também estudou na Escola Elementar Industrial. Henrique Maggi ingressou na escola aos 13 anos, em 1923, no segundo ano do curso elementar de trabalhos rurais.

Dentre os estudantes dos quais foram localizadas informações sobre a vida profissional, Henrique Maggi foi um dos poucos da Escola Elementar Industrial que fizeram carreira na indústria. Foram dois os documentos principais de onde extraímos os seus dados biográficos: boletins informativos da indústria Eberle que trouxeram homenagens pelos 35 e pelos 40 anos de trabalho dele na empresa. Maggi ingressou na Eberle em 24 de janeiro de 1924, no ano seguinte ao que frequentou o curso técnico na escola industrial. Aos 14 anos, ele trabalhou durante mais ou menos um ano na seção de solda de castões, depois foi aprendiz na seção de gravação, até 1927. Concluída a aprendizagem, o operário gravador foi transferido para o setor de artigos sacros, onde aprendeu e desempenhou a função de torneador. Dois anos depois, “como que escolhido para tomar conhecimento das mais variadas funções existentes na fábrica”, Henrique Maggi foi transferido para a seção de mecânica, “uma das mais importantes dentro do conjunto da organização”. Nesta permaneceu até 1932, quando foi convidado a tomar conta da seção de eletricidade⁹⁹.

No novo posto de trabalho, Maggi protagonizou um capítulo importante da história da Eberle. Em 1940, durante a II Guerra Mundial, a metalúrgica passou a fabricar motores elétricos para suprir o mercado interno desse produto que, enquanto durou o conflito, deixou de ser importado. Maggi permaneceu como chefe da seção de motores elétricos até 1954, quando foi promovido a subgerente e chefe do Departamento Técnico da MAESA (sigla para “Metalúrgica Abramo Eberle SA” usada para se referir à unidade da empresa localizada na quadra contígua à do SENAI Nilo Peçanha, também chamada de “fábrica 2”)¹⁰⁰. Quando Henrique Maggi foi homenageado pelos seus 40 anos na Eberle, em 1964, ele desempenhava o cargo de Gerente Geral das fábricas¹⁰¹.

⁹⁹ BOLETIM EBERLE. Caxias do Sul, ano III, n. 33, fevereiro de 1959, p. 2 e 5. Acervo do AHMJSA.

¹⁰⁰ BOLETIM EBERLE. Caxias do Sul, ano III, n. 33, fevereiro de 1959, p. 2 e 5. Acervo do AHMJSA.

¹⁰¹ BOLETIM EBERLE. Caxias do Sul, ano VIII, n. 76, janeiro de 1964, p. 39. Acervo do AHMJSA.

Figura 12 - Henrique Maggi em homenagem aos 35 anos de trabalho na Eberle, 1959.



Fonte: BOLETIM EBERLE. Caxias do Sul, ano III, n. 33, fevereiro de 1959, p. 2.

Henrique Maggi é mencionado em dois depoimentos que integram o banco de memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, e em ambos é destacado como um trabalhador da Eberle. Um deles é da sua viúva, Luiza Maria Maggi, que relatou a trajetória do marido e afirmou que ele faleceu após 68 anos de trabalho na Eberle¹⁰². Adelino Beux, também operário da metalúrgica, em seu depoimento associou o colega à fabricação dos motores elétricos. Na memória de Beux, Maggi foi o responsável pela fabricação do primeiro motor elétrico do Brasil. O personagem em questão teria aprendido a produzir motores elétricos com um engenheiro alemão¹⁰³.

Henrique possivelmente era o personagem “dos sonhos” daqueles que projetaram a escola aqui analisada. A partir dos conhecimentos adquiridos no educandário, ele se inseriu ainda durante o curso numa das maiores indústrias de Caxias do Sul onde percorreu uma reconhecida trajetória profissional ascendente. Porém, foi dos poucos a obterem essa inserção e provavelmente o único a ter tal destaque, o que mais uma vez evidencia os limites desse projeto educacional.

A respeito da naturalidade ou nacionalidade dos estudantes da escola, os relatórios informam que 151 eram brasileiros, sendo 129 gaúchos, 1 de Santa Catarina e 1 de São Paulo. Dentre os gaúchos, 1 aparece identificado como nascido em Bom Jesus, 1 em Porto Alegre, 4 em São Francisco de Paula e 123 não têm especificada a naturalidade,

¹⁰² Depoimento de Luiza Maria Maggi. Banco de Memória do AHMJSA.

¹⁰³ Depoimento de Adelino Beux. Banco de Memória do AHMJSA.

mas, provavelmente, eram de Caxias do Sul ou, no mínimo, da Região Colonial Italiana, já que o projeto do educandário levava em conta o público e as potencialidades dessa área. Entre os estrangeiros, 3 eram italianos (provenientes de Gênova, Pádua e Milão) e 1 era russo de Vosnezensky. Apenas a respeito de um dos alunos, Paulo Rossato, não há a informação de naturalidade nem de nacionalidade, contudo, pelo sobrenome, é possível inferir que ou ele era proveniente da Itália ou oriundo da Região Colonial Italiana.

Também identificamos que 42 alunos tinham irmãos na escola e, desses, 12 tinham dois irmãos. Esta quantidade é reveladora para mostrar o quanto a escola podia significar para os projetos de várias famílias, não obstante, como vimos, as frustrações ocorridas depois do ingresso das crianças e jovens no estabelecimento.

Mais uma vez é preciso retomar as questões norteadoras da pesquisa, levando em conta a experiência da Escola Industrial Elementar de Caxias do Sul. No que tange à formação da classe operária caxiense, é possível dizer que o educandário visava formar trabalhadores industriais capacitados e qualificados, tendo em vista o contexto de afirmação das indústrias locais. Contudo, tal projeto teve que ser, com o passar dos anos, adaptado ao campo de possibilidades da região. Evidência maior dessa mudança foi a criação do curso elementar de trabalhos rurais e do Patronato Agrícola que se voltavam às lides do campo, evidenciando a continuidade da força do setor rural na economia local. Além disso, estudantes oriundos da escola ocuparam postos no setor público e em outros campos profissionais, inclusive percorrendo trajetórias de ascensão profissional. O estabelecimento pode ter facilitado tais percursos ao possibilitar uma formação inicial que ia ao encontro dos interesses da elite local, além de permitir o estabelecimento de contatos profissionais aos seus alunos. Ou seja, mais do que estar associada somente à formação da classe operária *stricto sensu* de Caxias, a escola em tela se relaciona com a constituição mais ampla do mercado de trabalho local.

Quanto à relação público e privado, percebe-se na experiência analisada neste capítulo a íntima associação entre os interesses do governo estadual e aqueles das elites locais, e uma razoável dissociação desses com os projetos familiares dos trabalhadores que eram seu alvo. Por fim, no que diz respeito à visão de infância presente nessa iniciativa, é possível inferir que, como no caso da Eberle, as crianças e jovens eram percebidos como vivendo um momento de preparação centrada na formação

profissional e no disciplinamento dos corpos e mentes; porém, ao contrário daquele, pode-se dizer que na Escola Industrial Elementar havia uma nítida separação entre o ambiente escolar de formação e a atuação profissional propriamente dita, o que favorecia o prolongamento da infância. Nesse sentido, o educandário proporcionava uma formação mais ampla voltada não à constituição de pequenos operários, mas sim à preparação de trabalhadores industriais e agrícolas do futuro, que fossem também cidadãos do Estado brasileiro. Isso explica a atenção dada aos temas e rituais cívicos no cotidiano escolar.

3 A UNIÃO ENTRA EM CENA: A IMPLANTAÇÃO DO SENAI NILO PEÇANHA

Nas primeiras décadas do século XX, a industrialização brasileira esteve em debate e durante esse período surgiram relevantes ações de política social da indústria tanto na esfera privada quanto na pública. Quando Getúlio Vargas chegou à presidência da República, em 1930, progressivamente industriais e Estado se aproximaram. O governo federal, então, construiu uma política nacional de instrução de mão de obra em consonância com os interesses de parte do patronato, especialmente aquela que se mostrava em sintonia com o discurso governamental do final dos anos 1930 e início dos 1940.

No presente capítulo, esse processo nacional será analisado também no âmbito local. O Departamento Regional do SENAI do Rio Grande do Sul, em articulação com empresários e com o apoio da Prefeitura de Caxias do Sul, inaugurou em 1944 uma unidade denominada SENAI Nilo Peçanha, reproduzindo no município a conjunção que deu origem à política brasileira de formação de mão de obra para a indústria. Esta experiência será analisada no presente capítulo.

3.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NO SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 26 de janeiro de 1942, por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. O SENAI foi uma ação

governamental importante por marcar mudanças na política social brasileira, representando uma novidade em nível mundial. Ao lado do Serviço Social da Indústria (SESI) – criado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra quatro anos depois, ainda sob o âmbito constitucional do Estado Novo –, o SENAI integrou uma campanha por maior produtividade e “paz social”. Os dois objetivos seriam alcançados pela via da “modernização” da indústria nacional, com a implantação de “métodos científicos” tanto para racionalizar e aumentar a produção, quanto para favorecer a resolução de conflitos entre patrões e empregados, com o controle e enquadramento dos trabalhadores nos modelos sociais e de produção apregoados pelos mentores do Serviço.

Apesar de terem sido criados pelo Estado brasileiro, SENAI e SESI eram financiados pela indústria e administrados mais por associações de industriais do que pelo governo. Como demonstra Barbara Weinstein, as duas instituições eram “organizações públicas funcionando como organismos privados controlados efetivamente pelos patrões”, o que constituiu uma contribuição original dos industriais brasileiros ao universo das relações de trabalho e da modernização, que passou por mudanças significativas na primeira metade do século XX em nível internacional (WEINSTEIN, 2000, p. 28). Segundo a autora,

Em outros países, esses programas sociais e educacionais funcionavam com o apoio do Estado, tendo surgido de um esforço combinado de governos, indústria e operariado, ou da iniciativa de firmas isoladas. No Brasil, ao contrário, um determinado segmento da burguesia industrial, uma pretensa ‘vanguarda’ dessa classe, assumiu o controle de programas que considerava vitais para o progresso industrial e para a paz social, minimizando o papel do Estado e excluindo completamente o operariado organizado (WEINSTEIN, 2000, p. 358).

O estudo de Weinstein sobre o pensamento que embasou a criação do SENAI e do SESI, que tinham ramificações por todos os estados brasileiros, revela que os patrões industriais, mais do que qualificar a mão de obra e aumentar a produtividade, almejavam “reconstruir’ o trabalhador brasileiro e garantir a paz social” (WEINSTEIN, 2000, p. 28).

Essa “reconstrução” era o centro da estratégia do patronato envolvido com o projeto do qual o SENAI constituía parte importante. Para Weinstein, as formas e

práticas que o SENAI e o SESI assumiram eram produto do controle dessa liderança industrial, que determinava os serviços que seriam oferecidos e as dimensões ideológicas dos órgãos. O que os fundamentava era um discurso de racionalização e de administração científica presente desde a década de 1920 entre industriais, engenheiros, sanitaristas e educadores, especialmente de São Paulo. Nas palavras da historiadora, “Esses empresários e profissionais defendiam a organização racional como uma forma de criar um Brasil mais produtivo, eficiente e moderno, com um melhor padrão de vida para todos” (WEINSTEIN, 2000, p. 20). Tal elite industrial que encabeçou o SENAI compartilhava com industriais e tecnocratas europeus e estadunidenses do pós-guerra “a convicção de que princípios científicos e racionais podiam ser aplicados à sociedade industrial – dentro e fora dos locais de trabalho – para criar um modo de vida mais produtivo, eficiente e harmonioso” (p. 361).

Analisando o discurso dessa elite, Weinstein concluiu que a versão mais difundida no Brasil priorizava a **hierarquia**, a **autoridade técnica** e a estrita **vigilância** do local de trabalho (WEINSTEIN, 2000, p. 361). Essa tríade de princípios acabava por deixar aos operários pouca ou nenhuma participação no processo de sua própria “reconstrução”. Mais do que isso, revelava como os trabalhadores, considerados despossuídos das capacidades necessárias ao progresso, eram vistos como “o maior obstáculo à organização racional em todas as esferas da sociedade” (p. 361). Os operários, a partir dessa ideologia, deveriam ser moldados para bem obedecerem aqueles que tinham o nível cultural e educacional suficientes para orientar o desenvolvimento da indústria e o progresso do país.

Na obra de Weinstein, encontramos uma conclusão que indica a complexidade desse projeto. Analisando os discursos e ações dos empresários e intelectuais envolvidos no projeto, a autora concluiu que, para atingir os objetivos de “reformular” a classe trabalhadora, a primeira preocupação deles era “reestruturar a *si mesmos*, ou pelo menos sua imagem de classe” (WEINSTEIN, 2000, p. 20, grifo da autora). Ao se identificarem com correntes inovadoras na organização racional e na administração científica, em oposição ao modo arbitrário e violento que caracterizou padrões “à antiga”, “esses industriais, engenheiros e educadores arrogaram a si a autoridade profissional e a competência técnica necessárias para modernizar a sociedade brasileira” (p. 20-21). Eles se esforçaram para promover as novas formas de organização do trabalho e a

socialização do trabalhador, influenciando mudança de prática dos empresários e mudando a visão que políticos, profissionais e reformistas da classe média tinham da importância da indústria para o progresso econômico e social. Os problemas relacionados à organização do trabalho passariam a ser considerados não mais questões sociais, mas sim técnicas, “que deviam ser resolvidas sistematicamente, de forma científica” (p. 21). E seria dessa forma, científica, que os gerentes-industriais coordenariam o aumento da produtividade e, mais do que isso, a construção da “paz social” no Brasil, tendo a indústria um papel central em tal processo.

Na prática, os defensores da racionalização conseguiram resultados intermitentes e irregulares, produzindo “pouco progresso linear no sentido de uma sociedade industrial racionalmente organizada” (WEINSTEIN, 2000, p. 21). Nesse sentido, a autora afirma que:

o SENAI e o SESI representaram tentativas únicas de institucionalizar abordagens racionais para a capacitação profissional e serviços sociais, mas eles tiveram muitas vezes que revisar suas práticas para conformar-se às novas estratégias de administração, condições econômicas em processo de transformação, ou pressões dos sindicatos (WEINSTEIN, 2000, p. 21).

A racionalização pretendida era composta por estratégias variadas de reorganização do trabalho e da vida cotidiana a partir de princípios considerados “científicos” por seus defensores, que se contrapunham aos métodos baseados na prática e na tradição. Os resultados almejados com a aplicação desses métodos desenvolvidos por especialistas seriam maior eficiência e produtividade, “que redundariam em benefícios para patrões, empregados e consumidores” (WEINSTEIN, 2000, p. 23).

O conjunto de métodos que compunham a racionalização pode ser traduzido nos conhecidos termos *taylorismo* e *fordismo*, acompanhados da *psicotécnica*, também chamada de *psicologia industrial* ou *aplicada*. Essa ofereceria instrumentos racionais e científicos que diagnosticariam as capacidades dos candidatos ao emprego. Era composta por um sistema de teste, seleção e orientação psicológicos que serviria para “reduzir a ocorrência de desajustamentos no trabalho e aumentar a produtividade e a

satisfação dos trabalhadores” e substituiria a “simples punição e recompensa financeira” (WEINSTEIN, 2000, p. 25).

No caso do Brasil, aspectos desses métodos eram adaptados para incorporar as concepções próprias dos agentes da “modernização” sobre os trabalhadores e a sociedade. Levantamentos apontavam que os estudantes do SENAI tinham um baixo padrão de vida e educação formal deficiente, e a equipe do Serviço também avaliava que “eles tinham padrões morais deficientes, maus hábitos de trabalho, e pouca ‘cultura’” (WEINSTEIN, 2000, p. 144). Eram elencadas nesse sentido “influências deformativas de personalidade” que deveriam ser sanadas pelo SENAI por meio de uma “educação integral” (p. 144-145).

Em síntese, o SENAI e o SESI apresentavam-se a si mesmos como organizações criadas pelo governo para beneficiar os operários, mas trabalhavam claramente para atender aos interesses dos industriais que os financiavam e administravam, implementando ações que buscavam o enquadramento da classe trabalhadora em padrões morais e de organização do trabalho adequados ao projeto modernizador priorizado por essa elite. Além disso, a peculiar relação que se dava nessas instituições entre o Estado brasileiro e as entidades patronais da indústria revela muito da vinculação entre o público e o privado que caracteriza a história brasileira contemporânea.

Como dissemos, a criação do SENAI está ligada a um debate a respeito da industrialização brasileira ocorrido nos anos 1920 e 1930. Durante essas décadas, ações na área da política social da indústria tiveram origem fora da esfera pública, “por meio de organizações e institutos criados por homens de negócios, engenheiros e educadores imbuídos do espírito de racionalização” (WEINSTEIN, 2000, p. 87).

Com a chegada de Vargas ao poder e a progressiva aproximação entre industriais e Estado na segunda metade dos anos 1930, a política social da indústria foi assumida como pauta conjunta de líderes empresariais e técnicos que passaram a colaborar com o regime. Um personagem de relevo nesse período foi Roberto Cochrane Simonsen, grande empresário com atuação marcante no setor industrial paulista e na política nacional. Após presidir a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Simonsen foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 1937, mesmo ano em que iniciou o Estado Novo, e permaneceu no cargo até a saída de Vargas,

em 1945. Durante tal período, Simonsen atuou como um participante de peso na formulação da política econômica do governo e foi um dos formuladores do que veio a ser o SENAI (WEINSTEIN, p. 102-104).

Em 1941, depois de anos de debate e formulação de projetos sobre educação profissional no âmbito do governo federal, com a participação de empresários, técnicos e agentes políticos, Vargas criou uma “comissão de patrões” com a tarefa específica de desenvolver um programa de educação industrial (WEINSTEIN, 2000, p. 115-116). Os integrantes eram Roberto Simonsen pela FIESP, Euvaldo Lodi (presidente da CNI) e Valentim Bouças (empresário do ramo de serviços contábeis que atuava como secretário geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças, vinculado ao Ministério da Fazenda¹⁰⁴), que eram assessorados pelos especialistas em educação profissional João Lüderitz¹⁰⁵, Roberto Mange e Faria Góes (p. 115).

Antes da formação dessa comissão, Simonsen já havia expressado claramente sua posição sobre como deveria ser estruturada a política nacional de educação profissional. Em carta para o ministro da Educação Gustavo Capanema, de julho de 1940, sugeriu modificações nas propostas que estavam sendo elaboradas para “aperfeiçoar o intercâmbio entre a indústria e os centros de treinamento” (WEINSTEIN, 2000, p. 115). As sugestões pretendiam aumentar o controle administrativo dos industriais, inclusive com os patrões assumindo completamente o financiamento do novo programa de treinamento, diminuir a influência dos funcionários federais e eliminar a participação dos representantes dos operários. Segundo Weinstein, essas sugestões não foram vistas com bons olhos pelo ministro Capanema, ao contrário do ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, e do próprio Vargas (p. 115-116).

No relatório final da comissão, de setembro de 1941, Simonsen afirmava que os sindicatos patronais e as federações regionais “reconhecidos pelo regime de Vargas”

¹⁰⁴ Cf. Sônia DIAS. BOUÇAS, Valentim. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valentim-fernandes-boucas>> Acesso em: 10/04/2015.

¹⁰⁵ João Lüderitz, citado no capítulo anterior como diretor do Instituto Técnico-Profissional, formou-se na Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1904. Ingressou no quadro docente da mesma escola em 1906, quando assumiu a direção do Instituto Técnico-Profissional (rebatizado como Instituto Parobé), à frente do qual ficou até 1920. Ele foi Diretor de Agricultura, Indústria e Comércio da Secretaria de Obras Públicas no governo estadual de Vargas, e participou, durante toda a década de 1920, dos debates nacionais sobre o ensino técnico e profissional. Em 1942, foi indicado por Vargas como o primeiro diretor-geral do SENAI (HEINZ, 2009).

eram as melhores organizações para capitanear, e financiar, o programa de formação de novos profissionais para a indústria. Na proposta, os recursos para o serviço a ser criado viriam de contribuições mensais das indústrias, proporcionais ao número de empregados, e os cursos a serem oferecidos e o número de operários formados anualmente seriam discutidos com os sindicatos patronais da região de cada escola. O sistema todo seria coordenado pela CNI em nível federal e um conselho regional formado pelas federações industriais supervisionaria as ações em cada estado (WEINSTEIN, 2000, p. 116-117). Mesmo com as objeções de Capanema, que criticava, entre outros aspectos, o regionalismo do projeto, a falta de integração com as mudanças no ensino primário e regular, e o fato da coordenação estar com os industriais em vez dos educadores que compunham a Comissão Nacional de Educação Profissional, as proposições do relatório foram incorporadas à minuta de decreto elaborada em dezembro de 1941 e à decisão do governo. Em 22 de janeiro de 1942, Vargas promulgou o decreto-lei 4.048, criando o então chamado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI¹⁰⁶ (p. 117-118).

Por mais que a criação do Serviço tenha sido um ato governamental, a estrutura conferida pelo projeto da comissão dos patrões e encampada pelo decreto de Vargas fez com que o sistema se identificasse mais com a burguesia industrial do que com o Estado brasileiro. SENAI e, posteriormente, o SESI integravam uma política nacional de formação de mão de obra para a indústria, mas eram administrados pelas entidades patronais. Eram políticas públicas desenvolvidas na esfera privada, em sintonia com o ideário da administração científica que “enfatizava o papel dos industriais e seus aliados tecnocratas na sociedade civil” (WEINSTEIN, 2000, p. 87).

Os empresários que elaboraram e aplicaram a política do SENAI não representavam os interesses dos industriais como um todo, mas sim consideravam o órgão, juntamente com o SESI, como um meio para refazer a sua própria classe social (WEINSTEIN, 2000, p. 360). O envolvimento dessa elite empresarial em determinadas questões políticas, sociais e econômicas buscava imprimir a sua classe o caráter que projetava ser o adequado para o patronato industrial, dirigindo o desenvolvimento

¹⁰⁶ Essa nomenclatura foi alterada para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 7 de novembro de 1942, pelo Decreto-lei 4.936, quando passou a abranger “o ensino de ofícios que não eram próprios dos ‘industriários’, como os de marítimos, aviários, pescadores, telefonistas etc.” (CUNHA, 2005c, p. 50).

econômico e social do país na direção de uma maior influência da indústria nos rumos que esse tomaria. Ao mesmo tempo em que tal “reformação” da própria classe constava entre os interesses desses industriais e tecnocratas, alguns deles “conseguiram aumentar seu poder por meio do prestígio intelectual, relações com o governo e controle das associações de industriais, o que lhes permitiu impor uma certa concepção das relações industriais nas bases do empresariado” (p. 360). Vejamos agora como tal projeto nacional foi configurado no plano local.

3.1.1 SENAI em Caxias: governo federal, Município e empresários em articulação

As articulações para a instalação do SENAI em Caxias do Sul iniciaram no final do ano em que o serviço foi criado em nível nacional. Com data de dois dias antes do Natal de 1942, uma carta endereçada ao prefeito de Caxias do Sul, Dante Marcucci, informava que sua cidade ganharia uma escola industrial do SENAI nos próximos meses¹⁰⁷. O signatário era Álvaro de Figueiredo Paz, funcionário do Departamento Regional SENAI do Rio Grande do Sul, o qual comunicou ao governante municipal que os diretores regional e nacional da instituição, os engenheiros Aroldo Silveira e o João Lüderitz, estavam de “pleno acordo com os resultados da minha missão”. O representante do Serviço informava também que ainda em dezembro retornaria a Caxias, dessa vez acompanhado pelos dois superiores mencionados, para “estudarmos definitivamente as bases da instalação de nossa escola”. A missiva igualmente mencionava que, “provavelmente”, a escola seria instalada e iniciaria as atividades em meados de abril.

Uma semana antes, Figueiredo Paz havia sido enviado a Caxias pela direção do SENAI e “prontamente” atendido por Marcucci, que mostrou “grande interesse” pela possibilidade de instalação de uma escola técnica na cidade. Esse interesse, registrado pelo funcionário em um relatório da visita, se justificava pelo prefeito já ter sentido “os primeiros reflexos da falta de operários especializados nas indústrias de sua comuna”¹⁰⁸. A importância dada pelo governante local à iniciativa também foi expressa pelo fato do próprio ter levado pessoalmente o visitante à Associação Comercial da cidade, na qual

¹⁰⁷ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 23 de dezembro de 1942 (01.02.01). Acervo do AHMJSa.

¹⁰⁸ Relatório do Departamento Regional do SENAI do RS, de 28 de dezembro de 1942. Acervo do AHMJSa.

estavam reunidos seus principais empresários industriais. Figueiredo Paz destacou a presença de representantes das seguintes indústrias: Abramo Eberle & Cia., Luiz Michielon & Cia, Tecelagem de Seda Marisa, Irmãos Panceri, Luiz Pizzamiglio & Cia., Irmãos Chisté, Davids & Cia. Ltda. e Gazola, Travi & Cia. Na reunião, o funcionário do SENAI fez uma breve exposição sobre sua instituição e os planos para o município. Após, ouviu dos representantes da indústria caxiense suas necessidades e sugestões para adequar as intenções do SENAI às características econômicas da cidade sob o ponto de vista dos empresários.

A Caxias que o representante do SENAI encontrou vivia um período de vultosos investimentos na infraestrutura e na área social. Em novembro de 1941, havia sido inaugurada uma estrada federal (atual BR116), sob a denominação de Rodovia Getúlio Vargas, proporcionando uma ligação entre a cidade e a capital do estado com pouco mais de 120 quilômetros (MACHADO, 2001, p. 311). Poucos meses antes, em março de 1941, foi aberto o aeroporto municipal e, em novembro de 1943, uma nova represa para abastecimento de água passou a funcionar. Na área da saúde, o marco desse período foi o Hospital Nossa Senhora de Pompéia, inaugurado em dezembro de 1940, e na da educação e cultura, a abertura de algumas escolas municipais e estaduais e, em junho de 1941, a criação da Biblioteca Pública Municipal (p. 313).

Para subsidiar as decisões que o Departamento Regional do SENAI tomaria em breve, Figueiredo Paz solicitou à prefeitura uma lista das “principais indústrias de Caxias”, enviada ao Serviço em 1943. Nessa relação constavam as seguintes informações, acompanhadas dos nomes das indústrias¹⁰⁹:

¹⁰⁹ Anexo da carta da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 13 de abril de 1943. Acervo do AHMJSA.

Quadro 15 - Relação das principais indústrias de Caxias, 1943.

Ramo	Atividades
Têxtil (10)	4 fábricas de sedas 4 malharias 2 lanifícios
Metalurgia e mecânica (35)	13 ferrarias 10 oficinas mecânicas 5 latoarias 5 outras atividades 1 metalúrgica e mecânica 1 munição de guerra, metalúrgica e mecânica
Couro (4)	4 curtumes
Madeira (19)	10 tanoarias 9 serrarias
Cerâmica (15)	13 olarias 2 fábricas de mosaicos
Produtos químicos (5)	3 fábricas de bebidas não alcoólicas 1 fábrica de produtos químicos 1 fábrica de sabão
Alimentação (54)	24 moinhos de trigo 13 vinícolas 7 destilarias 4 moinhos de milho 2 fábricas de produtos suínos 2 fábricas de marmelada 1 fábrica de caramelos 1 cervejaria
Vestuário (5)	2 fábricas de roupas 2 fábricas de chinelos e tamancos 1 camisaria
Mobiliário (10)	5 marcenarias 4 fábricas de cadeiras coloniais 1 fábrica de móveis de vime
Indústria da edificação (10)	7 carpintarias 2 marmorarias 1 caieira
Aparelhos de transporte (6)	6 selarias
Indústria de luxo (10)	5 ourivesarias 5 tipografias
Indústrias reunidas (4)	2 fábricas de carrocerias 1 cutelaria 1 fábrica de correias

Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul - Correspondência ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 13 de abril de 1943. Acervo do AHMJSA.

Como podemos verificar, o ramo da indústria que reunia o maior número de estabelecimentos no momento da instalação do SENAI era a alimentícia, com destaque aos moinhos e às vinícolas. Segundo a historiadora Maria Abel Machado, “o período de governo de Getúlio Vargas foi acompanhado pelo discurso que enalteceu a indústria e o modelo de substituição de importações, especialmente no setor de bens não-duráveis, como alimentos e tecidos”, o que acabou por favorecer bastante as empresas caxienses desses segmentos, as quais “já vinham mantendo um bom ritmo de crescimento” (MACHADO, 2001, p. 267).

Em 1944, a produção industrial foi de Cr\$ 224.329.159 e passou para Cr\$ 450.428.327 em 1948.¹¹⁰ Esse crescimento revela o potencial da indústria local nos anos 1940, a qual vivia um tempo marcado pela diversificação de atividades o que resultou em transformações importantes na sua composição (MACHADO, 2001, p. 268). Para ilustrar essa expansão e diversidade, Machado reproduziu um quadro com a composição da atividade industrial em Caxias do Sul publicado em 1950 em uma revista comemorativa dos 75 anos da imigração italiana.

Esse quadro, com informações de menos de dois anos depois da visita de Figueiredo Paz a Caxias, mostra que as indústrias que mais empregavam na época eram a metalúrgica, a da alimentação e a têxtil. Na ocasião da reunião do representante do SENAI, os industriais elencaram como prioritários para a unidade de Caxias os cursos de mecânica, carpintaria e fiação e tecelagem, esse especialmente voltado à indústria da seda, que seria a mais importante desse setor em Caxias. Foi mencionada a existência de algumas fábricas de tecidos de lã, mas que poderiam ter sua necessidade de mão de obra especializada suprida com formados pelo SENAI da capital.¹¹¹

¹¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Município de Caxias do Sul. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. p. 36.

¹¹¹ Relatório do Departamento Regional do SENAI do RS, de 28 de dezembro de 1942. Acervo do AHMJSA.

Quadro 16 - Quadro Econômico da Produção Industrial de Caxias do Sul, 1945.

Estabelecimentos	Nº	Capital aplicado (em Cr\$)	Força Motriz	Funcionários	Valor Produção (em Cr\$)
Ind. da alimentação	88	34.311.182	1.857	1.425	130.744.193
Ind. da borracha e do couro	35	3.677.643	752	491	13.963.043
Ind. de calcário	31	2.616.055	378	329	5.218.853
Ind. da construção	11	243.862	46	186	7.126.852
Ind. da eletricidade	12	4.519.048	2.912	75	1.492.914
Ind. da madeira	61	10.309.818	588	550	22.648.472
Ind. metalúrgica	70	10.534.900	3.017	1.556	42.258.359
Ind. Química	07	1.887.917	402	86	5.639.398
Ind. Têxtil	16	16.010.441	2.290	1.131	39.714.115
Ind. do vestuário	31	1.206.108	22	204	16.297.808
Ind. Diversas	51	2.053.758	84	252	6.138.416
Total:	413	87.360.732	12.348	6.275	291.242.423

Fonte: Caxias do Sul. Esboço histórico da colonização. Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 165.
Extraído de: MACHADO, 2001, p. 268.

Dos três setores que mais empregavam e geravam produtos em 1945, apenas o metalúrgico e o têxtil foram elencados pelos empresários. Ambos somavam 28% do valor da produção industrial local e 30,4% do operariado. O terceiro setor contemplado foi o da madeira, que segundo o quadro acima correspondia a 7,7% da produção e a 11,8% dos trabalhadores industriais.

É notável a ausência da indústria da alimentação entre as prioridades dos empresários locais nas demandas apresentadas ao SENAI, já que o setor representava na época 44,89% do volume dos recursos gerados pela indústria e empregava 39,28% do operariado industrial. Essa não priorização da indústria alimentícia não se deve à ausência do setor na reunião com o representante do Serviço, já que entre as presenças

destacadas por Figueiredo Paz no encontro consta o representante da Luiz Michielon & Cia, uma grande vinícola local.

Também é digno de nota o fato de o documento elaborado pela Prefeitura e enviado ao diretor regional do Serviço não apresentar a lista na ordem de quantidade de estabelecimentos. A prefeitura escolheu iniciar sua “Relação Nominal das Principais Indústrias de Caxias” com a indústria têxtil, tendo o Lanifício São Pedro na cabeça da relação de empresas, seguida pela indústria metalúrgica e mecânica, com a Abramo Eberle & Cia. em primeiro lugar (ver Anexo II).

Possivelmente, a consolidação apresentada pela vitivinicultura como um dos carros-chefes da economia local e como a principal parte do setor da indústria alimentícia do município (conforme podemos perceber na lista de empresas que compõem o setor no Quadro 15 e no Anexo II) fez com que outros setores fossem considerados como mais necessitados de atenção do poder público na época. Além disso, a indústria do vinho já recebia atenção do governo no âmbito estadual por meio da assistência técnica oferecida pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, tendo destaque a atuação do enólogo e político Celeste Gobato, e de uma Estação Experimental de Viticultura e Enologia, fundada em 1921 em Caxias do Sul¹¹². Também é possível que os setores da metalurgia, têxtil e da indústria de beneficiamento de madeira estivessem ascendendo em prestígio e influência junto ao poder público, já que passaram por significativa expansão e superaram o setor de alimentos na segunda metade do século XX.¹¹³ É o que podemos inferir desse contexto, já que há poucos estudos sobre a história econômica da cidade e isso dificulta uma análise mais detalhada e conclusões mais precisas.

Além das áreas prioritárias para os cursos da futura unidade do SENAI em Caxias, na reunião de Figueiredo Paz com empresários locais, o funcionário do Serviço destacou no relatório a sugestão de aproveitar para a escola um prédio já existente na cidade, a necessidade de recrutar um futuro diretor da unidade em Porto Alegre, já que Caxias carecia de técnicos com as capacidades solicitadas para o cargo, e as dificuldades de

¹¹² Ver MONTEIRO, 2011.

¹¹³ Em um levantamento sobre o número de estabelecimentos por setor realizado em 1988, a indústria com maior quantidade de unidades era a de vestuário e calçados, com 660. As indústrias metalúrgicas e mecânicas estavam em segundo e terceiro lugares, seguidas do setor de mobiliário e têxtil. A indústria alimentícia era a nona colocada, com 144 estabelecimentos (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 195).

encontrar professores na cidade, que poderiam ser sanadas “com paciência e tempo”. Também foi informado que Caxias possuía “cerca de 102 escolas com uma frequência de mais de 8.000 alunos”. Esse dado entusiasmou o representante do Serviço, que concluiu que a cidade seria um ótimo local para a escola industrial, já que essa necessitaria de alunos com educação primária concluída.

Na comunicação seguinte entre o Departamento Regional e a prefeitura, o diretor regional informou ao prefeito que a sugestão de aluguel ou compra de um prédio já existente foi recusada pelo SENAI, pois o edifício sugerido necessitaria de investimentos para adequação que não compensariam¹¹⁴. Logo, Aroldo Silveira decidiu pela construção de edifício próprio. Outro argumento para uma solução mais ousada à questão da localização da escola era, nas palavras de Silveira, o “fato de ser Caxias uma cidade que terá um desenvolvimento extraordinariamente rápido logo que lhe sejam retirados os atuais entraves”. O diretor decidiu, então, que nada seria “mais justo, pois, que dotar uma cidade que tanta contribuição presta ao progresso do Estado com um empreendimento que lhe esteja na altura”. O diretor solicitou, na sequência, auxílio para o prefeito na aquisição de um terreno, já que esse procedimento seria fator de demora na instalação da escola.

Nessa mesma carta, Silveira, que provisoriamente dirigia também o Escritório Regional da Coordenação da Mobilização Econômica, Setor da Produção Industrial, informou que estava empenhando esforços para atenuar as dificuldades que pesavam sobre a indústria de Caxias. Naquela época de grandes inaugurações como as da estrada e do aeroporto, o “entrave” principal mencionado pelo diretor regional do SENAI era a falta de energia elétrica. Sobre isso, escreveu: “Nosso auxiliar técnico, Sr. Libio Maciel, em recente visita a essa cidade, teve ocasião de estudar tal assunto restrito à fábrica Abramo Eberle.” Informou, então, que já havia “formado critério” sobre as soluções de emergência possíveis em curto prazo para atenuar a falta de energia, até que a resolução “geral” do problema fosse empreendida pelo Estado. Após esse informe sobre o atendimento “restrito” ao Eberle, o agente público concluiu a carta com a seguinte passagem: “Sabedores que somos das dificuldades que se deparam ao tratar esse importante problema, preferimos não abordar o mesmo senão pessoalmente quando aí

¹¹⁴ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 15 de fevereiro de 1943. Acervo do AHM/JSA.

estivermos, quando então relataremos as providências que já estamos encaminhando”.¹¹⁵

Em nova carta, de 17 de março de 1943, Álvaro de Figueiredo Paz fez algumas solicitações ao prefeito referentes à implantação da escola, como o envio de uma planta atualizada da cidade, do mapeamento das escolas primárias, da lista das principais indústrias que mencionamos acima, entre outras coisas, e destacou a necessidade que a prefeitura enviasse “a resposta da escolha do terreno, para que imediatamente pensemos em iniciar a construção de nossa escola”¹¹⁶. Três dias depois, o prefeito respondeu ao Departamento Regional do SENAI mencionando a deliberação da municipalidade de, “em harmonia com os industrialistas locais, oferecer ao SENAI o terreno necessário à construção do edifício”. Marcucci aguardaria apenas o retorno à cidade do presidente da Associação Comercial de Caxias, Ottoni Minghelli, para que fosse escolhido o terreno de forma conjunta entre a prefeitura, a entidade patronal e o SENAI¹¹⁷. Duas semanas depois, Marcucci e Minghelli informavam¹¹⁸ Silveira e Figueiredo Paz que o terreno já estava escolhido, comprado e disponível para o SENAI iniciar a construção.¹¹⁹

Fica claro nessas tratativas que o Poder Público municipal atuava em conjunto com o empresariado local para a viabilização da instalação da unidade do SENAI na cidade. Dez meses depois da primeira visita do representante do Serviço, o terreno onde a escola seria instalada já estava disponível para o início das obras. As autoridades municipais e as lideranças empresariais rapidamente solucionaram os possíveis entraves para a instalação do SENAI. O município atuou no caso como um facilitador das demandas do setor privado industrial, inclusive adquirindo o terreno com recursos públicos e doando ao Serviço.

A escolha da localização da escola, feita pelo município em conjunto com os industriais, foi seguida de uma ação empresarial que chama a atenção. A empresa de

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 17 de março de 1943. Acervo do AHMJSA.

¹¹⁷ Carta da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 20 de março de 1943. Acervo do AHMJSA.

¹¹⁸ Fonograma da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 6 de abril de 1943. Acervo do AHMJSA.

¹¹⁹ A doação formal do terreno do Município ao SENAI foi informada em carta da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 26 de outubro de 1943. Acervo do AHMJSA.

Abramo Eberle voltou a ser mencionada na troca de correspondências entre a prefeitura e o SENAI em um fonograma de 8 de julho de 1943.¹²⁰ Por esse documento, assinado pelo prefeito e pelo presidente da Associação Comercial, Aroldo Silveira, foi comunicado que a metalúrgica do nosso conhecido personagem acabara de adquirir quase todos os terrenos adjacentes ao local onde a escola do SENAI seria construída, num total de cerca de 50.000 m². O objetivo expresso no documento seria “facilitar fabricação (obtenção) prédio próprio seus operários”.¹²¹ Nas palavras dos signatários, “essa feliz deliberação [de] importante firma caxiense veio indubitavelmente completar [a] grande obra que [o] Alto Órgão [do qual] é chefe [o] distinto amigo está realizando”. A informação do fonograma foi confirmada em carta da mesma data, na qual Marcucci escreveu que, pelo que foi informado, os terrenos comprados pela Eberle seriam usados para a construção de residências para operários¹²². Essa notícia da proximidade da vila operária com a futura escola do SENAI foi comemorada pelo prefeito na carta, onde escreveu que “não poderiam ser mais completos os benefícios para Caxias, no tocante ao grandioso plano do SENAI”. Antes de concluir, Marcucci aproveitou para informar que verificou que as escavações destinadas aos alicerces do prédio do SENAI já estavam sendo feitas.

A resposta do diretor regional do SENAI confirmou a impressão do prefeito de que seria positiva à escola a proximidade com as residências operárias: “Tal notícia é duplamente agradável, não só por tal fato constituir mais um importante melhoramento em vossa próspera cidade, como, também, por tender assim a tornar nossa Escola centro de um bairro operário”. Tal fato, segundo Silveira, seria “situação ideal para tal gênero de estabelecimento de ensino”¹²³.

Neste terreno de mais de 50.000 m², contíguo ao do SENAI, Eberle decidiu pela construção de um grande complexo industrial, conhecido como MAESA (sigla de Metalúrgica Abramo Eberle S.A.). Na “Fábrica 2”, denominação dada pela empresa ao complexo, foram instalados vários setores da metalúrgica. A proximidade entre a MAESA e o SENAI simbolicamente materializa a relação entre o empresariado local e o Serviço, e

¹²⁰ Fonograma da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 8 de julho de 1943. Acervo do AHMJSa.

¹²¹ A retificação consta na própria fonte: a palavra “fabricação” aparece riscada à caneta e sobre ela está escrito “obtenção”, também à tinta.

¹²² Carta da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 8 de julho de 1943. Acervo do AHMJSa.

¹²³ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 12 de julho de 1943. Acervo do AHMJSa.

caracterizou a região da cidade como uma zona industrial.

3.1.2 O funcionamento inicial do SENAI Nilo Peçanha

Em 15 de janeiro de 1944, uma nota de jornal anunciava a abertura de inscrições para os dois primeiros cursos da Escola de Aprendizagem Industrial de Caxias, unidade do SENAI que estava sendo instalada na cidade e que depois viria a ser denominada Nilo Peçanha. Eram os cursos de “Aprendizes” e de “Trabalhadores Menores”, nos quais os estabelecimentos industriais eram obrigados, por decreto, a matricular parte de seus empregados. Assim, sob pena de multa no caso de descumprimento, pelo menos 5% do plantel técnico de cada indústria deveria ser matriculado no curso de Aprendizes, enquanto que, no mínimo, 1% de todos os seus operários frequentariam a turma do curso de Trabalhadores Menores. Após inscritos, os operários deveriam ainda prestar uma prova de seleção que os permitiria frequentar os cursos, os quais seriam inteiramente gratuitos¹²⁴.

A obrigatoriedade de as empresas industriais inscreverem seus trabalhadores no SENAI, nesses percentuais, bem como a multa de cinco mil réis por dia e por aprendiz ou trabalhador menor não admitido e matriculado, foram estabelecidas no Decreto-lei 4.481, assinado em 1942 por Getúlio Vargas e seus ministros da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Machado Filho. O decreto determinou também que a idade mínima dos aprendizes para a inscrição era 14 anos, com prioridade aos filhos e irmãos dos empregados da indústria. Os inscritos deveriam atender a três critérios: a) ter completado o ensino primário (ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional); b) apresentar “aptidão física e mental”, a ser verificada “em processo de seleção profissional para a atividade que pretendam exercer”; e c) “não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola”.¹²⁵ Aqueles que não cumprissem essas exigências receberiam “orientação profissional para ingresso em atividade mais adequada às qualidades e

¹²⁴ Jornal O MOMENTO, de 15 de Janeiro de 1944 (número 564), página 3 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹²⁵ BRASIL. Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942. Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Dele4481.htm>. Acesso em novembro de 2015.

aptidões que tiverem demonstrado”.¹²⁶

O governo definiu no decreto 4.481 que os cursos do SENAI ocorreriam no horário de trabalho dos aprendizes, os quais receberiam salário das empresas, e que o programa de ensino, em nível nacional, deveria ser composto por três eixos: a) formação geral do trabalhador; b) ensino técnico relativo ao ofício específico; e c) atividades práticas das operações do ofício escolhido.¹²⁷ No caso da unidade que estava sendo instalada em Caxias, um edital de inscrições para professores indica que a primeira parte do currículo, de cultura geral, seria composta pelas disciplinas de português, matemática, ciências físicas e naturais, história do Brasil e geografia do Brasil.¹²⁸

A formação de jovens operários do SENAI era dividida em duas categorias. Os Cursos de Aprendizes de Ofício (CAOs) proporcionavam uma formação especializada e duravam em geral três anos. Eram oferecidos a estudantes entre 14 e 18 anos, com pelo menos quatro anos de escolaridade, os quais trabalhavam meio período na indústria e estudavam outro meio período no SENAI. O outro tipo de formação era no formato de Cursos de Trabalhadores Menores (CTMs), que proporcionava formação semiespecializada, com aulas de cunho cultural e técnico em geral. Um decreto-lei de Vargas obrigava as empresas a matricular nos CAOs do SENAI a quantidade de aprendizes equivalente a 5% da força de trabalho especializada e a contratar um número de menores equivalente a 3% do total da força de trabalho para participar dos CTMs (WEINSTEIN, 2000, p. 137-140).

Em 24 de junho de 1944, uma nota no jornal *O Momento* anunciava que se encontrava em “vias de conclusão o majestoso prédio” que o SENAI estava edificando em Caxias. A edificação, que havia sido orçada em 2 milhões de cruzeiros, seria inaugurada em julho de 1944 e, em seguida, iniciariam as aulas.¹²⁹ A unidade de Caxias foi a segunda escola a ser instalada no Rio Grande do Sul (depois apenas da Escola Visconde de Mauá, em Porto Alegre), com área de 2.099 m² e capacidade para 300 aprendizes.¹³⁰ O nome “Escola de Aprendizagem Industrial 'Nilo Peçanha’” apareceu pela primeira vez em julho

¹²⁶ Idem ibidem.

¹²⁷ Idem ibidem.

¹²⁸ Jornal O MOMENTO, de 26 de Fevereiro de 1944 (número 579), página 5 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹²⁹ Jornal O MOMENTO, de 24 de Julho de 1944 (número 587), página 4 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹³⁰ REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA. Número 41. Dezembro de 1955. Ano V. Separata número 30. “O Departamento Regional do SENAI no Rio Grande do Sul”. p. 12.

de 1944, em carta do Departamento Regional ao prefeito Marcucci. Nessa mensagem, o município foi formalmente informado que o Departamento Regional do SENAI nomeou Enio Arnaldo Barbedo para a direção da unidade de Caxias¹³¹, o qual assumiu a escola em 1º de agosto de 1944.¹³²

O primeiro curso oferecido pela escola de Caxias foi o de Leitura de Desenho (CLD), sobre interpretação de desenho industrial. Era gratuito e destinava-se ao aperfeiçoamento de operários maiores de 18 anos que exercessem “função qualificada”. Os candidatos precisaram passar por exames de seleção, que ocorreram em 28 de agosto de 1944.¹³³ Com duração de um ano, os alunos deste primeiro curso se formaram em 11 de outubro de 1945.¹³⁴ A primeira turma de operários especializados colou grau em 2 de abril de 1949, com uma missa de ação de graças na catedral e uma festa no Clube Juvenil, onde ocorreu a entrega das Cartas de Ofício¹³⁵.

No ano de formatura da primeira turma de operários do SENAI, o semanário local *A Época* publicou uma extensa e elogiosa reportagem sobre o funcionamento da escola. Na introdução da matéria, o jornal afirma que Caxias do Sul foi uma das primeiras cidades do interior do estado contemplada com uma unidade de aprendizagem industrial em função do “vulto e importância de seu vasto parque industrial”¹³⁶.

A necessidade de mão de obra para a indústria têxtil, que foi indicada pelos empresários nas reuniões com o Departamento Regional prévias à instalação do SENAI, não resultou em cursos abertos. Dos quatro cursos de formação de operários especializados inaugurados em Caxias¹³⁷, três atenderam diretamente o ramo apontado como prioritário pelos industriais e que estava em segundo lugar na relação das principais indústrias elaborada pela prefeitura: **mecânico-torneiro**, **mecânico-ajustador** e **eletricista**. Além desses ofícios, o SENAI formou em sua primeira turma

¹³¹ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 25 de julho de 1944. Acervo do AHMJSA.

¹³² Jornal O MOMENTO, de 5 de Agosto de 1944 (número 593), página 2 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹³³ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 25 de julho de 1944. Acervo do AHMJSA.

¹³⁴ Jornal O MOMENTO, de 6 de Outubro de 1945 (número 653), páginas 1 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹³⁵ Carta do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, de 22 de março de 1949. Acervo do AHMJSA.

¹³⁶ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52 e 53 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹³⁷ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52 e 53 (Acervo da Biblioteca Nacional).

alunos do curso de **marceneiro**.¹³⁸

Mais tarde, os cursos oferecidos na unidade caxiense se constituíram como o padrão ofertado em outras escolas do Serviço no estado. Trabalho com metal, carpintaria e eletricidade eram os três “cursos básicos” que todas as escolas do SENAI do Rio Grande do Sul possuíam, segundo uma entrevista de Jorge Alberto Furtado, diretor do Departamento Regional do SENAI, ao pesquisador estadunidense Robert Alexander, em 1956.¹³⁹

No relatório desta mesma entrevista, Robert Alexander anotou que era política do SENAI sul-rio-grandense manter-se em contato com os empresários. Os representantes do Departamento Estadual frequentavam, por exemplo, o almoço semanal da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), onde se encontravam as lideranças de todos os sindicatos de empregadores. Nessas reuniões-almoço os problemas da federação eram debatidos, mas também o SENAI era pauta das discussões. Outra estratégia para essa integração era manter os ocupantes de cargos de liderança do Serviço “muito ativos na vida da comunidade e particularmente nas atividades da comunidade de negócios”. Segundo informou Furtado ao pesquisador, “praticamente todos eles (os diretores) participam ativamente do Rotary Club”. No documento aparece uma menção especial ao caso estudado nesta tese:

Em Caxias, onde a população é fortemente católica, eles nomearam um homem que era um bom católico¹⁴⁰ e atuou em questões da igreja. Assim, eles passaram a conhecer os empresários e outros elementos da

¹³⁸ Os quatro cursos especializados iniciais do SENAI Nilo Peçanha constavam na lista de “ofícios qualificados” preparada pelo Serviço nacional e baixada pelo Ministério da Educação pela Portaria 470, de 7 de agosto de 1946. Nesta lista, os ofícios de “torneiro mecânico”, “ajustador” e “eletricista-instalador” estavam vinculados ao ramo das “Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico” e o de marceneiro ao das “Indústrias da construção civil e do mobiliário” (CUNHA, 2005c, p. 52-53). O ofício de **torneiro mecânico** consiste na confecção de componentes mecânicos com materiais geralmente metálicos, usinados por movimento de revolução com ferramentas de corte em torno mecânico. O **ajustador mecânico** executa operações de ajustagem em peças de aço com instrumentos como lima, furadeira, serra, morsa, réguas, compassos, marcadores, machos para executar roscas etc. O curso de **eletricista** do SENAI Nilo Peçanha tinha ênfase em instalações elétricas industriais e o curso de **marceneiro** era voltado ao ensino da confecção de moldes em madeira para fundição.

¹³⁹ Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

¹⁴⁰ Os diretores do SENAI Nilo Peçanha foram: Enio Barbedo, de 1943 a 1947; José Wilson Telles Costa, de 1947 a 1964; Arduino Mazzotti, em 1964; Gevaldino Ferreira, de 1964 a 1975; Joel Bastos de Souza, de 1975 a 1990; Flavio Betiollo, de 1990 a 1992; Jorge Luis Pasqual, de 1992 a 1999; e Saul João Devenz (GUERRA, 2014, p. 48).

comunidade além de puramente a base de negócios. Nisso, a política do SENAI do Rio Grande do Sul talvez seja diferente dos outros estados.¹⁴¹

A imbricação entre os empresários e a comunidade locais com o SENAI, mencionada na entrevista feita por Alexander, fica evidente na mencionada matéria em homenagem à escola de aprendizagem industrial publicada por *A Época*, em 1949. O jornal elogiou o Serviço ao afirmar que a escola “tem sabido atingir plenamente seus objetivos” e atribuiu tal sucesso, em primeiro lugar, “à compreensão encontrada de parte dos industrialistas caxienses”. No mesmo texto, são expostos ainda como motivos do êxito do estabelecimento a “persistência e vontade de aprender de que está imbuída nossa mocidade operária” e, por último, a “dedicação e capacidade dos seus professores”¹⁴².

Os quatro cursos do SENAI tinham três anos de duração, divididos em dois semestres letivos que eram seguidos de um mês de férias cada. Além das aulas de matemática, português, ciências, história e geografia, mencionadas anteriormente, aos alunos era ensinado desenho industrial, “tecnologia” e educação física. As aulas eram divididas em dois períodos iguais, um destinado às matérias teóricas e outro à prática de oficinas.¹⁴³

¹⁴¹ Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

¹⁴² Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52 e 53 (Acervo da Biblioteca Nacional).

¹⁴³ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52 e 53 (Acervo da Biblioteca Nacional).

Figura 13 - Anúncio da Escola de Aprendizagem Industrial Nilo Peçanha, 1946.



Fonte: Jornal O MOMENTO, de 10 de Novembro de 1946 (número 710), página 1 (Acervo da Biblioteca Nacional).

Como vê-se no anúncio reproduzido acima, os alunos eram admitidos a partir dos 13 anos e meio até os 16 anos. Garantia-se a eles atendimento médico e dentário gratuitos, além da formação profissional.

Os dados apresentados sobre o SENAI no Rio Grande do Sul pelo diretor Jorge Alberto Furtado, em 1956, apontam que 57% dos estudantes se inscreveram nos cursos sem terem sido indicados por empregadores, o que indica que haviam ingressado nos cursos por vontade própria ou da família. Os restantes 43% foram matriculados por indicação dos seus patrões. Geralmente, esses empregadores pagavam meio salário mínimo aos garotos que frequentavam o SENAI, mas em alguns poucos casos os rapazes recebiam um salário mínimo integral. Segundo o diretor regional, depois que os rapazes frequentassem a escola do Serviço por dois anos, eles passariam um ano na indústria antes de receber o certificado que atestava sua habilidade para o trabalho.¹⁴⁴

Enfim, embora o SENAI facultasse uma diversidade muito maior de cursos do que a Escola Industrial Elementar analisada no capítulo anterior, ambas as iniciativas se aproximam pelo fato de ofertarem aos alunos uma formação geral aliada à formação técnica, além de ações de assistência social. Porém, o que o SENAI oferecia aos

¹⁴⁴ Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

estudantes parece ter sido mais atraente, já que, além de um curso, havia remuneração e contato direto com o mercado de trabalho.

3.2 O PERFIL DOS ESTUDANTES

3.2.1 A idade, a escolha dos cursos e as origens

Diferentemente dos casos dos aprendizes da Eberle e dos estudantes da Escola Industrial Elementar, as fontes da unidade do Serviço estudada não trazem informações sobre as idades. Além disso, não há nos registros os nomes dos pais dos alunos, o que impossibilitou a busca pelos documentos de batismo junto ao arquivo da cúria diocesana. Por outro lado, a regulamentação do SENAI em nível nacional estabelecia limites etários que deviam ser seguidos por todas as unidades, o que nos permite saber, pelo menos em tese, qual a faixa etária dos inscritos nos cursos de aprendizagem industrial. Como dito anteriormente, o decreto que regulamentava o ingresso de estudantes definia o limite mínimo de idade em 14 anos. Porém, podemos verificar no anúncio reproduzido acima que a escola de Caxias aceitava que os discentes ingressassem com idades entre 13,5 e 16 anos.

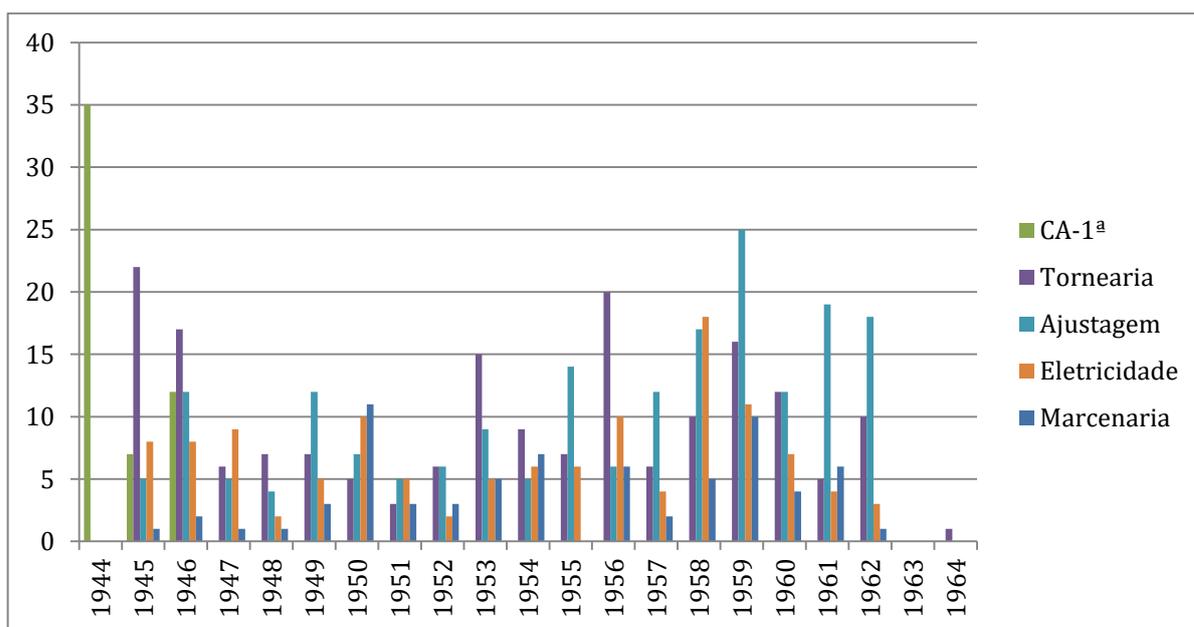
Verificando a historiografia, encontramos uma análise de Cunha sobre duas dissertações¹⁴⁵ dos anos 1970 que teriam sido baseadas em estudos empíricos a respeito das escolas do SENAI. A partir dessas pesquisas, o autor concluiu que o Serviço preferiria jovens com 16 anos ou mais para os cursos de aprendizagem, porque estimava que terminariam a formação aos 18 anos, “podendo ingressar no mercado de trabalho juridicamente já adultos, além do que a motivação encontra-se, nessa idade, mais definida” (CUNHA, 2005c, p. 70). Porém, ele pondera que a idade considerada ideal para a conclusão das aulas “é justamente quando [...] podem ser convocados para o serviço

¹⁴⁵ Os estudos citados por Cunha são: COSTA, D. *Aprendizado não-cognitivo como resultado da escolaridade – um estudo comparativo da experiência do SENAI e de escolas acadêmicas convencionais*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/IESAE; FRIGOTTO, G. *Efeitos cognitivos da escolaridade do SENAI e da escola acadêmica convencional: uma pedagogia para cada classe social?* Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/IESAE.

militar, o que acarreta uma interrupção danosa para seu percurso profissional” (p. 70).

Passando para o estudo a respeito das carreiras, apresentamos os gráficos abaixo que representam a quantidade anual de alunos ingressantes e concluintes em cada um dos cursos, entre os anos de 1944 e 1964¹⁴⁶, com base nos dados do livro de registro de certificados da instituição. Estabelecemos essas duas categorias para a análise, a fim de podermos identificar a variação entre a entrada de estudantes nos cursos e a quantidade daqueles que os concluíram. De acordo com as informações disponíveis, calculamos que os cursos na unidade de Caxias duravam em média dois anos e meio. O objetivo de tal procedimento é dimensionar a formação oferecida pelo SENAI e identificar a variação das escolhas por determinadas carreiras.

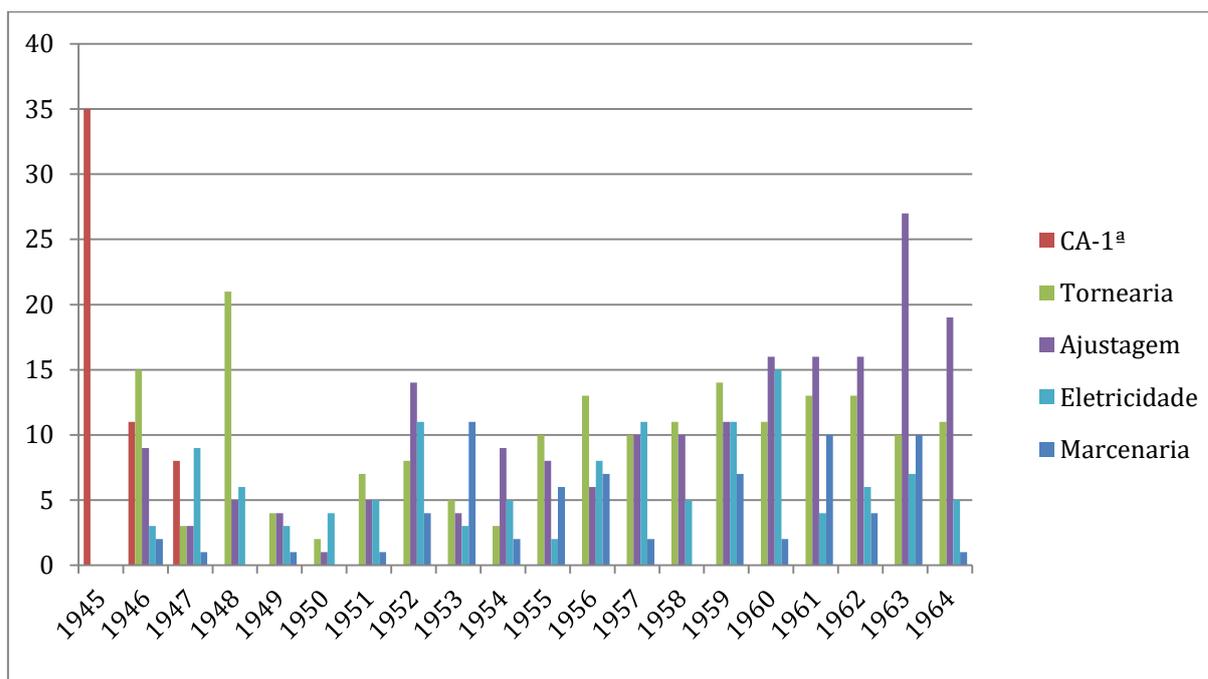
Gráfico 6 - Ingressantes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964.



Fonte: Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁴⁶ O SENAI existe até hoje em Caxias do Sul. Contudo, para fins de operacionalização desta tese, seguimos o recorte de 1964 proposto por Weinstein, a qual afirma que com o golpe civil-militar a construção da ideia de “paz social” que subsidiava o projeto do Serviço foi militarizada, sofrendo profundas alterações. O controle social da ditadura sobre o operariado era exercido com mecanismos mais diretos de intervenção no movimento operário e de censura e repressão a comportamentos considerados desviantes, fazendo com que o governo prescindisse da ação socializadora de instituições como o SENAI e o Sesi. Segundo a autora, “não obstante sua compatibilidade com o projeto militar de desenvolvimento nacional, ambas as organizações se viram marginalizadas pela visão minimalista e absurda que os militares tinham da formação profissional e da socialização do operário” (WEINSTEIN, 2000, p. 357).

Gráfico 7 - Concluintes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964.



Fonte: Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Dividimos os dados em dois gráficos diferentes para cada categoria, sendo os dois acima com a presença do curso denominado “CA-1ª” e os demais (abaixo) sem o mesmo, no sentido de possibilitar uma melhor visualização das quantidades de alunos ingressantes e concluintes, uma vez que o referido curso possuía um número de discentes consideravelmente maior que os demais, além de não aparecer nos registros posteriores a 1946. Este correspondia a um dos “Cursos de Aperfeiçoamento”, que, como informa Campones (2012), eram voltados a um público adulto e ocorriam à noite (p. 92). Na edição do jornal *A Época* de 7 de outubro de 1945¹⁴⁷, foi noticiada a cerimônia de entrega dos certificados de conclusão da primeira turma de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial, a qual ocorreria em 11 de outubro (ver Figura 14 abaixo), mesma data de término da primeira turma do curso “CA-1ª” inscrita no registro dos certificados do SENAI. Isto nos leva a concluir que a menção registro “CA-1ª” se refere a esta turma.

¹⁴⁷ Jornal A ÉPOCA, de 7 de Outubro de 1945 (número 351), Ano VIII, página 7 (Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul).

Figura 14 - Convite para a formatura da primeira turma do SENAI Nilo Peçanha, em 11 de outubro de 1945.

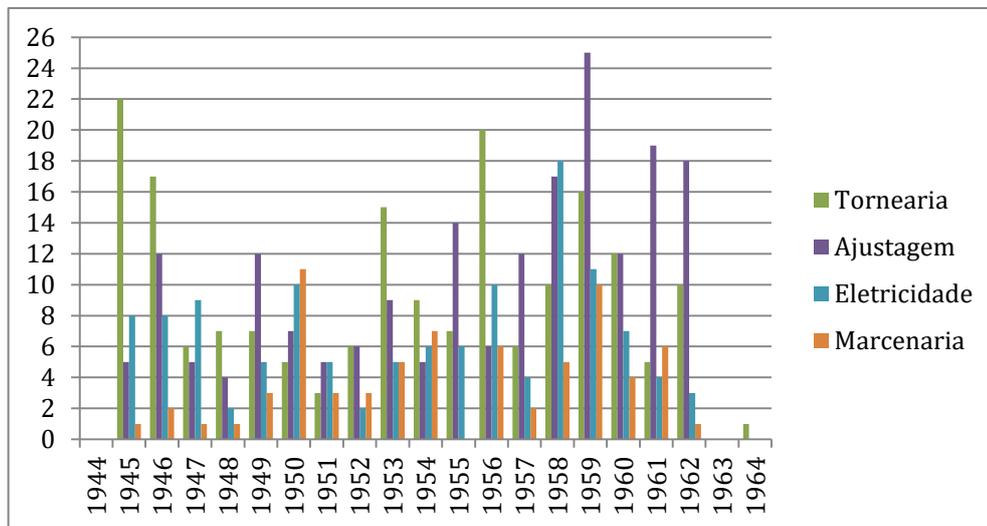


Fonte: Jornal A ÉPOCA, de 7 de Outubro de 1945 (número 351), Ano VIII, página 7 (Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul).

Nos gráficos de alunos ingressantes, nota-se a alta de postulantes ao curso de Torneiros entre os anos de 1945 e 1956, e o aumento do número de discentes no curso de Ajustadores entre 1955 e 1962, bem como a baixa quantidade nesse último nos anos de 1951 a 1952.

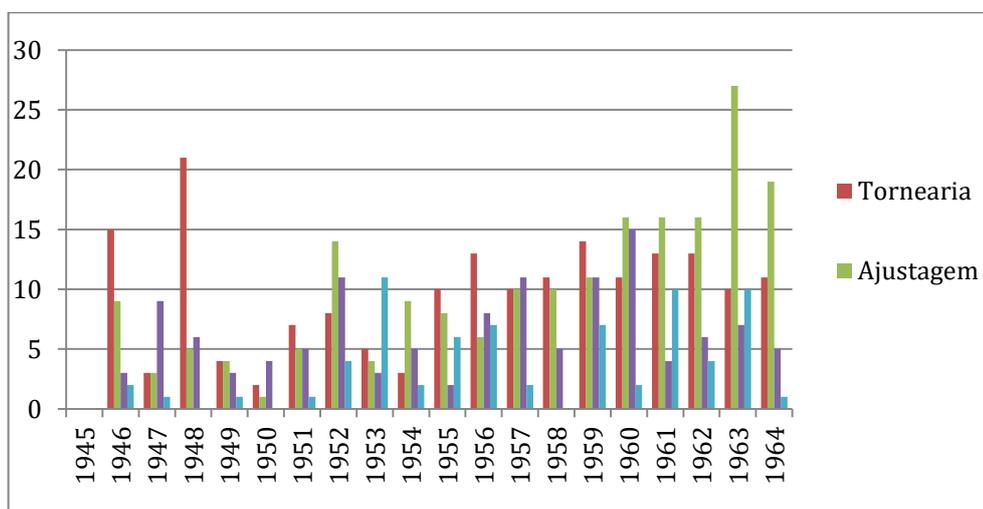
Já nos gráficos referentes aos alunos concluintes, vemos uma queda geral nos anos de 1949 e 1950, um grande número de concluintes do curso de Ajustadores nos anos finais do recorte, um número expressivo em Torneiros em todos os anos, uma alta de Marceneiros em 1953 e de Eletricistas em 1960.

Gráfico 8 - Ingressantes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964 – cursos selecionados



Fonte: Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul

Gráfico 9 - Concluintes por ano no SENAI Nilo Peçanha, 1944-1964 – cursos selecionados



Fonte: Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Os dados apresentados permitem aferir o crescimento, diversificação e mecanização da indústria local, a qual, cada vez mais, necessitava de profissionais especializados para operar máquinas específicas. Essa ideia vai ao encontro das considerações do antropólogo Thales de Azevedo que, em 27 de fevereiro de 1959, anotou:

As indústrias de Caxias do Sul esforçam-se por aperfeiçoar suas máquinas, para melhorar e aumentar a produção. A Metalúrgica Eberle, nos últimos anos, reduziu de uns 200 seus operários, mas, com novas máquinas e novas técnicas, aumentou muito a sua produção. A Cooperativa de Tungue fez o mesmo (máquina de descascar a semente inventada por um sócio quase analfabeto da Cooperativa) (AZEVEDO, 1994, p. 375).

Dez anos antes, o jornal *A Época*, em matéria relativa ao Serviço, afirmava:

É supérfluo registrar que estas são funções especializadas [referindo-se aos cursos oferecidos pela instituição] de muita valia para a indústria local, uma vez que contamos com metalúrgicas e madeireiras que se filiam entre as maiores e mais completas do Estado e mesmo do País. Deduz-se, daí, a necessidade que têm elas de operários que conheçam profundamente as atividades sob sua responsabilidade e o grande, o valioso auxílio que lhes presta o SENAI, formando trabalhadores hábeis e competentes que podem cooperar de maneira decisiva para o progresso cada vez maior daquelas indústrias.¹⁴⁸

Além disso, é possível perceber, comparativamente à situação da Escola Industrial Elementar, uma maior fixação¹⁴⁹ dos alunos nos cursos, o que reforça a importância da formação técnica para a atuação nas fábricas.

A mesma matéria do jornal *A Época* destaca outra informação relevante para a presente pesquisa, dessa vez a respeito da origem geográfica dos estudantes. O periódico informa que o SENAI Nilo Peçanha havia adotado o sistema de concessão de bolsas de estudos para jovens residentes em outros municípios do Rio Grande do Sul. Em 1949, o educandário fornecia essas bolsas para 44 alunos procedentes de Uruguaiana, Livramento, Rosário, Ijuí, Encruzilhada, Carazinho, Lajeado, Santa Cruz, Passo Fundo, Cachoeira, Nova Prata, entre outros municípios. Segundo o periódico, a unidade caxiense seria a única a oferecer tal benefício a estudantes de fora, dos quais a maior parte deles procedia da região da fronteira.

¹⁴⁸ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52-53 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1285>>. Acesso em: novembro, 2015.

¹⁴⁹ Ver Gráfico 12 e Quadro 17 no subcapítulo “3.3.3. Aprendizes eliminados”.

Sobre esse sistema de acolhimento de estudantes oriundos de outras localidades, Robert Alexander dá a entender que na década de 1950 o SENAI no Rio Grande do Sul o havia adotado em outras escolas também. O pesquisador registrou que no estado não havia nenhuma escola residência, o que acarretava “problemas de disciplina”, “problemas sexuais”, entre outros. Porém, como alternativa, havia esse o sistema pelo qual meninos vinham de outras cidades, onde não havia escolas do SENAI, e viviam na vizinhança da escola que frequentam, com famílias “cuidadosamente investigadas com antecedência”, as quais recebiam um abono mensal do Serviço para manterem o menino atribuído a elas, assim como o estudante também recebia “uma pequena quantia”.¹⁵⁰

Como “prova” da satisfação dos estudantes bolsistas com a escola, *A Época* publicou essa interessante carta que teria sido enviada por um aluno bolsista de Santana do Livramento aos seus pais:

Caxias do Sul, 16 de julho de 1949 — Queridos pais — Saudações — Espero que ao receberem esta estejam gozando de perfeita saúde. Eu estou bem, graças a Deus. Fiz uma viagem maravilhosa, chegamos todos bem. Eu gostei muito daqui, estou parando numa casa de família, muito boa. Me tratam como um filho. A casa fica a duas quadras do colégio. Sinto muita saudade daí, mas me distraio conversando com os outros. De manhã, entramos às sete e meia e saímos às onze e meia; de tarde, entramos à uma e meia, e saímos às cinco e meia. Depois ficamos livres, saindo a visitar uns aos outros, que moram quase todos nas mesmas quadras. Já passei pela cidade, gostei muito, é grande como Livramento. Aqui faz muito frio, por isso comprei uma capa em prestação. Aqui se come muita polenta, salame, queijo e salame cozido, feijão e arroz. Eu gosto muito, como que nem rei, com bastante vinho puro, bom e barato. A Neyda está muito caminhadeira. Ela tem que fazer como eu: como bastante e faço muita ginástica. Aqui, a gente tem casa, comida, estudos, roupa limpa, papel, selos, envelopes e telegramas, tudo grátis. Em seguida que cheguei aqui, passei um telegrama, não sei se receberam. A mãe que não se preocupe comigo, estou muito bem. No colégio se joga futebol, pim-pom (sic) e tem um cinema dentro da escola. Tem médico e dentista, já estou arrumando os dentes; muitos que estão aqui dizem que em seis meses aumentaram três quilos. Deem um abraço no Miguelzinho, na dona Cassiana e em todos os conhecidos. Termina esta enviando beijos e abraços do filho querido, (a.) Osmar.¹⁵¹

¹⁵⁰ Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

¹⁵¹ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52-53 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1285>>. Acesso em: novembro, 2015.

O jornal acrescenta que a escola “cuidava” dos estudantes não apenas nas horas que passavam nas dependências do SENAI, mas também no período de lazer, “verificando sua alimentação, tomando conhecimento de seus passeios e das demais atividades”. Esses alunos bolsistas ficavam alojados em residências particulares, “junto às famílias de colegas aqui residentes, a fim de terem um ambiente o mais aproximado possível do próprio lar”, de modo a favorecer “maior disposição para o estudo e maior resistência à saudade dos seus”.¹⁵² Enfim, esse exemplo mostra, mais uma vez, a capilaridade do controle disciplinar exercido pelo Serviço sobre seus alunos.

3.2.2 Uma escola de rapazes

Diferente de outras unidades do SENAI, a escola Nilo Peçanha não recebeu a matrícula de nenhuma menina durante as suas primeiras décadas de funcionamento. Mesmo considerando todo o universo documental inicial da pesquisa que avançava até o ano de 1979, não há nenhum nome feminino entre os mais de 1594 registros constantes nos livros guardados no arquivo do SENAI, referentes às cartas de ofício, certificados de conclusão e alunos eliminados.

Segundo Weinstein, os participantes dos programas de aprendizagem eram “quase que exclusivamente do sexo masculino” (WEINSTEIN, 2000, p. 140). Ela explica esse fenômeno pela “ênfase inicial em usinagem de metais, marcenaria e eletricidade – atividades sob monopólio masculino”. Porém, a autora ressalta que “mesmo os primeiros cursos de aprendizes para a indústria têxtil, a julgar pelas fotografias, não eram abertos às moças. Considerando o papel destacado que as mulheres tinham na produção têxtil, só se pode concluir que sua ausência dos cursos de aprendizes se devia a uma exclusão sistemática” (p. 140-141). Weinstein ainda afirma que “a maioria das jovens matriculadas no SENAI frequentavam os CTMs, embora algumas gradualmente ingressassem em cursos de aprendizagem menos procurados na produção têxtil e na

¹⁵² Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52-53 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1285>>. Acesso em: novembro, 2015.

produção de papel” (p. 149). Essa exclusão das mulheres se devia ao projeto de “família operária” do SENAI, que deveria ser constituída de “um pai, operário especializado, e de uma mãe, dona de casa” (p. 149). No projeto do SENAI, as moças da classe operária, no máximo, trabalhariam alguns anos em funções semiespecializadas “até que o casamento as colocasse no ambiente familiar a que estavam destinadas” (p. 149). Na prática, a mulher trabalhadora era considerada pelo SENAI como “uma subcategoria à parte da classe operária”, que desempenharia funções menos importantes na indústria até se casar, ou, em caso de permanecer na condição de operária quando adulta, assumiria uma dupla jornada desempenhando as tarefas domésticas além do trabalho industrial. Para isso, “o SENAI sempre insistia em proporcionar às suas alunas alguma formação em prendas domésticas” (p. 150). Um exemplo dessa oferta de instrução para tarefas do lar ocorreu na escola do SENAI de Campinas, quando a direção reduziu a carga horária das disciplinas de português e matemática para as alunas, “encaminhando-as à Escola Profissional Feminina local, para que tivessem aulas de cozinha e economia doméstica” (p. 149-150). Mais do que isso, “a escola registrou orgulhosamente que essas jovens muitas vezes preparavam as refeições do resto do corpo discente” (p. 150).

Em Caxias do Sul, se verificava a mesma realidade. As fontes e a bibliografia mostram que havia uma presença crescente de meninas e mulheres nas indústrias locais. Por exemplo, o antropólogo Thales de Azevedo, a partir de conversa realizada em 8 de fevereiro de 1955, anotava que: “O Dr. Alfeu Flores, Diretor da Secretaria do Tribunal Eleitoral em Porto Alegre, chamou a atenção para o fato de que as indústrias em Caxias utilizam muitos menores, sobretudo do sexo feminino, para baratearem a produção”. (AZEVEDO, 1994, p. 100). Além disso, afirmava que, em novembro do mesmo ano, os trabalhadores da MAESA eram: 998 homens e 172 mulheres (maiores), e 186 homens e 145 mulheres (menores) (AZEVEDO, 1994, p. 291).

Por que essas mulheres, em sua maioria meninas, que trabalhavam ao lado do SENAI não podiam frequentar as suas aulas? Ausência de interesse delas e de suas famílias? Aparentemente, a resposta se encontra, como indicou Weinstein, mais na ideologia familiar do Serviço do que na disponibilidade de potenciais alunas.

3.2.3 Para onde foram...

Foram localizadas informações mais consistentes sobre a vida profissional posterior à passagem pelo SENAI de apenas 26 pessoas (de um total de 651) que lá estudaram até 1964. Dessas, 10 se tornaram trabalhadores da indústria (sendo 8 deles operários da Eberle), 4 professores do próprio SENAI, 4 comerciantes, 3 industriais, 3 diretores de indústria, 1 técnico de futebol e 1 arquiteto. Se a amostra não é representativa em termos estatísticos, alguns exemplos desses percursos podem nos dar uma ideia do campo de possibilidades no qual os estudantes e suas famílias procuraram implementar seus projetos.

Carlos Francisco Rasia foi operário da Metalúrgica Abramo Eberle S. A. e aluno do primeiro curso de aperfeiçoamento do SENAI Nilo Peçanha, que consistiu em aulas de leitura e interpretação de desenho industrial. O curso teve duração de 1 ano, entre setembro de 1944 e outubro de 1945¹⁵³. Romeu Rossi também foi aluno do primeiro Curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial do SENAI Nilo Peçanha¹⁵⁴. Tornou-se trabalhador do comércio em Caxias do Sul. Na década de 40 recebeu de seus pais, Septimo Rossi e Luiza Tomasi Rossi, juntamente com seus três irmãos, dois terrenos situados na zona urbana do município¹⁵⁵. Em 1975 assumiu a presidência do clube Recreio da Juventude, cargo que exerceu até 1977¹⁵⁶.

O estudante João Francescutti, aluno da segunda turma do Curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial do estabelecimento, ocorrida entre os meses de setembro de 1944 e dezembro de 1945¹⁵⁷, uma década depois de sair do SENAI foi sócio fundador da oficina Susin Francescutti & Cia. A empresa iniciou suas atividades em 1954, pelas mãos dos sócios Waldomiro, João e Arlindo Susin e João Francescutti, com foco em conserto de motores estacionários a gasolina e diesel. Não havia peças de

¹⁵³ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁵⁴ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁵⁵ Documento Formal de Partilha, de 24 de dezembro de 1946, entre Romeu Rossi e irmãos. RSS003. Acervo do AHMJSA.

¹⁵⁶ LOPES, Rodrigo. Debutantes do Recreio da Juventude em 1976. Pioneiro, Caxias do Sul, 11 set. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/09/11/debutantes-do-recreio-da-juventude-em-1976/>>. Acesso em: mar. 2017.

¹⁵⁷ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

reposição na época, e os sócios entenderam que deveriam fabricar os itens. Eles produziam válvulas, pistões, anéis, virabrequins (peça do motor para transformar o movimento alternado dos pistões em movimento de rotação), blocos, cabeçotes, entre outras peças. A partir desse conhecimento, passaram a fabricar também motores a diesel completos de 6, 12 e 18 hp, além de uma carreta agrícola motorizada. Pouco tempo depois, deixaram de consertar e fabricar motores e passaram a se dedicar ao conserto e fabricação de virabrequins para todos os tipos de motores. O virabrequim e o comando de válvulas são itens fabricados pela Susin Francescutti até hoje¹⁵⁸.

Mario Menezes foi diretor da indústria de material elétrico Intral em Caxias do Sul¹⁵⁹. Entre setembro de 1944 e dezembro de 1945 foi aluno do SENAI Nilo Peçanha, fazendo igualmente parte da segunda turma do Curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial¹⁶⁰. Alfredo Vanoni foi chefe de setor na Metalúrgica Abramo Eberle¹⁶¹. Entre janeiro e dezembro de 1946, foi aluno da 4ª turma do Curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial do SENAI¹⁶². Carlos Rasia trabalhou na sessão de artigos sacros da fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle S.A.¹⁶³ e foi aluno da segunda turma do Curso Rápido de Formação em Tornearia do SENAI durante o ano de 1946¹⁶⁴.

Everton Evaristo Luchesi nasceu em Caxias no dia 8 de maio de 1949, filho de João Batista Luchesi e Iolanda Rosa Spiandorello Luchesi. Seu avô paterno trabalhava na construção civil, construindo casas, prédios e capelas no cemitério público. Também montou uma empresa chamada Artefatos de Cimento Imigrante. Everton ajudou por cerca de dois meses seu avô nessa fábrica já aos dez anos, carregando betoneira e sacos de cimento. Trabalhavam lá também seu pai e um tio¹⁶⁵. Após essa experiência na empresa de seu avô, em janeiro de 1963, ele ingressou no curso de tornearia do SENAI

¹⁵⁸ A Empresa - Histórico. Disponível em: <<http://www.sufran.com.br/institucional>>. Acesso em: abr. 2017.

¹⁵⁹ Fotografia de Mario Menezes como diretor da Intral, 1976. Autor desconhecido. GER (IND) 1443. Acervo fotográfico do AHMJSA.

¹⁶⁰ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁶¹ Depoimento de Humberto João Storchi. Banco de Memória do AHMJSA.

¹⁶² Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁶³ Fotografia da sessão de artigos sacros da fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle S.A, 1940. Autor Desconhecido. MAE SEC 013 (01). Acervo fotográfico do AHMJSA.

¹⁶⁴ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁶⁵ Depoimento de Everton Evaristo Luchesi. Banco de Memória do AHMJSA.

Nilo Peçanha¹⁶⁶. Antes estudou no Colégio São Carlos e no Grupo Escolar José Penna de Moraes. Após, estudou no Colégio Cristóvão de Mendoza concomitantemente ao SENAI, concluindo o curso em dezembro de 1965. Já formado torneiro, iniciou sua atividade profissional na fábrica de acordeons Universal Peletri S.A., onde permaneceria por mais 45 anos, chegando até a ocupar o cargo de diretor. No início dos anos 2000 Everton se desligou da empresa e retornou ao SENAI, desta vez não como aluno, mas como coordenador, cargo que ocupa até hoje¹⁶⁷.

Os primeiros perfis se referem a ex-alunos das turmas do curso de Leitura e Interpretação de Desenho Industrial, voltado, como já vimos, ao aperfeiçoamento de trabalhadores já colocados na indústria, que funcionava no horário noturno. Os demais dizem respeito a ex-estudantes dos cursos técnicos regulares. O fato de termos obtido mais dados sobre esses indivíduos provavelmente está relacionado a suas trajetórias profissionais ascendentes, que permitiram o seu reconhecimento na comunidade local. De qualquer forma, indicam que a passagem pelo SENAI poderia ser ou um bom ponto de partida ou um significativo ponto intermediário para a ascensão social dos personagens em questão.

A absorção dos egressos do Serviço pelo mercado de trabalho é um dos temas do relatório de Robert Alexander a partir da entrevista com o diretor regional Jorge Alberto Furtado. Segundo o documento, a atitude dos empregadores em relação aos ex-alunos do SENAI era de boa aceitação, mas havia problemas com os líderes de setor e com trabalhadores mais antigos, que estariam “desconfiados e incertos quanto a esses jovens”. O pesquisador registrou que muitos dos formados nas unidades do SENAI estavam ocupando postos de trabalho de grande responsabilidade, e que a recepção dos formados estava começando a ser mais positiva no ambiente de trabalho. A aposta de Furtado era que não demoraria muito até que os cargos de maior responsabilidade fossem ocupados por egressos das escolas ligadas à instituição que ele dirigia, porque eles seriam mais treinados e possuiriam maiores conhecimentos gerais do que o trabalhador comum. Nas suas palavras: “Quando isso ocorrer, a batalha estará

¹⁶⁶ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁶⁷ Depoimento de Everton Evaristo Luchesi. Banco de Memória do AHMJSa.

vencida”.¹⁶⁸

Um dos casos mais remotos que ilustra o emprego de formados pelo SENAI em cargos de chefia é o de Osvaldo Pedro Travi, que dirigiu o setor de ferramentaria da Metalúrgica Abramo Eberle S.A. na década de 1960¹⁶⁹. Pouco antes disso, entre fevereiro de 1955 e junho de 1958, foi aluno da 21ª turma do curso de ajustador do SENAI Nilo Peçanha¹⁷⁰.

Essa possibilidade de ascensão social era propagandeada pelos entusiastas do SENAI, como podemos notar na parte final da matéria do jornal *A Época* que mencionamos acima. Sobre os egressos da escola, o jornal afirma: “Serão, então, jovens encaminhados na vida, com um caminho certo e amplo a seguir, tendo na sua frente um futuro promissor e com possibilidades de contínuas vitórias, podendo, assim, ser úteis a si próprios, à coletividade de que fazem parte e à sua Pátria”.¹⁷¹

3.3 POSIÇÃO DE SENTIDO: A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA NO COTIDIANO DE APRENDIZAGEM

A educação do SENAI, como nos demais casos analisados na presente tese, não se limitava a uma “instrução prática”, “puramente técnica”, com um programa “ideologicamente neutro”, como se apresentava (WEINSTEIN, 2000, p. 144). Pelo contrário, no debate que antecipou a formulação do Serviço já havia a defesa de um método sequencial de formação como meio para “incutir disciplina e eficiência nos operários aprendizes” (p. 144-145). De acordo com a autora, “O SENAI (...) acreditava em educação moral e cívica mas também considerava a oficina como um lugar de socialização, com ênfase em ordem, autocontrole e hierarquia” (p. 145).

¹⁶⁸ Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

¹⁶⁹ Depoimento de Roni Rosa. Banco de Memória do AHMJSA.

¹⁷⁰ Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

¹⁷¹ Jornal A ÉPOCA, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52-53 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1285>>. Acesso em: novembro, 2015.

A autodisciplina e o trabalho concentrado eram considerados as condições indispensáveis para o “progresso social”, mas as noções de administração de orçamento, hábitos racionais de consumo e nutrição, higiene e recreação saudáveis também integravam o programa do SENAI que tinha como objetivo a formação dos novos operários do Brasil. Essa racionalização da vida dentro e fora da fábrica não seria completa sem “algumas orientações morais e cívicas de forma que os operários pudessem integrar-se numa cultura nacional baseada no patriotismo e numa ética cristã” (WEINSTEIN, 2000, p. 254). Para Weinstein, embora essa formação cívica fosse implementada por meio de comemoração de feriados e datas históricas brasileiros, ela não seria exatamente a promoção de uma cultura nacional. Essas ações poderiam, sim, com mais propriedade, serem consideradas como a tentativa de disseminação de uma cultura “transnacional” aqui no Brasil. Isso porque, segundo a autora, o que o SENAI buscava era reproduzir no país o que sua equipe via como a “vida moderna da classe média em sociedades mais industrializadas”, da qual o patriotismo seria parte importante (p. 254). Em suas palavras,

O SESI e o SENAI distinguiam cuidadosamente seu patriotismo do nacionalismo dos grupos populistas e de esquerda que estavam surgindo. As organizações industriais comemoravam a *Pátria* como a fonte de uma cultura comum e de instituições tradicionais – a Igreja, a Família, as Forças Armadas – que deviam ser respeitadas e fortalecidas. Mas esse amor à pátria não implicava exaltação do ‘Estado’ ou a exclusão de investimentos e influência estrangeiros – exceto quando incompatíveis com os interesses e tradições nacionais, como seria o caso das nações comunistas ‘totalitárias’ (WEINSTEIN, 2000, p. 255).

Após certa aproximação pública com Getúlio Vargas quando este voltou à presidência da República, dessa vez via eleições diretas, representantes dos industriais logo se voltaram contra algumas condições governamentais que seriam consideradas pelos líderes patronais como “nefastas para a paz social” por eles projetada (WEINSTEIN, 2000, p. 308). Logo em seguida, tais lideranças já estavam engajadas contra a “ameaça de forças totalitárias” às “instituições livres” brasileiras e se mostravam afinadas com as Forças Armadas no combate ao “comunismo” e “estatismo”. Por meio do SESI, houve esforço da classe industrial para influenciar o movimento operário e a consciência dos trabalhadores, inclusive financiando e apoiando clandestinamente determinados movimentos (p. 342). Por exemplo, o SESI de São Paulo,

durante a campanha de desestabilização do governo de João Goulart, promoveu centenas de seminários sobre “formação cívica”. Só em 1962 foram 140 desses cursos (p. 342).

No caso da unidade de Caxias do Sul, também verificamos essas diretrizes pedagógicas voltadas ao disciplinamento e à formação moral e cívica dos futuros operários, em continuidade, aliás, com a experiência da Escola Industrial Elementar. Uma fotografia do estabelecimento permite exemplificar esse projeto.

Figura 15 - Alunos dos cursos preliminares do SENAI Nilo Peçanha em sala de aula, 1946.



Fonte: Acervo do SENAI Nilo Peçanha.

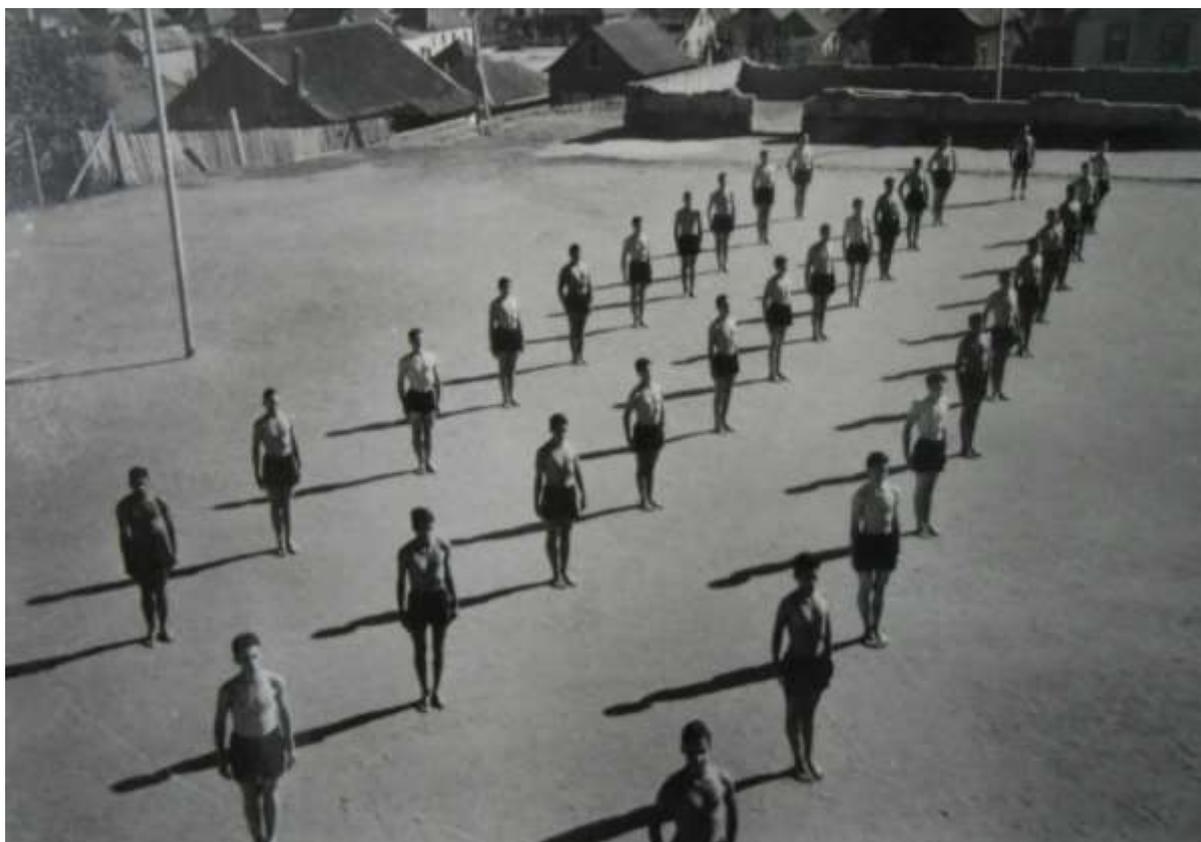
Na imagem acima vê-se uma das turmas dos chamados “cursos preliminares” do SENAI Nilo Peçanha. São 90 indivíduos, todos meninos, sentados e com os braços cruzados apoiados sobre a carteira. Aparentemente apenas 4 deles eram negros. Embora o ângulo escolhido não favoreça essa percepção em um primeiro olhar, a análise mais cuidadosa da imagem ampliada permite notar a uniformidade na sala de aula, com toda a turma postada em 5 colunas duplas e uma simples, todas com 9 ou 8 fileiras.

Analisando o registro, fica evidente a intenção de representar a organização do interior da sala de aula com absolutamente todos os meninos olhando na mesma direção, em posição idêntica, situação que provavelmente foi resultado de ordem dada por alguém previamente ao acionamento do dispositivo fotográfico. A intenção é clara: demonstrar ao observador da fotografia a disciplina e a ordem que deveriam pautar o cotidiano escolar. No mesmo sentido atuavam as aulas de Educação Física.

3.3.1 Educação física e atividades cívicas

Nesta seção, utilizaremos novamente fotografias para analisar o papel disciplinador do SENAI em sua unidade de Caxias do Sul. Elas se referem às aulas de Educação Física realizadas no educandário.

Figura 16 - Aula de educação física* no SENAI Nilo Peçanha, 1946.



Fonte: Acervo do SENAI Nilo Peçanha.

* Segundo as informações junto à fotografia trata-se de aula com o “professor Mazotti”.

A Figura 16 registra uma turma de 32 meninos durante o que seria uma aula de Educação Física em área externa, provavelmente nos fundos do SENAI Nilo Peçanha. Apenas uma pessoa – possivelmente o professor – não está alinhada em uma das três fileiras. Todos estão com calção escuro e sem camisa, postados na mesma posição, com a face voltada à direção onde se encontrava a lente do fotógrafo, o qual, pelo ângulo da imagem, talvez estivesse posicionado na torre da caixa d'água localizada até hoje no pátio interno da escola, cuja base das colunas de sustentação aparecem na imagem seguinte.

Novamente, a posição dos fotografados não parece ser espontânea. A uniformidade da posição e da distância entre eles indica o desejo de ordem e disciplina, já que todos obedeceram a uma orientação de quem dirigia o registro fotográfico. Eles se encontram na posição inicial da ginástica sueca: com a coluna vertebral ereta, ombros inclinados para trás, músculos abdominais contraídos e os braços dispostos nas laterais do tronco¹⁷². A perfeição das atitudes nas práticas desses exercícios exigida insistentemente pelo professor é uma marca do método sueco que parece ser representada nessa imagem.

Como vimos no capítulo anterior, uma posição semelhante era praticada nas atividades físicas desenvolvidas pelos estudantes da Escola Industrial Elementar (ver Figura 7). O movimento de braços utilizado para desenvolver o alongamento dos músculos e atingir os objetivos do método de Ling se repete na imagem abaixo, onde aparecem 33 estudantes no pátio interno do SENAI Nilo Peçanha.

¹⁷² Ver: KUMLIEN, N.; ANDRÉ, Emile. **Gimnasia sueca**: al alcance de todos. Buenos Aires: Editorial Caymi, 1957, p. 16 e 23.

Figura 17 - Aula de educação física* no SENAI Nilo Peçanha, 1946



Fonte: Acervo do SENAI Nilo Peçanha. * Segundo as informações junto à fotografia trata-se de aula com o “professor Mazotti”.

Os estudantes fotografados estão com os braços estendidos lateralmente, em uma posição que integra os movimentos preparatórios da ginástica. É um exemplo da racionalização dos movimentos desenvolvida nas aulas de educação física, que tinha como objetivo disciplinar os corpos dos estudantes que estavam sendo preparados para a disciplina industrial e para agirem como cidadãos ordeiros da Pátria brasileira.

Os esportes também se prolongavam aos momentos de recreio. Nesse sentido, matéria do jornal *A Época* fez uma interessante associação entre esportes e valores: “Os alunos são divididos em turmas e nos recreios fazem revezamento sobre os esportes: ping-pong, voleybol e futebol, útil diversão a que são acrescentadas as vantagens da cultura física, de hábitos de lealdade, trabalho coletivo, etc.”¹⁷³

¹⁷³ Jornal *A ÉPOCA*, de 16 de Outubro de 1949 (número 657), páginas 52-53 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1285>. Acesso em: novembro, 2015.

Como vimos anteriormente, o SENAI também incentivava o civismo entre os seus estudantes, já que buscava a formação de cidadãos ordeiros e contrários às manifestações que pudessem perturbar a “harmonia nacional”. A fotografia abaixo mostra a participação dos alunos do educandário em um desfile cívico ocorrido na principal via da cidade, evidenciando-se nela, mais uma vez, o seu intuito disciplinador e envolvimento no projeto patriótico de seus idealizadores.

Figura 18 - Alunos do SENAI em desfile na Avenida Júlio de Castilhos, cerca de 1950.



Fonte: Acervo do SENAI Nilo Peçanha.

A imagem seguinte mostra, além dos aspectos já elencados acima, a associação entre formação profissional e disciplina militar, como antes indicado para o caso da Escola Industrial Elementar de Caxias do Sul.

Figura 19 - Grupo de alunos do SENAI no quartel do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Caxias do Sul



Fonte: Acervo do SENAI Nilo Peçanha.

Alguns depoimentos também evidenciam a ênfase do SENAI Nilo Peçanha na disciplina e no incentivo ao patriotismo. Este é o caso, por exemplo, do senhor Jones Francisco Mariani, o qual em 2012 falou o seguinte aos entrevistadores do AHMJSA:

Uma coisa que eu aprendi lá, o SENAI nesse ponto no preparou bem, eu nunca chego atrasado em parte nenhuma, porque lá no SENAI, o diretor sempre dizia pra nós: 'não é oito horas, é cinco pra oito [horas], e às vezes ele fazia chamada às cinco pra oito, quem não tava, levava naquele tempo já, no registro, tinha o cartão amarelo, branco, vermelho, não sei se, levava tanto daquilo e já tava, né, fora da escola ou perdia até a bolsa. Então às vezes ele cismava e às cinco pra oito fazia a chamada, e juntos nós cantava todos os dias o Hino [Nacional Brasileiro], né? Coisa que hoje, patriotismo, né?'¹⁷⁴

¹⁷⁴ Depoimento de Jones Francisco Mariani. Banco de Memória do AHMJSA.

Também Éverton Luchesi, cuja trajetória resumida já apresentamos neste capítulo, abordou esse ponto em sua entrevista, ressaltando as continuidades e descontinuidades entre a disciplina familiar e aquela efetivada no SENAI, e entre o seu tempo de aluno e o seu momento atual como professor:

Então eu vim de uma disciplina já familiar, a gente sempre teve um bom relacionamento, a minha mãe, ela tinha um acompanhamento com os filhos, assim, ela sempre manteve os filhos muito ligados a ela, então essa disciplina já vinha de família e eu não estranhei muito. O fato de trabalhar também, eu comecei a trabalhar com dez anos, e o fato de vim pro SENAI eu não estranhei muito a mudança. O SENAI era um pouco mais rígido do que ele é hoje, a gente tinha menos liberdade, assim, a gente tinha até um certo receio, um certo medo dos professores, o que hoje não acontece, mas ele não mudou muito da minha época pra cá. Algumas coisas hoje que são liberadas dentro do SENAI e que na época não eram, por exemplo, na minha época o aluno não podia usar cabelo comprido, não podia usar barba, não podia usar piercing, né, isso hoje é liberado dentro do SENAI, então a gente só controla essa situação no, por questões de segurança hoje, né? Mas era, não era tão, tão diferente do que, do que é hoje o SENAI.¹⁷⁵

Quando analisamos a experiência da Escola Industrial Elementar, a fonte principal que utilizamos referente à disciplina e à educação cívica foram os relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre, portanto o discurso dos dirigentes. Além desses documentos, apresentamos fotografias que em muito se assemelham às exibidas neste capítulo, mostrando aulas de Educação Física assentadas na ginástica sueca e alunos ordenadamente dispostos ou na frente do educandário ou na sala de aula. Em ambos os casos, podemos verificar o projeto de formação de trabalhadores hábeis no seu ofício, disciplinados em seus hábitos e movimentos, e investidos de sentimentos patrióticos. Porém, no caso do SENAI, as imagens indicam uma maior efetivação de tal proposta. Além disso, os depoimentos, não encontrados para o caso da Escola Industrial Elementar, reforçam a ideia de um enraizamento deste projeto no cotidiano e, portanto, na memória dos seus alunos. Abaixo, verificaremos algumas dissonâncias em relação a tal proposta de formação profissional.

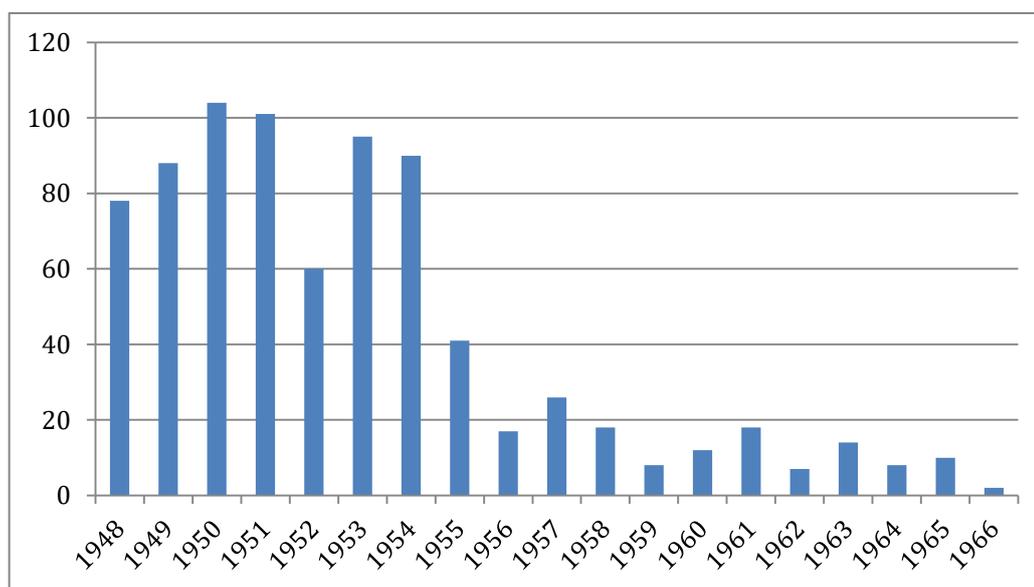
¹⁷⁵ Depoimento de Everton Evaristo Luchesi. Banco de Memória do AHMJSA.

3.3.3 Estudantes eliminados

Um dos livros de registro guardados pelo SENAI Nilo Peçanha contém uma lista de 743 nomes de alunos que foram desligados da instituição, entre 1 de abril de 1948 e 12 de julho de 1966. Nesse documento, encontram-se 797 registros de aprendizes que desistiram do curso por motivos diversos, como doença ou mudança de cidade, ou foram “eliminados” da instituição por infrequência, reprovações, mau comportamento etc. Esses dados ajudam a evidenciar os limites do projeto de formação profissional implementado pelo governo e pelos empresários. Por outro lado, contribuem para delinear o modelo de “aluno ideal” pretendido por sua proposta.

Uma das informações contidas nessa fonte é a data em que se deu o desligamento. Na análise desses dados, representados no gráfico abaixo, percebemos uma divisão em dois períodos: um primeiro, caracterizado por grande quantidade de alunos desistentes ou expulsos, e um segundo, quando essa exclusão é reduzida drasticamente. Verificamos que, nos dados referentes ao período que vai até o ano de 1958 – quando a escola completou uma década – a média anual de desligamentos foi de 88 alunos. Em 1955, a quantidade de desligamentos representou menos da metade da média anterior, e apenas 41 alunos desistiram ou foram expulsos. A partir de 1956, quando 17 alunos deixaram de integrar o corpo discente, até 1965, a média de desligamentos passou a ser de quase 14 aprendizes por ano e, em 1966, último ano de registro, apenas dois estudantes foram expulsos, ambos por “falta de interesse”. Esta curva descendente talvez se deva a uma maior proximidade entre os projetos do educandário e aqueles de seus alunos e respectivos familiares.

Gráfico 10 - Estudantes eliminados do SENAI Nilo Peçanha por ano, 1948-1966.



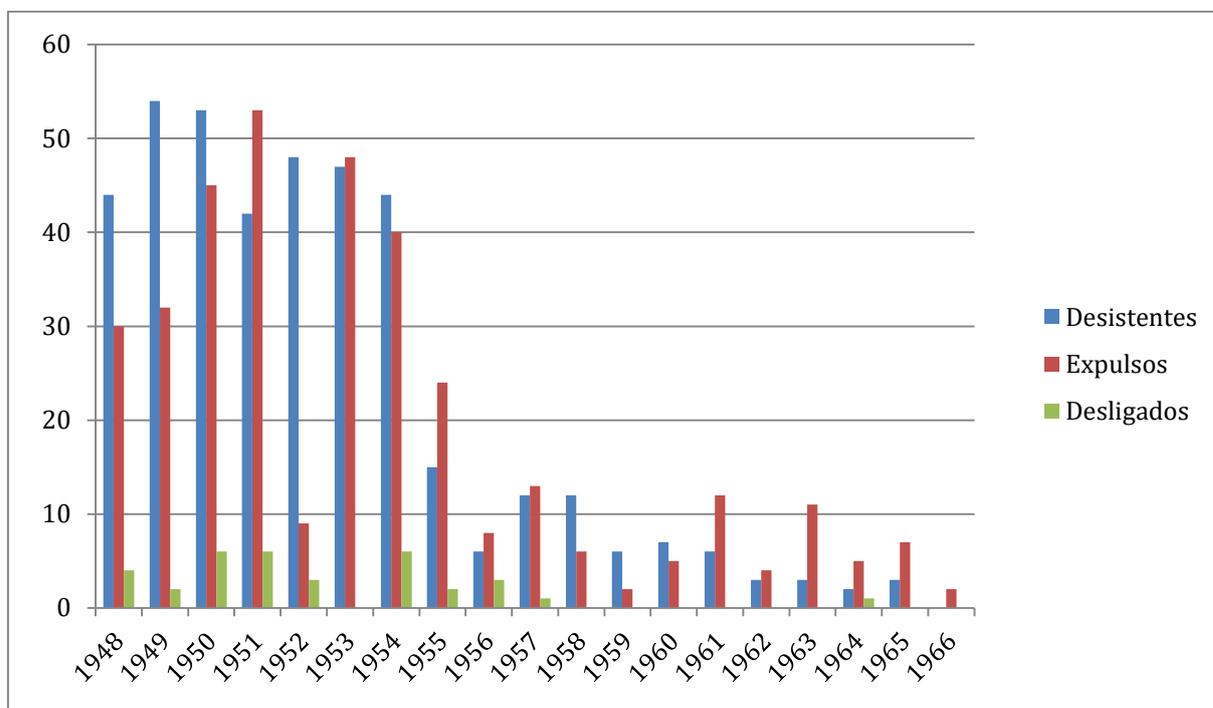
Fonte: Livro de registros de alunos eliminados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1948-1966) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Um dos recortes mais interessantes para a presente pesquisa é o motivo da expulsão ou da desistência. É possível perceber que as razões das desistências se dividem nas seguintes categorias: mudança de cidade, impedimentos em relação ao trabalho, saúde, serviço militar, situação financeira, demissão, alcance da maioridade, dificuldade de adaptação e transferência para o SENAI de outra cidade. Já, para as expulsões, os motivos alegados se concentram nos seguintes termos: falta de frequência, aproveitamento, interesse ou vontade para estudar, reprovações, mau comportamento, indisciplina e cola em provas.

No gráfico abaixo, as eliminações aparecem divididas nas três categorias adotadas no livro de registros do SENAI utilizado como fonte neste subcapítulo: desistentes, expulsos e desligados. Analisando os dados, não parece haver uma relação entre as grandezas apresentadas. Percebe-se que os desligamentos praticamente desaparecem após a drástica redução nas eliminações, sendo o último registrado em 1964, depois de seis anos sem qualquer ocorrência. Tratava-se de Moacir Luiz Gubert,

que morreu aos 15 anos, durante o período em que estava matriculado no educandário¹⁷⁶.

Gráfico 11 - Estudantes eliminados do SENAI Nilo Peçanha por categoria, 1948-1966.



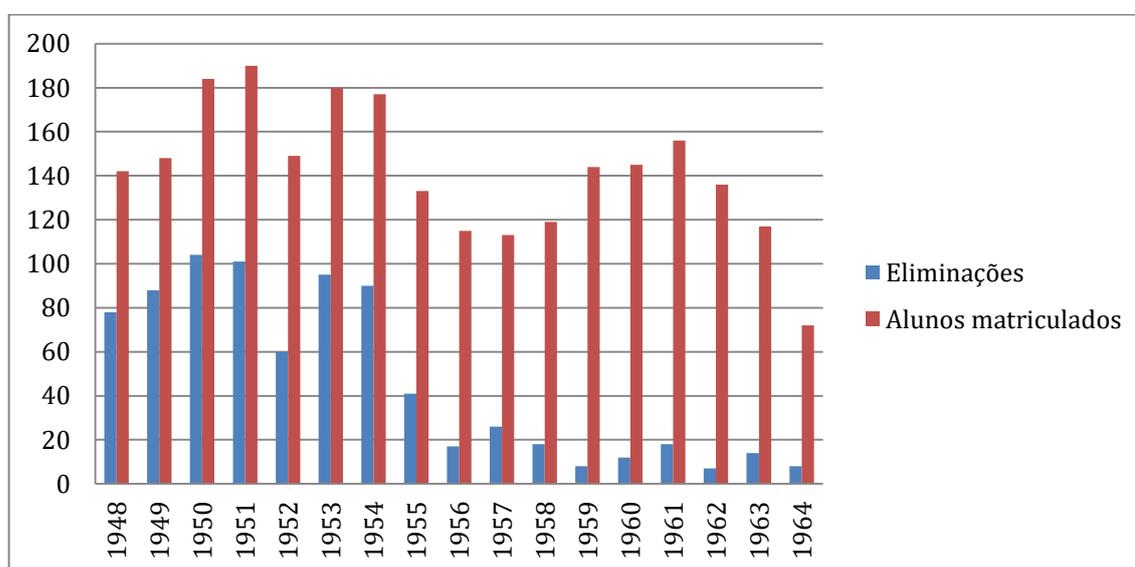
Fonte: Livro de registros de alunos eliminados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1948-1966) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Por outro lado, quando comparamos os dados das eliminações com o total de matriculados por ano¹⁷⁷, percebemos que a queda do número de alunos eliminados acompanha a redução na quantidade de estudantes como um todo.

¹⁷⁶ Lembrança de falecimento de Moacyr Luiz Gubert, nascido em 26/07/1949 e falecido em 22/03/1964 (S LLM 0420). Acervo do AHMJA.

¹⁷⁷ Como no acervo do SENAI Nilo Peçanha não há registros de matrículas dos estudantes para o período abarcado por esta tese, formamos o dado das matrículas anuais somando a quantidade de alunos que ingressaram até cada ano apresentado no gráfico, com o número dos que concluíram os cursos a partir do mesmo ano e com os eliminados no período. Assim, conseguimos dar conta não só do número de alunos que finalizaram os cursos (que constam nos livros de registros de certificados e de cartas de ofício), mas também dos que desistiram, foram expulsos ou tiveram que se desligar por qualquer motivo (que aparecem apenas no livro de eliminados e não nos demais).

Gráfico 12 - Matrículas anuais e eliminações de estudantes do SENAI Nilo Peçanha, 1948-1964.



Fontes: Livro de registros de alunos eliminados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1948-1966); Livros de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964); Livro de registros de Cartas de Ofício aos alunos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1980) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Quando os dados são apresentados juntos, como no gráfico acima, é possível notar que a curva descendente das eliminações é acompanhada por uma queda na quantidade de estudantes matriculados. Esse período de redução de matriculados e eliminados é seguido por outro de retomada de níveis superiores a 140 estudantes matriculados, mas que não é acompanhada pelo aumento da quantidade de expulsos, desistentes ou desligados. Logo, o que parece ter ocorrido foi uma aproximação entre os projetos dos dirigentes do SENAI com os dos alunos e suas famílias no período posterior ao do fenômeno da redução, principalmente a partir de 1959.

No Quadro 17, abaixo, vemos que de 1948 a 1953 a quantidade de estudantes eliminados superou a metade dos matriculados em quase todos os anos, com exceção de 1952, quando atingiu pouco mais de 40%. Esses altos índices permaneceram ao longo dos sete primeiros anos da série. Posteriormente, de 1954 a 1955 passou de mais de 50% para quase 31% e, no período subsequente, oscilou entre 23% e 5%, jamais voltando aos patamares anteriores.

Quadro 17 - Matrículas e eliminações anuais de estudantes do SENAI Nilo Peçanha, 1948-1964.

Ano	Alunos matriculados no ano	Eliminações	Porcentagem de eliminados em relação aos matriculados
1948	142	78	54,93%
1949	148	88	59,46%
1950	184	104	56,52%
1951	190	101	53,16%
1952	149	60	40,27%
1953	180	95	52,78%
1954	177	90	50,85%
1955	133	41	30,83%
1956	115	17	14,78%
1957	113	26	23,01%
1958	119	18	15,13%
1959	144	8	5,56%
1960	145	12	8,28%
1961	156	18	11,54%
1962	136	7	5,15%
1963	117	14	11,97%
1964	72	8	11,11%

Fontes: Livro de registros de alunos eliminados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1948-1966); Livros de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964); Livro de registros de Cartas de Ofício aos alunos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1980) - Acervo SENAI Nilo Peçanha - Caxias do Sul.

Esse alto índice de abandono e exclusão nos anos iniciais de funcionamento do SENAI corresponde a um fenômeno também identificado por Weinstein ao examinar os relatórios do Departamento Regional de São Paulo. A preocupação dos dirigentes com os altos níveis da taxa de evasão foi registrada nos textos do primeiro diretor do SENAI paulista, Roberto Mange. Ele apontava que apenas 15% dos alunos que ingressaram nos cursos em 1943 permaneceram matriculados em 1945. A razão dessa tendência seria o fato de que “os aprendizes se viam constantemente tentados a abandonar seus estudos e oferecer sua parca especialização em troca de salários mais altos”, em função da “forte demanda por operários especializados e o alto custo de vida” (WEINSTEIN, 2000, p. 147-149). Frequentar os cursos do SENAI, mesmo que por pouco tempo, aumentava o poder de barganha daqueles jovens e isso contribuía para a “instabilidade da força de trabalho juvenil”, o que perturbava Mange por ser o contrário do efeito desejado pelos

idealizadores do SENAI¹⁷⁸. A medida adotada para conter a evasão foi a contratação de assistentes sociais que faziam centenas de visitas para tentar “convencer os alunos do SENAI e suas famílias de que estes teriam muito mais chances se continuassem os cursos” (p. 149).

Uma das principais missões desses assistentes sociais era, então, buscar influenciar os projetos familiares no sentido de se aproximarem ao que era almejado pelo Serviço. Além disso, os dirigentes atribuíam a esses profissionais a incumbência de oferecer a formação necessária para evitar que os jovens fossem influenciados pela “propaganda extremista” e tivessem uma “má compreensão” sobre os problemas da relação entre operários e patrões (WEINSTEIN, 2000, p. 149).

No SENAI Nilo Peçanha, a primeira menção ao cargo de assistente social data de maio de 1947, quando um dos professores passou a assumir essa função na unidade. Itolino Peruffo era responsável pelas aulas de Língua Portuguesa até ser nomeado assistente social. Na nota do jornal *O Momento* que noticia o ocorrido, Peruffo foi caracterizado como gozando “de geral estimas quer pelo seu espírito cavalheiresco, quer ainda pela sua inteligência e cultura”. Ele foi substituído na cadeira de Língua Portuguesa por Guilherme do Valle Toenniges, que, assim como Peruffo, também foi elogiado na nota como sendo “bastante relacionado nos círculos locais”¹⁷⁹. Ambos são mencionados como colaboradores do jornal, que na sua origem se identificava como um veículo “pró-Vargas” e, a partir de 1933, se declarava como o “Órgão Oficial do Município e do Partido Republicano Liberal”, o que indica que provavelmente havia afinidade política entre o assistente social e o projeto do Estado Novo.

Alguns meses depois, Peruffo voltou a ser mencionado no jornal por ter palestrado na “reunião cultural” em comemoração ao primeiro aniversário da Constituição Federal de 1946, dia 18 de setembro de 1947, nas instalações do SENAI Nilo Peçanha. Na ocasião, ele “dissertou sobre o grande acontecimento nacional” e “explicou aos alunos presentes o significado da Constituição”¹⁸⁰. Essa atividade pode

¹⁷⁸ Como vimos no início deste capítulo, Roberto Mange, ao lado de João Lüderitz e Faria Góes, assessorou a comissão criada por Vargas para elaborar o projeto de educação industrial que deu origem ao SENAI.

¹⁷⁹ Jornal O MOMENTO, de 31 de Maio de 1947 (número 738), página 6 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=3618>. Acesso em: junho, 2015.

¹⁸⁰ Jornal O MOMENTO, de 20 de setembro de 1947 (número 754), página 6 (Acervo da Biblioteca Nacional). Disponível em:

indicar que suas funções não eram muito diferentes daquelas desempenhadas pelos assistentes sociais paulistas comandados por Roberto Mange.

Enfim, podemos perceber nos gráficos um pequeno número de alunos desligados e um decréscimo daqueles desistentes e expulsos. Isso parece revelar uma adaptação mútua entre as expectativas do SENAI e as dos estudantes e suas famílias, talvez tendo o auxílio do assistente social nessa tarefa de se relacionar com as famílias e a sociedade caxiense. Esse fator pode estar associado a uma maior exigência do mercado de trabalho por profissionais tecnicamente qualificados e especializados, fruto do desenvolvimento industrial da cidade.

Voltemos aos eixos da investigação, dessa vez a partir do caso do SENAI Nilo Peçanha. Esta experiência, ao que tudo indica, foi fundamental para a formação, ou “(re)formação”, como quer Weinstein, da classe operária de Caxias do Sul e brasileira como um todo. Ela foi implementada em um momento no qual a industrialização do município (e do país) avançava e se diversificava, exigindo trabalhadores com capacitação técnica mais especializada. A resposta do governo e de parte dos industriais foi um projeto ancorado em preceitos “científicos” de organização do trabalho que circulavam internacionalmente. Este se voltava a formações curtas e direcionadas a tarefas bastante específicas, além de orientadas ao disciplinamento e à educação cívica, ainda mais em um contexto de fortes ebulições sociais¹⁸¹. Reduzindo-se a escala de observação deste processo mais amplo para o caso de Caxias, observamos a realização destas propostas em nível local. O município já havia vivenciado outras experiências de formação profissional, algumas delas examinadas nos capítulos precedentes da tese. Os formuladores da proposta do SENAI Nilo Peçanha (como João Lüderitz) certamente levaram em conta este passado, adaptando-o aos novos tempos de modernização da cidade. Se comparado com os casos anteriores, o Serviço nos pareceu mais efetivo na formação da classe operária caxiense: seus alunos completaram os cursos em maior número e uma parte significativa deles passou a integrar a mão de obra industrial.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=3746>> . Acesso em: junho de 1947.

¹⁸¹ E não só no plano nacional, como demonstra a greve dos metalúrgicos de Caxias do Sul ocorrida em julho de 1963. Sobre isso ver: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAXIAS DO SUL. 70 anos de história: resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras. Caxias do Sul, RS: STIMME, 2003. p. 27-28.

Contudo, também nos foi possível perceber desencontros entre o projeto do educandário e aqueles dos alunos e seus familiares, como demonstram as expulsões, desistências e desligamentos verificados (embora com tendência decrescente ao longo dos anos).

Em se tratando da relação entre público e privado, verifica-se no caso em tela novamente uma íntima vinculação entre os interesses governamentais e aqueles das elites locais. Porém, o SENAI tinha uma amplitude nacional e, mais do que uma iniciativa pública apoiada por setores privados, se tratava de um projeto privado de parte dos industriais encampado pelo governo, mas gerido pelos empresários. Este encontrou franca acolhida do Poder Público municipal e dos industriais de Caxias do Sul.

Finalmente, a visão de infância vinculada a essa proposta aponta, como nos casos anteriores, para um período de preparação para o trabalho, de disciplinamento e de formação de cidadãos adequados a uma sociedade harmônica e ordeira. No caso do SENAI, contudo, havia um projeto nacional voltado às crianças e jovens oriundos da classe trabalhadora, amadurecido a partir de experiências anteriores e ajustado a uma ideia de Estado Nação no qual os trabalhadores entravam como parte subordinada, a ser dirigida pelo governo e pelas elites, mas fundamental ao crescimento econômico do país que se modernizava e à constituição de uma coletividade una, hierárquica e patriótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte temporal final desta tese é o golpe civil-militar de 1964, quando os rumos do Brasil passaram a estar ainda mais distantes dos projetos dos trabalhadores. A partir do golpe, o SENAI, assim como o SESI, passou por mudanças que inauguraram um novo capítulo da história da formação da mão de obra para a indústria e da busca pela “paz social”. Uma das mais significativas, não só para o SENAI mas para o mundo do trabalho em geral, foi a redução da idade mínima de trabalho de 14 para 12 anos estabelecida pela Constituição de 1967 (WEINSTEIN, 2000, p. 356). Além disso, passou a vigorar um novo sistema de salários que permitia que a qualquer trabalhador com menos de 18 anos pudesse ser pago um valor inferior ao do salário mínimo: os com até 16 anos receberiam metade e os com menos de 18, 75% do salário mínimo (p. 356). A consequência disso, concluiu Weinstein, foi que “extinguiu-se o maior incentivo que o empregador tinha para enviar jovens empregados ao SENAI: o direito de pagar a ele ou a ela metade do salário mínimo” (p. 356).

Inicialmente, os recursos destinados ao Serviço se expandiram substancialmente durante o primeiro governo da ditadura, de Castello Branco (1964-1967), e as matrículas nas unidades do SENAI de São Paulo, por exemplo, triplicaram. Porém, o foco inicial do Serviço de promover a formação de mão de obra qualificada para a indústria, formando operários qualificados que constituiriam certa “aristocracia operária”, deu lugar à ênfase em cursos de treinamento rápido de operários semiespecializados.

Rapidamente, os aprendizes passaram a representar menos da metade do corpo discente do SENAI (WEINSTEIN, 2000, p. 355), o que mudou consideravelmente o perfil do órgão.

Nos anos seguintes, uma sequência de mudanças indica perda de prestígio do SENAI perante a ditadura militar. As suas escolas passaram a ser vistas como um “luxo desnecessário” e, em 1974, as contribuições mensais que o serviço recebia das empresas foram reduzidas pela ação do governo, que fixou um teto a partir de um valor de referência e provocou séria queda da receita (WEINSTEIN, 2000, p. 356-357).

Difícilmente o caso da unidade caxiense do Serviço deixaria de acompanhar o que se passou em nível nacional, em função de o SENAI Nilo Peçanha integrar uma organização mais ampla, com administração concentrada e articulada com os departamentos regionais aos quais as unidades estavam ligadas, e todo esse complexo integrava um sistema coordenado pelo governo federal.

Observando rapidamente o que se passou depois dos períodos analisados nesta tese, percebe-se que o SENAI se consolidou como um modelo de referência e como o principal espaço de formação de mão de obra para a indústria local. A presença do Serviço em Caxias do Sul passou por ampliações e mudanças, porém sem perder o caráter de instituição estreitamente ligada à União, mas sob o comando das organizações patronais e com a participação de parte da elite industrial local na sua administração.

Após essas considerações a respeito do período que se seguiu ao analisado na tese, cabe retomar os principais eixos desenvolvidos no presente trabalho na busca por apresentar ao leitor uma síntese das conclusões mais relevantes para responder às questões que nortearam nossa pesquisa e interpretação.

Um dos assuntos abordados – talvez o de maior relevância – foi a formação da classe operária caxiense, sobre a qual muito ainda há para ser pesquisado. Percebemos ao longo da tese que, no contexto inicial de industrialização durante as duas primeiras décadas do século XX, a classe trabalhadora, assim como a burguesia, estava vivendo um momento do seu fazer-se quando muitas possibilidades se apresentavam. O capital industrial, principalmente na forma de equipamentos, espaços físicos e experiência empresarial, foi construído com participação das crianças e jovens como trabalhadores aprendizes. Ao dever obediência ao patrão “como se fosse seu pai”, sob pena de suas

famílias terem que restituir o que fosse solicitado, e não ter remuneração ou ter baixa retribuição financeira, os pequenos trabalhadores foram decisivos para a valorização do capital da empresa. Depois dessa experiência de aprendizado, houve os que prosseguiram como trabalhadores fabris, assim como vários outros se tornaram proprietários, demonstrando, como dito no primeiro capítulo, a relativa fluidez das fronteiras que separavam as classes sociais que progressivamente se diferenciavam.

No segundo momento, caracterizado pela instalação da Escola Industrial Elementar em Caxias, emerge o projeto governamental de formar uma classe de operários capacitados e qualificados. Essa ação se deu de forma sintonizada com a afirmação do potencial industrial local já delineado, o que rendeu à escola o apoio de proprietários de fábricas, além da parceria com a municipalidade. Porém, se fez necessária uma adaptação às possibilidades da região ao longo dos poucos anos de duração do projeto. A força do rural em uma região colonial naquele tempo ainda muito produtiva – somada à dimensão que o mundo agrícola tinha em nível nacional – se impôs sobre a vontade de promover a modernização baseada na indústria. Os estudantes e suas famílias demonstraram maior adesão à capacitação oferecida pelo setor agrícola, aberto pela escola no seu terceiro ano de funcionamento efetivo, do que na vocação industrial inicial do projeto.

Também é digno de nota que os alunos que passaram pela escola foram recrutados para campos profissionais diversos, muitos deles, provavelmente, a partir do conhecimento e dos contatos proporcionados pela instituição. Isso fez com que a iniciativa estatal para formação de operários tenha se associado à formação do mercado de trabalho local de forma mais ampla, extrapolando os limites do ramo industrial.

No terceiro tempo, a realidade econômica em algumas áreas do país e no município de Caxias do Sul já tinha na indústria um pilar de sustentação. Isso influenciava o poder público a agir no sentido de oferecer condições para a formação de trabalhadores com as habilidades necessárias para operar as máquinas que forjariam a nação desejada por dirigentes do Estado e da indústria, os quais se aliaram no projeto do SENAI nos níveis nacional e local. Mais do que operários bem treinados para laborar na indústria nacional, tendo como base a visão dessas elites brasileiras sobre o conhecimento científico em voga na época, o projeto deixava claro que não se limitava aos muros das fábricas. Políticos, empresários e burocratas objetivavam também treinar

comportamentos cívicos e ordeiros nos estudantes para neutralizar o espírito reformista ou até revolucionário no qual se engajavam especialmente aqueles que eles tinham por objeto de sua política, os trabalhadores.

O fato desse tempo ter sido precedido pelos dois primeiros parece ter lhe conferido mais efetividade. O passado do ensino industrial foi adaptado ao presente de meados do século XX e ao futuro moderno que os dirigentes projetavam, e que nesse momento detinham melhores mecanismos para fazer mais próximos os projetos dos estudantes e suas famílias aos deles.

A análise dos três tempos permitiu visualizar a dinâmica da relação entre o público e o privado na primeira metade do século passado no Brasil. A experiência de aprendizagem na Eberle se restringia ao âmbito privado, com sensível ausência das instâncias governamentais. A supremacia do privado na virada do século XIX ao XX deu lugar à intimidade entre os interesses governamentais e os das elites locais nas décadas seguintes. No terceiro tempo, a estreita relação de vinculação entre os interesses governamentais e os das elites do período anterior se intensificou. Getúlio Vargas e industriais fizeram seus interesses convergirem e empreenderam o modelo que se consolidou. Superando em muito os dois primeiros momentos, o SENAI transformou-se em um elemento relevante da identidade dos trabalhadores locais.

Finalmente, as visões de infância insinuadas e expressas nos projetos e nas experiências analisadas apresentam muitos pontos em comum e algumas variações. Uma constante foi a concepção da infância, em especial das crianças e jovens dos setores populares, como um tempo de formação para a vida adulta, sendo essa sempre voltada ao trabalho. Os pequenos trabalhadores da Eberle já estavam inseridos no ambiente e nas relações de trabalho, o que encurtava a sua infância quando comparados ao cotidiano de crianças de outras classes ou de outros países. A aprendizagem nesse caso era, inclusive, uma iniciação a um ofício artesanal específico. Já na Escola Industrial Elementar havia uma distinção relativa ao tempo da vida dedicado à escola o qual precederia o da inserção no trabalho propriamente dito, o que permitia um prolongamento da infância sob certa proteção escolar. No SENAI, o tempo era mesclado entre o da escola e o da fábrica, promovendo uma integração maior que no momento da Escola Industrial, mas sem retornar ao que era vivido pelos aprendizes da Eberle quatro décadas antes. Além disso, o limite mínimo de idade estabelecido pelo Serviço, assim

como pela legislação de proteção à infância já em vigor, fazia com que os estudantes não ingressassem tão novos às fábricas quanto muitos pequeninos que vimos nas fotos e nos registros das experiências anteriores.

O grande ponto em comum das três experiências foi a disciplina e a obediência. A autoridade que vinha das pessoas e/ou das normas não parecia ter espaço para contestação em nenhum dos tempos. Os pequenos operários tinham que emular uma relação de autoridade paterna entre eles e Abramo Eberle. Segundo os contratos, em troca do conhecimento, da cama e da comida, deviam dar obediência, mas também é evidente que nesse trânsito os aprendizes ofereciam sua produção. Na Escola Industrial e no SENAI, o disciplinamento dos corpos e mentes tinha um caráter político associado ao do comportamento desejado na lógica produtiva industrial. A prática da ginástica nos dois estabelecimentos tinha uma função cívica além da física. Os movimentos eram feitos ao mesmo tempo, organizados em uma sequência pré-determinada, todos deviam ser perfeitos seguindo as mesmas instruções, as quais eram ditadas pelo professor que fiscalizava de perto se todos os itens estavam sendo cumpridos pelos meninos. Esse professor, no caso da Escola Industrial Elementar, era inclusive vinculado ao Exército Nacional, o que deixa evidente a relação entre o controle de Estado e o controle do professor da escola. A disciplina na participação em comemorações cívicas também é registrada nos relatórios e na memória. A ordem e o aumento da produtividade estavam muito presentes no pensamento dos formuladores dessas políticas, assim como a subordinação ao patrão ou ao Estado.

Novamente, as dissonâncias compartilharam espaço com os sucessos dos projetos. No caso da formação de trabalhadores submissos e resistentes ao engajamento na militância operária, algumas frestas foram perceptíveis. A hegemonia ambicionada pelos industriais com a criação do SENAI, por exemplo, como um dos instrumentos da chamada “paz social”, se mostrou limitada especialmente na década de 1970, com a retomada e revitalização do movimento operário. O novo sindicalismo brasileiro, que veio a marcar época com sua rebeldia e combatividade em tempo não abarcado por este trabalho, teve importante participação de operários especializados formados pelo SENAI. Quem aponta isso é Barbara Weinstein, que atentou sobretudo para a realidade paulista, onde um ícone foi Luiz Inácio Lula da Silva, o qual havia cursado o curso de torneiro mecânico no Serviço (WEINSTEIN, 2000, p. 366).

No caso de Caxias, o SENAI também deixou escapar à sua ação um personagem (possivelmente entre vários outros) que ganhou destaque nacional nas lutas dos trabalhadores contra a hegemonia da classe para a qual o SENAI estava a serviço. Paulo Renato Paim, que nasceu em Caxias do Sul em 15 de março de 1950, foi aluno entre março de 1964 e dezembro de 1965 do curso de marcenaria da unidade caxiense¹⁸². Negro, filho de getulistas, com pai metalúrgico sindicalista e mãe dona-de-casa, começou a trabalhar ainda na infância, entre 8 e 11 anos de idade, para ajudar no orçamento familiar. Ele amassava barro na fábrica de vasos de Atílio Bovo, vendia quadros nas ruas da cidade e trabalhava também em uma marcenaria (PAIM, 2006, p. 11-12). Em 1964, Paim também estudava à noite, no Ginásio Noturno Alberto Pasqualini, e era presidente do Grêmio Estudantil.

Sobre a época do SENAI, Paim lembra de ir e voltar a pé ao Serviço, o que resultava em uma caminhada de 40km por dia. Nas suas palavras: “Foram anos de muito estudo e aprendizado. Aprendi a fazer matrizes de moldes para fundição de peças em ferro, alumínio e plástico. Já formado, fui em busca de trabalho. O meu primeiro emprego após sair do SENAI foi na Gethal. Depois passei pelas indústrias Dalsoquio Meneguti e pela Abramo Eberle, ambas de Caxias do Sul”, como modelista e matriseiro (PAIM, 2006, p. 19-20).

Em 1978, Paim foi morar em Porto Alegre, onde trabalhou em uma fábrica de fogões por poucos meses até se mudar para o município de Canoas e ser contratado pela metalúrgica Forjasul, na qual se tornou presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e passou a se envolver com a militância sindical (PAIM, 2006, p. 25). Em novembro de 1981 assumiu a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, representando uma mudança em relação às gestões anteriores, que eram majoritariamente conservadoras. Em 1983, coordenou a Central Estadual dos Trabalhadores, representou o Rio Grande do Sul na Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi secretário-geral da CUT e liderou no estado a greve geral nacional de 21 de julho. Em dezembro de 1985, a convite de Lula, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e, no ano seguinte, iniciou sua longa carreira política institucional quando foi eleito Deputado Constituinte, com 47.378 votos, e que dura até hoje, com 4 eleições à

¹⁸² Livro de registros de Cartas de Ofício aos alunos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1980) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Câmara Federal e duas ao Senado (p. 27-46). Paulo Paim certamente não foi o trabalhador ordeiro e disciplinado idealizado pelos criadores do SENAI.

Nos três tempos do ensino industrial estudados, encontramos o passado, o presente e o futuro (na verdade, diversos passados, presentes e futuros). O passado caudaloso de séculos de contratos de aprendizes, atravessando do medievo ao século XX, expressou sua persistência e utilidade ao garantir o sucesso futuro dos negócios da família Eberle. As experiências seculares europeias e estadunidense de ensino técnico chegaram ao Rio Grande do Sul nas inspirações dos republicanos positivistas com seu ambicioso e peculiar projeto de um Brasil conservadoramente moderno. Décadas depois, o império da ciência, da eletricidade e das máquinas se expressou no ensino industrial, com a materialização da ideia de um país reformado e harmônico, disposto a sufocar as contradições de um passado de negação do trabalho e a consolidar a nova configuração da cisão social histórica, entre os que são donos dos meios de produção e do poder, e os que tentam cotidianamente vencer a insegurança estrutural que condiciona seu passado, presente e futuro. Nos três tempos, os sujeitos-personagens desta tese viveram o passado e o futuro no presente deles, e essas experiências foram trazidas a estas páginas para que possamos conhecer um pouco melhor o que fomos e refletir sobre nossas escolhas, as quais farão o que nossa sociedade será.

FONTES

Fotografias

Alunos do SENAI em desfile na Avenida Júlio de Castilhos. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. Cerca de 1950. Acervo: SENAI Nilo Peçanha.

Alunos dos cursos preliminares do SENAI Nilo Peçanha em sala de aula. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1946. Acervo: SENAI Nilo Peçanha.

Aula de educação física com o professor Mazotti no SENAI Nilo Peçanha. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1946. Acervo: SENAI Nilo Peçanha.

Aula de educação física com o professor Mazotti no SENAI Nilo Peçanha. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1946. Acervo: SENAI Nilo Peçanha.

Diretoria do Clube Juvenil. Caxias do Sul/RS. Studio Geremia. 19 de junho de 1915. Coleção: Geremia Acervo: AHMJSA.

Grupo de alunos do SENAI no quartel do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. Sem data. Acervo: SENAI Nilo Peçanha.

Grupo de homens e grupo musical “Banda União”, na festa de São Mateus, na Igreja de Santa Catarina. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1935. Coleção: Família De Antoni. Acervo: AHMJSA.

Mario Menezes como diretor da Intral. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1976. GER (IND) 1443. Acervo: AHMJSA.

Operários e brunidoras da oficina de Abramo Eberle. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1907. Coleção: Eberle S.A. Acervo: AHMJSA.

Sessão de artigos sacros da fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle S.A. Caxias do Sul/RS. Fotógrafo não identificado. 1940. MAE SEC 013 (01). Acervo: AHMJSA.

Vista da fachada e do grupo de operários da Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia. Caxias do Sul/RS. Domingos Mancuso. 1907. Coleção: Eberle S.A. Acervo: AHMJSA.

Documentos Privados

Caderno de Salários dos Operários 1906 – 1908 (MAE 062L). Acervo do AHMJSA.

Contratos de aprendizagem da empresa Abramo Eberle S.A. 1901-1912. Acervo particular de Heloísa Eberle Bergamaschi.

Documento Formal de Partilha, de 24 de dezembro de 1946, entre Romeu Rossi e irmãos (RSS003). Acervo do AHMJSA.

Escritura (traslado) de arrendamento do Cinema Coliseu (Colyseu), Francisco Balen (proprietário), João Leonardelli (locatário). Caxias, 15/09/1917 Fundo Balén, maço 04 (BER 067). Acervo do AHMJSA.

Escritura de compra e venda com pacto ad-retro – Transmitentes (Vendedores): Marino Cassol e esposa Genoefa (Genovefa) Cassol – Adquirente (Comprador): Donato Rossi / Imóvel: Terreno do lote rural nº 45 do Travessão Aliança, 9ª Léguas – 1ª Léguas, com casa e benfeitorias. Caxias. 26/09/1933 (ROS 002). Acervo do AHMJSA.

Escritura de compra e venda, Sérgia Luchesi e outros, Jacob Brunetta. Caxias do Sul/RS. 30/04/1913. Fundo Vasco Balen, maço 02. Acervo do AHMJSA.v

Lembrança de falecimento de Constantino Manfro, nascido em 08/07/1890 e falecido em 06/09/1961. Fundo Roccaro, maço 03 (SHA 054) Acervo do AHMJSA.

Lembrança de falecimento de Francisco Balén, falecido em 19/12/1930 Fudo Balén, maço 02 (LLM 0048). Acervo do AHMJSA.

Lembrança de falecimento de Moacyr Luiz Gubert, nascido em 26/07/1949 e falecido em 22/03/1964 (S LLM 0420). Acervo do AHMJSA.

Livro de registros de alunos eliminados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1948-1966) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Livro de registros de batismo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila, Livro 2, folha 16, número 339 e folha 22, número 460. Diocese de Caxias do Sul. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Caxias do Sul.

Livro de registros de Cartas de Ofício aos alunos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1980) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Livro de registros de certificados dos cursos do SENAI Nilo Peçanha (1944-1964) – Acervo SENAI Nilo Peçanha – Caxias do Sul.

Relatório da entrevista de Jorge Alberto Furtado, Diretor Regional do SENAI do RS, a Robert Alexander, em 4 de maio de 1956, Porto Alegre. Integra o acervo ROBERT ALEXANDER PAPERS, da Rutgers University, New Brunswick, New Jersey - EUA.

Relatório do Departamento Regional do SENAI do RS, de 28 de dezembro de 1942. Acervo do AHMJSA.

Documentos Públicos

Anais da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 1913. 22ª Sessão Ordinária Acervo da Assembleia Legislativa do RS.

Anexo da carta da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS, de 13 de abril de 1943. Acervo do AHMJSA.

BRASIL. Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942. Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4481.htm>. Acesso em novembro de 2015.

Cartas da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS: 1943. Acervo do AHMJSA.

Cartas do Departamento Regional do SENAI do RS à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul: 1942-1949. (Código 01.02.01). Acervo do AHMJSA.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Parecer de consultor jurídico. Sem identificação de autor. Sem número. 3 de janeiro de 1962. Acervo do AHMJSA.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Parecer do consultor jurídico Antônio Cezar P. Viana. Sem número. 27 de agosto de 1957. Acervo do AHMJSA.

Contrato entre o Município de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, de 15/03/1918. Livro de Contratos da Intendência. Acervo do AHMJSA.

Correspondência recebida da EEPA pela Intendência, 1898-1930. Acervo do AHMJSA.

Fonogramas da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul ao Departamento Regional do SENAI do RS: 1943. Acervo do AHMJSA.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Listagem da FEB. Sem local. Sem data. Acervo do Museu da FEB de Caxias do Sul.

Ofício 162 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 10/11/1920. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJSA.

Ofício 31 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 05/04/1920. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJSA.

Ofício 35 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 23/04/1924. Correspondência recebida da EEPA pela Intendência. Acervo do AHMJSA.

Ofício de Henrique Pereira de Lucena do Palácio do Governo, 5ª Seção, para Manoel Barata Goes, engenheiro chefe da Comissão de Medição de lotes em Caxias. 1886. Fundo Comissão de Terras. Acervo do AHMJSA.

PENNA DE MORAES, Cel. José. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1920. Acervo do AHMJSA.

PENNA DE MORAES, Cel. José. Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária em 22 de Dezembro de 1923. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1924. Acervo do AHMJSA.

Relatório de visita do Departamento Regional do SENAI do RS a Caxias, de 28 de dezembro de 1942. Acervo do AHMJSA.

Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre: 1897-1901; 1902-1907; 1909; 1910; 1913; 1914; 1918; 1919; 1920; 1921; 1922; 1923; e 1925. Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS

Periódicos

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 69, volume 2, Fevereiro de 1913, p. 1520. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1913. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/52298>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 70, volume 2, Janeiro de 1914, p. 1577. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1914. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/57210>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 71, volume 2, Janeiro de 1915, p. 1558. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/61564>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 93, 1937, p. 1460. Guia geral do Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/119707>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 94, 1938, p. 769. Guia geral do Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/121048>> Acesso em: 12/12/2016

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, ano 96, 1940, p. 742. Guia geral do Brasil. <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394/122045>> Acesso em: 12/12/2016

BOLETIM EBERLE, Caxias do Sul, fevereiro de 1959. Número 33. Acervo do AHMJSA.

BOLETIM EBERLE, Caxias do Sul, janeiro de 1964, Número 76. Acervo do AHMJSA.

Jornal A ÉPOCA, Caxias, 16 de Outubro de 1949. Número 657. Acervo da Biblioteca Nacional.

Jornal A ÉPOCA, Caxias: 1945. Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Jornal DIÁRIO DO NORDESTE, Caxias do Sul, 3 de setembro de 1954. Número 72. Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Jornal O BRAZIL, Caxias: 1910-1923 . Acervo da Biblioteca Nacional.

Jornal O MOMENTO, Caxias: 1912-1951. Acervo da Biblioteca Nacional.

Jornal PIONEIRO Caxias do Sul, 8 de outubro de 1955. Número 50. Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

LOPES, Rodrigo. Debutantes do Recreio da Juventude em 1976. Pioneiro, Caxias do Sul, 11 set. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/09/11/debutantes-do-recreio->

LOPES, Rodrigo. Padaria e fábrica de massas de Vitorio Pasetti em 1917. Pioneiro, Caxias do Sul, 24 de outubro 2015.

Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/10/24/10018/>>. Acesso em: mar. 2017.

REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA, São Paulo, dezembro de 1955. Número 41. Separata número 30. O Departamento Regional do SENAI no Rio Grande do Sul.

Fontes orais

Depoimento de Adelino Beux. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Aldino Casagrande. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Everton Evaristo Luchesi. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Humberto João Storchi. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Jones Francisco Mariani. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Luiza Maria Maggi. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento de Roni Rosa. Banco de Memória do AHMJSA.

Depoimento Jesuína Piccoli Vanset. Banco de Memória do AHMJSA.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valentim-fernandes-boucas>> Acesso em: 10/04/2015.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul (Educação)**. Ed. póstuma. Caxias do Sul, RS: EST, 1981.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AREND, Sílvia Maria Fávero. **Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- _____. **Os italianos no Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1994.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, RS, v.2, n.4, p. 181-224, jul. 2003.
- BARBOSA, Plácido. **Dicionário de terminologia médica portuguesa**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1917.
- BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.
- BECHER, Franciele. **O “perigo moral” em tempos de segurança nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul - RS (1962-1992)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPG História, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- BENNETT, Charles Alpheus. **História da educação em artes manuais e industriais: 1870 a 1917**. Tradução Paulo Sérgio Bonagura. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2015.
- BERGAMASCHI, Heloísa Délia Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares (1920-1945)**. Caxias do Sul: 2005.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina: Eduel, 2008.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Org.) **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOLETIM ANUAL MERCADO FORMAL DE TRABALHO DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul: UCS, NID Observatório do Trabalho. n.5, out. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Boletim_RAIS_2014.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

BRASIL. Decreto-lei 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em abril de 2015.

BRASIL. Decreto-lei 1.313 de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em abril de 2015.

BRYAN, Newton A. P. **Educação e processo de trabalho**: contribuição ao estudo da formação da força de trabalho no Brasil. 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1983.

CAETANO, Coraly Gará. Qualificação e ferrovias: a experiência das escolas ferroviárias (1920-1945). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

CAMPONES, Kelly Cristina. **História, Trabalho e Educação: ensino profissionalizante do SENAI de Ponta Grossa**, PR. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

CAMPOS, Daniela. **O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI**: o caso do Rio Grande do Sul, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CARDOZO, José Carlos da Silva et al. (orgs). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (Org.) **Para uma outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONCEIÇÃO, Marcelo R. **A Educação nas ações e proposições do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1932-1946)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC-SP, São Paulo, 2005.

CORSETTI, Berenice. Modernidade e modernização no Rio Grande do Sul: a expansão da escola pública (1889-1930). **Educação UNISINOS**, São Leopoldo, v.5, nº 9, p.39-59, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2.ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005b.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005c.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Ponto Um, 1997.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930): um projeto das elites para uma sociedade assalariada**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, Buenaventura: **Historia de la infancia**. 2 ed. Barcelona: Ariel, 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1962. v.2.

FONSECA, Gerard Maurício Martins. **De la gimnástica a la deportivización: la historia de la educación física en las escuelas municipales de Caxias do Sul - Brasil**. 2010. 595 p. Tese (Doutorado) - Universidad autónoma de Madrid, Facultad de formación de profesorado y educación, Departamento de educación física, deporte y motricidad humana, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Álvaro. **Abramo já tocou... ou, A epopeia de um imigrante: ensaio biográfico**. São Paulo: Ramos, Franco, 1943.

FRANCO, Álvaro; FRANCO, Maria Ramos. **O milagre da montanha**. São Paulo: Ramos, Franco, 1946.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

____ ; KUHLMANN JR, Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Povoadores da Colônia Caxias**. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

____ . **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal e UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

____ ; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

____ ; ____ . **Júlio João Eberle**: perfil de um empresário. Caxias do Sul: UCS, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GITAHY, Maria Lucia Caira. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças de escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GORSHKOV, Boris B. **Russia's factory children**: state, society, and law, 1800-1917. Pittsburgh, Pensilvânia: University of Pittsburgh Press, 2009.

GUERRA, Vanderlei Ricardo. **O princípio educativo do trabalho e as contribuições da Escola SENAI Nilo Peçanha na educação profissional de jovens de Caxias do Sul (2000-2012)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, PPG em Educação, 2014.

HEINZ, Flavio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: ____ . **Para uma outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-15.

____. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 29, p. 263-289, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000200002>>. Acesso em: 10 abril 2015.

HERÉDIA, Vania B. M. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: Educs, 1997.

_____; MACHADO, Maria Abel. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história**. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

_____; PAVIANI, N. **Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil**. Porto Alegre: EST, 2003.

_____; TISOTT, Ramon Victor. A vitivinicultura no Rio Grande do Sul: apontamentos históricos. III CONGRESO DE HISTORIA VITIVINICOLA URUGUAYA Y I CONGRESO DE HISTORIA VITIVINICOLA REGIONAL, 2005, Montivideo. **Anais...** Montevideo: Universidad de la Republica, 2005. p. 561-571.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HINDMAN, Hugh D. **Child labor: an American history**. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Município de Caxias do Sul**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: Educs, 2010.

KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. **De bairro lusitano à zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)**. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1984.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

KUMLIEN, N.; ANDRÉ, Emile. **Gimnasia sueca: al alcance de todos**. Buenos Aires: Editorial Caymi, 1957.

LAURINDO, Arnaldo. **50 anos do ensino profissional no estado de São Paulo (1911-1961)**. São Paulo: Irmãos Andrioli, 1962.

LAZZAROTTO, Valentim A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul: Educs, 1981.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. **História UNISINOS**, São Leopoldo, nº especial, p. 53-80, 2001.

LIMA, Illeul Souza de; PAZ FILHO, Francisco Boaventuda da (Orgs.). **Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939**. São Leopoldo: Rotermond & Co., 1939.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul - 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

_____; HERÉDIA, Vania. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul**: cem anos de história. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

_____. **Mulheres sem rosto**. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MICELI, P. C. e PAZZINATO, A. L. **SENAI-SP: 65 anos de um sistema educacional consequente**. São Paulo: SENAI, 2007.

MICHELIN, Francisco. **Assim na Terra como no Céu**. 7. ed. Porto Alegre: Sagra – DC-Luzzatto, 1997.

MIRANTE. Caderno do arquivo histórico municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco, n. 4, 2003.

MONASTIER, Martin. **Les enfants esclaves**. L'enfer quotidien de 300 millions d'enfants. Paris: Le Cherche Midi, 1998.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário** (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

MORAES, Carmen S. V. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo - 1873/1934. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 1990.

MORENO, Andrea. **A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Jun 2015, vol.37, no.2, p.128-135.

MOROSINI, Marília Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896-1934): hegemonia política na construção da universidade.** História da Educação (UFPel), Pelotas, v. 10, n. 19, 2006.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Criança, trabalho e resistência operária em São Paulo (1890-1920). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Populações: (Con)vivência e (In)tolerância.** São Paulo: Humanitas, 2004, p. 117-139.

_____. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 19, n. 37, Set. 1999b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **Mulheres e menores no trabalho industrial:** os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). **Estudos CEDHAL,** São Paulo, v. 3, p. 4-35, 1988.

MULLER, Meire Terezinha. **A louza e o torno:** a escola SENAI Roberto Mange, de Campinas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2009.

OLIVEIRA JR., Ernesto Luís de. **Ensino técnico e desenvolvimento.** 2.ed. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1959.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, nº 4, p. 172-189, 1989.

PAIM, Paulo. **O rufar dos tambores.** Brasília: Senado Federal, 2006.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del. **História da Criança no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 146-175.

PESAVENTO, Sandra J. Os trabalhadores do futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. **História,** São Paulo, v. 14, p. 189-201, 1995.

_____. **RS:** agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

POMBO, J. F. da Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1914.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa**

regional: 1897-1997. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

____; _____. **Cinemas:** lembranças. Porto Alegre: Suliani Editografia, 2007.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O positivismo e a questão social na Primeira República** (1895-1919). Guarapari: Ex Libris, 2006.

QUELUZ, Gilson. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: Cefet-Paraná, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1980-1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

____. Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do estado de São Paulo. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

____; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, P. A. S. **O SENAI na Constituição da identidade de seus alunos:** um estudo sobre egressos que se tornaram instrutores. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2005.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial:** o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1997.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SENAI CIMATEC – Centro de Integrado de Manufatura e Tecnologia. **Ajustagem**. Salvador, 2003.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ano 7, nº 18, p. 78-95, 1992.

____. Condição camponesa, migração e mobilidade social no contexto da colonização estrangeira em Santa Catarina. **Cadernos Ceru**, série 2, v. 23, n. 2, dezembro de 2012.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAXIAS DO SUL. **70 anos de história**: resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras. Caxias do Sul, RS: STIMMME, 2003.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil**: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria CNI (1930-2000). 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

STEPHANOU, M. **Forjando Novos Trabalhadores**: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul (1890-1930), 1990. Dissertação (Mestrado em Educação), UFRGS, Porto Alegre.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, n.39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Acesso em: jul. 2013.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores**: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

_____; OLIVEIRA, A. N. C.. Política de formação de mão de obra e amparo a meninos pobres na Escola Elementar Industrial de Caxias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - MIGRAÇÕES: MOBILIDADE SOCIAL E ESPACIAL XIX/SIMPÓSIO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 2010, São Leopoldo. **Seminário Internacional - Migrações: Mobilidade Social e Espacial XIX/Simpósio de Imigração e Colonização**. São Leopoldo: OIKOS, 2010. p. 824-835.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v.1. A árvore da liberdade.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a. v. 3. A força dos trabalhadores.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b. v. 2 A maldição de Adão.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

VENANCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil (séculos XVIII-XX). São Paulo: Alameda/PUC Minas, 2010.

VESCOVINI, Luciano Chemello. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**: projeto nacional, indústria e qualificação profissional durante o Estado Novo (1937-1945). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

WARDE, M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. Florianópolis: **Perspectiva**, v. 25, n. 1, 21-39, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-54732007000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: jan. 2017.

WEBER, Regina. **Os operários e a colmeia**: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920 -1964**. São Paulo: Cortez, 2000.

ANEXOS

Anexo I

Primeiro contrato de aprendiz da empresa de Abramo Eberle, de 1901.

O conjunto documental dos contratos pode ser acessado no anexo da minha dissertação de mestrado (TISOTT, 2008), a qual está disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542>

Na finalização desta tese os documentos originais se encontravam no acervo do AHMJSA, em fase de catalogação.

Anexo II

Relação das principais indústrias de Caxias elaborada pela Prefeitura Municipal e enviada ao Departamento Regional do SENAI do RS, em 13 de abril de 1943.

Este documento e a correspondência entre a prefeitura e o SENAI de 1942 a 1967 integram o acervo do AHMJSA. O catálogo pode ser acessado em:

<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br>

Anexo I

Contrato 1 - frente

9 de março de 1901

Entre nos abaixo assignados, por uma parte, Thelisi Giuseppe e Abramo e por outra Barbisan Vincenzo temos entre nos feito a seguinte scriptura de aprendizagem como se declara.

Nos Thelisi Giuseppe e Abramo Declaramos que auctimás na nossa officina de funileiro o filho deo Barbisan Vincenzo Benedicto Barbisan, obrigando nos de ensinar-lhe a arte de funileiro com a condicao que este aprendiz more por tres annos, sendo nos obrigados a fornecer ao aprendiz de mais de ensino da arte tambem a comida e a posada. O aprendiz a obrigação de cuidar as ordens dos patrões e prestras todas as obediencia como a seus pais durante todo o tempo que morara na casa nossa. Si durante o tempo de aprendizagem e aprendiz não tivesse de ser subjecto as ordens de nos patrões e que nos tivermos de despachal-o da officina, o pai delli não terá direito de pretender alguma indemnizacão al quina e demais pagar nos alguma indemnizacão pelo tempo perdido e alguma coisa fornecida. E eu Barbisan Vincenzo Declaramos que aucto este contrato obrigando-me por meu filho ao cumprimento das mesmas.

E por ser verdade nos partes possenas a presente scriptura que assignamos a presencia dos testemunhas como nos assignados.

Contrato 1 - verso

Cassia Maio 20 1911
E. L. ...
G. ...
D. ...
A. ...
C. ...



Anexo II

CÓPIA


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

RELAÇÃO NOMINAL DAS PRINCIPAIS INDUSTRIAS DE CAXIAS

INDUSTRIAS TÊXTEIS

Companhia Lanificio São Pedro	-	Lanificio
Mattêo Gianella & Cia.	-	"
Luiz Pizzamiglio & Cia.	-	Sedas
Irmãos Panceri	-	"
Scavino, Bertuzzi & Cia.	-	"
Bio-Chimica Nacional, Ltda.	-	"
Mutti, Salatino & Cia.	-	Malharia
Guerino Sanvitto & Cia.	-	"
Virginia Finco	-	"
Frederico Pavan	-	"

*
* *
*

METALURGIA E MECÂNICA

Abramo Eberle & Cia.	-	Metalurgia e mecânica
Gazola, Travi & Cia.	-	Munição de guer- ra, Metalurgia e Mecânica.
Irmãos Chisté	-	Metalurgia
Favaro & Cia.	-	Ofic. mecânica
Parolini & Cia.	-	" "
Agostinelli & Cia.	-	" "
Primo Piccoli & Cia.	-	" "
Raimundo Balzaretto	-	" "
Ettore Lazzarotto	-	" "

01.02.01



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

CÓPIA

(continuação - METALURGIA E MECÂNICA)

Loro & Marcon	- Of.mecânica
Mansueto Dal Molin	- Of.mecânica
Zanella, Mello Ltda.	- "
Castano Finco	- "
Angelo Dalle Molle	- Fabr.de balan- ças
João Basso Fº	- Fabr.tela de arame
Scherner & Casara	- idem.
Evaristo de Antoni	- Fabr.de trilha- deiras.
João Scola & Scalabrin	- Ferraria
João Salem	- "
João Rech	- "
Luiz Vanessi	- "
Albino Schiavo	- "
Alecio Lanzarin	- "
Furlan, Fabbris & Cia.	- "
João Albé Neto	- "
Anselmo Zapparoli	- "
Abramo Girardi	- "
José Menegotto Neto	- "
José Michelin & Irmãos	- "
Paulino Meiss	- "
Guidali & Bravatti	- Latoaria
Francisco V. Zatti	- "
Albino Cavagnoli	- "
Alindo Costamilan	- "
Cemin, Anselin & Cia.	- "



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

CÓPIA

INDUSTRIA DE COURCE

Estabelecimento	-	Vinhos
David & Cia.	-	Cortume
Alvaro Scotti & Cia.	-	"
Irmãos Piva & Cia.	-	"
Leopoldo Seibert	-	"
Soc. Coop. Viti-Vinicola Parqueta	-	"
Barracão Souza e Denton Coelho	-	"
S. E. Kay & Cia. Ltda.	-	Destilaria
E. Mosale & Cia.	-	"

INDUSTRIA DA MADEIRA

Industria	-	Tanearia
Industrial Madeireira Ltda.	-	"
José Rodrigues Vinhas	-	"
Luciano P. Bartalo de Moraes	-	"
Sociedade Vinic. Riograndense	-	"
Sociedade Coop. V.V. Caxiense	-	"
Ernesto Gobatto	-	"
João Spada & Cia.	-	"
Antoniazzi & Carpegiani	-	"
E. Mosale & Cia.	-	"
Manceo P. dos Santos	-	"
Denicol & Irmãos	-	Serraria
Luiz Franciosi Serio	-	"
Olimpio Stumpf & Cia.	-	"
João Turra	-	"
De Carli, Pante & Cia.	-	"
José Vicenzi & Balardin	-	"
Irmãos Dal Bó	-	"
Angelo De Carli & Cia.	-	"
Luiz Guerra	-	"

• • •



CERÂMICA

Corso, Baldisserotto & Cia.	-	Olaria
David D'Agostini	-	"
Fedrizzi & Cia. Ltda.	-	"
A. Maggi & Irmãos	-	"
Pedro Tomasi	-	"
Viero & Cia.	-	"
João Guerra	-	"
Ferdinando Sandi	-	"
Domingos Cavion	-	"
Fessari & Pessoli	-	"
Quinto Slomp	-	"
Alvise Manfro	-	Fabr.mosaicos
Mutti & Corazza	-	" "

PRODUTOS QUÍMICOS

Veronese & Cia.	-	Prod.químicos
H. Meregalli & Milani	-	Fab.bebidas a/ alcool
Irmãos Leonardelli & Cia.	-	idem.
José Gobbi	-	idem.
Soc.Mtadouro Caxiense Ltda.	-	Fabr. sabão

IND.DA ALIMENTAÇÃO

Soc. Vinícola Riograndense	-	Vinhos
Coop.Viti-Vinicola S.Victor	-	"
Coop.Viti-Vinicola Aliança	-	"
Coop.Viti-Vinicola Caxiense	-	"
Sociedade Brasileira de Vinhos	-	"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

CÓPIA

E. Mosele & Cia.	-	Vinhos
Ettore Pezzi	-	"
Luiz Antunes & Cia.	-	"
Coop. Viti-Vinicola V.Emanuel	-	"
Luiz Michielon & Cia.	-	"
Mauricio Viola	-	"
Soc. Coop.Viti-Vinicola Forqueta	-	"
Benvenuto Ronca e Danton Coelho	-	"
H. E. Kunz & Cia. Ltda.	-	Destilaria
E. Mosele & Cia.	-	"
Luiz Antunes & Cia.	-	"
Luiz Michielon & Cia.	-	"
Veronesi & Cia.	-	"
Sociedade Vinicola Riograndense	-	"
Soc. Brasileira de Vinhos	-	"
Mauricio Viola	-	Fabr.caramelos
Irmãos Leonardelli & Cia.	-	Cervejaria
A. Rizzo, Irmãos & Cia.	-	Produtos suinos
Claudino Peteffi	-	" "
Germano Pisani	-	Fabr.marmelada
Silo Travi	-	" "
Vva.Aristides Germani & F ^{cs} .	-	Moinho de trigo
João Andreazza & Grossi	-	" "
Cooperativa Agrícola Ana Rech	-	" "
Antonio Pessin & F ^{cs} .	-	" "
Ernesto Busin	-	" "
José Pachin	-	" "
Zelinda Gregolon	-	" "
Pedro Balardin S ^o	-	" "
Antonio e Domingos Zatta	-	" "
Francisco Tomiolo	-	" "



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

CÓPIA

Antonio Machado da Silva	-	Moinho trigo
Canuto & Roso	-	" "
Frederico Hertz	-	" milho
Fernando Luiz Santini	-	" "
Vva. Angelo Corsetti	-	" "
João Corsetti	-	" "
Clemente Balestro	-	" trigo
Rafael Adami	-	" "
Pedro Boff	-	" "
Ludovico Formulo	-	" "
Bortolo Franzoi	-	" "
José Giacobo	-	" "
João Gasperin	-	" "
Antonio Marcon	-	" "
Ananias Parmegiani	-	" "
Attilio Rossato	-	" "
Victorio Tomazoni & Cia.	-	" "
Honorato Verona	-	" "

INDUSTRIA DE VESTUÁRIO

Luiz Pizzamiglio & Cia.	-	Camisaria
Sebbe, Soares & Cia.	-	Fabr.roupas
Manufatora Caxiense Ltda.	-	" "
Alvaro Scotti & Cia.	-	Fabr.chinelos e tamancos
João Dal Pian	-	idem.

INDUSTRIA DO MOBILIÁRIO

José Conci & Irmãos	-	Marcenaria
Industrial Madeireira Ltda.	-	"
José Cosner	-	"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

CÓPIA

José Pessin	-	Marcenaria
Silvestre Ruschel	-	"
Vva. Bonotto & Filhos	-	Fabr. moveis vine
Martino Dal Pont	-	" cadeiras co loniais
Zaniol & Cia.	-	idem.
De Carli, Pante & Cia.	-	idem.
João Balardin & Cia.	-	idem.

INDUSTRIA DA EDIFICACÃO

Industrial Madeiraira Ltda.	-	Carpintaria
José Gollo & Cia.	-	"
José Tomé & Cia.	-	"
David Rodolfi	-	"
Ricardo Pirovano & Cia.	-	"
José Cosner	-	"
José Conci & Irmãos	-	"
Henrique Cia	-	Marmoraria
Pedro Fachin	-	"
Joaquim Siomp	-	Caieira

CONSTRUCÃO APARELHOS DE
TRANSPORTE

João Milani	-	Selaria
Giscondo Bonfant Storchi	-	"
Avelino Raimundo Paz	-	"
Irmãos Piva & Cia.	-	"
Constante Arpini	-	"
Antonio Balbinotti	-	"

INDUSTRIA DE LIXO

Antonio Beretta	-	Curivesaria
Julio Beretta	-	"
Bragatti & Comanduli	-	"
Eberle, Kochenborger & Cia.	-	"
Guerrino Martinato	-	"

Americo Mendes & Cia.	-	Tipografia
Otacilio Brandi	-	"
Irmãos Rossi	-	"
Emilio Fonini	-	"

INDUSTRIAS REUNIDAS

Abramo Eberle & Cia.	-	Cutelaria
Angelo Lanfredi & Cia.	-	Fabr.correias
Guilherme Rech	-	Carrocerias
Francisco Rech	-	" "
